

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA  
E SOCIEDADE

DESENVOLVIMENTO RURAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: O  
CASO DO PARANÁ TRADICIONAL

LUIZ ALEXANDRE GONÇALVES CUNHA

*Sob a Orientação do Professor*

**Renato Sérgio Maluf**

Tese submetida como requisito parcial para  
obtenção do grau de **Philosophia Doctor**  
em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade, Área de Concentração em  
Desenvolvimento e Agricultura.

Seropédica, RJ

Agosto de 2003

## DEDICATÓRIA

*A minha mãe Amara pela formação humanista que me legou; ao meu pai Antonio por ajudar a desenvolver em mim o gosto pelo conhecimento.*

## AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. Renato Maluf pela orientação competente e precisa.

Ao professor Dr. Nelson Delgado pelo incentivo e comentários dirigidos ao meu projeto inicial de pesquisa.

Aos professores Drs. John Wilkinson e Franklin Dias Coelho pelas sugestões oferecidas ao meu projeto de qualificação.

Aos professores, com os quais convivi em sala de aula durante o curso, que me concederam o privilégio de compartilhar um debate acadêmico muito rico, em especial os professores Renato Maluf, John Wilkinson, Sérgio Leite, Ana Célia e Luiz Werneck Viana.

À UFRRJ pela acolhida e aos funcionários e demais professores do CPDA pela relação respeitosa e atenciosa com a qual pude contar nestes anos.

Aos meus colegas do doutorado pela convivência amigável que me brindaram quando da minha permanência no Rio de Janeiro, principalmente Elder, Márcia, Pierina, Jordão, Paulo e Hilber, entre outros.

À Universidade Estadual de Ponta Grossa pela minha liberação e a CAPES pelo financiamento da pesquisa.

Aos meus colegas de departamento Joseli e Edu e ao meu irmão Henrique pelos comentários e ao Elvio Madalozo e demais colegas por outras ajudas importantes.

Aos funcionários da minha Universidade pelo atendimento adequado que concederam aos meus pleitos.

Aos meus familiares mais próximos, a minha esposa Jura e aos meus filhos Guilherme, Vitor e Lívia, por terem suportado resignados as agruras surgidas nesta empreitada.

Aos meus irmãos Fred, Cadão e Caé pelas ajudas em momentos decisivos.

Aos meus amigos José Eduardo, Manoel Rivera, Osni Goetten, Mário, Cecília, Daniel, Helena, Jorge, Elma, Antonio e Leni, com os quais sempre pude contar.

Ao Paulo pelos nossos acalorados debates que me foram muito estimulantes e pela ajuda no projeto de qualificação.

Ao Lafa e a Patrícia pela ajuda de última hora, à Luiza e Renata da empresa Lamast Digitações pela competente digitação da versão final e à Karine pela elaboração dos mapas.

## EPÍGRAFES

O fenômeno marcante do século é o **mau desenvolvimento**.

Ignacy Sachs, 1998, p. 149.

A tarefa da descrição regional holista e abrangente talvez seja impossível.

Edward W. Soja, 1993, p. 298.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE SIGLAS.....</b>	<b>vi</b>
<b>LISTA DE MAPAS.....</b>	<b>vii</b>
<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>viii</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>x</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>xi</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>1 QUESTÃO REGIONAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL .....</b>	<b>8</b>
1.1 PARANÁ: DESENVOLVIMENTO RURAL E QUESTÃO REGIONAL .....	8
1.2 DESENVOLVIMENTO, SUBDESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	16
1.3 TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO .....	22
1.4 TERRITÓRIO, REGIÃO E REGIONALIZAÇÃO.....	25
<b>2 PARANÁ TRADICIONAL: FORMAÇÃO TERRITORIAL E ESPAÇO RURAL .....</b>	<b>32</b>
2.1 A INTERAÇÃO HOMEM-NATUREZA E ESPAÇO RURAL .....	33
2.2 AS BASES SOCIAIS DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DO ESPAÇO RURAL.....	40
2.3 AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS DO ESPAÇO RURAL .....	47
<b>3 AÇÃO ESTATAL E DESENVOLVIMENTO RURAL: PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO ESTADO DO PARANÁ .....</b>	<b>62</b>
3.1 PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO PARANÁ: ANTECEDENTES E CONTEXTOS.....	62
3.2 PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO PARANÁ: DIAGNÓSTICOS E AVALIAÇÕES .....	72
<b>4 PARANÁ TRADICIONAL E SUA TRAJETÓRIA RECENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL .....</b>	<b>79</b>
4.1 O MEIO NATURAL E A DINÂMICA AGROPECUÁRIA.....	80
4.2 FRAGMENTAÇÃO POLÍTICA E PODER OLIGÁRQUICO .....	86
4.3 EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA E REESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL .....	91
4.4 INDUSTRIALIZAÇÃO CONCENTRADA E DESENVOLVIMENTO RURAL .....	96
4.5 ESTRUTURA AGRÁRIA E QUESTÃO REGIONAL.....	101
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>121</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>126</b>

## LISTA DE SIGLAS

ACARPA – Associação de Crédito e Assistência Técnica do Paraná  
BADEP – Banco de Desenvolvimento do Paraná.  
BANESTADO – Banco do Estado do Paraná  
BID – Banco Interamericano do Desenvolvimento.  
BIRD – Banco de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial)  
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.  
CAFÉ DO PARANÁ – Companhia Agropecuária de Fomento Econômico  
CEASA-PR – Central de Abastecimento do Paraná  
CIC – Cidade Industrial de Curitiba.  
CLASPAR – Empresa Paranaense de Classificação de Produtos.  
CMN – Conselho Monetário Nacional.  
CODEPAR – Companhia de Desenvolvimento Paranaense.  
COPASA – Companhia Paranaense de Silos e Armazéns – COPASA  
DER – Departamento de Estradas de Rodagem – PR.  
EMATER – Pr – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná.  
FDE – Fundo de Desenvolvimento Econômico.  
FMI – Fundo Monetário Internacional.  
FSCMR – Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha.  
FUNDEPAR – Fundação Educacional do Estado do Paraná.  
IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná.  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.  
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.  
ITCF – Instituto de Terras, Cartografia e Florestas.  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.  
OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico.  
OEA – Organização dos Estados Americanos.  
PMISA – Programas de Manejo Integrado de Solo e Água.  
PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios.  
POLONORDESTE – Programa de pólos de desenvolvimento do Nordeste.  
PRDI – Programa de Desenvolvimento Rural Integrado.  
PRORURAL – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural.  
RMC – Região Metropolitana de Curitiba.  
SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná.  
SEAG – Secretaria de Estado da Agricultura – PR.  
SEED – Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Paraná  
SEAGRI – Sistema Estadual de Agricultura – PR.  
SEPL – Secretaria de Estado do Planejamento – PR.  
SESB – Secretaria de Saúde e Bem Estar Social – PR  
SNPA – Sistema Nacional de Planejamento Agrícola.  
SUDESUL – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.  
UTA – Unidade Técnica Administrativa do PRÓ-RURAL

## LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – RELEVO DO PARANÁ.....	12
MAPA 2 – GRANGES REGIÕES DO PARANÁ.....	13
MAPA 3 – VEGETAÇÃO PRIMITIVA DO PARANÁ.....	36
MAPA 4 – SISTEMA FAXINAL NO PARANÁ.....	39
MAPA 5 – MESORREGIÕES GEOGRAFICAS DO PARANÁ.....	63
MAPA 6 – REGIÃO – PROGRAMA DO PRO-RURAL.....	64
MAPA 7 – SOLOS DO PARANÁ.....	81
MAPA 8 – CLIMAS DO PARANÁ.....	83
MAPA 9 – MAPA DOS CONGLOMERADOS AGROPECUÁRIOS DO PARANÁ.....	85
MAPA 10 – DIVISÃO POLÍTICA DO PARANÁ.....	88

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – ÁREA, DENSIDADE POPULACIONAL, NÚMERO DE MUNICÍPIOS, PARTICIPAÇÃO NA POPULAÇÃO TOTAL DO ESTADO E GRAU DE URBANIZAÇÃO, SEGUNDO GRANDES REGIÕES E MESORREGIÕES DO PARANÁ (1996).....	87
TABELA 2 – RENDA MÉDIA FAMILIAR, PROPORÇÃO DE CHEFES DE DOMÍLIO COM RENDA ATÉ 2 SALÁRIOS MÍNIMOS, POPULAÇÃO ALFABETIZADA DE 15 ANOS E ESCOLARIDADE MÉDIA, SEGUNDO GRANDES REGIÕES E MESORREGIÕES DO PARANÁ (1991).....	90
TABELA 3 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL DO PARANÁ SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E MESORREGIÕES, EM 1970, 1991 E 2000 (EM MILHARES).....	91
TABELA 4 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA DO PARANÁ, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E MESORREGIÕES, EM 1970, 1991 E 2000 (EM MILHARES).....	93
TABELA 5 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL DO PARANÁ SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E MESORREGIÕES, EM 1970, 1991 E 2000 (EM MILHARES).....	94
TABELA 6 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, POR GRUPOS DE ÁREAS (ha), NAS GRANDES REGIÕES E MESORREGIÕES DO PARANÁ, EM 1970 E 1985.....	102
TABELA 7 – TAMANHO MÉDIO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, POR GRUPOS DE ÁREAS (ha), NAS GRANDES REGIÕES E MESORREGIÕES DO PARANÁ, EM 1970 E 1985.....	103
TABELA 8 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL POR GRUPOS DE ÁREAS (ha) DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, NAS GRANDES REGIÕES E MESORREGIÕES DO PARANÁ, EM 1970 E 1985.....	106
TABELA 9 – EVOLUÇÃO DA CONDIÇÃO DO PRODUTOR SEGUNDO O NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, NAS GRANDES REGIÕES E MESORREGIÕES DO PARANÁ, EM 1970 E 1985.....	107
TABELA 10 - EVOLUÇÃO DA CONDIÇÃO DO PRODUTOR SEGUNDO A ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, NAS GRANDES REGIÕES E MESORREGIÕES DO PARANÁ, EM 1970 E 1985.....	108
TABELA 11 – EVOLUÇÃO ABSOLUTA E PERCENTUAL DAS FORMAS DE USO DO SOLO DA AGROPECUÁRIA PARANAENSE, EM 1970 E 1985.....	109
TABELA 12 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS NO VALOR DA PRODUÇÃO, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E MESORREGIÕES DO PARANÁ (1979-81 / 1992-94 – MÉDIAS TRIMESTRAIS).....	110



TABELA 13 – PERCENTUAL DA ÁREA COLHIDA E DO VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NAS GRANDES REGIÕES DO ESTADO DO PARANÁ (MÉDIA 1992-94).....	110
TABELA 14 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS NO VALOR DA PRODUÇÃO, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E MESORREGIÕES DO PARANÁ (1979-81 / 1992-94 – MÉDIAS TRIMESTRAIS).....	111
TABELA 15 – ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E NÚMERO DE TRATORES SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E MESORREGIÕES DO PARANÁ EM 1970 E 1985..	113
TABELA 16 – TIPIFICAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO PARANÁ – 1980.....	115
TABELA 17 – TOTAL DE PESSOAL OCUPADO, TOTAL E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE RESPONSÁVEIS E MEMBROS NÃO REMUNERADOS NA FAMÍLIA EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PESSOAL OCUPADO NA AGROPECUÁRIA, SEGUNDO GRANDES REGIÕES E MESORREGIÕES DO PARANÁ (1995/96).....	119

## RESUMO

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. **Desenvolvimento rural e desenvolvimento territorial: O caso do Paraná tradicional.** Rio de Janeiro: UFRRJ, 2003. 136 p. (TESE, Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, área de concentração Desenvolvimento e Agricultura).

O objetivo da tese é analisar a trajetória regional de desenvolvimento rural ocorrida no Paraná Tradicional. A análise tem como ponto de referência institucional o Plano de Desenvolvimento Rural Integrado – PARI, que foi implementado nessa região na década de 1980, denominado PRO-RURAL. Esse programa não conseguiu abordar devidamente os fatores endógenos relacionados àquela trajetória. A análise dessa questão ocorreu a partir de um enfoque territorial, de acordo com a concepção de desenvolvimento territorial. Dessa forma, foi possível rever as análises nas quais o enfoque setorial era determinante. Essa revisão permitiu concluir que a região permanece apresentando quadros de pobreza e desigualdade social no seu espaço rural, que justificam um novo conjunto de ações públicas visando o desenvolvimento rural e regional. Para tal, estão entre as conclusões da tese, algumas sugestões de políticas regionais que poderiam ser consideradas em um novo projeto de intervenção territorial definido para a região.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento, território, região.

## ABSTRACT

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. **Territorial and rural development. Traditional Parana's case.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. 136 p. (Thesis, Doctorate in Development, Agriculture and Society; concentration area: Development and Agriculture)

The purpose of this thesis is to analyze the recent history of the rural expansion that took place in the traditional portion of the state of Parana. The starting point is the Integrated Rural Development Act, which was introduced in this region in the 1980's, and was dubbed PRO-RURAL. This program failed to consider the intrinsic aspects of the system's history. The analysis of this issue had a territorial approach, according to the concept of territorial development. As a result, it was possible to review the analyses in which the regional focus was decisive. This review led to the conclusion that poverty levels remain high in the rural area, which justifies a new set of public actions aiming at the rural and regional development. Therefore, among the conclusions of this thesis are proposals of regional policies that could be considered for a new project of territorial intervention in the region.

## INTRODUÇÃO

O Paraná apresentou no último século uma evolução histórico – geográfica bastante rica em experiências espontâneas e planejadas de transformações territoriais. Em primeiro lugar, houve a intensificação do povoamento das suas áreas mais interioranas. A ocupação populacional efetiva do estado terminou na década de 1960. Em seguida, o Paraná foi palco de uma importante reconversão produtiva, no bojo do que se convencionou chamar de modernização da agricultura. Mudanças diretas bastante significativas foram geradas na estrutura agrária de algumas regiões, enquanto em outras as transformações não foram tão generalizadas e decisivas.

A estrutura territorial do estado também foi redefinida através da implementação do projeto de desenvolvimento paranaense a partir da década de 1960. Esse projeto confunde-se com a industrialização do Paraná. A industrialização significou a incorporação ao parque industrial do estado de segmentos novos, que permitiram a diversificação produtiva desse setor.

Nas últimas décadas, o espaço rural estadual também foi alvo de intervenções territoriais governamentais. Os instrumentos utilizados foram os grandes programas de desenvolvimento rural, definidos para regiões específicas ou voltados para problemas gerais ou restritos.

Todos esses elementos de reestruturação territorial impactaram a reprodução social da população paranaense; inicialmente, eles estancaram o movimento de absorção de excedentes populacionais de outras regiões brasileiras, depois, um contingente significativo de agricultores vinculados principalmente a algumas culturas específicas como café e o algodão tiveram a permanência como pequenos produtores rurais inviabilizada. Como essas culturas são mais importantes no norte do estado, foi nessa região que se destacou um imenso movimento de esvaziamento do espaço rural e das pequenas cidades.

O corolário inevitável dessa dinâmica foi a urbanização que marcou a estrutura territorial do Paraná, na qual se sobressaiu a intensa concentração populacional na Região Metropolitana de Curitiba – RMC, num típico processo de metropolização. Além disso, houve um movimento de diferenciação social entre os produtores rurais. Esse movimento gerou no cume da pirâmide social, em que se pode representar a estrutura social do espaço rural, um grupo de produtores integrados ao modelo de agricultura moderna com alta capacidade produtiva e financeira, mas manteve na base um numeroso grupamento de produtores de subsistência, mais significativo no Paraná mais antigo do que nos “Paraná” de colonização recente. A constatação de uma situação como essa, numa fração do espaço nacional na qual se localizam os estados tidos como os que apresentam a melhor estrutura sócio-econômica do País, é a melhor justificativa para um estudo regional enfocando o desenvolvimento rural paranaense.

Finalmente, é de se destacar também, como resultado do modelo de industrialização, a intensa concentração industrial numa área restrita da extensão territorial do Paraná: a RMC. Esse espaço regional foi o grande receptáculo das plantas industriais ligadas aos segmentos econômicos não tradicionais que passaram a fazer parte da estrutura industrial do estado, desde a refinaria de petróleo (município de Araucária) inaugurada no final da década de 1970, até as montadoras de automóveis (municípios de São José dos Pinhais e Campo Largo) que se instalaram na segunda metade dos anos 90. No interior, houve concentração em regiões polarizadas por algumas cidades, pequenas e médias, tendo em vista que os setores dominantes foram os tradicionais, basicamente o agroindustrial, mas também segmentos afins, pois se baseiam em matérias-primas agro-florestais, como o têxtil, o madeireiro e o de papel e

celulose. Os novos investimentos nesses segmentos, em sua maioria, foram realizados por grandes empresas nacionais ou multinacionais ou pelas mega-cooperativas que existem no estado.

É nesse contexto que se insere o desenvolvimento rural paranaense, até porque as transformações ocorridas no espaço rural estão na base de toda a reestruturação territorial observada. Na tese, procura-se abordar a regionalidade contida nesse processo a partir de um enfoque renovado. Essa regionalidade expressa-se no Paraná pela existência de três grandes trajetórias regionais de desenvolvimento rural bem marcadas. Essas trajetórias acompanham os processos histórico-geográficos distintos que construíram a estrutura territorial do Paraná.

O primeiro processo tem suas origens ainda no século XVII. Começou com a ocupação populacional da planície litorânea e dos campos e matas dos planaltos interioranos e, no final do século XIX, ainda não havia ultrapassado os limites centrais da área territorial do estado. Nessa conjuntura, iniciou-se o segundo processo histórico-geográfico pela penetração de população oriunda de São Paulo pelo nordeste do Paraná. Esse movimento colonizador expandiu-se, em ondas sucessivas, por todo o norte do estado. O último processo instalou-se no sudoeste, ainda na primeira metade do século XIX, mas só se intensificou na década de 1950. Os atores sociais principais desse processo foram os agricultores originários do noroeste do Rio Grande do Sul.

Cada um desses processos deu origem a estruturas territoriais diferentes, a partir das quais podem ser identificadas frações do espaço geográfico correspondentes às regiões ou territórios específicos. O processo mais antigo deu origem à região que se convencionou chamar de Paraná Tradicional; os mais recentes às regiões Norte e Sudoeste. Essas são as três grandes regiões que formam a diversidade territorial fundamental do estado.

O enfoque territorial presente na tese busca valorizar essa questão regional, porquanto cada um desses territórios apresenta processos endógenos de desenvolvimento rural. Procura-se abordar um desses processos. Trata-se do caso do Paraná Tradicional. Esse território regional foi escolhido, porque foi o alvo da primeira grande ação social direcionada para uma região específica do Paraná. Essa ação social correspondeu ao Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Estado do Paraná – PRÓ-RURAL. Com isso, buscou-se analisar a trajetória de desenvolvimento rural do Paraná Tradicional, relacionando-a com a intervenção territorial que se realizou, visando transformar essa trajetória. Um dos propósitos do presente trabalho é analisar os pressupostos que nortearam o planejamento e a execução do programa, de modo a demonstrar que essa ação social não considerou devidamente o processo endógeno de desenvolvimento rural regional. Prevaleceu um enfoque homogeneizador, que era um dos princípios básicos das concepções de desenvolvimento que forneceram a base teórica para essa ação.

O elemento mais importante do enfoque homogeneizador era uma visão etapista do processo de desenvolvimento. Ela considerava que os países ou regiões têm etapas a transpor na caminhada em direção ao desenvolvimento. Essas etapas são pré-determinadas, sendo que a última delas representa o modelo de sociedade que deve ser perseguido pelas diferentes comunidades. Trata-se de um projeto de homogeneização social, que se confunde com o próprio desenvolvimento. O principal propulsor desse projeto era a industrialização, em detrimento dos demais setores econômicos. Esses setores deveriam evoluir em função do setor prioritário. Assim, o setor primário foi chamado a contribuir com renda, população, alimentos e matérias-primas no esforço de industrialização. Essa visão funcional também estava contida nas concepções de desenvolvimento que instruíram as ações sociais que prevaleceram, dando a elas um viés setorial.

Através da definição de um caminho pré-determinado, para se atingir uma etapa pré-definida, as especificidades regionais eram vistas como fenômenos territoriais irrelevantes,

pois iriam ser transformadas e colocadas nos trilhos da evolução social inexorável. As ações sociais acabariam por incorporar essa lógica e até os críticos dessas ações em si, ou da forma como elas foram definidas e implementadas, tanto os de filiação liberal quanto os de convicção dialética, mostravam estar baseados em alguns pressupostos comuns. Isso porque, naquela conjuntura, havia um paradigma historicista que pairava acima das divergências teóricas e ideológicas, no que se refere a questão do desenvolvimento.

Como havia esse padrão paradigmático impregnando as ações diretas, e mesmo as indiretas, o enfoque homogeneizador também estava presente no projeto de desenvolvimento paranaense capitaneado por uma industrialização concentrada em termos espaciais e empresariais. Assim como também estava inserido nos princípios da política promotora da modernização agrícola definida no âmbito do governo federal. O padrão paradigmático historicista apoiava-se, de um lado, na teoria da modernização, e de outro, na defesa da existência de uma evolução imanente do capitalismo.

Essas políticas e programas são vistos como vetores exógenos impostos sobre determinadas estruturas territoriais. Ao atingirem essas estruturas produzem transformações. As transformações variam de acordo com a interação entre esses estímulos externos e a endogeneidade territorial contida nas diferentes regiões. Ora, se os resultados das interações são diferentes, mas há um padrão único nos vetores exógenos, o que pode explicar as trajetórias distintas é a endogenia territorial.

Assim, na tese, procurou-se redefinir os elementos determinantes do processo endógeno de desenvolvimento rural do Paraná Tradicional. Isso foi feito pela análise da formação territorial do espaço rural dessa região e das dinâmicas recentes geradas pela interação entre as políticas e programas setoriais e espaciais e a estrutura territorial regional.

Como já se afirmou, essas políticas e programas são vistos como vetores exógenos. No Paraná a política de modernização agrícola, o projeto de desenvolvimento paranaense e os programas de desenvolvimento rural correspondem aos três grandes vetores exógenos lançados sobre as diferentes estruturas territoriais do estado. Não obstante as referências que são feitas a essas três políticas, a análise concentrou-se sobre os programas, em especial o PRO-RURAL.

A consideração desses programas relaciona-se à crença que se tem nas ações sociais lideradas pelo Estado, sob a forma de intervenções territoriais dirigidas para regiões específicas. Da mesma forma, acredita-se que a eficácia dessas ações sociais depende, em primeiro lugar, dos referenciais teórico-metodológicos que fundamentam todas as suas fases constitutivas. A fase do diagnóstico resulta numa espécie de um modelo de interpretação que se propõe sobre uma determinada realidade territorial. O diagnóstico corresponde ao modelo desse tipo de uma determinada realidade territorial, que não obstante à carga de objetividade que normalmente carrega, não deixa de ser uma proposta subjetivada pelo seu referencial. De outra forma, o programa ou plano que resulta dessa primeira fase, pode ser considerado como um modelo de ação, que acompanha as premissas do quadro teórico-metodológico que lhe dá fundamentação. Se as conclusões da primeira fase estão equivocadas, porque baseadas em referenciais teórico-metodológicos inconsistentes, a eficácia da segunda fase estará prejudicada desde a origem. Dir-se-ia que com o PRÓ-RURAL aconteceu isso. O modelo de interpretação que o fundamentou, apresenta incongruências teórico-metodológicas, que estão sendo desveladas pelas reconceituações presentes nas concepções de desenvolvimento que incorporam uma perspectiva territorial. Assim, sustenta-se na tese que a concepção de desenvolvimento territorial permite rever as análises regionais nas quais se baseiam os modelos de interpretação que precedem a montagem das ações sociais de caráter espacial. Na presente abordagem do espaço rural do Paraná Tradicional busca-se, justamente, rever os pressupostos básicos das análises precedentes, procurando demonstrar que as expressões

territoriais dos fenômenos abordados não foram devidamente percebidas e, destarte, valorizadas. Com isso, os processos endógenos não eram considerados de acordo com o nível de importância que apresentam.

Para promover a análise da endogeneidade territorial, do objeto de estudo da tese, procurou-se definir um referencial teórico-metodológico eclético, que permitisse renovar essa análise de acordo com os avanços conceituais constatados nas concepções de desenvolvimento e nas abordagens contemporâneas do mundo rural e da questão regional. Nesse referencial, o primeiro aspecto destacado é a rejeição à visão etapista do desenvolvimento. Nesse sentido, busca-se escapar da armadilha teórico-metodológica contida no uso dos termos subdesenvolvimento e atraso, referindo-se a uma etapa na qual estariam determinados países ou regiões. Assim, a análise das características de um território não visa classificá-lo dentro de uma escala de desenvolvimento, mas sim valorizar os processos endógenos contidos numa estrutura territorial. Um segundo aspecto, é definir o conceito de território considerado na tese. Esse conceito é visto como o eixo determinante da concepção de desenvolvimento territorial. Nessa concepção, destaca-se o pressuposto de que em territórios específicos fazem-se presentes determinadas tramas de elementos físicos e humanos que os caracteriza e lhes fornecem as bases das suas possibilidades de desenvolvimento.

Além disso, procura-se destacar na definição do referencial teórico-metodológico da tese as similitudes entre esse conceito de território e o de região conforme a mais influente tradição regionalista da geografia. O que se procura evidenciar é que esses conceitos buscam abordar uma determinada fração do espaço geográfico, na qual se conformou uma estrutura territorial, que se apresenta diferenciada ao ser confrontada com outras estruturas. Essas estruturas surgem como resultados dos processos histórico-geográficos passíveis de serem identificados e definidos no âmbito de cada estrutura territorial. São esses processos que dão o caráter concreto às frações do espaço geográfico, que se definem como regiões, territórios ou territórios regionais.

Nesses termos, os processos histórico-geográficos são agentes de regionalização, que se opõem aos métodos de regionalização abstratos, baseados em variáveis criadas ou escolhidas pelo sujeitos do conhecimento, os quais fornecem muito mais uma visão espacializada da combinação dessas variáveis, do que, propriamente, conseguem identificar regiões ou territórios que guardam alguma pertinência com determinados processos histórico-geográficos. Por sua vez, são esses processos, vistos como agentes de regionalização, que vão ser determinantes na definição da escala espacial utilizada pelo estudo. No caso do Paraná, como existem três processos com expressões territoriais muito bem demarcadas no interior do estado, optou-se por uma escala intermediária entre a estadual e a local (municipal). Acredita-se que nesse nível escalar é possível analisar as diferenças determinantes entre os três processos endógenos de desenvolvimento rural encontrados no estado. De outra forma, na escala estadual esses processos distintos permaneceriam escamoteados em generalizações pouco esclarecedoras para instruir ações sociais territoriais voltadas para regiões específicas. Por outro lado, a opção por uma escala local pode significar uma dispersão pouco produtiva de esforços analíticos, já que a fragmentação político-administrativa insere-se em processos formativos de estruturas territoriais que acabam dando bases histórico-geográficas comuns a um bom número de municípios, que se concentram em determinadas regiões ou territórios. Assim, a compreensão de certas realidades locais, está inserida num processo mais amplo com expressão territorial ou regional.

Um último aspecto do referencial teórico-metodológico diz respeito à visão que se tem do espaço rural como componente absolutamente integrado ao espaço urbano na textura de uma estrutura territorial. Nesses termos, a falta de percepção sobre essa questão acaba por

cristalizar uma espécie de “setorialização” espacial que as abordagens territoriais buscam superar. Contudo, estar consciente da necessidade de superar essa dicotomia não significa abrir mão de se usar as expressões espaço rural ou espaço urbano, como recurso analítico com objetivo de especificar melhor alguns argumentos.

De qualquer forma, não faz parte dos objetivos da tese integrar-se à discussão sobre a natureza do rural ou da ruralidade, mas se considera totalmente superada a classificação que define como espaço urbano as áreas citadinas, muitas vezes minúsculas, incrustadas em estruturas territoriais nas quais a vida econômica e social é definida por um padrão marcadamente rural.

Definido o referencial teórico-metodológico, ele foi aplicado à análise territorial que se desenvolve na tese. Em primeiro lugar, abordando a formação territorial do espaço rural do Paraná Tradicional. O objetivo é buscar as raízes histórico-geográficas do quadro territorial com o qual se deparou o conjunto dos analistas e planejadores que construíram os diagnósticos sobre as características desse quadro e as políticas e programas que visavam transformá-lo. Partiu-se do pressuposto de que as raízes analisadas são indispensáveis para a compreensão do processo endógeno do desenvolvimento rural regional. Em seguida, procurou-se analisar os programas governamentais de desenvolvimento rural que foram implementados nas duas últimas décadas no Paraná, em especial o PRÓ-RURAL.

Essa análise iniciou-se com o resgate dos antecedentes e contextos nos quais os programas foram definidos e implementados para, em seguida, analisar os diagnósticos nos quais eles se basearam. Por último, abordaram-se também as avaliações realizadas sobre os programas. O objetivo é identificar e analisar o marco teórico que instruíra essas avaliações. Na tese, parte-se do pressuposto que a eficácia dos programas teria sido prejudicada pelo marco teórico que fundamentava os diagnósticos e, destarte, o próprio programa. Assim, em primeiro lugar existiria um problema na construção do conhecimento sobre uma certa estrutura territorial, que, por sua vez, teria gerado uma proposta pouco eficiente para promover melhoria nas condições de vida do que esses programas chamam de público alvo, que é a população visada na Região Programa. A hipótese que orienta a presente análise do programa que tinha o Paraná Tradicional como Região Programa (PRO-RURAL) é basicamente que o programa não considerou devidamente a endogeneidade contida na estrutura territorial que visava transformar, porquanto estava baseado num enfoque homogeneizador para o qual as especificidades regionais não eram valorizadas, porque elas seriam transformadas por movimentos uniformizadores pré-definidos ou pelo processo de evolução imanente do capitalismo. O resultado foi que os formuladores do programa não conseguiram perceber a reação determinante dos processos endógenos frente à força homogeneizante dos vetores exógenos lançados como estímulos externos sobre certas estruturas territoriais regionais. Nessa interação, respostas específicas surgem adaptadas a cada estrutura, que acabam por conformar trajetórias regionais de desenvolvimento rural como amálgamas territoriais que se tornam novamente a base endógena das transformações que advirão de novas interações, num devir ininterrupto e inesgotável, que desmente qualquer fim que se possa enxergar para a história.

Por último, parte-se para analisar a trajetória recente de desenvolvimento rural constatada no Paraná Tradicional. O objetivo é ressaltar que o quadro territorial construído neste estudo, submetido à influência de vetores exógenos, continuou a produzir respostas específicas. Com isso, políticas e programas que não consideram devidamente essa endogenia, permanecerão como ações sociais territoriais pouco eficientes e com grande possibilidade de fracassarem, assim como malograram as intervenções anteriores.

Como a unidade de análise é o território, essa análise pode considerar todas as dimensões contidas na trama que dá concretude a essas frações do espaço geográfico, como as



naturais, econômicas, culturais e políticas. Em cada uma dessas dimensões é possível focalizar um número imenso de elementos e variáveis. Nesses termos, análises regionais podem vir a se transformar em pesquisas extremamente complexas e volumosas. Procurando evitar esse caminho, buscou-se na presente pesquisa selecionar algumas dimensões e, em relação a elas, trabalhar com uns poucos elementos e variáveis, que fossem suficientes para sustentar os pontos de partida do trabalho. Acredita-se que o resultado dessa operação metodológica acabou por revelar alguns elementos pouco considerados em análises anteriores. No entanto, não se tem nenhuma ilusão sobre o caráter sempre incompleto das sínteses territoriais. Nessas sínteses, o pesquisador está diante de um desafio imenso, que é captar a complexa espacialidade que envolve os fenômenos sociais. Não resta dúvida de que o máximo que se poderá conseguir é uma aproximação, que indicará que a tarefa estará apenas no começo, mas que alguma contribuição se terá dado.

Para atingir os objetivos gerais definidos na tese, recorreu-se a alguns procedimentos de pesquisa adaptados aos objetivos específicos de cada capítulo. No capítulo sobre a formação territorial do espaço rural do Paraná Tradicional, o procedimento básico foi realizar uma revisão dos estudos clássicos que abordam a evolução dessa região, complementada pela leitura de análises recentes que também oferecem uma reavaliação desses clássicos. A idéia foi lançar um novo olhar sobre uma velha realidade regional, buscando, principalmente, captar a expressão territorial dos fenômenos sociais que definem a especificidade dessa realidade.

No capítulo seguinte, que analisa os grandes programas governamentais de desenvolvimento rural implementados no Paraná nas últimas décadas, centrado no PRO-RURAL, o procedimento básico foi aplicar a mesma metodologia do capítulo anterior, para uma análise renovada dos textos relacionados direta ou indiretamente a esse programa. Esses textos correspondem a diagnósticos, relatórios, manuais, avaliações ou aos próprios programas. Nesse caso, esses materiais são considerados fontes qualitativas da pesquisa. Essa pesquisa busca identificar nesses trabalhos o contexto teórico e social no qual se inseria a formulação e implementação do programa que é analisado de forma mais detalhada. É a partir dessa análise, que também são feitas referências aos demais programas (Paraná Rural; Paraná 12 meses), muito embora eles não sejam objetos específicos de estudo da tese. Mas como esses programas indicam uma certa continuidade no padrão de ação social de caráter territorial pioneiramente implementado no estado, as referências mostram-se pertinentes e enriquecem a análise desenvolvida.

No último capítulo, a pesquisa bibliográfica é complementada por um levantamento quantitativo. Os estudos considerados no capítulo anterior deixam de ser apenas fontes e os argumentos neles contidos são considerados na análise sobre a trajetória recente de desenvolvimento rural do Paraná Tradicional. Além desses estudos relacionados aos programas, outras análises também são integradas à discussão promovida no capítulo, que procurou selecionar algumas variáveis específicas relacionadas às diversas dimensões que formam uma determinada realidade territorial. Essa abordagem seletiva é necessária para viabilizar as análises de cunho regional. O grande desafio que envolve essa seleção, é que a análise das variáveis consideradas deve ser suficiente para sustentar os argumentos propostos no trabalho. Para tal, recorreu-se também a uma base empírica de caráter quantitativo já contida num bom número de trabalhos, mas que foi retrabalhada na tese, visando adaptá-la aos objetivos perseguidos. A fonte básica dos dados são os censos agropecuários e demográficos realizados pelo IBGE, que na sua maior parte foram considerados a partir de outros trabalhos, que já haviam avançados numa organização dos dados censitários, de uma forma que interessava a presente pesquisa. É o caso específico do trabalho de MORO (2000). Nesses termos, reforça-se a idéia de que a pesquisa não objetiva trazer uma nova base de

fontes qualitativas ou quantitativas, mas promover uma revisão dessas fontes, a partir de um quadro conceitual renovado. Tratam-se de fontes já consagradas e que são consideradas em um bom número de trabalhos.

Sem dúvida, os argumentos desenvolvidos na tese podem ser reforçados por dados não apresentados no trabalho, mas por questões operacionais e de cronograma, a pesquisa, em algum momento, tem que ser finalizada. As lacunas que naturalmente ficaram, serão retomadas em futuras pesquisas, as quais serão definidas no âmbito da linha de pesquisa que se pretende implementar e consolidar, a partir da conclusão deste curso.

Nesses termos, há grandes possibilidades pela frente, porquanto se estrutura no Paraná uma nova conjuntura política, na qual se pode perceber um questionamento do modelo de desenvolvimento que dominou o estado nos últimos anos. Pela atuação inicial do governo que assumiu neste ano, observa-se uma inversão total das premissas de atuação governamental definidas no âmbito das instituições estatais, que surge a partir de uma crítica que é dirigida ao modelo de modernização da agricultura, ao projeto de industrialização recente e, de forma mais restrita, ao programa de desenvolvimento rural que foi implementado no último governo (Paraná 12 meses), no qual se destacava o projeto das Vilas Rurais. Essa crítica vem sendo amparada em estudos, que estão sendo divulgados, e mostram níveis preocupantes de pobreza rural e urbana no Paraná, os quais são, de forma acentuada, os piores observados na região sul do Brasil. Nos debates atuais constata-se referências a metropolização, a industrialização concentrada, o agravamento da concentração fundiária e o abandono da agricultura familiar formada por produtores de subsistência e produtores simples de mercadorias, que estão presentes em todo o estado, mas são relativamente mais significativos no Paraná Tradicional. Nesse contexto, observa-se também o agravamento das tensões no espaço rural relacionadas às tentativas de acelerar o processo de reforma agrária no Paraná. Nesse caso, aflora elementos de uma questão agrária que, durante os últimos anos, tentou-se driblar, mas que se mostram ainda como decisivos.

Nessa conjuntura, a tese ganha em importância, porque o que está em jogo é a definição de um novo modelo de desenvolvimento rural voltado para a agricultura familiar não inserida no padrão definido pela Revolução Verde. Nesses termos, a revalorização dos processos endógenos, que permeia toda argumentação contida na tese, está sendo central nos debates atuais, a partir da premissa de que a qualidade das ações sociais promovidas pelo Estado melhorará, em termos de eficiência econômica e social, na razão direta dessa reconsideração.

## 1 REGIONAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL QUESTÃO

Os objetivos deste capítulo são basicamente dois: em primeiro lugar, discutir algumas questões relacionadas ao objeto amplo de estudo da tese, que é o desenvolvimento rural do Paraná; em segundo lugar, pretende-se explicar as opções feitas na definição do referencial teórico-metodológico da tese. O primeiro item é reservado para a reflexão que se faz sobre o objeto de estudo. Procura-se ressaltar a necessidade de se abordar a questão regional que se insere na problemática do desenvolvimento rural do estado. Essa preocupação é discutida como contraponto ao domínio de um enfoque homogeneizador, que regia os vetores exógenos de desenvolvimento rural, que se impuseram às estruturas territoriais estaduais.

Nos demais itens do capítulo, procura-se expor as opções teórico-metodológicas e se busca propor as reconceituações necessárias para compor o referencial que deu sustentação a análise territorial realizada na tese. Com as reconceituações propostas, a intenção inicial é analisar o marco teórico que fundamentou as políticas e programas direcionados ao espaço rural do Paraná, tentando demonstrar que havia deficiências cognitivas nesse marco, que precisam ser superadas por um outro referencial, que possibilite uma melhor compreensão da força dos processos endógenos na formação e na dinâmica das estruturas territoriais, que se pretende transformar pela ação de estímulos externos.

### 1.1 PARANÁ: DESENVOLVIMENTO RURAL E QUESTÃO REGIONAL

O interesse pelo Estado do Paraná, como objeto de pesquisa, remonta o ano de 1981 quando foi divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1980. Os dados sobre o Paraná eram os que mais chamavam atenção. Constatava-se, imediatamente, a significativa reversão do crescimento populacional do estado na década de 1970. Na década anterior, o Paraná fora o estado que apresentara o maior crescimento populacional entre os estados brasileiros. Na década de 1970, ao contrário, o Paraná apresentou o menor crescimento, que foi inferior a 1% ao ano. Os cálculos indicaram que mais de dois milhões de habitantes do Paraná emigraram naquela década. Só na região metropolitana de São Paulo foram localizados mais de 700 mil migrantes oriundos do Paraná. Além disso, a Região Metropolitana de Curitiba – RMC, ao contrário do estado, foi a que mais cresceu demograficamente no Brasil (PRADO, 1981). O que ficou evidente a partir dessas informações, foi que uma transformação bastante significativa ocorrera no Paraná nos anos 70.

Essa conjuntura de transformações foi estudada por mim no curso de mestrado, o qual resultou numa dissertação cujo objetivo foi pesquisar o processo de modernização da agricultura paranaense. O tema foi escolhido porque a reversão demográfica no estado foi uma das consequências desse processo (CUNHA, 1986). A pesquisa realizada no curso permitiu demonstrar que o processo de modernização correspondeu à integração da agropecuária paranaense ao Complexo Agroindustrial – CAI, com todas suas consequências sociais e ambientais. Isso aconteceu pela transformação do setor primário em importante mercado consumidor de produtos industrializados (químicos e mecânicos) e em grande fornecedor de matérias-primas para indústrias processadoras. O produto que liderou essas transformações foi a soja e o Estado foi o principal impulsionador desse processo, através, principalmente, de um amplo programa de crédito rural. A modernização apresentou uma característica marcante que foi a sua parcialidade. Atingiu apenas determinados segmentos de produtores e se restringiu a alguns produtos. Além disso, foi mais significativa em determinadas regiões.

A pesquisa realizada no mestrado não se preocupou com essa diversidade regional do processo porque naquela conjuntura a integração econômica e comercial entre as regiões do estado, como também entre o Paraná e os demais estados brasileiros, indicava o domínio de um poderoso movimento homogeneizador. Isso nos levou a defender que a partir da década de 1970 a diferenciação regional tornara-se “menos nítida”, pela via de uma “desregionalização crescente” provocada por uma integração do mercado local ao mercado nacional (CUNHA, 1986, p.86). Isso acabou sendo mais uma aposta em um cenário possível do que propriamente um fato. O posicionamento mostrava uma forte influência da convivência com o movimento homogeneizador que se traduzia numa política pública baseada num modelo único de desenvolvimento rural, mas também estava marcado por concepções de desenvolvimento regional nas quais a homogeneização sócio-espacial era um objetivo a ser perseguido por regiões ou países considerados subdesenvolvidos.

Um dos resultados desse enfoque é não considerar como importantes as trajetórias regionais de desenvolvimento rural que estão relacionadas à evolução de determinadas regiões. Por consequência, esse enfoque não considera também, com a atenção que eles merecem, os processos endógenos de desenvolvimento rural, os quais, por sua vez, direcionam os rumos de tais trajetórias. O enfoque homogeneizador encontra sustentação em teorias, conceitos e noções entre as quais se podem destacar a teoria etapista e a abordagem setorial da questão do desenvolvimento. O etapismo considera que o desenvolvimento ocorre em etapas que se sucederiam de forma linear num processo que levaria um país ou região de um estágio de subdesenvolvimento para um outro de desenvolvimento pleno. A etapa do subdesenvolvimento corresponderia, então, a uma situação de atraso. Como afirma MALUF, subdesenvolvimento e atraso “são categorias que, por definição, supõem a possibilidade (ou a pretensão) de convergir a uma condição julgada superior segundo critérios freqüentemente quantitativos” (2000, p.1). Essa é a questão mais importante sobre o etapismo: uma referência indispensável a uma situação ideal a ser atingida. Na teoria das etapas, como já está definido *a priori* um caminho a ser seguido e uma situação a atingir, não havia razão para se deter em especificidades regionais e locais.

A sistematização mais completa dessa abordagem foi realizada por ROSTOW, que no final da década de 1950, lançou o seu livro intitulado “As etapas do desenvolvimento econômico”<sup>1</sup>. ROSTOW definiu cinco etapas pelas quais passam os países em seus processos de desenvolvimento. O ponto de chegada é a etapa pós-industrial na qual estavam poucos países no momento em que foi lançado o livro. Entre eles, estavam incluídos os Estados Unidos da América e os países que formavam a Europa Ocidental, os quais, naquela conjuntura, estavam reunidos no Mercado Comum Europeu.

O enfoque homogeneizador e a teoria das etapas inserem-se num contexto bastante amplo dominado pela teoria da modernização, com origens na Sociologia. O pressuposto da teoria da modernização também era uma transição linear de uma sociedade primitiva para uma sociedade moderna. Eurocêntrica, a teoria da modernização defendia um progresso que se confundia com uma espécie de ocidentalização das sociedades dos mais diversos padrões culturais. Essa teoria, ao fundamentar ações governamentais visando o desenvolvimento, malogrou, porque, segundo FORBES, abstraiu “a experiência histórica do contexto (...) e não compreendeu de forma alguma as dimensões da intervenção efetiva nos problemas de subdesenvolvimento” (FORBES, 1989, p. 110).

---

<sup>1</sup> O sub-título do livro de ROSTOW é “Um manifesto não-comunista”. O momento era de “guerra fria” e o autor, ao definir as etapas de desenvolvimento que iam da etapa agrária à pós-industrial, propunha uma alternativa ao “etapismo” contido no marxismo ortodoxo.

Com um alcance não tão amplo como o etapismo, a abordagem setorial do desenvolvimento não deixa de ser muito importante nesse mesmo contexto. Ela se caracteriza por partir de uma visão fragmentada da realidade econômico-social e mesmo sócio-espacial, quando opõe a agricultura à indústria, a cidade ao campo e o econômico ao social. Nas concepções de desenvolvimento que prevaleceram entre os anos de 1950 à 1990, aproximadamente, estavam presentes todas essas três formas de oposição. A primeira, que opunha a agricultura à indústria, materializava-se numa divisão da economia em setores distintos com cada um deles exercendo funções específicas em espaços geográficos vistos como quase que inteiramente desvinculados. Nesse esquema, o desenvolvimento era sinônimo de industrialização (MALUF, 2000). A aceleração do crescimento industrial era o pressuposto desse processo. A segunda oposição, entre a cidade e o campo, foi muito considerada no Brasil entre os que se preocupavam com a questão do desenvolvimento, dando origem a uma visão dualista sobre a realidade brasileira<sup>2</sup>. Essa visão opunha um setor arcaico a um outro moderno, os quais correspondiam, respectivamente, em termos espaciais, ao campo e às cidades. Esse esquema integrava-se à oposição agricultura-indústria, na medida que o campo era visto como o *habitat* por excelência da agricultura, enquanto as cidades abrigavam as indústrias. Além disso, essa oposição cidade-campo vista sob a ótica do desenvolvimento regionalmente ou localmente considerado enfatiza uma espécie de “setorialização” do espacial, que não contribui em nada no sentido de se caminhar para uma percepção mais integrada do desenvolvimento regional. Por último, a oposição entre o econômico e o social relaciona-se a uma certa suposição contida na teoria econômica geral e em grande parte dos modelos de desenvolvimento, de que “o crescimento econômico gera efeitos benéficos para todas as camadas da população” (MALUF, 2000, P.54). Isso aconteceria através do efeito de “vazamento” do crescimento (*trickle-down effect of growth*), o qual provocaria uma espécie de gotejamento dos excedentes gerados nos segmentos em que a acumulação capitalista efetivamente se dá. Dessa forma, quanto mais acumulação, mais forte seria o gotejamento, o que resultaria no aumento das possibilidades de atender os objetivos sociais.

No Paraná, nas últimas décadas, o enfoque homogeneizador do desenvolvimento esteve presente em pelo menos três grandes momentos da evolução da sociedade paranaense. Primeiro, na formulação e implementação do projeto de desenvolvimento paranaense na década de 1960. Segundo, nos rumos tomados pela política de modernização da agropecuária brasileira que foi praticada pelos sucessivos governos federais, desde a segunda metade da década de 1960 até o final dos anos 70. Por último, nos diagnósticos e nas propostas relacionadas aos programas de desenvolvimento rural implementados no Paraná<sup>3</sup>. Inclusive, é em torno desse primeiro plano que gravita um ponto central sustentado na tese: **a questão regional relacionada ao desenvolvimento rural do Paraná foi considerada nesse programa a partir de um enfoque homogeneizador, no qual os diferentes processos endógenos constatados na evolução histórico-geográfica do estado, não foram abordados na amplitude e profundidade necessárias a uma ação pública melhor definida e direcionada.**

Os programas não deixaram de considerar a questão regional ligada ao espaço rural do Paraná. O PRO-RURAL, por exemplo, foi direcionado exclusivamente ao

---

<sup>2</sup> Essa tese foi sistematizada por J. LAMBERT, que em 1953 publicou “Le Brésil. Structure et Institutions politiques”, traduzido no Brasil sob o título “Os dois Brasis”, e publicado em 1959. O esquema explicativo contido nessa obra influenciou decisivamente o dualismo estrutural, que foi central nos debates sobre a agricultura brasileira (CUNHA, 1988).

<sup>3</sup> Os programas são: PRO-RURAL (1981 – 1986); PARANÁ RURAL (1989–1997); PARANÁ 12 MESES (1997 – 2002). O primeiro será analisado de forma mais detalhada; os outros só na medida do necessário.

Paraná Tradicional, enquanto o Paraná Rural baseou-se numa regionalização na qual o estado foi dividido em sete regiões, dentro de uma ordem de prioridade. No caso do PRO-RURAL, os diagnósticos<sup>4</sup> que serviram de base ao programa simplesmente espacializavam um bom número de variáveis quantitativas normalmente usadas para identificar níveis de desenvolvimento, e, através disso, identificavam as diferenças nesses níveis entre as regiões. A partir dos resultados constatados, as regiões foram classificadas em mais ou menos desenvolvidas. O problema maior não é a classificação em si, porquanto a metodologia leva naturalmente a ela. O que se questiona é a operação subsequente que coloca a região tida como mais desenvolvida como um modelo ou ponto de chegada, para o qual se deve dirigir a região atrasada. Não havia uma preocupação em analisar se a estrutura territorial de uma determinada região estava adaptada ao modelo proposto. E menos ainda se procurou construir propostas adaptadas aos **territórios regionais** para os quais se dirigiam as ações estatais definidas nos programas.

Essa problemática paranaense pode ser inserida no campo de questionamentos levantados por BOISIER após estudar as experiências mal sucedidas de planejamento e desenvolvimento regional na América Latina nas cinco últimas décadas (BOISIER, 1999)<sup>5</sup>. Para ele, os fracassos constatados explicam-se, em primeiro lugar, pelas “deficiências de natureza cognitiva” nas formas de conhecimento e de ação social. BOISIER defende que “isso nos tem impedido de construir **modelos mentais** de desenvolvimento regional como base para uma ação social eficiente” (BOISIER, 1999, p.320). Ele define os modelos mentais como “representações simbólicas de uma realidade percebida ou construída por um ator”. Os modelos mentais “deveriam preceder os modelos reais, e esses deveriam ser resultado dos primeiros”. É nesse ponto que começam a aparecer os problemas, porque, como argumenta BOISIER, os modelos mentais podem apresentar deficiências cognitivas oriundas do referencial teórico-metodológico em que se apóiam (BOISIER, 1999, p.321-322).

Ao se aplicar essa argumentação de BOISIER à análise dos programas de desenvolvimento rural paranaenses, pode-se afirmar que os diagnósticos que precediam aos planos correspondiam a modelos mentais. Os projetos, por sua vez, são os modelos reais, os quais resultam dos modelos mentais. Se os programas tornavam-se ações sociais pouco eficientes, a raiz do problema estava na etapa anterior: exatamente aquela na qual eram construídos os modelos mentais. Um ponto importante destacado por BOISIER é que as deficiências de natureza cognitiva, no campo específico do desenvolvimento regional, não estão diminuindo, mas, ao contrário, aumentando em consequência da revolução científica e tecnológica que atinge o território<sup>6</sup> (BOISIER, 1999, p.320).

No Paraná, a falta de atenção com a endogenia que acompanha cada um dos seus territórios regionais é um problema, porque se deixa de focar a questão regional nas suas origens. Nesse ponto, pode-se expor uma outra questão central da tese: **O desenvolvimento rural do Paraná possui três grandes trajetórias regionais, as quais estão inseridas nos processos histórico-geográficos que deram origem aos territórios regionais paranaenses, e com eles se confundem.**

---

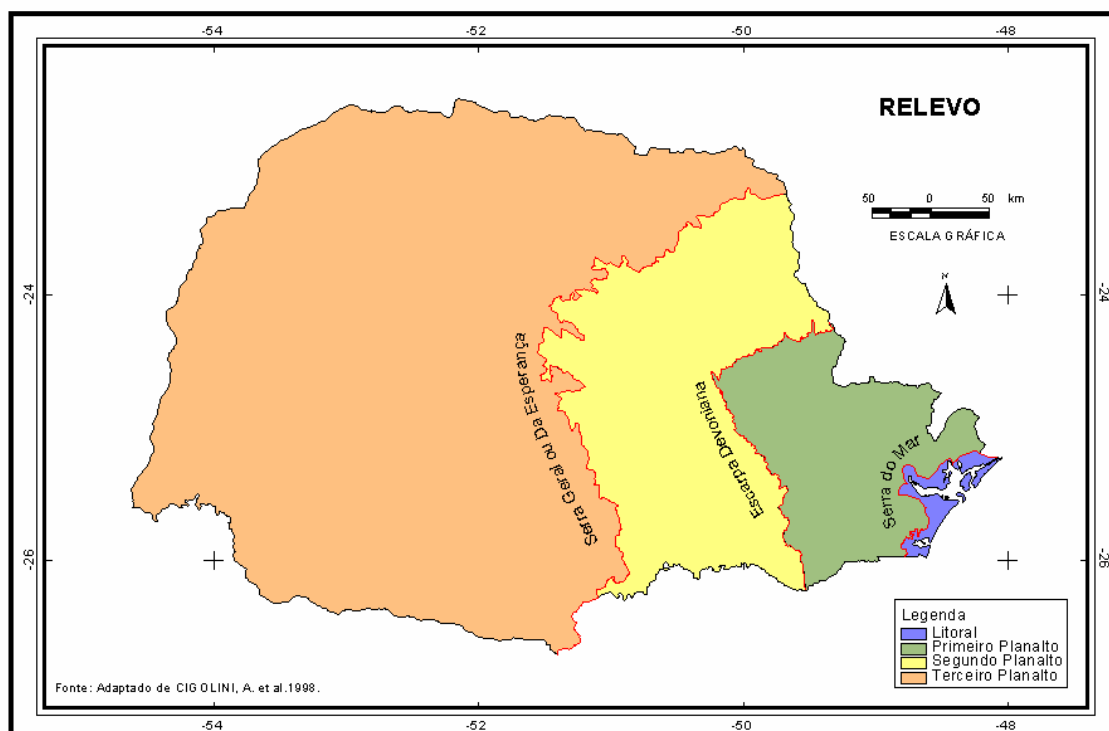
<sup>4</sup> São classificados como diagnósticos os estudos relacionados aos programas e também outros estudos realizados por órgãos oficiais da administração pública do Paraná.

<sup>5</sup> Embora a argumentação de BOISIER refira-se ao desenvolvimento regional, ela é pertinente à tese, porque o espaço rural é parte integrante de uma região.

<sup>6</sup> Essa é uma questão central em HAEBART; LIMONAD (1999) e HAESBAERT (1999).

O primeiro processo iniciou-se no litoral, no século XVII, e resultou na formação territorial da região ou território regional que se convencionou chamar de Paraná Tradicional. Esse processo estendeu-se pela planície litorânea, as encostas da Serra do Mar, o primeiro, segundo, e o terceiro planalto, mas neste último apenas no centro-sul do estado, onde se localiza a cidade de Guarapuava<sup>7</sup>. (Mapa 1)

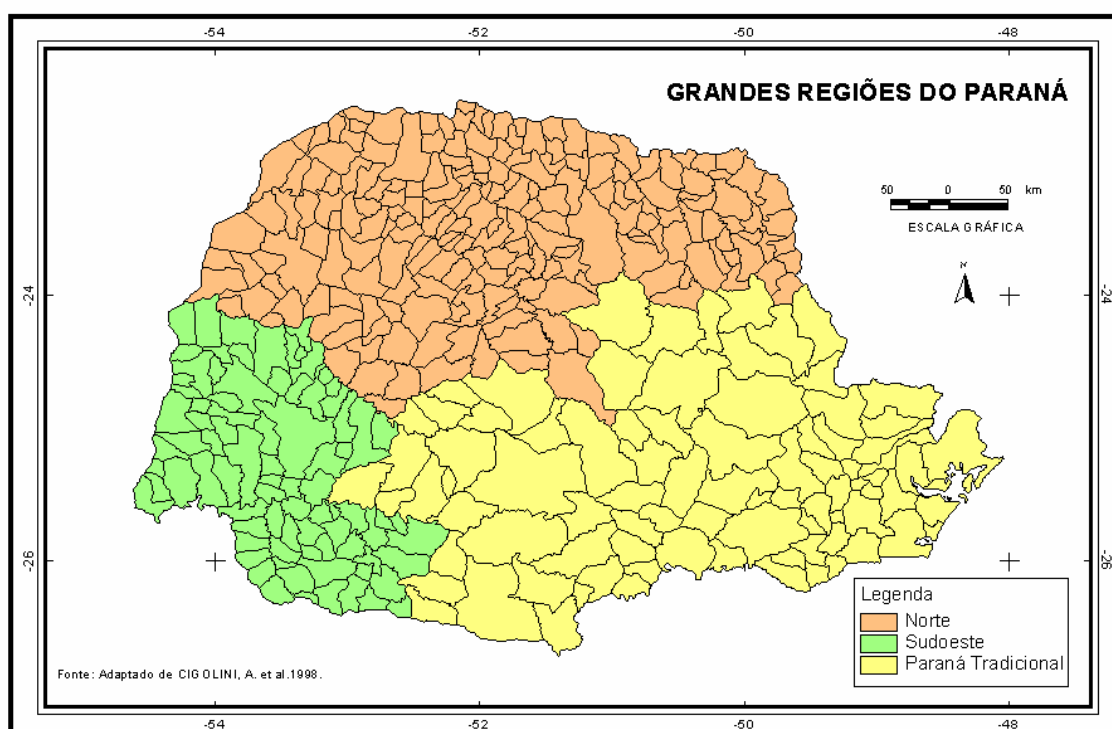
MAPA 1 – RELEVO DO PARANÁ



Um segundo processo histórico-geográfico de ocupação efetiva, que começou pelo nordeste do Paraná, na segunda metade do século XIX, com população oriunda de São Paulo e Minas Gerais, e que significou a expansão da economia cafeeira em direção às terras roxas paranaenses. Por último, o processo que se iniciou na primeira metade do século XX, com população do oeste do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em direção ao sudoeste do Paraná. Os três processos são absolutamente distintos. Isso é um ponto básico da história e da geografia do Paraná. Pesquisadores de quaisquer matrizes ideológicas não deixarão de constatar isso, ao se debruçarem sobre a realidade paranaense. Assim, sustenta-se que há uma regionalização fundamental ou uma diversidade territorial básica para se compreender o desenvolvimento rural do Paraná. No mapa 2 é possível visualizar esta diversidade.

MAPA 2 – GRANDES REGIÕES DO PARANÁ

<sup>7</sup> A geografia física do Paraná mostra que do litoral até o limite oeste do estado (Rio Paraná) sucedem-se três grandes planaltos: o primeiro de Curitiba; o segundo, dos Campos Gerais; o terceiro, das terras roxas.



Uma primeira teorização sobre essa diversidade foi proposta por MACHADO (1951), ao construir um modelo no qual o Paraná é dividido em três grandes comunidades distintas (RITTER, 1980). O modelo machadiano foi sintetizado por WESTPHALEN et al. de uma forma que é possível entender seus aspectos principais:

Na década de 1960, todo o estado do Paraná está com o seu território ocupado, desaparecendo as frentes pioneiras e os grandes problemas de terras. Encontram-se e começam a confundir-se as três ondas de povoamento, a do Paraná tradicional que se expandiu desde o século XVII, de Paranaguá e Curitiba, pelas regiões de campo, com a criação de gado, a indústria da erva-mate e de madeira de pinho; a dos agricultores da agricultura tropical do café que, pelas origens e pelos interesses históricos, ficaram mais diretamente ligados a São Paulo; e a dos colonos da agricultura de subsistência, plantadores de cereais e criadores de suínos que, pela origem e pelos interesses históricos, se ligavam mais intimamente ao Rio Grande do Sul. **Cada uma dessas três ondas criou o seu próprio tipo de economia, formou um tipo de sociedade e fundou as próprias cidades** (sem grifo no original) (WESTPHALEN et al., 1968, p.7-8).

Esses diferentes processos tiveram como consequência a formação das três grandes regiões do Paraná: Paraná Tradicional; Norte; e o Sudoeste. Nessas regiões inserem-se as três trajetórias regionais de desenvolvimento rural distintas. Colocando-se nesses termos, parece que se está explicando o óbvio. Mas não é bem assim, pois se identificam outras regionalizações e outros enfoques regionais sobre a sociedade paranaense.

Uma proposta interessante é a defendida por ROLIM (1995), destacada aqui porque através da crítica aos seus elementos principais, chega-se as propostas teórico-metodológicas da tese. ROLIM propõe dividir o Paraná em dois espaços econômicos relativamente opostos e conflitantes classificados como Paraná Urbano e Paraná do Agrobusiness (ROLIM, 1995). O Paraná Urbano corresponde a uma área que engloba o litoral, a RMC e uma estreita faixa sul-sudeste, acompanhando o vale do Rio Iguaçu, que se estende até Palmas (no médio vale). O Paraná do Agrobusiness corresponde ao restante do estado, incluindo uma boa parte das



regiões lideradas por Ponta Grossa e Guarapuava (Paraná Tradicional) e as outras duas regiões paranaenses. Para propor essa regionalização ROLIM considera fatores demográficos (população urbana e rural) e produtivos (produção agrícola). Aplica uma metodologia de base matemática e conclui que, na primeira metade da década de 1990, era possível identificar duas dinâmicas econômico-sociais distintas no Paraná: uma urbano-industrial e uma outra classificada aqui, de rural-industrial. As demandas político-econômicas dessas duas dinâmicas seriam conflitantes e, por isso, havia uma dificuldade maior em se formular um novo projeto político-econômico para o Paraná<sup>8</sup> (ROLIM, 1995, p.86).

Para chegar a essa conclusão, o referencial teórico e metodológico de ROLIM é adequado. O que se questiona é abordar aspectos do desenvolvimento rural do Paraná a partir do mesmo referencial. Nesse ponto, os resultados não foram tão bons e isso será motivo de uma análise crítica. Basicamente, porque o Paraná Urbano é muito mais rural do que se chegou a perceber e o Paraná do Agrobusiness é fortemente urbanizado. De qualquer forma, pelo menos, ainda há uma preocupação com a questão regional na argumentação de ROLIM, porque existem posicionamentos bastante influentes que não têm essa postura. É o caso de alguns estudos inseridos no Projeto Rurbano<sup>9</sup>, os quais avançam conclusões amplas e abrangentes, mas sem procurar regionalizá-las. Inclusive, é desse projeto que deriva a proposta de um Novo Rural dominando o espaço rural do Brasil atual. Nesse Novo Rural, as atividades agrícolas perdem importância diante das atividades não-agrícolas que crescem cada vez mais. Isso tem implicações decisivas na formulação e implementação de políticas públicas para o meio rural (CAMPANHOLA; SILVA, 2000).

Os dados analisados de forma geral realmente indicam esses fatos, mas quando se estudam casos específicos, surgem questões regionais que não podem ser desconsideradas. Esse é o caso da pesquisa de SOUZA, inserida no Projeto Rurbano, que constatou no Paraná, entre 1992 e 1998, uma redução significativa da população dedicada às atividades agrícolas e um aumento da população não-agrícola no espaço rural do estado (SOUZA, 2000). Todavia, o que não é considerado é a regionalidade presente nesse fenômeno. Essa omissão é facilmente comprovada ao se constatar que grande parte das transformações foram resultados de reconversões produtivas que atingiram produtos com expressão regional muito bem marcada no interior do Paraná, como o café e o algodão, cultivados, quase que exclusivamente, na grande região Norte. O que se defende é que o desenvolvimento rural do Paraná define-se exatamente por meio de uma regionalidade que lhe é muito marcante.

Essa questão regional é abordada na tese, a partir da análise do caso do Paraná Tradicional. A opção por essa região explica-se por razões teóricas e práticas. Em termos teóricos, porque se pretende valorizar a meso-escala de análise entre uma escala mais ampla (estadual) e a escala local (municipal). Isso porque, no Paraná, como em outros estados brasileiros, formaram-se territórios regionais com dinâmicas de desenvolvimento absolutamente diferenciadas. A explicação para esse fato reside na extensão continental do país, o qual apresenta uma diversidade natural acentuada que foi complementada pela diversidade cultural também muito significativa. Tendo essa diversidade como pano de fundo, surgiram processos histórico-geográficos de origens regionais diversas e com combinações de elementos naturais e culturais, muitas vezes, bastante originais. Esses processos começavam normalmente com a ocupação de fronteiras agrícolas, as quais evoluíam de forma muito rápida para uma estruturação territorial madura.

---

<sup>8</sup> Os anteriores são os dos governos estaduais Lamenha Lins, no final do século XIX, e Ney Braga, no início da década de 1960.

<sup>9</sup> Projeto da UNICAMP sob a liderança de José Graziano da Silva.

Essa opção explica-se também em termos práticos, tendo em vista que esse território regional foi o único no Paraná, para o qual foi definido um programa de desenvolvimento rural específico (PRO-RURAL). Isso permite estudar como foi feita a opção pela região e como se tentou abordar e transformar sua estrutura rural. Na tese, defende-se que a forma como foi considerada a questão regional no plano citado carregava um problema de origem, localizado no referencial teórico-metodológico que lhe dava sustentação. Os pontos questionados do referencial são alguns dos princípios básicos da concepção de desenvolvimento que instruíu o programa, como também o enfoque regional no qual estava baseado. O resultado era uma obstrução teórico-metodológica que prejudicava a análise, o planejamento e ação social definidas no projeto. É o que BOISIER chamou de deficiências de natureza cognitiva, que produziam modelos mentais equivocados geradores de modelos reais pouco eficientes (BOISIER, 1999). Para esse mesmo autor, isso só mudará a partir da construção de “novo conhecimento (que acabará por transformar-se em novo paradigma)” (BOISIER, 1999, p.335). Essa é a condição básica através da qual será possível “efetuar intervenções territoriais inteligentes” (BOISIER, 1999, p.335). O que BOISIER está propugnando é uma espécie de desobstrução teórico-metodológico no campo do desenvolvimento regional (e rural também). O caminho para isso depende, então, da construção de novos referenciais teóricos, com conceitos reformulados, nos quais os olhares de pesquisadores e planejadores sobre as estruturas territoriais sejam redirecionados, para captar a endogeneidade que caracteriza essas estruturas. BOISIER lembra-nos de um posicionamento predominante nos dias atuais que procuram explicar as experiências de desenvolvimento regional pelos processos endógenos muito mais do que através das influências exógenas. É isso que se propõe a fazer na tese, no que se refere a uma região específica.

A tese pretende ser, então, uma contribuição no sentido de propor novo conhecimento sobre essa região, mas que não necessariamente leve a construção de um novo paradigma, que para BOISIER, emergirá do conhecimento renovado que vier a ser produzido<sup>10</sup>. Em relação a tese, como o novo conhecimento que se pretende construir depende de uma reorientação teórico-metodológica mais do que uma nova base empírica de pesquisa, a operação metodológica fundamental corresponde a lançar um novo olhar sobre “velhas” fontes quantitativas e qualitativas. Assim, as principais fontes quantitativas serão as freqüentemente usadas, como os recenseamentos realizados pelo IBGE. Estudos clássicos sobre o Paraná foram revistos, assim como os mais recentes foram enquadrados a partir de uma orientação teórico-metodológica previamente definida e que visa superar as deficiências cognitivas contidas nesses estudos. Para isso, torna-se fundamental a reformulação conceitual extremamente significativa que vem acontecendo no campo das concepções de desenvolvimento. Como também a reformulação bastante vigorosa que também acontece na “Ciência Regional”, com a incorporação de uma perspectiva espacial revista e revalorizada, que vem promovendo reconceituações de antigas noções como região, território, lugar, entre outras. O mesmo fenômeno também é observado nas ciências que, de alguma forma, têm o “rural” como tema de pesquisa. Para perceber isso, basta verificar as expressões que se generalizam como Novo Mundo Rural, neorurais, etc...

O quadro teórico-metodológico construído para dar sustentação à análise proposta na tese conta com essa ampla reconceituação em diversos campos do conhecimento. No âmbito teórico, considera-se que a contribuição mais relevante da tese reside, justamente, na tentativa

---

<sup>10</sup> O suposto das “soluções abertas” nas propostas de desenvolvimento (MALUF, 2000), que se considera correto, não se coaduna, em princípio, a modelos ou paradigmas.

de construir um quadro eclético formado por reconceituações relativas a essas distintas áreas de conhecimento<sup>11</sup>. Primeiramente, pretende-se considerar a discussão sobre a própria noção de desenvolvimento e a partir dela definir o sentido em que ela é considerada na tese, sem, contudo aprofundar a análise do tema específico do desenvolvimento. Em segundo lugar, busca-se explicar a opção de considerar a concepção de desenvolvimento territorial como eixo em torno do qual gira todo quadro teórico-metodológico da tese. A referência básica é ABRAMOVAY (1998) que sistematiza nesse trabalho uma combinação dos conceitos de território e capital social. Um terceiro aspecto aponta para o trabalho de fornecer uma sustentação conceitual mais precisa no que se refere à questão regional, relacionando-a ao tema do desenvolvimento rural. É nesse ponto que se analisará a proposta da tese para os aspectos relacionados à escala espacial e ao método de regionalização, como também para o uso que se faz dos conceitos de região e território. Tudo isso com o objetivo específico de lançar uma nova luz sobre o conhecimento de uma região específica e a possibilidade, advinda disso, de melhorar a eficiência de uma futura ação social de caráter territorial, voltada para a região objeto de estudo.

## 1.2 DESENVOLVIMENTO, SUBDESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O que interessa sobre o sentido que possa ter o desenvolvimento, refere-se, antes de tudo, ao questionamento do enfoque homogeneizador presentes nas concepções tradicionais de desenvolvimento<sup>12</sup>. No quadro teórico-metodológico da tese a rejeição à homogeneização é um ponto básico devido a uma desconsideração com qualquer visão etapista do desenvolvimento. Nesses termos, não se pretende trabalhar com a noção de subdesenvolvimento, no sentido de que se trata de uma etapa em direção a uma outra de desenvolvimento pleno. Muito embora, o termo possa até aparecer no texto, mas sem uma conotação etapista. Essa observação, de certa forma relaciona-se com a preocupação de MALUF, segundo a qual, “rejeitar a perspectiva da homogeneização não implica desconhecer que a criação de espaços desiguais e a permanente geração de pobreza tem determinantes principalmente gerais no sentido de que são comuns – como aqueles que derivam da natureza desigual do desenvolvimento capitalista – e que estes fenômenos são uma expressão de injustiça social” (MALUF, 2000, p. 77). O importante, então, é que ao se abordar uma região “é possível e necessário mensurar a desigualdade e a pobreza (...) valendo-se quase que sempre de indicadores comuns (...) sem com isto associar-se a algum conjunto de valores único e específico” (MALUF, 2000, p. 77). Esse é um ponto importante: **o Paraná Tradicional apresenta quadros histórico-econômicos de pobreza e desigualdade, os quais levaram os diagnósticos sobre sua realidade a classificar esse território regional como uma região subdesenvolvida. Portanto, a rejeição ao termo inclui uma desaprovação ao conceito como etapa, mas não impede de considerar os problemas regionais gerados pela pobreza e desigualdade.** A diferença é que esses problemas são vistos como influenciados decisivamente por um processo histórico-geográfico específico. Assim, a preocupação central não é se a região é ou não subdesenvolvida. O que importa efetivamente é que ela apresenta um processo endógeno de desenvolvimento rural que deve ser compreendido nos seus

<sup>11</sup> O ecletismo também é encontrado em SCHNEIDER (1999), quando ele aborda o cluster coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul. Ele utiliza os conceitos de industrialização difusa, pluriatividade e espaços periurbanos.

<sup>12</sup> Essa denominação refere-se as teorias ou modelos de desenvolvimento que prevaleceram após a Segunda Guerra Mundial até a década de 1980.

aspectos definidores, para que ações sociais<sup>13</sup> futuras não carreguem os mesmos vícios das que foram implementadas no passado.

Não é objetivo da tese aprofundar a discussão sobre as teorias do subdesenvolvimento, muito embora a situação social da região objeto de estudo, inclusive após os movimentos modernizadores das estruturas produtivas agropecuárias recentemente ocorridos, indiquem um agravamento da diferenciação social dos produtores rurais, contrariando aquilo que seria um pressuposto do desenvolvimento: a homogeneização social. As intervenções governamentais, territoriais ou não, diretas ou indiretas, que atingiram o Paraná Tradicional participaram também dos processos que “não levaram a homogeneização social, ainda que tenham causado elevação no nível médio de vida” (MALUF, 2000, p. 58). Dessa forma, essa região apresenta dinâmicas sociais que até justificariam uma abordagem vinculada às teorias do subdesenvolvimento, mas não se considera de fácil solução usar a noção de subdesenvolvimento num contexto de rejeição dos enfoques lineares em evolução social. E aqui, precisa-se repetir MALUF quando ele afirma que subdesenvolvimento e atraso “por definição (...) supõe a possibilidade (ou a pretensão) de convergir a uma condição julgada superior” (2000, p. 75)

A abordagem centrada no processo endógeno busca escapar dessa armadilha teórica. Como na tese, o que interessa é o desenvolvimento rural regionalmente considerado, a variante da renovação que importa é a que incorpora uma perspectiva espacial nessas concepções<sup>14</sup>. A concepção escolhida para ajudar a formar o quadro teórico-metodológico da tese é a de desenvolvimento territorial<sup>15</sup>. Essa concepção vem sendo muito trabalhada, pois políticas públicas, inclusive, voltadas para o espaço rural começam a ser propostas seguindo os seus princípios<sup>16</sup>. VEIGA preocupa-se com esse uso cada vez mais freqüente da expressão desenvolvimento territorial. O que ele quer saber é se isso realmente “indica uma revalorização da dimensão espacial da economia, ou se, ao contrário, não passa de mais um prolongamento da infundável mania de acrescentar adjetivos ao substantivo **desenvolvimento**” (VEIGA, 1999, p. 1)<sup>17</sup>.

A preocupação de VEIGA pode ser superada ao se constatar que a incorporação de um viés espacial em concepções de desenvolvimento relaciona-se a uma questão mais ampla que é a “reafirmação de uma perspectiva espacial crítica na teoria e a na análise social contemporânea” (SOJA, 1993, p. 7). Segundo SOJA, essa reafirmação surge depois de um longo período de “submersão (...) do espaço no pensamento social crítico”, período no qual prevaleceu um “historicismo desespacializante”. Isso aconteceu após a queda da Comuna de Paris, e só a partir do final da década de 1960 esse processo começou a ser revertido (SOJA, 1993, p. 10-11).

HARVEY defende que as teorias sociais não consideravam o espaço como uma categoria decisiva, porque partiam de uma idéia de “existência de alguma ordem espacial pré-existente na qual operam processos temporais ou que as barreiras espaciais foram reduzidas a

---

<sup>13</sup> A parte das ações sociais ou intervenções estatais que interessa é aquela que se refere a modelos de interpretação: nessa fase essas ações correspondem a arranjos intelectuais e precedem a fase de execução que não prescinde dos arranjos políticos.

<sup>14</sup> No Brasil identificam-se pelos menos três concepções desse tipo sendo propostas: desenvolvimento territorial (ABRAMOVAY, 1998); desenvolvimento sócio-espacial (SOUZA, 1996); desenvolvimento local (CAMPANHOLA; SILVA, 1999).

<sup>15</sup> Essa concepção tem sido sistematizada como uma rejeição aos enfoques setoriais.

<sup>16</sup> É o caso da política voltada para a agricultura familiar (BRASIL, 1999).

<sup>17</sup> VEIGA indica que a expressão começou a ser usada na Europa, em 1994, quando a OCDE criou o “Territorial Development Service” (VEIGA, 1999).

tal ponto que tornaram o espaço um aspecto contingente, em vez de fundamental, da ação humana” (1993, p. 190).

A revisão desse posicionamento, percebida por SOJA, é explicada por CARDOSO como uma tomada de consciência, pois “o que teve de mudar com o tempo, ajustando-se a novas realidades, decorreu da necessidade de levar em conta as maiores complexidades, heterogeneidade e – talvez – volatilidade das construções espaciais e seus recortes possíveis neste fim de século, posto que novos fatores, anteriormente menos visíveis como elementos decisivos, passaram a incidir com muito mais forças nestas últimas décadas” (CARDOSO, 1998, p. 22).

BENKO ao analisar o capitalismo contemporâneo e sua dinâmica espacial, não tem dúvida em afirmar que “a exploração do espaço estará de novo na origem de uma fase ascendente [do capitalismo]” (1996, p.39). Ressalta ainda a importância do espaço afirmando que “a materialização das atividades [econômicas] no espaço” é a primeira forma de regulação econômica no capitalismo (BENKO, 1996, p. 59).

Para a pesquisa, tendo claras as possibilidades advindas da consciência crescente sobre a importância do espaço, é indispensável buscar incorporar uma perspectiva espacial num enfoque do desenvolvimento rural. Como já se definiu, isso é feito pela via da concepção de desenvolvimento territorial. Então, **pretende-se sustentar que com o quadro conceitual dessa concepção é possível construir um referencial teórico-metodológico eclético, que permite renovar as análises regionais**. A partir disso, é preciso, antes de tudo, analisar essa concepção.

Essa tarefa deve começar pelo conceito de território que é o ponto de sustentação da concepção de desenvolvimento territorial. ABRAMOVAY define território como representando “uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades” (1998, p.2). Definir o território como uma trama, significa dizer que ele é o espaço no qual há uma interação entre aspectos históricos, políticos, culturais e econômicos, e, acrescenta-se, também uma interação homem-natureza que é indispensável, em especial, quando se trata de comunidades agrárias. Essa interação não é tratada diretamente por ABRAMOVAY, mas quando ele faz referências às “raízes históricas”, considera-se que essa interação homem-natureza faz parte dessas raízes, e aí, melhor seria afirmar, que essas raízes são “histórico-geográficas”.

Esse é um ponto importante porque ao se abordar processos endógenos as raízes histórico-geográficas afloram quase que naturalmente e a interação homem-natureza ganha em importância, não obstante ser esse um aspecto negligenciado nas ciências humanas e sociais. Pretende-se superar essa desconsideração na tese e essa é uma outra contribuição importante. Isso começa a ser feito logo no próximo capítulo. Neste capítulo aborda-se a formação territorial e o espaço rural do Paraná Tradicional. O que se percebe de imediato é que a sociedade de base agrária que se formou nessa região, dependia do que o ambiente natural tinha a oferecer. É assim que os campos naturais foram explorados pela criação e invernagem de gado, as florestas o foram pelo extrativismo do mate e da madeira, como também pelos seus frutos que alimentavam não apenas os homens, mas também o gado criado à solta.

Ora, essa influência da natureza sobre uma sociedade de base agrária não é nenhuma novidade e existiu praticamente em todo o lugar. O que é bem mais original é inserir essa interação como um sustentáculo e um elemento a mais num conceito de território visto como uma trama de relações sócio-culturais influenciadas por suas raízes histórico-geográficas. Assim, nas comunidades rurais, a interação homem-natureza é a base primordial das relações sociais entre homens culturalmente distintos. É assim que aconteceu no Paraná Tradicional, onde a população luso-brasileira junto com o negro africano interage socialmente com

indígenas locais, criando uma cultura que, num segundo momento, incorpora elementos culturais de uma população européia de origens diversas como a germânica (alemães), mediterrânea (italianos) e, principalmente, no caso do Paraná Tradicional, a eslava (poloneses, russos e ucranianos). A teia de relações interativas homem-natureza e homem-homem assumem um caráter específico ao Paraná Tradicional, muito embora ele se aproxime de outros quadros regionais observados na região sul do Brasil. No entanto, não há identidade absoluta entre esses quadros. É nesse fato que reside a riqueza em resgatar cada quadro específico, localizados geograficamente, como processos endógenos de desenvolvimento regional. Um regional que, do início da colonização da região até bem recentemente, era basicamente rural, mesmo com a formação de uma rede urbana incipiente ocorrida ainda no período colonial, porquanto as cidades da época eram originalmente integradas à sociedade agrária na qual estavam inseridas.

Ao se valorizar a interação homem-natureza nos processos histórico-regionais, pretende-se superar lacunas em trabalhos sobre aspectos relacionados ao Paraná Tradicional. É o caso da pesquisa realizada por SILVA (2002) que estuda o processo de verticalização<sup>18</sup> de Guarapuava, uma cidade tradicional e importante dessa região. SILVA busca superar as abordagens meramente econômicas desse fenômeno, por uma outra na qual aspectos subjetivos também sejam considerados. A expansão vertical da cidade passa a ser explicada também por símbolos e identidades, que formam representações sociais, as quais respaldam a expansão da verticalização para além dos aspectos objetivos e materiais. Como essas representações sociais são construídas a partir de referenciais sócio-culturais locais, a autora buscou reconstruir esses referenciais relacionando a sociedade que lhe deu origem, no caso, a Sociedade Campeira, que não é só guarapuavana, mas regional. Entretanto, faltou-lhe a consideração da interação homem-natureza, quando as raízes históricas da sociedade lhe pareceram determinantes, como ela indica ao afirmar que “a construção da realidade sócio-espacial é erguida sobre as **produções culturais passadas e atuais** e, portanto, os sujeitos que constroem essa realidade devem ser analisados através dessa perspectiva **temporal** (sem grifos no original)”. (SILVA, 2002, p. 276). Contudo, não apenas temporal, porque tudo isso é localizado numa determinada fração do espaço geográfico; contém também uma perspectiva espacial que começa a ser resgatada, justamente, quando se aborda a sociedade interagindo com a natureza. É assim que as raízes e processos históricos transformam-se em histórico-geográficos, o que não é apenas uma questão semântica, mas de desobstrução teórico-metodológica.

No caso de regiões relativamente “jovens” na sua ocupação efetiva, como o Paraná Tradicional, como de resto praticamente todo espaço brasileiro, se o comparamos ao Velho Mundo, as relações homem-natureza criaram padrões interativos que ainda não se diluíram completamente em relações sociais de padrões diferentes, muito mais urbanos do que rurais, muito mais globalizadas do que locais. E isso SILVA realmente comprovou em Guarapuava, o que a levou a concluir, que toda a transformação pela qual passou o espaço urbano guarapuavano – incorporação de população rural e mudanças no processo produtivo – não conseguiu promover uma ruptura com os padrões culturais relacionados à estrutura social campeira. Nesse espaço urbano, ainda muito interdependente do espaço rural, “persistem valores e códigos de comportamentos oriundos do passado e que se rearranjam na moderna sociedade e estruturam e particularizam a cidade de Guarapuava” (SILVA, 2002, p. 62).<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> A verticalização é uma mudança no perfil imobiliário de uma cidade com o aumento no número de imóveis com vários andares.

<sup>19</sup> MONBEIG (1945) notou essa persistência ao estudar o povoamento do Norte do Paraná.

Como o objeto de estudo de SILVA é a cidade, suas conclusões acabam por particularizar um fenômeno que não é apenas urbano, mas rural também, daí, justificar-se uma abordagem muito mais regional do que local (municipal). Exatamente, como se pretende fazer na tese, pois cada uma das experiências locais inseridas num determinado território regional, explicam-se nas suas linhas definidoras pela estrutura territorial na qual esta inserida. Dessa forma, é que se procura valorizar uma escala meso, intermediária entre a estadual e a local, num contexto em que a escolha de um determinado nível escalar, em termos amplos, pode variar “do espaço local ao planetário” (CASTRO, 1995, p. 118). Assim, a escolha da escala na tese não foi operacional, mas sim teórico-metodológica, pela qual se procurou considerar a dimensão fenomenológica e não matemática da realidade sócio-espacial. O objetivo é abordar a complexidade do real a ser captado através da opção escalar, de forma que ela seja a mais pertinente possível a essa realidade (CASTRO, 1994).

Na tese, no que se refere às relações homem-natureza, adota-se o esquema teórico proposto por SANTOS, para enquadrar essas relações, que em todos os espaços habitados evoluiu pela substituição do meio natural, por um meio técnico, o qual, por sua vez, transformou-se em um meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996, p. 186). Quando o meio era basicamente natural, o homem selecionava na natureza os recursos que se tornavam indispensáveis à sua reprodução, valorizando-os segundo a sua localização e sua cultura. Com isso, uma técnica era desenvolvida por ele mesmo nesse contato com a natureza, técnica essa que não tinha uma existência autônoma, porquanto era absolutamente integrada ao meio natural. Assim, a comunidade “era, ao mesmo tempo, criadora das técnicas utilizadas, comandante dos tempos sociais e dos limites de sua utilização” (SANTOS, 1996, p.188). Para SANTOS, o que se tinha era uma “harmonia socioespacial (...) respeito da natureza herdada, no processo de criação de uma nova natureza” (1996, p.188). Ao produzir essa nova natureza, “a sociedade territorial produzia também, uma série de comportamentos, cuja razão é a preservação e a continuidade do meio de vida” (SANTOS, 1996, p.188). Isso leva SANTOS a uma conclusão na qual se identifica o argumento decisivo, para respaldar o posicionamento defendido na tese de incluir as relações homem-natureza na trama formadora dos territórios regionais, quando ele afirma que exemplos dos comportamentos “são, entre outros, o pousio, a rotação de terras, a agricultura itinerante, que constituem, ao mesmo tempo, **regras sociais e regras territoriais** (sem grifo no original), tendentes a conciliar o uso e a conservação da natureza: para que ela possa ser, outra vez, utilizada” (SANTOS, 1996, p. 188).

Essas regras sócio-territoriais permanecem como uma herança na evolução histórico-geográfica de uma determinada estrutura territorial, ajudando a moldar o meio técnico e posteriormente o meio técnico-científico-informacional, os quais, muitas vezes, não se impõem por completo às sociedades nas quais a modernidade está muito mais ancorada numa representação simbólica do que numa realidade vivida. Mas, o que mais interessa, é considerar que a interação homem-natureza gera comportamentos produtivos que se traduzem em regras sociais e territoriais endógenas. No Paraná Tradicional, essas regras sociais e territoriais seguiram padrões combinados de três atividades econômicas específicas: a criação de animais nos campos e nas matas; a agricultura, muito mais nas matas do que nos campos; e o extrativismo nas matas. Cada uma dessas atividades concretizavam-se a partir de relações ambientais, de trabalho e produtivas que lhe eram características, as quais, no caso específico da região em tela, apareciam quase sempre, combinadas, como na Sociedade Campeira, com a criação nos campos e a agricultura de subsistência nos capões<sup>20</sup>, e no Sistema Faxinal<sup>21</sup>, com

---

<sup>20</sup> Áreas florestais que cortam os campos acompanhando os cursos dos rios. Também chamadas florestas-galeria.

o extrativismo do mate e a criação de suínos nas matas preservadas e a agricultura de subsistência nas capoeiras. Na análise propriamente dita dessa região, mostrar-se-á que muitos atores envolviam-se simultaneamente nessas atividades de acordo com as conjunturas econômicas e os ciclos sazonais definidos pela natureza. Isso dá a estrutura territorial do Paraná Tradicional uma complexidade e uma riqueza que fornecem ao processo endógeno de desenvolvimento rural dessa região um caráter singular. Com esses argumentos, pretendeu-se justificar a inserção das relações homem-natureza no conceito de território definido como um trama. Além disso, buscou-se também, a partir dessa inserção, considerar que as raízes históricas presentes na trama territorial não são apenas históricas, mas também geográficas, o que justifica usar a expressão processo histórico-geográfico em lugar de apenas processo histórico. Por último, defende-se que o que ABRAMOVAY chama de “configurações políticas e identidades” formam-se nos processos histórico-geográficos específicos de determinados territórios, sendo dessa forma elementos das suas raízes histórico-geográficas. Assim, quando se faz referências às raízes histórico-geográficas de um território regional, busca-se trazer e valorizar as rugosidades (heranças sócio-territoriais ou sócio-geográficas) do processo presentes nessas raízes, as quais refletem as relações entre elementos naturais, econômicos, culturais e políticos (SANTOS, 1978, p. 138).

No fundo, o que se quer destacar, é que as raízes histórico-geográficas são fundamentais quando se analisa um território como sujeito do desenvolvimento. A proposta de um conceito de território que surge a partir daí naturalmente incorpora esse aspecto. Por isso, ABRAMOVAY busca no conceito de capital social alguns elementos que ajudam a montar o seu conceito de território. O conceito de capital social tem sido incorporado de uma forma especial nas discussões e debates sobre as diferenças regionais nos níveis de desenvolvimento. Assim, torna-se indispensável resgatar alguns temas tratados nessas controvérsias, que sejam mais pertinentes às questões tratadas neste capítulo.

O conceito de capital social é definido por PUTNAM como um conjunto de “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (1996, p.177). Assim, as sociedades podem apresentar mais ou menos capital social de acordo com sua trajetória histórica (raízes históricas). Essa é uma das conclusões de PUTNAM<sup>22</sup> que afirma que o “contexto social e a história condicionam profundamente o desempenho das instituições”<sup>23</sup>. Além disso, ele concluiu também que a “história institucional costuma evoluir lentamente”. (1996, p.191-193). Com isso, os sistemas sociais apresentariam uma certa “subordinação à trajetória”. Dito de outra forma, só se pode chegar a determinados lugares, dependendo do lugar onde se está. Isso leva PUTNAM a afirmar que “a subordinação à trajetória pode produzir diferenças duradouras entre o desempenho de duas sociedades, mesmo quando nelas existem instituições formais, recursos, preços relativos e preferências individuais semelhantes”. (PUTNAM, 1996 p. 188).

Há muito aqui, justamente, do velho dilema que se quer superar, de como se explica a existência de regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas. Simplesmente, PUTNAM pretende

---

<sup>21</sup> Sistema de produção camponesa comum nas matas do Paraná Tradicional, no qual os participantes separam parte das suas terras para formação de um criadouro comum de animais, principalmente suínos. (analisado no capítulo sobre formação territorial).

<sup>22</sup> PUTNAM chegou a essas conclusões ao analisar as diferenças entre as regiões norte e sul da Itália, derivadas do impacto da reestruturação regional acontecida no país no início da década de 1970.

<sup>23</sup> O termo “instituição” é empregado por PUTNAM com sentido amplo, designando “as regras do jogo numa sociedade”. (1996,p.189).



transferir a responsabilidade da economia para a cultura, usando um bem estruturado esquema teórico e analítico.

Ao contrário, na tese, quando se assume um conceito de território no qual as raízes histórico-geográficas são decisivas, não se objetiva colocá-las como a causa ou não de uma situação de atraso ou subdesenvolvimento. O que se pretende é considerar essas raízes como um elemento indispensável do processo endógeno de desenvolvimento rural de uma região específica.

Para ABU-EL-HAJ, as grandes conclusões de PUTNAM corroboram um certo culturalismo, porque a especificidade cultural passa a ser vista como a chave para explicar as diferenças nos níveis de capital social de cada sociedade. Esse posicionamento acaba por receber críticas sistematizadas de um grupo de estudiosos denominados, neo-institucionalistas. Esse grupo acredita que as teses de PUTNAM baseiam-se num “excessivo determinismo cultural” (ABU-EL-HAJ, 1999, p.70).

Na tese, rejeita-se qualquer forma de determinismo, tanto cultural quanto ambiental. Alinha-se às abordagens que acreditam que ações sociais bem formuladas e implementadas por um aparelho estatal equipado e competente pode fazer diferença, não obstante níveis baixos de capital social. Isto porque, ainda é o Estado que possui a função reguladora da interação social, com a qual é possível promover um ativismo político-institucional mobilizador do capital social. Esse ativismo institucional teria o poder de incentivar “redes cívicas adormecidas ou historicamente reprimidas a ganharem uma vida autônoma” (ABU-EL-HAJ, 1999, p.72). Por isso, na tese, a valorização dos processos endógenos não quer ativar determinismos culturais, mas sim entender como uma estrutura territorial foi construída e como se poderia agir sobre ela para superar seus problemas ligados à pobreza e à desigualdade, sem utilizar receitas com um padrão único e pré-determinado, ou seja, estejam banidas de uma visão homogeneizadora. Para tal, pretende-se buscar no referencial teórico-metodológico da concepção de desenvolvimento territorial, não apenas e diretamente, aquilo que VEIGA espera que seja a maior contribuição dessa “nova” concepção, que é trazer “algo de realmente novo para um eventual desenvolvimento das regiões sem dinamismo econômico, que costumam ser chamadas periféricas e atrasadas” (1999, p.19). O que se quer, antes de tudo, é a possibilidade de rever a análise da formação territorial do espaço rural de uma região específica. Em outras palavras, acredita-se que o referencial teórico-metodológico da concepção traz novas possibilidades de análises de processos histórico-geográficos de territórios regionais, antes de ser também referencial para políticas públicas de caráter regional. Usando-se a terminologia de BOISIER, a concepção serve tanto para construir os modelos mentais (modelos de interpretação), como para propor os modelos reais (modelos de ação). Pretende-se, no âmbito da tese, ficar na crítica de um determinado modelo mental, o que, naturalmente, e é isso o que importa, influenciará futuros modelos reais, que representarão novas tentativas de ação social sobre uma determinada estrutura territorial.

### 1.3 TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO

Um outro ponto central do conceito de território proposto por ABRAMOVAY, é incluir uma **dimensão territorial de desenvolvimento** pela qual não se visa apenas “apontar vantagens ou obstáculos geográficos de localização e sim de estudar a montagem das **redes**”<sup>24</sup>,

---

<sup>24</sup> As definições de rede enquadram-se em duas grandes linhas: as redes como realidade material; e as redes como dados sociais. Em termos materiais correspondem a fluxos de bens e informações; socialmente, de pessoas, mensagens e valores (SANTOS 1996, p.208-209).

das **convenções**<sup>25</sup>, em suma, das **instituições**<sup>26</sup> que permitem ações cooperativas (...) capazes de enriquecer o tecido social de uma certa localidade”. (ABRAMONAY, 1998, P. 2-7).

Ao se incluir essa dimensão nos territórios, pode-se considerar que se atendeu uma espécie de reivindicação de BARVEJILLO, citado por BOISIER, que defende haver uma necessidade de “reinvenção do território”, tendo em vista que com a globalização, “os territórios são (...) ao mesmo tempo questionados e reafirmados enquanto âmbitos e sujeitos do desenvolvimento” (BOISIER, 1999, p. 320). Reconhecer uma dimensão territorial do desenvolvimento significa, em outros termos, identificar o território como sujeito do desenvolvimento.

Como sujeito do desenvolvimento o território passa a ser visto no papel de um “ator”, no qual a proximidade e a aglomeração permitem a diminuição da incerteza, que, por sua vez, num verdadeiro círculo virtuoso, favorece a proximidade e a aglomeração dos atores econômicos e sociais (empresas, produtores, entre outros). Dessa forma, a visão tradicional neoclássica (e marxista também) de território como consequência é superada pelo reconhecimento da importância, primeira e seminal do território em processos de desenvolvimentos regionais. O que é colocado em evidência nesse caso são os ativos relacionais e coordenacionais e não apenas os recursos naturais e humanos e os atributos de localização e setoriais (STORPER, 1997, p.27-28).

Para STORPER, com esse novo posicionamento está em construção um **paradigma heterodoxo** em oposição ao **paradigma ortodoxo**<sup>27</sup> na geografia econômica e na economia regional, em especial, pode-se acrescentar, nos ramos dessas ciências interessados em desenvolvimento regional ou territorial. No novo paradigma aspectos presentes em determinados territórios e relacionados à produção, produtividade, inovação, trabalho, entre outros, os quais eram tratados como “material assets” pelos ortodoxos, são vistos entre os heterodoxos como “relational assets”, envolvendo a “holy trinity” desse novo paradigma formado pelo território, organização e tecnologia (STORPER, 1997, p.27-28).

O que se deve destacar é que a **proximidade social**, nesse novo paradigma e no conceito de território da tese, assume um valor fundamental, tendo em vista que as relações entre os agentes sociais são vistas como definidoras do caráter territorial. ABRAMOVAY afirma que nos territórios se faz presente “o fenômeno da **proximidade social** que permite uma forma de coordenação entre os atores capaz de valorizar o conjunto do ambiente em que atuam e, portanto, de convertê-lo em base para empreendimentos” (ABRAMOVAY, 1998, P. 2-7). Para SANTOS, a proximidade social é um dos elementos fundamentais do lugar e do cotidiano, no sentido de que a proximidade “não se limita a uma mera definição das distâncias; ela tem que haver com a contigüidade física entre pessoas numa extensão, num mesmo conjunto de pontos contínuos, vivendo com a intensidade de suas inter-relações” (SANTOS, 1996, p. 255). SANTOS, acrescenta ainda, que “não são apenas as relações econômicas que devem ser apreendidas numa análise da situação de vizinhança, mas a totalidade das relações<sup>28</sup>” (1996, p. 255).

<sup>25</sup> As convenções são “um conjunto de pontos de referência [social] que vão além dos agentes como indivíduos, mas que, mesmo assim, eles constroem e compreendem no decorrer de suas ações” (STORPER, 1998, p.4).

<sup>26</sup> As instituições são “conjuntos de convenções que coordenam os atos dos indivíduos” (STORPER, 1998, p.1); sejam instituições do Estado ou da sociedade.

<sup>27</sup> A obra mais influente neste paradigma foi a de PERROUX (1967), que será analisada adiante.

<sup>28</sup> WILKINSON preocupa-se com a desconsideração da economia em abordagens sobre a agricultura familiar, e afirma que “a atividade econômica se integra aos processos sociais”, mas, as opções econômicas estão “longe de serem ilimitadas” (WILKINSON, 1997, p.48). Por isso, não se deve desprezar, de forma nenhuma, a lógica econômica ao tratar de alternativas aos agricultores familiares.

A maioria dos que consideram as questões ligadas à proximidade social estão mais interessados nos empreendimentos e nas possibilidades de instalação de círculos virtuosos visando o futuro. Em outras palavras, pensam nos modelos de ação que possam ser construídos. Mais uma vez, é preciso lembrar que na tese, o que se quer aproveitar são as possibilidades teóricas e analíticas resultantes dessa posição, no sentido de analisar e confirmar a importância dos processos endógenos de desenvolvimento rural e a partir disso construir novo conhecimento sobre um território específico.

Assim, como se acredita que o território – como uma trama de elementos sociais e ambientais, possui uma dimensão territorial de desenvolvimento, que o torna um ator ou sujeito das possibilidades geradas pela proximidade social dos agentes inseridos no seu espaço geográfico – tem no seu interior os componentes decisivos que orientam o seu futuro. Acredita-se que os componentes do seu passado também foram decisivos no processo histórico-geográfico que influenciou a estrutura territorial contemporânea, com toda a sua endogenia, com todas as suas características. Em outras palavras, como a atual trama territorial é capaz de orientar os rumos que serão seguidos pelos territórios as tramas que se sucederam no passado, também foram importantes, para nortear o caminho formado pelo processo endógeno que interessa compreender.

Se esse processo foi basicamente o de uma sociedade de base agrária, cabe uma adaptação do referencial teórico-metodológico da concepção de desenvolvimento territorial para abordar a questão do desenvolvimento rural em si mesma. Essa operação é tentada por ABRAMOVAY, mas não se pode dizer que ela foi totalmente bem sucedida. É verdade que ABRAMOVAY, com a perspectiva territorial contida na concepção de desenvolvimento que assume, assim, como outros estudiosos do assunto<sup>29</sup>, busca superar, inicialmente, as velhas dicotomias que opõem o urbano ao rural, a cidade ao campo, o desenvolvimento urbano ao desenvolvimento rural. Segundo ABRAMOVAY, essas categorias ou conceitos são de “natureza territorial e não setorial” (1999, p.10). Baseado nisso, ABRAMOVAY defende que o “rural é um conceito espacial e multi-setorial” (1999, p.11). Por conseguinte, é preciso reconsiderar a **unidade de análise** que não deve ser, segundo o mesmo autor, nem “os sistemas agrários nem os sistemas alimentares”, mas sim “as economias regionais” (ABRAMOVAY 1999, p.11).

Nesse argumento de ABRAMOVAY, verifica-se um problema, porque ele parece abandonar os princípios que defendeu em trabalho anterior e que foi considerado para extrair o conceito de território considerado por ele (ABRAMOVAY, 1998). Baseado nesse primeiro trabalho, seria de se esperar que ele defendesse como uma unidade de análise, passível de superar a dicotomia de uma setorialização espacial indevida, o **território** em lugar da **economia regional**. Ora, se o território é uma trama envolvendo aspectos sociais e ambientais, e nesse social estão incluídos elementos econômicos, políticos e culturais, trocar o território pela economia regional, como unidade de análise, é empobrecer a análise, e, o que é mais importante, significa também abandonar a perspectiva espacial atualizada de acordo com o novo paradigma territorial citado por STORPER e sistematizado pelo próprio ABRAMOVAY (1998).

Assim, a argumentação de ABRAMOVAY sofreu algumas modificações entre o trabalho de 1998 e o de 1999. Na concepção de desenvolvimento, defendida no primeiro, a unidade de análise é o território, enquanto para os adeptos do desenvolvimento local a unidade de análise é a economia regional ou local. Isso porque, justamente, a unidade de análise na primeira é o território, enquanto na segunda é a economia regional ou local, pelo

---

<sup>29</sup> Por exemplo, CAMPANHOLA; SILVA (1999) E SARRACENO (1994).

menos para um bom numero de adeptos dessa ultima concepção. Isso fica claro, quando se recorre aos trabalhos nos quais há argumentos defendendo que o “corte urbano-rural tem cedido espaço para o enfoque na economia local” (CAMPANHOLA; SILVA, 1999, p.2). Ou quando SARRACENO lembra que “the local economy, which has been proposed as an alternative to the semi-rural or peri-urban” (1994, p.471).

Centrar o enfoque na economia local ou regional, transformando-a num ponto de partida, é aceitável, mas também no ponto de chegada é questionável, pois seria reavivar um certo economicismo já tão criticado pelos que questionaram a própria noção de desenvolvimento (COWEN; SHENTON, 1996; ABDEL-MALKI; COULERT, 1996). Com isso, não se quer sustentar que não sejam possíveis análises importantes centradas na economia local ou regional. Muito pelo contrário, **o que se defende é apenas que, quando o que importa é o desenvolvimento rural regionalmente considerado, o conceito de território assumido na tese permite uma abordagem mais adequada ao tema, já que a integração das diversas dimensões que formam uma determinada estrutura territorial, é central nesse conceito.**

Ao se tocar nessa questão da “integração das diversas dimensões” numa realidade regional específica que corresponde a um território, percebe-se uma analogia ou pontos de semelhança entre dois conceitos, o de território (conforme considerado na tese) e o de região (conforme uma certa tradição da ciência geográfica). Como se julga isso um ponto importante, pretende-se analisá-lo no próximo item deste capítulo, o qual esclarecerá também o uso freqüente na tese, praticamente como sinônimos, dos termos região, território e território regional.

#### 1.4 TERRITÓRIO, REGIÃO E REGIONALIZAÇÃO

Essa opção da tese em produzir uma análise amparada numa perspectiva territorial, dirige os rumos tomados pela construção do referencial teórico-metodológico, dominado por conceitos de cunho espacial. Há, efetivamente, uma preocupação em trabalhar com um cuidado especial nesse ponto. Essa preocupação pode parecer desnecessária para os que não reconhecem relevância em análises centradas em questões regionais. É o caso, em primeiro lugar, de todas as tradições ancoradas no pensamento liberal. A crença em leis universais que regem as relações econômicas, liderada pela figura do mercado, levam os adeptos dessa corrente a terem disponível para qualquer época e lugar um receituário único e padronizado que, como se diz na cultura popular, “é pau para toda obra”. Sendo assim, são irrelevantes os “detalhes” relacionados aos casos específicos, regionalmente localizados. Num campo oposto, mas também muito influente ainda hoje, na ciência econômica e social, reúnem-se os adeptos ortodoxos, do que CASTRO classifica de vertente do pensamento dialético-materialista, para a qual “a determinação da base material, **em última instância**, num bem estruturado edifício teórico-metodológico, no qual a totalidade impunha-se inexoravelmente sobre a unidade eliminou as possibilidades explicativas da escala regional, impondo a dedução a partir de um constructo teórico que não dava espaço as singularidades e particularidades” (CASTRO, 1994, p.57).

Dessa forma, a vertente dialético-materialista privilegiou durante muito tempo a escala planetária. Ao contrário, segundo CASTRO, uma outra vertente, classificada por ela de positivista, privilegiava a escala regional. Para CASTRO, as duas correntes significavam

“duas armadilhas metodológicas para a geografia: a perspectiva lablachiana<sup>30</sup>, a mais influente na primeira vertente [a positivista], aprisionou a escala planetária submetendo-a a regional; a perspectiva materialista aprisionou a escala regional, submetendo-a à planetária (1994, p.57).

É essa primeira vertente que, efetivamente, criou uma certa tradição regionalista na Ciência Geográfica (HAESBARERT, 1999, p.2). Essa tradição lablachiana baseia-se no pressuposto que cada região apresenta “um movimento particular resultante das combinações múltiplas entre os elementos que a compõem” (GOMES, 1996, p.210). Para analisá-las, então, “era preciso, sobretudo, identificar os elementos incluídos na cadeia explicativa de uma paisagem e de uma região particular”. (GOMES, 1996, p.211). A partir desses pressupostos básicos, pode-se identificar elementos considerados nessa tradição ao se abordar as regiões. A região era vista como uma realidade concreta, identificável no espaço geográfico, apresentando uma especificidade decisiva, possuindo uma certa coesão/coerência sócio-cultural interna, além de apresentar uma certa estabilidade, como também uma continuidade espacial e, por último, apresentar-se como uma síntese, pela integração de elementos de diversas origens: naturais, econômicos, políticos e culturais. Para HAESBAERT, alguns elementos dessa tradição estão sendo atingidos pela globalização, como a estabilidade regional e a continuidade espacial, mas outros permanecem centrais nos enfoques baseados nessa tradição. São eles as de integração e síntese e de especificidade ou diferenciação de áreas, as quais podem ser reunidas às preocupações muito atuais com a diversidade territorial. (HAESBAERT, 1999, p.5).

Considerando esses elementos como formadores do conceito de região da tradição lablachiana, pode-se identificar fortes semelhanças entre esse conceito e o de território redefinido no referencial teórico-metodológico da tese. Destaca-se, principalmente, dois elementos: síntese e integração de aspectos de origens diversas e a continuidade espacial. Quando no conceito de território existe uma referência a uma trama, pode-se entender que essa trama corresponde a uma síntese resultante da integração, em um mesmo território, de aspectos naturais, econômicos, políticos e culturais. Além disso, a proximidade social decisiva no conceito de território, só é possível de acontecer em um território que se considere como possuidor de uma continuidade espacial. Enfim, embora não se tenha destacado os elementos de especificidade e estabilidade, de forma nenhuma eles são incompatíveis com o conceito de território considerado, algo que será tratado ao abordar a questão dos métodos de regionalização.

Por tudo isso, o conceito de região da tradição lablachiana<sup>31</sup> mantém uma analogia praticamente completa com o conceito de território da concepção de desenvolvimento territorial. O que parece ser uma diferença básica entre eles é que o conceito de território é visto como um sujeito do desenvolvimento; um ator efetivo, em virtude, principalmente, da proximidade social dos agentes que participam da trama que o define. Esse caráter ou elemento do território não era percebido pelos adeptos da tradição lablachiana, mesmo aqueles interessados pela temática do desenvolvimento. No entanto, há os que defendem que o conceito de região lablachiana considera que as frações do espaço geográfico passíveis de serem identificadas, delimitadas e explicadas possuem uma dada “personalidade”. Isso porque, cada região é uma “entidade concreta, palpável, um dado com vida, supondo portanto uma evolução e um estágio de equilíbrio” (CORRÊA, 1991, p. 29). Assim, para os adeptos

<sup>30</sup> Relativo a Vidal de La Bache. Criador de uma tradição no pensamento geográfico. Atualmente, criticar sua obra como positivista tem sido considerado um pensamento simplista (GOMES, 1996, p.192).

<sup>31</sup> Não existe um conceito de região definido pelo próprio La Blache. Está se propondo este conceito a partir dos elementos considerados para compor o enfoque regional da tradição lablachiana.

dessa tradição, no processo de reconhecimento de uma região “o geógrafo evidenciava a individualidade da região, sua personalidade, sua singularidade, aquela combinação de fenômenos naturais e humanos que não se repetiriam” (CORRÊA, 1991, p. 29). Nestes termos a referência à existência de uma “personalidade regional”, ligada a cada região abordada, coaduna-se com a conclusão de que territórios podem ser enfocados como sujeitos ou atores no processo de desenvolvimento territorial. A atualidade dessas questões acaba por permitir o resgate da tradição lablachiana, com “muitos dos temas mais inoportunos de Vidal [de la Blache] – encadeamento de fenômenos, conectividade, e assim por diante – [que] podem ser interpretados como tentativas de permitir que o singular ocupe um lugar na ciência” (THRIFT, 1996, p. 223). Assim, além desses conceitos em si, são tratadas como análogas expressões como “análise regional” e “análise territorial” ou “estrutura territorial” e “estrutura regional”. A expressão “território regional” também se coloca no mesmo contexto e é usada em substituição aos termos região e território, com o mesmo sentido conceitual de ambos.

A questão da analogia entre os conceitos de região e território passa por um outro elemento, que se considera presente em ambos, que se deixou para analisar a parte, pela importância que se reserva a ele. Trata-se da convicção de que as regiões só merecem ser tratadas como tais, quando podem ser identificadas como realidades concretas. Em outras palavras, não há regiões como resultantes de opções abstratas definidas *a priori* pelo sujeito do conhecimento. A região é algo concreto, porque é o resultado de um processo histórico-geográfico que a inscreve no espaço geográfico, como uma fração desse espaço. De qualquer forma, esse caráter concreto só pode ser bem definido a partir da consideração do seu oposto, que é a definição da região como algo abstrato. Esse debate é pouco explorado na Ciência Geográfica, mas pode ser identificado entre os cientistas sociais que procuram relacionar questão regional e desenvolvimento, os quais acabam por considerar as discussões sobre conceitos de região e métodos de regionalização.

Discutir essa questão interessa, na medida em que uma das propostas mais recentes de regionalização do Paraná utiliza-se de métodos abstratos. Trata-se da proposta de ROLIM (1995), já citada, e que divide o Paraná em duas “regiões” (espaços econômicos): o Paraná Urbano e o Paraná Agrobusiness. O método de regionalização de ROLIM consiste em considerar algumas variáveis estatísticas, processá-las e a partir dos resultados propor a regionalização.

Da mesma forma agiu LEMOS (1993) em relação ao Brasil. Ele considerou uma variável (o fluxo de troca de mercadorias); tratou essa variável através de um método estatístico; e chegou a uma nova proposta de regionalização do Brasil, no qual o país é dividido em seis regiões e não nas cinco tradicionais. LEMOS explica sua opção teórico-metodológica: “baseados em categorias eminentemente abstratas, podemos **construir um método de regionalização** (sem grifo no original).” (1993, p.64). Acrescenta ainda que, região “não é *ud deus ex-machina*, mas um conceito flexível, maleável do ponto de vista do desdobramento de novas categorias no processo de progressão do abstrato ao concreto” (LEMOS, 1993, p.65).

Esses métodos abstratos de propor regionalizações fundamentam-se no conceito de **espaço econômico** de PERROUX, que defende que esse espaço opõe-se ao que ele denomina de espaço vulgar ou espaço geonômico (PERROUX, 1967, p.149-150). Fazendo uma analogia com a matemática moderna, PERROUX define espaço econômico como espaço abstrato em oposição ao espaço concreto, euclidiano ou vulgar (1967, p.146). Ainda segundo ele, os espaços abstratos são “conjuntos de relações que fornecem a resposta a questões que não tem qualquer relação com a localização de um ponto ou de um objeto por duas ou três coordenadas”. Por conseguinte, existem “tantos espaços quantos os sistemas de relações abstractas que definem um objeto” Transpondo para a economia haveria “tantos espaços

econômicos quantos os aspectos da ciência econômica e as relações abstratas definidas por cada um deles”. Assim, como “o estudo dos espaços abstratos da matemática e da física foi concretizado por inquéritos especializados e particulares, inquéritos da mesma natureza são necessários à concretização dos espaços abstratos da economia” (PERROUX, 1967, p. 146). Enfim, PERROUX não está se referindo à região, mas sim a um outro conceito de caráter espacial, denominado por ele de espaço econômico. PERROUX, por exemplo, afirma que um “espaço econômico considerado foge (...) a qualquer possibilidade de **representação cartográfica**” (PERROUX, 1967, p. 150). Ora, quando se definem regiões intrinsecamente se estão criando as possibilidades de cartografá-las, pois elas representam frações do espaço geográfico. Dessa forma, os adeptos dos métodos de regionalização abstratos não estão produzindo regiões, mas sim uma **visão espacializada** delimitada de determinados fenômenos, ou mesmo combinações de fenômenos. Nem mesmo estão produzindo espaços econômicos, se se considera com rigor o pensamento perrouxiano, tendo em vista que a visão espacial é possível de ser cartografada e os espaços econômicos não.<sup>32</sup>

Do pensamento de PERROUX surgia também uma outra forma de considerar regiões, que acabou derivando dos métodos de regionalização abstratos. Trata-se de uma abordagem sistêmica que pressupõe as regiões como inseridas em estruturas rígidas, organizadas e hierarquizadas. É o posicionamento encontrado em CARLEIAL, quando ela afirma que “a conceituação de região exige que se incorpore permanentemente a sua relação consigo mesma, com outras regiões e com o todo. E o que seria o todo? Em última instância, o todo seria a economia mundial. No entanto, na análise inter-regional o todo seria a economia do País” (1993, p.48).

As origens desse posicionamento remontam a teoria perrouxiana da economia dominante e de um dos seus elementos que é o conceito de **pólo de crescimento**. A teoria baseia-se no “efeito de dominação” presente nas relações entre os “sujeitos econômicos”, entre os quais poderiam ser considerados também os pólos de crescimento (PERROUX, 1967). Esse conceito de pólo de crescimento é definido a partir do pressuposto que “o crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo” (PERROUX, 1967, p. 164).

Esses pólos organizam-se espacialmente através de redes de relações com outros pólos, sob a égide dos efeitos de dominação. Tem-se, então, uma hierarquia entre os pólos. Nesses termos, as regiões acabam sendo definidas a partir dos próprios pólos regionais – normalmente liderados por cidades polarizadoras – o que acaba levando a se perceber a formação de um conjunto de regiões correspondendo a um conjunto de pólos (PERROUX, p. 222). Adeptos desse pensador econômico, baseados nessa noção de “conjunto de regiões”, acabam por propor a existência de “sistemas de regiões”, como o faz HILHORST, que considera diversos patamares de subsistemas que se relacionam de uma forma hierárquica. O sistema estadual de regiões é subsistema do sistema nacional que, por sua vez, é subsistema do sistema internacional, e dessa forma, em cada “subsistema deverá ter um centro que, por suas decisões concernentes as suas funções específicas componha uma estrutura dentro da qual se desenvolviam suas atividades dependentes” (HILHORST, 1975, p. 30). Baseado nesse esquema produziram-se muitos manuais de planejamento regional e não é muito difícil entender o fracasso das experiências concretas geradas por esses modelos, como destaca BOISIER. Isso porque, pensava-se numa cadeia tão complexa de dependência e subordinação nesses sistemas de regiões, que, certamente, as análises eram produzidas muito mais para entender o sistema, do que, propriamente, para compreender as regiões. Até porque, os

---

<sup>32</sup> PERROUX, justamente, preocupava-se com questões definidas por ele como “as ilusões da localização” ou “a deslocalização das atividades econômicas”. (PERROUX, 1967, P.146-150).

paradigmas que regiam essas teorias não davam tanta importância às especificidades regionais, muito embora apresentassem uma preocupação com a economia espacial.

Um esclarecimento mais adequado sobre o caráter concreto do conceito de região considerado na tese passa a ser feito por um método de eliminação. Em primeiro lugar, rejeitando qualquer caráter flexível ou maleável que possam ter as regiões. E aqui se retoma um dos elementos da região segundo a tradição lablachiana que é a estabilidade espaço-temporal. Acredita-se na estabilidade, muito embora, uma realidade regional concretamente definida, também seja passível de transformações. Todavia, são mudanças que não retratam apenas um rearranjo das variáveis estatísticas selecionadas pelo pesquisador. As transformações estão ligadas à própria evolução do processo histórico-geográfico que define os contornos e os rumos de uma região. Por isso que, na tradição lablachiana, e aqui é preciso enfatizar, região apresenta “um movimento particular [seu processo histórico-geográfico] resultante das combinações múltiplas [sua trama] entre os elementos que a compõem” (GOMES, 1996, p.210).

Em segundo lugar, discorda-se da visão sistêmica e hierárquica, seja ou não apoiada na noção de sistema de regiões, ou ainda em leis de polarização e dominação, relações dependentes determinantes entre pólos, sistemas, subsistemas, o todo e suas partes. Embora região seja sempre uma instância espacial intermediária entre realidades sócio-espaciais, isso não justifica a conclusão de que existem determinações sistêmicas e hierárquicas entre essas instâncias, que chegam ao ponto de definirem as diferenças espaciais ou a diversidade territorial. Um conceito de região de caráter concreto define-se pelo processo histórico-geográfico que lhe deu origem, o qual, ao ser diferente de outros processos, permitem a identificação da existência de diferenças regionais. Essas regiões relacionam-se entre si, mas não sob a determinação de efeitos de dominação. No Paraná, o que se tem é um conjunto de três regiões, como uma configuração sócio-espacial, na qual não há nada de hierárquico ou sistêmico. Todas as três regiões estão sob a determinação de duas fontes de poder diretas: estadual e federal. Mesmo na região, na qual está localizado a fonte do poder estadual, não emana poder que possa ser definido regionalmente e que se sobreponha às demais regiões. O poder é centralizado e não se traduz por região a não ser que, por critérios administrativos, defina-se que o Paraná divide-se em duas áreas: a RMC e o restante do estado. A primeira, a “área do poder”; a segunda; a “área dependente e subordinada”. Concretamente, a realidade não é tão organizada e hierarquizada.

Nesse ponto, é preciso destacar um fato. O resgate dessas duas formas de considerar regiões, principalmente entre os que procuram relacionar desenvolvimento e questão regional, indica que, defender, hoje em dia, a incorporação de uma perspectiva espacial na abordagem do desenvolvimento e, mais diretamente, do desenvolvimento rural, não é nenhuma novidade em si mesma, pois, em termos literais, isso já vem sendo feito há algum tempo. O que há de novo é que, recentemente, essa incorporação vem se apoiando numa reconceituação das noções que lhe são pertinentes. Com isso, velhos conceitos (região e território) recebem novas definições, a partir das quais se podem lançar novos olhares sobre as relações entre a questão regional e o desenvolvimento rural.

A par disso, a redefinição conceitual que se propõe, enquadra-se num ordenamento metodológico relativamente simples. Essa orientação inspira-se em HAESBAERT, quando ele afirma que considera “região enquanto conceito, instrumento de interpretação do real, e regionalização enquanto instrumento de investigação, de forma análoga ao método de periodização dos historiadores” (HAESBAERT, 1999, P.15). Na tese o método de regionalização é o histórico-geográfico, porquanto as regiões são definidas a partir dos processos histórico-geográficos que formam as suas respectivas estruturas territoriais. Esse método é efetivamente usado como um instrumento de investigação, pois é a partir dele que se busca compreender e caracterizar o processo endógeno de desenvolvimento rural do Paraná



Tradicional. É assim que se procura abordar a formação territorial do espaço rural dessa região, resgatando a corporificação social da interação homem-natureza e homem-homem presente nos elementos da sua estrutura regional: a Sociedade Campeira; o Sistema Faxinal; as economias extrativas; a imigração. Busca-se também, num segundo momento, analisar como essa estrutura territorial reage aos elementos que lhe são exógenos como as ações sociais diretas (programas governamentais de desenvolvimento rural), num contexto no qual se fazem presentes também ações indiretas (políticas agrícolas e agrária federais). Procura-se, então, entender e valorizar a endogeneidade territorial, visando saber se ela foi devidamente considerada por essas ações.

Por outro lado, o conceito de região, reconhecido como composto por todos os elementos tanto da tradição lablachiana quanto da concepção de desenvolvimento territorial, é, efetivamente, visto como um instrumento de interpretação do real. Isso resulta do fato de que as regiões que se definem por aqueles elementos, são realidades territoriais, porquanto apresentam uma trama de relações multidimensionais que resultam numa complexidade dos fenômenos inseridos no espaço geográfico com uma extensão que pode ser delimitada com um bom grau de objetividade.

Nesse ponto, insere-se a questão da opção pela **escala espacial**. Esse tema só interessa a quem está preocupado com regionalização. Por sua vez, só é possível regionalizar, definindo-se regiões, que é uma operação que passa pela escolha de um determinado nível escalar, o qual pode variar “do espaço local ao planetário” (CASTRO, 1995, p.118). Na tese, optou-se por um nível intermediário entre uma escala estadual e local. Não por uma questão operacional apenas, mas sim pela orientação teórico-metodológica, pela qual se procura considerar a dimensão fenomenológica e não matemática de se abordar a complexidade do real, no momento em que se fez a opção escalar. Essa proposta baseia-se em CASTRO, que acrescenta ser importante definir a escala como uma medida realmente pertinente à realidade a ser abordada (CASTRO, 1944, p.61). No caso do Paraná, a divisão em três regiões é fundamental na consideração da questão regional que se insere na abordagem do desenvolvimento rural.

Cada uma das opções teórico-metodológicas relacionadas neste capítulo, que formam o quadro conceitual eclético assumido na tese, não necessariamente devem ser consideradas para abordar outras realidades regionais. Isso porque, acredita-se que cada território regional demanda a construção de um arcabouço teórico-metodológico, o qual deve estar adaptado à estrutura territorial que se pretende enfocar.

Por exemplo, ao caso do Paraná Tradicional não se aplica o quadro utilizado por SCHNEIDER (1999), ao abordar a região coureiro-calçadista localizada no Rio Grande do Sul. Nesse quadro, noções bastante consideradas nas discussões sobre o desenvolvimento rural, como as de industrialização difusa e pluriatividade, foram bem combinadas, porquanto os fenômenos por elas enfocados, realmente estão presentes nessa região. As mesmas noções, também são muito utilizadas em estudos sobre o Vale do Itajaí no Estado de Santa Catarina (ABRAMOVAY, 1998). Ambas as regiões, apresentam uma agricultura familiar tradicional assentada na pequena propriedade colonial, uma rede urbana relativamente densa e uma industrialização moderna dispersa em pequenas e médias cidades, baseada em alguns setores tradicionais, que ainda são comparativamente, grandes absorvedores de mão-de-obra, como o calçadista e o têxtil.

Ao contrário, no Paraná Tradicional, a forte metropolização, a industrialização recente altamente concentrada, a decadência dos segmentos industriais tradicionais, uma agricultura familiar pressionada pelo espaço crescente reservado a uma agropecuária adaptada ao modelo “moderno” e uma rede urbana bem menos densa, requerem outras opções teórico-metodológicas e, destarte, outro quadro conceitual. É exatamente isso, que se procurou definir neste capítulo: um quadro eclético, voltado especificamente para abordar uma determinada realidade regional.

Portanto, com a opção que se fez por uma análise regional, envereda-se por um campo complexo, em virtude do caráter multidimensional dos conceitos de cunho territorial que se utiliza. É quase como tentar desbravar uma “fronteira” epistemológica, porque, como afirma SOJA, “em termos mais sérios, ainda sabemos muito pouco sobre a gramática e a sintaxe descritivas das geografias humanas, sobre os fonemas e as epistemes da interpretação espacial” (1993, p. 298).

## 2 PARANÁ TRADICIONAL: FORMAÇÃO TERRITORIAL E ESPAÇO RURAL

O objetivo deste capítulo é analisar o processo histórico-geográfico relacionado ao desenvolvimento rural do Paraná Tradicional. Procura-se atingir esse objetivo delineando a formação territorial dessa região. O que se pretende é valorizar esse processo que forneceu os elementos básicos da trama territorial, que acabou por diferenciar esse território dos outros dois que se podem identificar no Paraná: o Norte; e o Sudoeste. Teoricamente, o que dirige a análise são as possibilidades advindas do conceito de território definido no referencial teórico. Os elementos físicos e sociais considerados neste capítulo são vistos como os componentes da trama territorial multidimensional que permitem a construção desse conceito.

O processo endógeno enfocado não foi devidamente considerado quando se definiram políticas de desenvolvimentos que atingiram a região após as décadas de 1960 e 1970. Prevalencia nessas políticas um enfoque homogeneizador. No Paraná, os estudos e diagnósticos sobre o desenvolvimento rural destacavam uma integração econômica entre as diversas regiões do estado e uma influência de fatores exógenos mais amplos, nacionais e internacionais, que se impunham às especificidades regionais, o que as tornavam pouco importantes. Faltava a percepção de que esses processos interagem nos diferentes territórios com estruturas territoriais que lhe são próprias, que acabam por apresentar resultados diversos, e resultam na manutenção dos quadros de diversidade territorial. Nesses termos, é que se pretende valorizar a diversidade territorial fundamental do Estado do Paraná (baseada em três grandes territórios) como forma de melhor compreender o seu desenvolvimento rural. Para tal, procurar-se-á analisar o processo endógeno de desenvolvimento rural de um desses territórios.

Na primeira parte, pretende-se ressaltar um elemento importante na conformação das estruturas territoriais que é a interação homem-natureza ou sociedade-natureza, conforme os parâmetros já traçados na definição do referencial teórico-metodológico da tese. Nessa parte, define-se que há no Paraná Tradicional dois domínios sócio-ambientais: um domínio campestre e um domínio florestal. O que se procurou fazer, foi o resgate de elementos físicos e sociais desses domínios, ressaltando a influência que eles tiveram numa sociedade de base agrária, na qual, os ciclos da natureza, como também seus componentes fixos, são elementos que possibilitam ao homem respostas específicas ligadas ao seu padrão cultural. Com isso, não se deixou de considerar a interação entre homens culturalmente distintos, mas isso foi aprofundado na segunda parte. Nessa parte, são as bases sociais da estrutura territorial que são enfocadas. Para isso, recorre-se aos mesmos elementos anteriormente considerados, mas procurando enfocá-los sob um prisma mais social. Na última parte, centra-se na dinâmica social, buscando captar os momentos de crise e transformação da estrutura territorial analisada nas primeiras partes. Todos os elementos são reexaminados dentro dessa abordagem que busca observar a estrutura territorial em movimento, no qual determinados elementos diminuem a sua importância, enquanto outros são inseridos e passam a influir muito fortemente no processo endógeno abordado.

Um ponto importante é que, metodologicamente, procurou-se trabalhar com as simultaneidades inseridas no espaço geográfico. Numa mesma fração desse espaço, delimitada pelas características específicas do território, diversos fenômenos, sistemas e economias desenvolvem-se simultaneamente, e isso, normalmente, não é considerado. Certamente, essa tarefa é dificultada pelo instrumento que é a própria razão de ser da existência do texto: a linguagem. É SOJA quem nos adverte que “o que se vê ao olhar para as geografias é obstinadamente simultâneo, mas a linguagem dita uma sucessão sequencial, um

fluxo linear das afirmações elocutivas, limitadas pela mais espacial das restrições terrenas a impossibilidade de dois objetos (ou palavras) ocuparem exatamente o mesmo lugar (como numa página)” (SOJA, 1993, p.9). Assim, mantendo-se centrado no mesmo autor, pretende-se em alguns espaços do texto, ignorar o fluxo sequencial que nos impõe a linguagem, para tentar captar as simultaneidades, “os mapeamentos laterais que possibilitam entrar na narrativa quase em qualquer ponto, sem perder de vista o objetivo geral: criar meios mais criticamente reveladores de examinar a combinação de tempo e espaço, história e geografia, período e região, sucessão e simultaneidade” (SOJA, 1993, p.8). Com isso, elementos são inseridos e retomados em todos os pontos, tentando construir cortes no processo histórico-geográfico, procurando reconstituir, em alguns espaços do texto a geografia histórica de cada um dos momentos abordados.

Enfim, procurou-se analisar a evolução de uma sociedade com bases definidas e complexas, fundadas principalmente no meio rural. Essa sociedade apresenta-se com uma tessitura territorial muito bem soldada que sob a influência de estímulos exógenos, mostrou-se resistente até o ponto de imprimir respostas muito específicas a esses movimentos externos. Nesses termos, guardadas as proporções escalares completamente distintas, o caso do Paraná Tradicional permite resgatar a observação de MOORE JÚNIOR ao comparar o desenvolvimento rural do EUA com o do Velho Mundo. Ele afirma que os EUA “não enfrentaram o problema de desmantelar uma sociedade agrária complexa e bem estabelecida” (1975, p.141) para montar uma agricultura altamente capitalista. Ao contrário, na Europa, uma sociedade agrária desse tipo precisava ser desmantelada para se atingir os mesmos objetivos.

No Paraná Tradicional, os movimentos homogeneizadores tiveram que lidar com uma “sociedade agrária complexa e bem estabelecida”, não muito receptiva ao que se ofereceu a ela. Nas demais grandes regiões do estado as sociedades agrárias pré-existentes já tinham sido fundadas sob a égide do moderno mercado capitalista, o que as tornavam muito bem adaptadas aos estímulos do processo modernizador, conforme foi imposto a partir de diversos vetores exógenos. Está claro a existência de uma questão regional envolvendo a problemática do desenvolvimento rural no Paraná. A preocupação com essa questão não é recente, mas ganhou novos contornos quando se consolidam as concepções de desenvolvimento que incorporam uma perspectiva territorial - nas quais a valorização do local, das instituições, das convenções, da descentralização de projetos, do sentido “de baixo para cima” na definição de políticas, com a participação comunitária na formulação de programas e uma atenção especial com as diversidades – assumem uma importância cada vez maior entre analistas, planejadores, gestores e a população local.

## 2.1 A INTERAÇÃO HOMEM-NATUREZA E ESPAÇO RURAL

A ocupação européia da área que corresponde ao atual Estado do Paraná que interessa é a que começou no litoral, no século XVII, liderada pela população de origem portuguesa, já que uma outra liderada pelos espanhóis, a partir do interior, não prosperou em virtude dos ataques que sofreu dos prepostos da metrópole portuguesa.

Surgiu, então, o primeiro núcleo de ocupação européia no litoral paranaense em meados do século XVII. O motor dessa ocupação foi a busca de ouro de aluvião nos rios que correm pelas encostas da Serra do Mar em direção à baía de Paranaguá. Os autores desse primeiro movimento de ocupação portuguesa do território paranaense foram mineradores paulistas que residiam na região de São Vicente (SERRA, 1992, p. 61).

O principal resultado dessa atividade mineradora pouco significativa foi a consolidação de três importantes núcleos urbanos no litoral e na pequena planície litorânea do Paraná: Paranaguá, Antonina e Morretes, observando-se que os dois primeiros tornaram-se importantes portos. Essa atividade portuária acabaria por se tornar muito significativa para a região a partir do momento que a atividade mineradora começava a entrar em crise nas primeiras décadas do século XVIII (SERRA, 1992, p. 62). No entanto, ainda no final do século XVII, a busca do ouro continuava sendo o grande motor do povoamento do território paranaense. Em busca de ouro, os mineradores transpuseram a Serra do Mar atingindo o planalto, no interior. Foi a partir desse momento que se iniciou a ocupação desse planalto, hoje chamado de Curitiba, ocupação que se consolidou com a fundação da vila que deu origem a atual cidade de São José dos Pinhais, em 1690, e, em 1693, uma outra da qual se originou a capital do estado.

Os mineradores que chegaram ao planalto curitibano, a mais de 900 m de altitude, não encontraram ouro. Os que se fixaram na região buscaram outras alternativas de sobrevivência, num meio natural totalmente diferente das encostas da serra e da planície litorânea. Nessa área, a diferença de altitude provoca uma oposição, numa mesma latitude, de um meio com características tropicais, a um outro, nas altitudes mais elevadas, tipicamente subtropical ou temperado. Ao lado dessa significativa diferença climática, aliam-se diferenças geomorfológicas, pedológicas e florísticas que dão ao planalto características totalmente diferentes do litoral, mesmo numa distância que não ultrapassa 100 km. Dessa forma, iniciou-se no planalto, no final do século XVII, a formação e desenvolvimento de uma sociedade com novas características adaptadas ao meio natural.

PADIS destaca que as atividades econômicas desenvolvidas no Paraná, “desde os seus primórdios, são resultantes, em parte considerável, da combinação de seus solos com os climas” (1981, p. 12) e, pode-se acrescentar, do seu relevo e da sua vegetação. É assim que o relevo plano dos campos que dominavam o planalto curitibano, portador de uma vegetação rasteira e própria para alimentação de gado, permitia o desenvolvimento da criação como principal atividade econômica da região, o que influenciaria decisivamente nos gêneros de vida<sup>33</sup> da sociedade local.

Essa interação homem-natureza é destacada por diversos estudiosos da história paranaense, como MARTINS, ao afirmar que a “paisagem vai determinar, por assim dizer, a civilização paranaense, porque aqui o homem ainda não dominou a paisagem, não a conformou às suas necessidades ou às suas exigências”. Por isso, MARTINS complementa referindo-se às atividades que se tornariam fundamentais no Paraná no século XIX e XX:

Não é simples coincidência o fato de toda a atividade econômica, social, política, do estado, ter assentado, durante inúmeros anos, sobre duas indústrias extrativas, o mate e a madeira, elementos preparados e oferecidos pela natureza, que o homem se limitaria a colher, a catar, e que traziam, no adjetivo com que se caracteriza, uma espécie de contradição com elas mesmas. Era o homem que se amoldaria a paisagem, passivamente, fugindo ao seu destino tradicional de reformador da terra, de revisor de Deus (1989, p.8).

O importante é que o homem ao “colher” e “catar” determinados produtos fornecidos pela natureza precisa muitas vezes torná-los consumíveis ou comercializáveis e isso promove o desenvolvimento de um conjunto de métodos e técnicas, um padrão tecnológico, uma

---

<sup>33</sup> Gêneros de vida ou modos de vida é uma categoria utilizada pelo geógrafo francês Vidal de La Blache para as sociedades regionais desenvolvidas pela interação homem-natureza na qual o meio físico não determina, mas possibilita respostas humanas de diversos tipos.

cultura produtiva, que se adapta também ao próprio ciclo natural do produto e leva ao desenvolvimento de relações de produção e trabalho adaptados a todas essas determinantes. Dessa forma, é a partir da relação entre elementos naturais e sociais que se constitui um “gênero de vida” particular e específico a uma determinada área da superfície terrestre. RIBEIRO corrobora essa afirmação ao argumentar que: “Os sucessivos ciclos econômicos (...) sempre se apoiaram em algum recurso da natureza. A história da organização do espaço regional é a própria história das formas pelas quais a sociedade se apropriou daqueles recursos que se tornaram a cada tempo o fio condutor da economia regional e a fonte de poder e dominação na região (RIBEIRO, 1989, p.17)”.

Como se considera a interação homem-natureza como um aspecto indispensável a ser resgatado nos processos endógenos de desenvolvimento rural, não se pode compreender a formação territorial do Paraná Tradicional sem estar muito atento a essa interação. Nesses termos, é preciso destacar a localização geográfica dessa região. O Paraná Tradicional localiza-se totalmente ao sul do Trópico de Capricórnio, na faixa denominada de zona Temperada do Hemisfério Sul. Essa localização impede que determinados produtos tropicais possam ser cultivados nessa região. Por sua vez, como é uma área dominada por planaltos, as altitudes têm uma influência importante no clima, tornando-o relativamente rigoroso no inverno e ameno no verão. Em nenhuma região do Paraná Tradicional, à exceção do litoral, as altitudes são inferiores a 500 metros. Essa característica provoca a ocorrência de geadas rigorosas no inverno. Dessa forma, a agricultura de produtos tropicais do período colonial e imperial não pôde ser incorporada à região, o que, certamente, imprimiria, uma dinâmica social diferente daquela que ocorreu.

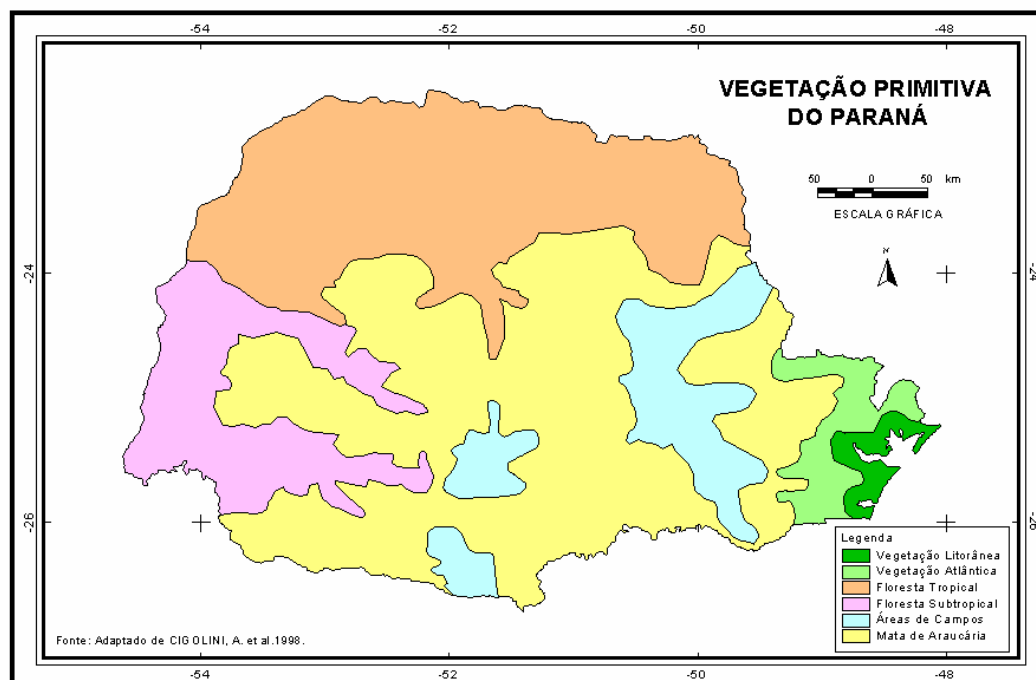
Essas características climáticas têm influencia fundamental no revestimento florístico. WAIBEL explica que “a vegetação do sul do Brasil consiste de dois tipos principais: as densas matas sempre verdes que, excluindo as araucárias, são compostas de árvores tropicais latifoliadas, e campos limpos que fisicamente se assemelham às estepes das zonas temperadas” (1979, p. 228). Nas regiões de planaltos do sul do Brasil “a mata sempre verde” apresenta como destaque a presença da araucária (*Araucaria augustifolia*) chamada popularmente por “pinheiro-do-paraná”<sup>34</sup>. No Paraná Tradicional, nas áreas de planaltos, que dominam essa região, pode-se afirmar que o revestimento florístico natural mantém as características gerais semelhantes ao constatado em outras regiões de planaltos na região Sul do Brasil: a mata da araucária e os campos. Nesses campos, “ao longo dos rios (...), estendem-se matas ciliares de araucárias e árvores latifoliadas perenes”, como chama atenção WAIBEL. É ele mesmo que lembra: “além destas florestas de galeria, há muitas manchas pequenas de matas nas depressões rasas, bem como nas encostas” (1979, p.228).

Assim, em resumo, observa-se que no Paraná Tradicional a mata das araucárias envolve os campos, os quais, por sua vez, apresentam linhas e manchas de matas. Nesta pesquisa, isso é importante porque em cada um desses domínios florísticos desenvolveu-se um tipo de sistema agrário com características próprias e complementares, os quais acabaram reforçados por culturas de origens diversas. O mapa 3 mostra a região onde aparece os campos e as matas de araucárias.

---

<sup>34</sup> Em tupi a araucária chama-se “curi”, expressão que deu origem ao nome Curitiba (HUECK, 1972).

MAPA 3 – VEGETAÇÃO PRIMITIVA DO PARANÁ



Na descrição que WAIBEL faz sobre a situação agrária do sul do Brasil em meados do século XX, essa oposição de sistemas fica bastante evidente:

Nas áreas que eram outrora florestais, encontramos hoje em dia uma população de pequenos agricultores brancos, que fundamentalmente com suas esposas e filhos têm lavrado a terra estabelecendo lares de tipo europeu. Nos campos vizinhos vive o fazendeiro, de origem luso-brasileira, que cria bovinos e cavalos em grandes propriedades e tem como empregados negros e mulatos, descendentes de antigos escravos. Com freqüência, conservam um modo de vida quase medieval, de tipo feudal e aristocrático; consideram o colono laborioso como inferior, e são arrogantes e presunçosos nos seus contatos com ele (1979, p. 230-231).

Isso leva WAIBEL a concluir, ressaltando ainda mais a oposição entre mata e campo os quais são vistos por ele como dois mundos inteiramente diferentes no sul do Brasil, tanto em termos naturais quanto em termos culturais (1979, p.231). Dessa forma, a interação homem-natureza torna-se um elemento da maior importância para definir limites de sociabilidade, os quais, por sua vez, permitem inserir a questão das relações entre homens culturalmente distintos numa determinada fração do espaço geográfico. O importante é não perder de vista que em sociedades de base agrária uma determinada sociabilidade não prescindiu da interação homem-natureza. A análise de processos endógenos de desenvolvimento rural não pode deixar de considerar essas questões.

Por isso, é importante recorrer-se à pesquisa de ABRAMOVAY sobre as transformações na vida camponesa no sudoeste paranaense, quando ele também se deparou com essa oposição, levando-o a declarar que: “Ao contrário dos campos ocupados pelo latifúndio pastoril a floresta era uma terra livre, onde não existia a propriedade privada, fosse ela latifundiária ou familiar. Nesse sentido, um dos traços mais marcantes da história do Brasil meridional é a oposição entre a mata e o campo (...). O latifúndio pastoril não enfrentava a mata, limitava-se às áreas de campo onde a atividade criatória podia ser desenvolvida” (1981, p.10).

Destacando uma visão mais técnica sobre a questão, baseada na noção de Sistemas Agrários, BARTHELMESS explica, ao analisar em termos oposicionais a relação mata-campo no Paraná Tradicional, que o sistema de pecuária extensiva dos campos, característico da região denominada de Campos Gerais, no Paraná Tradicional, pode ser classificado de um Sistema Agrário Relictual, “sistema que teve seu *optimum* nos séculos XVIII e XIX, mas que hoje se acha refugiado em área geograficamente restrita, isolada por contatos inertes” (1968, p.139). BARTHELMESS lembra ainda que esse sistema, também chamado por ela de Sistema de Pastoreio, dominou absoluto nos campos naqueles séculos “pois possibilitava, com mão-de-obra escassa, peculiar de povoamento incipiente, utilizar amplo espaço disponível de modo a obter produção muitas vezes maior que nos sistemas viáveis em terras de florestas” (1968, p.139).

Essa manutenção da oposição entre os sistemas agrários específicos da mata e do campo durante mais de dois séculos é explicada por BARTHELMESS com o seguinte argumento:

O contato entre o domínio do pastoreio e o Sistema de Roça, que há dois séculos se desenvolve ao seu lado, constitui exemplo de contato inerte, dada a impossibilidade de praticar-se aquele tipo de rotação de terras fora da floresta. Por sua vez a lavoura de arado (...) introduzida pelos imigrantes, no fim do século passado, contornou a borda da estepe, pois os pequenos arados de tração animal não possuem condições técnicas para lavrar os duros e ressequidos solos de campo onde a intrincada trama de raizame do capim barba-de-bode (*aristida palleus*) constitui um obstáculo adicional (1968, p.140).

Evidentemente, razões fundiárias também devem ser consideradas. O fazendeiro de origem luso-brasileira dominava os campos e essas áreas não eram disponibilizadas para os imigrantes. O Sistema de Pastoreio começou a se estruturar no Paraná Tradicional a partir do final do século XVII, mas nem só de pecuária sobreviviam as grandes fazendas que abrigaram esse sistema. De forma complementar à criação de gado desenvolveu-se também uma agricultura de subsistência em pequenas unidades, que era responsabilidade de uma pequena população livre estabelecida nos campos. Essa população dividia-se em produtores autônomos e agregados, que formavam famílias pobres que se agregavam às fazendas. O importante nesta parte do trabalho é destacar que esse “núcleo de agricultura de subsistência” nas fazendas só era possível de ser instalado em regiões de matas. É assim que YU afirma, ao procurar explicar a economia de auto-suficiência das fazendas de criação de gado:

Consta na bibliografia histórica que a instalação das fazendas sempre esteve associada as áreas de mata, justamente devido a sua estrutura interna de subsistência essas matas porém não se referiram as matas da sub-região de mata mista do Centro-Sul. Ao contrário, os fazendeiros pouco se interessavam pelas matas de araucária. A instalação de fazendas se restringiu praticamente aos campos propriamente ditos, os quais são mais adequados à pecuária extensiva. As áreas de mata das fazendas, portanto eram os capões que se encontram no meio dos campos abertos (1988, p.25).

Nessas áreas eram criados porcos e cultivados o milho, feijão, mandioca e arroz, mas, em algumas fazendas, o uso agrícola do solo não se resumia apenas aos terrenos das matas e se plantava o trigo em pequenas proporções. Um aspecto importante da região de matas de galeria ou capões, que abrigou a produção de subsistência das fazendas, é a grande semelhança dela, em termos florísticos, com a sub-região das matas mistas ou matas de araucária. Assim, quando a criação de gado não ia bem parte da população agregada às



fazendas e trabalhadores autônomos procuravam as matas mistas. Nessas matas, os atores dessa economia de subsistência puderam contar com as folhas da *Ilex paraguariensis*, a partir das quais se produz o mate (chá-mate), já que nos capões não existia essa espécie arbórea. Foi nesse momento, com a incorporação produtiva das matas mistas, que começou a tomar forma a economia ervateira, ou melhor, uma verdadeira “civilização do mate”. Isso porque, além de produtores deste que se tornaria o principal meio de sobrevivência da população local, os habitantes do Paraná Tradicional tornaram-se “ávidos consumidores da bebida” (PAZ, 1987 p.16-17), costume que se mantém até os dias atuais.

Ainda no século XVIII, o mate, que já era largamente consumido pela população, torna-se de forma gradual um importante produto comercial. Isso ocorreu simultaneamente às transformações que aconteciam na economia da Sociedade Campeira, na qual incorporavam-se cada vez mais os negócios das tropas, em especial o aluguel dos pastos, transformando-os em internagens. O tropeirismo atingiu o auge em meados do século XIX. Poucas décadas depois essa atividade entrou em crise. Nesse momento foi na natureza do Paraná Tradicional que a população local encontrou as possibilidades de promover um determinado processo de reconversão produtiva captado por YU ao destacar que:

Os fazendeiros empobrecidos e os agregados foram os primeiros a serem espiçados das fazendas dos campos em busca das matas, inicialmente os ervais das matas mistas da própria região, mais tarde, as matas do sertão do oeste, e mais recentemente, as matas do norte do Estado. Nas matas, as condições de se desenvolver uma economia de subsistência eram melhores e a oportunidade de empregarem na erva era maior (1988, p. 30).

Em termos sociais, os aspectos fundamentais da Sociedade Campeira repetiram-se, num primeiro momento, nas fazendas de ervais. Isso porque, muitos fazendeiros dos campos conseguiram também se apropriar de terras nas áreas de matas. É assim que os agregados, em bom número, integraram-se nessas fazendas dos ervais. YU relata que um contingente menor de agregados tornou-se posseiros de pequenos lotes e trabalhadores avulsos na colheita e processamento da erva. Essa população passou a formar uma “massa de trabalhadores do mate, com seus pequenos estabelecimentos de subsistência, por posse ou concessão, o que acabou por caracterizar a região com predominância de mini e pequenas propriedades” (YU, 1988, p. 31).

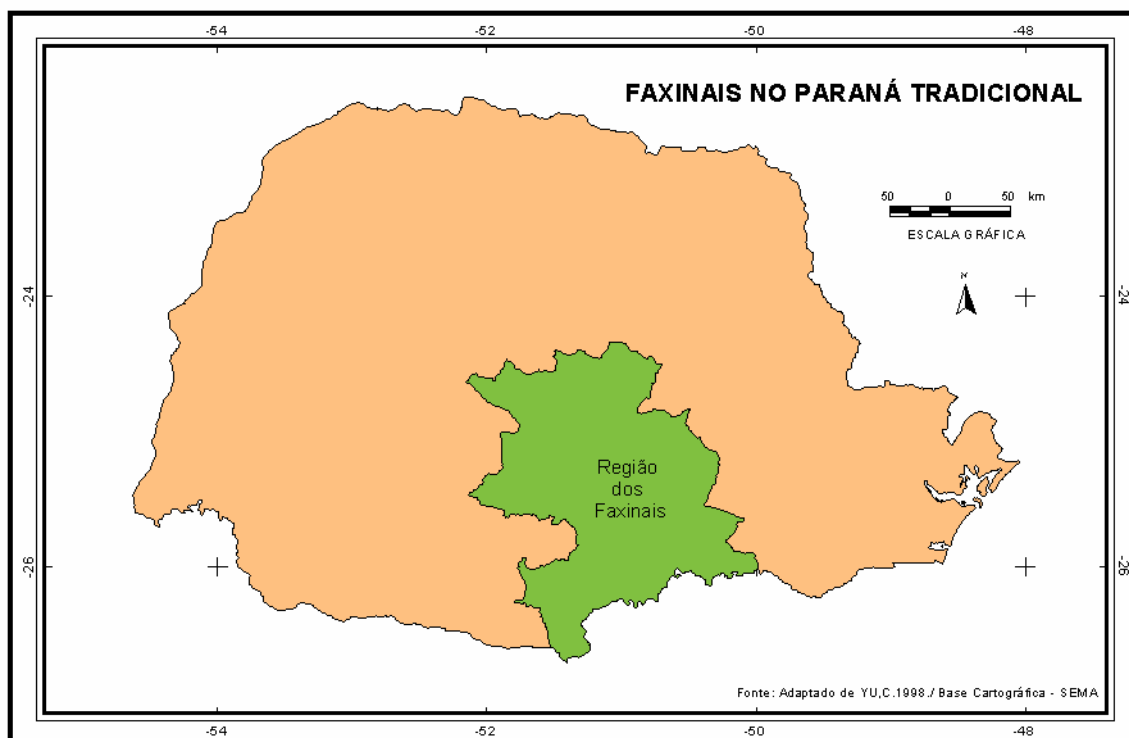
Esse processo histórico-geográfico de interação homem-natureza, característico do Paraná Tradicional, levou ao surgimento de uma forma de organização de produção camponesa ou familiar típica da região, o que, por si só, indica uma forte territorialidade local, no sentido de ter desenvolvido fatores altamente endógenos de desenvolvimento rural. Trata-se do chamado Sistema Faxinal, denominado dessa forma porque na região existe um tipo de vegetação chamado “Faxinal”. No mapa 4 observa-se que o sistema só existe no Paraná tradicional.

No Sistema Faxinal há uma integração entre a produção animal, a produção agrícola e a coleta de erva mate. YU, no entanto, destaca que “a característica que mais distingue o Sistema Faxinal das demais formas de organização da produção camponesa no Brasil, assenta-se fundamentalmente sobre a instância do comunal, ou seja, sobre o uso comum do fator terra” (1988, p.45). Naturalmente, a paisagem econômica que se forma nos faxinais é bem diferente dos campos.

A interação homem-natureza nos faxinais passa por uma divisão bem marcada das áreas produtivas. Há as terras de criadouro e as terras de capoeira. As terras de criadouro, também chamadas de terras de Faxinal, são matas, nas quais se localizam a erva-mate, a araucária e as gramíneas forrageiras. O importante a destacar é que o criadouro comum

corresponde a uma área de mata, que era uma cobertura vegetal de alto valor econômico para a comunidade local, já que permitia a criação de gado à solta e extrativismo.

MAPA 4 – SISTEMA FAXINAL NO PARANÁ



Ao contrário, as terras de capoeira são terras cuja cobertura florestal original é de pouco valor econômico e, nas quais, depois da retirada das madeiras que tinham alguma possibilidade de venda. O resto era derrubado e queimado. Essas terras de capoeira, que destaca YU, situam-se “paradoxalmente nas partes mais elevadas e onduladas da paisagem, por exclusão das terras de criadouro” (1988, p.46). Assim, como essas terras não fazem parte dos criadouros comuns são utilizadas individualmente por cada proprietário ou posseiro.

A importância do Sistema Faxinal no Paraná Tradicional é fácil de ser percebida na medida que cerca de um quinto da área territorial do Paraná foi ocupada pelos faxinais como forma predominante de organização da produção rural. Como o sistema só ocorre nos planaltos do Paraná Tradicional, nos quais convivem as matas de araucária e campos limpos, pode-se concluir que nessa região uma área significativa foi marcada por essa forma de organização produtiva rural.

Nesta primeira parte deste capítulo, procurou-se mostrar como uma territorialidade foi cristalizada tendo como um dos seus elementos básicos uma determinada interação homem-natureza. As sociedades de base agrária são fortemente influenciadas pelo meio natural. Isso não aconteceu apenas no Paraná Tradicional, mas a região apresenta uma interação com algumas características que lhe são específicas. Nesses termos, procurou-se analisar os principais aspectos dessa interação visando começar a traçar as linhas que explicam o processo endógeno de desenvolvimento rural da região. Em suma, o objetivo foi mostrar como os domínios florísticos influenciaram na consolidação de determinados sistemas agrários e formas de organização camponesa, ao mesmo tempo em que se começaram a dar pistas introdutórias da interação homem-homem, baseada no fato de que esses padrões de sociabilidade rural foram construídos por atores com culturas bem distintas no início, mas que

foram assimiladas mutuamente ao longo da história e ao largo da geografia do Paraná Tradicional. A seguir, pretende-se enriquecer o quadro de caracterização territorial dessa região, analisando outros aspectos que foram decisivos na conformação da sua estrutura territorial.

## 2.2 AS BASES SOCIAIS DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DO ESPAÇO RURAL

No século XVIII, começou a se estruturar no Paraná Tradicional, notadamente nos Campos Gerais, segundo o modelo de evolução da história regional do Paraná proposto pelo Prof. Brasil Pinheiro Machado, uma economia na qual Curitiba é o centro social a partir do qual se expandiu essa economia<sup>35</sup>, que deu sustentação a uma sociedade que resultou numa comunidade diferente das demais comunidades regionais que existiram no Brasil. A expansão dessa comunidade atingiu os Campos Gerais, nos quais se localiza a cidade de Ponta Grossa, a maior cidade dessa região e conhecida como “Princesa dos Campos Gerais”. Na faixa nortesul que forma a região dos Campos Gerais, a comunidade expandiu-se na direção sul-norte fundando núcleos populacionais, os quais são hoje importantes cidades como Lapa, Castro, Pirai do Sul, Jaguariaíva e quase no limite com São Paulo, Sengés. No sentido oeste, transpôs as matas mistas de araucárias que separam os Campos Gerais dos Campos de Guarapuava e Palmas. Esses já eram conhecidos desde meados do século XVIII, mas sua ocupação só se efetivou a partir do início do século XIX, como lembra RIBEIRO ao esclarecer que, “Guarapuava, instalada em 1810, após as dificuldades iniciais em relação aos indígenas, já estava com seus campos lotados em 1840” (1989, p.23). A partir disso, a última alternativa que restava aos criadores de gado eram os Campos de Palmas, que foram ocupados em poucas décadas, determinando o limite sudoeste da Sociedade Campeira do Paraná. É essa sociedade que interessa abordar, nesta parte do capítulo que procura analisar as bases sociais do Paraná Tradicional.

Além da dotação natural, outros fatores contribuíram para que a criação de gado tornasse a principal atividade dos campos paranaenses. Pode-se citar o crescimento populacional dos núcleos urbanos do litoral e interior, a decadência da mineração na baixada litorânea do Paraná que gerou uma disponibilidade crescente de mão-de-obra e, por fim, o crescimento do mercado consumidor do Sudeste, o qual já podia ser abastecido por produtos da região. A criação do gado não permaneceu por muito tempo como a principal atividade. Isso porque, ainda na primeira metade do século XVII, iniciou-se uma nova atividade econômica na região: o tropeirismo.

Esse momento corresponde àquele no qual a mineração em Minas Gerais torna-se uma importante atividade geradora de riquezas. Como o ouro encontrado no interior, no alto dos planaltos mineiros, precisava ser escoado pelo litoral atlântico, foi preciso a mobilização de um grande número de animais de carga.

Isso foi possível porque em 1730 foi construída a estrada do Viamão, ligando os campos de criação de Vacaria no Rio Grande do Sul à Sorocaba, então o maior centro de negociações de animais de carga. Em 1731, transitou a primeira tropa, inaugurando a Era do Tropeirismo. Tratava-se de um negócio relativamente lucrativo e que pode ser resumido da seguinte forma: “Consistia o negócio de ir comprar as muladas no Rio Grande, no Uruguai, na Argentina, conduzi-las em tropas, numa caminhada de três meses pela estrada do Viamão, inverná-los por alguns meses nos campos do Paraná, e vendê-los na grande feira anual de

---

<sup>35</sup> Trabalhos mais recentes comprovam que a maior parte dos primeiros fazendeiros atingiram os Campos Gerais vindo de São Vicente, no Litoral paulista (MOTIM, 1987).

Sorocaba, aonde vinham comprá-las paulistas, mineiros e fluminenses (BALHANA *et al.*, 1969, p. 65)”.  
 O que se pode constatar a partir do momento em que se iniciou o tropeirismo, é que a criação do gado *vacum* foi gradativamente sendo relegada a um segundo plano, tornando-se cada vez mais uma atividade de subsistência. A atividade mercantil que a substituiu foi o aluguel das pastagens para os tropeiros, transformando-as em invernagens, nas quais os animais em trânsito recuperavam o peso e as condições para seguir viagem até São Paulo. No entanto, muitos fazendeiros transformaram-se em tropeiros também.

Um ponto fundamental a destacar é o fato de que a criação de animais de carga não ocorria no Paraná. Isso acontecia, principalmente, porque havia uma proibição de se criar animais de carga nos campos paranaenses. O monopólio da criação desses animais ficou reservado ao Rio Grande do Sul. A autorização de se criar animais de carga apenas no extremo sul tinha objetivos geopolíticos e visava consolidar o território brasileiro pela via da ocupação econômica efetiva.

Um ponto importante é que a reconversão produtiva torna-se cada vez mais importante. Com isso, os fazendeiros dos Campos Gerais passaram a reservar cada vez maior número de invernagens em suas terras, para alugá-las aos tropeiros. Para eles, o que importava era que as invernagens geravam “uma renda mais fácil do que a da criação do gado” (BALHANA *et al.*, 1969, p.96). Assim, uma atividade de produção era substituída por outra de intermediação. Com isso, o processo de aperfeiçoamento da criação de gado deixou de ser feito, gerando no criador uma acomodação a uma atividade que não tinha uma base local, pois os animais de carga não eram criados nos campos paranaenses. Usando-se uma terminologia mais atualizada, a atividade era desterritorializada (STORPER, 1994). O resultado é que a criação nos campos do Paraná no final do século XIX e início do século XX apresentava-se com baixíssima produtividade, em virtude, ainda, dos solos desgastados por décadas de uso descuidado e por conter em sua maioria animais degenerados (RIBEIRO, 1989, p. 30).

O importante é que a reconversão produtiva torna-se cada vez mais importante. Com isso, os fazendeiros dos Campos Gerais passaram a reservar cada vez maior número de invernagens em suas terras, para alugá-las aos tropeiros. Para eles, o que importava era que as invernagens geravam “uma renda mais fácil do que a da criação do gado” (BALHANA *et al.*, 1969, p.96). Assim, uma atividade de produção era substituída por outra de intermediação. Com isso, o processo de aperfeiçoamento da criação de gado deixou de ser feito, gerando no criador uma acomodação a uma atividade que não tinha uma base local, pois os animais de carga não eram criados nos campos paranaenses. Usando-se uma terminologia mais atualizada, a atividade era desterritorializada (STORPER, 1994). O resultado é que a criação nos campos do Paraná no final do século XIX e início do século XX apresentava-se com baixíssima produtividade, em virtude, ainda, dos solos desgastados por décadas de uso descuidado e por conter em sua maioria animais degenerados (RIBEIRO, 1989, p. 30).

Como pano de fundo, tanto da criação quanto do tropeirismo havia uma estrutura social que não foi alterada de forma significativa em virtude das mudanças produtivas e que atingiu o auge no início do século XIX, quando “a sociedade fundada nos latifúndios dos Campos Gerais, apresentava-se estabilizada, com a grande família residindo nas fazendas, à base do trabalho escravo, nas atividades do tropeirismo, a sua forma de participação na ordem social” (MACHADO, 1968, p.39). A predominância do latifúndio e do trabalho escravo não diferenciava a ordem social do Paraná Tradicional da que predominou em outras regiões do Brasil colonial, mas no Paraná as outras duas grandes regiões não apresentaram essa estrutura social<sup>36</sup>.

A estrutura fundiária do Paraná Tradicional baseia-se no **sistema latifúndio-minifúndio**<sup>37</sup>. A presença do latifúndio pode ser explicada pelo fato da ocupação da região ter ocorrido no período em que a constituição de grandes fazendas dependia de uma concessão de terras (sesmarias), pelas autoridades nomeadas pela coroa. O que acontecia é que as terras eram primeiramente ocupadas por fazendas, concretizando a posse, e depois se requeria a regularização a partir da concessão. O mais importante era demonstrar a disposição e condições de exploração da terra, algo que estava de acordo com os interesses econômicos e políticos portugueses naquela época. SMITH é muito claro ao tentar explicar isso, afirmando

<sup>36</sup> O modelo machadiano sobre a história regional do Paraná traçava um paralelo entre a ordem social da Sociedade Campeira e a do nordeste açucareiro, conforme definido por Gilberto Freire.

<sup>37</sup> A característica principal deste sistema é que, inserido no latifúndio ou gravitando em torno dele, existem um grande número de pequenos estabelecimentos, nos quais as famílias camponesas não conseguem produzir o mínimo necessário para reprodução social, precisando vender sua força de trabalho aos latifundiários.

que “a forma como se dá a apropriação da terra, onde aparece o latifúndio colonial tem sua determinação na produção mercantil, empresa pela qual o Estado Português toma partido desde meados do século XVI, e ulterior expansão das fazendas interiores, aonde extensivamente a pecuária e o gado de carga vão abrindo as fronteiras da circulação interna e com a região do Prata (SMITH, 1990, p.170).”

No entanto, o que chama atenção também é que na sua maioria os fazendeiros que recebiam as sesmarias eram absenteístas. Eram paulistas que residiam em São Paulo, Santos ou Paranaguá. Um bom número de fazendas eram tocadas por escravos. Posteriormente, com o tropeirismo, muitos proprietários passaram a residir na própria fazenda. Isso sem dúvida estava relacionado ao fluxo monetário gerado pelo tropeirismo, que necessitava de um controle mais direto do proprietário (BALHANA *et al.*, 1969, p.99).

A dimensão das sesmarias/latifúndios concedidas era definida em lei. Na época, as maiores sesmarias atingiam quatro léguas quadradas (17464 ha), as médias três léguas (13068 ha), e as pequenas ½ légua (2178 ha). A grande maioria das sesmarias tinha as dimensões dessas últimas (YU, 1988, p.22). Como era próprio do sistema latifúndio-minifúndio, em volta dessas grandes fazendas existiam os pequenos estabelecimentos ocupados por uma classe de homens livres. Esse contingente de homens livres, na sua maioria, eram posseiros de pequenas áreas. É importante não confundir essa parte da população livre com aquela que residia nas fazendas. Os que residiam nas fazendas formavam um segmento social intermediário entre os trabalhadores autônomos e os escravos. Quem sintetizou de forma esclarecedora a inserção desse segmento da população na Sociedade Campeira foi MACHADO:

Já se consagrou a denominação de agregados. Eram homens juridicamente livres, mas inteiramente subordinados a classe senhorial. Eram camaradas, conforme a denominação que se dava ao seu trabalho de jornaleiros. Residiam em terras da fazenda (com suas famílias) em pontos distantes da sede, como vigilantes das invernadas mais longínquas; eram feitores, capatazes e compadres, formando uma rudimentar clientela dos donos de fazendas (...) Em geral eram parte de uma população flutuante e móvel da Província, que vagava de fazenda para fazenda, e corriam em massa para os ervais, nos períodos do corte da erva (1963, p.9).

Com o tempo, a relação senhor-agregado ganha importância na Sociedade Campeira, em detrimento da relação senhor-escravo. Os agregados também recebem a denominação de camaradas. Como se afirmou, esses homens eram livres, mas profundamente subordinados aos chefes. A mudança relacionada à diminuição do número de escravos trabalhando nas fazendas de gado acelera-se com a escassez de braços na lavoura de café em São Paulo a partir de meados do século XIX. BALHANA *et al.* informa que, “em 1865, firmas paulistas compravam ou arrendavam os escravos do Paraná para cafezais paulistas”, levando a que, “em 1867, o imposto que a Província arrecadava sobre [venda] escravos”, passasse a ser maior do que o pago sobre a venda de animais (1969, p. 98). A abolição foi apenas o golpe final no escravismo da Sociedade Campeira do Paraná Tradicional. De qualquer forma, o número de escravo já havia diminuído muito desde o início do século XIX, fato já constatado por viajantes estrangeiros que estiveram nos campos do Paraná Tradicional e se refiram a essa terra como possuindo a população mais branca do Brasil (PAZ, 1987, p.26). Não obstante o reduzido contingente de escravos em comparação ao constatado em outras regiões do Brasil, o Paraná Tradicional foi diretamente marcado pelo escravismo, ao contrário das outras duas grandes regiões do Paraná.

No que se refere à Sociedade Campeira do Paraná, PAZ faz um relato, baseado nas impressões de viagem de estrangeiros que visitaram o Paraná Tradicional durante o século

XIX, que fornece de forma precisa o mecanismo de exploração que minava as possibilidades de qualquer melhora nas condições de vida da massa dos trabalhadores “livres” da Sociedade Campeira:

Igualmente tensas eram as relações entre os fazendeiros e caboclos, sendo estes submetidos a uma espécie de (escravidão branca). Ao investigar os motivos que levavam os homens a se negarem a trabalhar junto à expedição inglesa, mesmo sendo bem remunerados BIGG-WITHER<sup>38</sup> descobriu que os fazendeiros da região haviam espalhado boatos sobre a ameaça de doenças e índios a que se submetiam aqueles que aceitavam o trabalho. Buscando as razões da atitude dos fazendeiros, descobriu que na verdade eles temiam os resultados deste contato: com o salário recebido, os caboclos poderiam se libertar da ‘escravidão branca’. Como estavam freqüentemente numa situação de penúria, os caboclos viam-se obrigados a fazer empréstimos com eles, em troca de trabalho temporário. Após um certo tempo, o devedor era dispensado, voltando para sua terra e aguardando uma nova solicitação; ao voltar, era informado que os juros corridos nesse intervalo o haviam deixado com o mesmo débito anterior. Como sua lavoura era de subsistência, não dispunha de dinheiro para saldar toda sua dívida; como não dispunha de animais de transporte para levar seu possível ‘excedente’ ao mercado, era obrigado a vendê-lo ao fazendeiro mais próximo por um preço que esse determinava; como os juros corriam entre um período e outro de trabalho na fazenda do seu credor, sua dívida nunca era amortizada (1987, p.38-39).

O que se descreve perfeitamente é um círculo vicioso de pobreza e subordinação, que é praticamente o mesmo observado em muitas outras regiões do Brasil, mas que não existia nos sertões do Norte e Sudoeste do Paraná, quando se iniciou nessas regiões a colonização moderna, capitalista e baseada na pequena propriedade agrícola, respectivamente, no final do século XIX e meados do século XX. Esse é um fato enfocado por diversos trabalhos que abordaram a colonização das diversas regiões do estado. Isso significou uma herança de pobreza e desigualdade para o Paraná Tradicional, com a qual as outras duas grandes regiões paranaenses não foram contempladas (ABRAMOVAY, 1981; COSTA, 1977; WESTPHALEN, 1977; NICHOLLS, 1970; MONBEIG, 1945).

No Paraná Tradicional, esse quadro ocorre num contexto de integração entre a Sociedade Campeira e o Sistema Faxinal, que permitiu a evolução de um processo endógeno de desenvolvimento rural na região, diferente do observado nas outras regiões do estado. A originalidade desse processo é dada basicamente por esse sistema, que surgiu em virtude da crise que se abateu sobre a atividade lucrativa da Sociedade Campeira, que era o tropeirismo. Com a crise ocorreu um êxodo dos campos para as matas que os circundam. Nas matas as condições de sobrevivência eram melhores, até porque elas abrigam a erva-mate. Engrossaram o êxodo fazendeiros que perderam suas terras ou não conseguiram mais tirar o seu sustento da mesma e se tornaram uma camada empobrecida. Além desses, uma parcela de agregados e trabalhadores autônomos voltaram-se para as matas ajudando a mover as engrenagens do chamado “ciclo”<sup>39</sup> da erva-mate” ou a “economia ervateira”. Os ex-fazendeiros, agregados e trabalhadores autônomos dos campos paranaenses inseriram-se nessa economia como força de trabalho das fazendas de ervais ou como posseiros que se instalaram em pequenos lotes, mas que não deixaram de fazer parte da força de trabalho das fazendas nos períodos de maior necessidade de mão-de-obra nos ervais. A existência de fazendas relativamente grandes nas matas era resultado da apropriação de terras realizadas

<sup>38</sup> Um dos viajantes que esteve no Paraná na segunda metade do século XIX.

<sup>39</sup> O termo “ciclo” aparece no texto, mas não há qualquer compromisso com a abordagem clássica sobre os ciclos econômicos brasileiros.

anteriormente pelos fazendeiros e ou tropeiros dos campos paranaenses, os quais ao fazerem a travessia das matas mistas com as suas tropas de animais passaram a requerer ou ocupar tais terras. No entanto, a estrutura fundiária nas matas não repetiu o mesmo nível de concentração encontrado nos campos, ao mesmo tempo em que muitos dos grandes fazendeiros dos ervais, integraram-se ao Sistema Faxinal cedendo parte de suas terras para formação dos criadouros comuns.

A reprodução da economia de subsistência nas matas mistas, que já aparecia internalizada nas fazendas dos campos, mais precisamente nos capões que cortam os pastos naturais, permitiu a incorporação econômico-territorial dessas matas. Como nessas matas havia um produto valorizado e que era explorado por extrativismo, era preciso preservar as matas. Ao se preservarem as matas elas se tornaram disponíveis a outros tipos de exploração econômica. Uma atividade de subsistência que já era muito importante nas fazendas campeiras – a criação de suínos – é a que se mostrava a mais apta à ampliação da cooptação econômico-territorial das matas. Assim, repetia-se nas matas a suinocultura extensiva que acontecia nas fazendas campeiras, que tinha pequeno valor comercial, mas era a responsável pelo fornecimento de carne às fazendas. Nesse sistema, os animais eram criados em total liberdade.

Esse sistema correspondia a uma mistura de técnicas: do porco alçado e do porco de safra. No primeiro sistema o porco é criado utilizando os recursos oferecidos pelo ambiente. O animal alimenta-se dos pastos, brotos e frutos silvestres tombados ao chão. A principal fonte de alimentação era o pinhão, fruto da Araucária. O fornecimento de sal era o único trato dados aos suínos. Nesse sistema o número de animais por hectare é pequeno. No segundo sistema, o animal recebe uma complementação alimentar a base principalmente de milho e é, em boa parte, criado com objetivo comercial.

O importante aqui é ressaltar que a criação de gado miúdo à solta mostrava-se muito bem integrada ao ambiente natural e às outras atividades desenvolvidas nas matas, contribuindo também para preservá-las. A criação nessas condições apresentava-se com uma certa racionalidade, já que “o meio farto provia de alimentos silvestres em abundância, o que poupava aos criadores, os custos de trato de criação” (YU, 1988, p. 37). É esse autor que descreve o Sistema Faxinal partindo dessa questão da racionalidade, porque é sob esse sistema que a maioria dos criadores de suínos vai organizando crescentemente sua produção:

Essa racionalidade levou a construção de cercas coletivas que abrangessem as terras de caíva contígua de todos da mesma localidade. Dentro do perímetro das cercas ficava definida como terras de criação ou criadouro, e ao seu redor, fora das cercas, ficavam as terras de plantas ou as capoeiras. O criadouro era de uso comum e englobava as terras de caboclos, colonos e fazendeiros, sendo que cada qual participava com o que possuía. Embora a proporção de terras entre essas três categorias fosse muito desigual, o que importava era o fato da construção do criadouro em si trazer benefícios para cada uma delas, sem precisar em troca incorrer em grandes custos (1988, p. 37-38).

Era fundamental em relação ao criadouro a preservação da propriedade privada da terra, a construção da cerca e os cuidados em relação a ela. Assim, a cessão de terras de um proprietário individual para a organização de uma exploração não significava que ele estava abrindo mão de parte da sua propriedade. O principal custo do sistema era a construção de cercas e a manutenção das mesmas. A madeira necessária vinha das matas locais. Os custos geralmente eram cobertos pelos fazendeiros e o trabalho fornecido pelos colonos e caboclos. Além disso, os agregados também participavam com a força de trabalho. Na verdade, os custos para o fazendeiro não eram monetários, pois a madeira das cercas era retirada de sua

própria fazenda. É verdade que esses fazendeiros entravam com a maior parcela das terras do criadouro, mas em compensação “tinham mão-de-obra cativa para trabalhar nos seus ervais. A manutenção de uma reserva de trabalhadores mais ou menos autônomos nas proximidades das fazendas era fundamental para os fazendeiros dos ervais”. (YU, 1988, p. 39). Isso é importante, tendo em vista que a necessidade de mão-de-obra do extrativismo da erva-mate é sazonal. Por sua vez, os criadores comuns permitiram aos pequenos camponeses e trabalhadores rurais manter suas roças protegidas dos animais criados à solta e puderam manter um bom número desses animais, que eram importantes para alimentação da família camponesa e podiam, eventualmente ou não, serem comercializados, vivos ou como produtos derivados. Dessa forma, como “o uso coletivo da terra beneficiava a todos, só podia ocorrer, como de fato ocorreu, a multiplicação e a proliferação de criadouros comuns por toda a região que apresentassem condições materiais e sócio-econômicos semelhantes às acima colocadas”. (YU, 1988, p.39).

Nos campos o sistema não se desenvolveu, pois não havia erva-mate nos capões. Além disso, os imigrantes<sup>40</sup> do final do século XIX não se fixaram nos campos e sim na mata. E foram eles que deram uma contribuição fundamental na consolidação do Sistema Faxinal. Isso porque com eles vieram as cercas, que incomodaram os caboclos locais, os quais não as viam com bons olhos. Assim, “os poloneses foram responsáveis diretos pela introdução de cercas nos sertões paranaenses, e, em consequência, do declínio do modo de viver seminômade das populações acostumadas com a atividade pecuária”. Pode-se, então, afirmar, como o faz YU, que “a maior fixação do homem a terra e a delimitação das propriedades ou a definição dos diferentes usos da terra por meio das cercas, eram essenciais à expansão da policultura alimentar na região” (1988, p. 39-40). No entanto, para os objetivos deste capítulo e da tese, o importante é perceber que da interação específica entre homem e natureza e também da interação entre homens culturalmente diversos e com interesses econômicos diferentes, mas possíveis de serem complementados, nasceu uma forma de organização territorial absolutamente característica da região centro-sul do Paraná. Em resumo, os atores sociais da Sociedade Campeira - fazendeiros, agregados e trabalhadores rurais autônomos - estão nas origens do Sistema Faxinal. Posteriormente, receberam a influência dos imigrantes que deram uma contribuição decisiva. O conjunto desses atores conseguiu criar, por um processo histórico-geográfico bem determinado e específico, algo diferente. Um sistema integrado de repercussões culturais, econômicas e políticas. Inclusive, com processo mesmo de aculturação regressiva, conforme defende WAIBEL, em meados do século XX, em relação aos sistemas agrícolas de boa parte desses imigrantes, os quais por todo o sul do Brasil teriam regredido de um sistema de rotação de culturas, em grande parte combinada com a criação de gado, para o sistema de rotação de terras primitivas.

É o sistema que o colono chama de roça ou capoeira, e WAIBEL indica que “na literatura geográfica é geralmente conhecido como agricultura nômade ou itinerante. Na linguagem dos economistas rurais, é chamado sistema de rotação de terras” (1979, p. 244-245). No Paraná Tradicional, no entanto, uma boa parte dos colonos, que realmente passaram a praticar a “capoeira”, integraram-se aos criadouros comuns e a coleta de erva-mate no Sistema Faxinal ou mesmo de forma independente. Esse fato os envolveu em outro padrão de racionalidade, não abordado por WAIBEL, até porque ele não fez referência ao sistema e não dá indicações de que o conhecia. Essa percepção de que algo novo surgiu da interação entre o

---

<sup>40</sup> Os imigrantes que influenciaram bastante o sistema foram os escravos, principalmente poloneses, os quais foram fixados exatamente na região da erva-mate e dos faxinais.



imigrante e os brasileiros, no sul do Brasil está de acordo com SEYFERTH que destaca a originalidade do sistema das “colônias” no Brasil Meridional, levando-a a concluir que:

A colônia, enquanto unidade mínima do sistema, representa uma simbiose de elementos brasileiros, alemães, italianos, em fim, europeus, que resultou numa organização econômica e social diferente, tanto da que conheciam na Europa, como da que encontraram no Brasil. Estes colonos são diferentes dos caboclos, caipiras, roceiros e outras categorias comuns no mundo rural brasileiro. E a diferença se situa mais no plano da organização social da comunidade rural e de ocupação do espaço do que nas técnicas agrícolas empregadas e no que é plantado (1990 p. 29-30).

Ora, se é possível constatar especificidade no que seria um sistema próprio as colônias do sul do Brasil, mesmo mantidos o padrão básico de exploração individual e capitalista dos lotes coloniais, o que se pode dizer de um sistema que, mantido esse padrão básico, o complementa com uma exploração coletiva, comunal e solidária de um conjunto de partes daquelas explorações individuais, num sistema original, que teve ampla influência regional, provocando, inclusive, o surgimento de um conjunto de instituições locais, as quais, em determinado momento, chegam a se chocar com as instituições estaduais e nacionais? Por exemplo, no que se refere a “Lei Federal dos Quatro Fios” do código Civil Brasileiro, de 1916<sup>41</sup>, que estabelece que desde que o proprietário tenha suas terras cercadas com quatro fios de arame, o animal que as invadir, pode ser considerado invasor, podendo ser apreendido. Essa lei não está de acordo com muitas leis municipais locais que obrigam que as cercas devem impedir, inclusive, a circulação do gado miúdo, principalmente o suíno, ou seja, um cerca de quatro fios apenas não impedia a passagem dos suínos, que acabavam invadindo as plantações. No início do sistema o que era determinado é que as cercas deveriam ser de madeiras e não poderiam ter espaços pelos quais pudessem passar os animais miúdos. Mas, como as leis federais prevalecem sobre as municipais, a partir do momento em que esse dispositivo federal passou a ser acionado efetivamente na região (na década de 1970), o sistema começou a ser questionado juridicamente. Entrava-se numa conjuntura na qual prevalecia o afã homogeneizador inserido na política de modernização. O conflito jurídico que surgiu, materializa o choque entre um sistema produtivo regional e um modelo que lhe é antagônico. Esse embate em si e as conseqüências que resultam dele, também são elementos da trajetória regional de desenvolvimento rural do Paraná Tradicional.

O importante, nesse ponto, é compreender em detalhes como ocorreram as transformações territoriais no processo endógeno de desenvolvimento rural do Paraná Tradicional. Para tal, procura-se no próximo item enfatizar alguns elementos já abordados, procurando inseri-los dentro de uma dinâmica de transformações a partir da qual se sucedem conjunturas, as quais são entendidas aqui, como as definem CARDOSO e BRIGNORI, ao afirmarem que conjuntura é, “antes de tudo, movimento”. Assim, acrescentam, “as mudanças, os movimentos (...) da vida econômica [e também social] são aludidas por esta noção de conjuntura” (CARDOSO; BRIGNOLI, 1983, p. 261)

---

<sup>41</sup> Nos municípios nos quais o sistema era difundido foi criado um conjunto de leis que procuravam dar um arcabouço jurídico – institucional aos faxinais baseado nos costumes locais. Esse arcabouço não estava totalmente de acordo com as leis federais, mas prevaleceu até o momento em que o processo modernizador encontrou nos faxinais uma organização que lhe era incompatível. Assim, começou o questionamento jurídico.

### 2.3 AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS DO ESPAÇO RURAL

As mudanças econômicas que começaram ainda no século XVIII, tendo como pano de fundo essa estrutura social que se manteve em todo período em seus elementos fundamentais, conforme definidos sinteticamente nas partes anteriores, provocaram transformações no contexto sócio-territorial. RIBEIRO defende que o tropeirismo permitiu comprometer o Paraná na sustentação da atividade principal da colônia no século XVIII, que era a mineração (1989, p.23). Na verdade, FURTADO já havia anteriormente destacado essa integração da região sul do Brasil ao restante do país, pela via da criação e do comércio do gado (1967, p. 3). Para a região, a renda gerada pelo comércio de gado provocou o surgimento de uma incipiente mais crescente economia monetária que alimentou o comércio em detrimento da economia auto-suficiente que predominava na região. Essa economia monetária em crescimento vai encontrar um campo fértil no interior das aglomerações urbanas que surgem ao longo do caminho do Viamão, criando um eixo norte-sul de expansão da Sociedade Campeira. É assim que surgiram nos Campos Gerais, embriões de futuras cidades como Lapa, Ponta Grossa, Castro, Piraí do Sul, Jaguariaíva, entre outras, as quais são aqui listadas pelo seu nome atual. O interessante é que essas cidades foram surgindo em uma distância umas das outras, que corresponde, aproximadamente, a um dia de marcha das tropas, que ao estacionarem em um determinado local, à noite, para descanso, faziam surgir nesse local uma aglomeração populacional. (PADIS, 1981, p.22).

O território correspondente à região de efetiva ocupação populacional de povos de origem européia no Paraná ia completando assim o processo de integração de suas diferentes paisagens em um todo sócio-territorial, com atividades e sistemas agrícolas e de organização sócio-econômica relacionados pela força de trabalho, pelos ritmos sazonais de produção, pelos interesses econômicos das classes dominantes que se integravam crescentemente ao longo dos séculos XVIII e XIX a pelo menos duas atividades marcantes: o aluguel de pastagens e/ou a condução e venda direta de tropas de animais de carga e a exploração dos ervais. No que se refere à contextura espacial regional, pode-se perceber, pelo surgimento de aglomerações populacionais, em bom número, que uma incipiente rede urbana começava a se formar, inicialmente em núcleos com população bastante reduzida, mas perfeitamente integrados às atividades agropecuárias.

O auge dessa organização sócio-territorial aconteceu precisamente no quinquênio de 1855-1860, o qual é o lustro que “marca o ápice do comércio de mulas em Sorocaba” (BALHANA *et al.*, 1969, p.97). O importante é que esse momento de auge estava muito próximo da década que marca o início do declínio da mesma atividade, que foi a de 1870, “quando as construções das estradas de ferro do café, em São Paulo, desvalorizam o mular como meio de transporte” (BALHANA *et al.*, 1969, p.65).

Um ponto que se deve destacar aqui se refere a um certo nível de complexidade da economia tropeira. Referências genéricas à intensificação de uma economia monetária local gerada pelos pagamentos dos alugueis das internadas e pela compra e venda de animais quando da inserção direta dos fazendeiros locais no negócio das tropas, não nos dão uma idéia muito precisa dessa complexidade. OLIVEIRA, ao contrário, destacando um ponto importante do que foi a expansão da economia monetária no tropeirismo, chama atenção para o seguinte aspecto:

O tropeirismo, como um comércio de animais entre regiões distantes mais de mil quilômetros entre si, constituiu todo um conjunto de relações creditícias e financeiras entre os agentes das diversas regiões vinculados nos negócios (...) o longo tempo de maturação dos capitais

investidos acarretou a formação de uma rede de empréstimos e de sociedades entre os tropeiros com vistas a compensar as longas ausências (OLIVEIRA, 2000, p. 23).

Assim, é evidente que o negócio das tropas e das invernagens gerou uma complexidade econômica que acompanhou a geração de uma renda monetária local que foi apropriada por diversos segmentos da Sociedade Campeira, em especial, certamente, pelos grandes fazendeiros. Com certeza, esses capitais não eram comparáveis com aqueles que eram gerados na mineração, na economia açucareira e na crescente economia cafeeira, no mesmo período, em outras regiões do Brasil Colonial. É assim que OLIVEIRA nota, ao se centrar na questão da transição capitalista no Paraná, que “a fração da classe dominante paranaense relacionada com a acumulação capitalista mercantil no tropeirismo não consegue completar a sua transição para a formação de uma burguesia estruturada” (2000, p. 96). No entanto, não é possível perceber as consequências dessa questão e mesmo continuar na análise da formação territorial do Paraná Tradicional, destacando as transformações pelas quais passou o espaço rural dessa região, sem procurar ter claro que as atividades relacionadas ao tropeirismo conviviam com outras atividades ligadas ao “ciclo ervateiro” e com a agricultura de subsistência. Nesses termos, procura-se analisar a evolução da “economia ervateira” ou do que também se denomina de “ciclo da erva-mate”. Isso porque, a atividade de criação de gado *vacum* nos campos dos planaltos do Paraná Tradicional, que desde a primeira metade do século XVIII foi perdendo espaço para o aluguel das pastagens (invernagem), e o negócio das tropas com todas as suas consequências sócio-territoriais, são contemporâneos da cooptação econômico-territorial das matas mistas de Araucárias, nas quais se desenvolvia uma agricultura de subsistência, uma pecuária extensiva de suínos e o extrativismo da erva-mate. PAZ anotou que o extrativismo e a pecuária extensiva constituem as “duas principais imagens da **economia** local fixadas pelos viajantes” (1987, p. 16).

É assim que, já no século XVIII, “os homens, mulheres e crianças que margeiam as matas dedicam-se quase que exclusivamente a esta atividade, especialmente entre março e setembro” (PAZ, 1987, p. 16). Essa população contribuía para a incorporação das diferentes paisagens no esforço de sobrevivência desses habitantes, “na medida em que os ervais se localizavam no interior das matas – cujo acesso oferecia perigos – os coletores se organizavam em grupos, penetrando-as com burros e carroças” (PAZ, 1987, p. 16). PAZ sintetiza essa atividade, conseguindo captar seus aspectos fundamentais, ao descrevê-la assim:

Distantes de suas casas, construíam uma cabana, um abrigo temporário para, após, iniciarem o corte. Armados de um facão de mato decepavam os galhos e retiravam a folhagem, secando-a. O material obtido era levado a engenhos próprios, sendo reduzido a um pó mais fino possível e colocado em sacos de couro cosidos. A imensa quantidade de fardos de mate era transportado, via Morretes, a Paranaguá, por onde era comercializado (1987, p. 16-17).

Na verdade, inicialmente o mate era importante apenas como produto de consumo local, conforme se mantém até hoje. Sua importância comercial, no entanto, desde o século XVIII, cresceu vigorosamente até a primeira metade do século XX, não obstante os problemas conjunturais relacionados a preços, nível de produção e acesso a mercados, os quais foram abordados no livro clássico de PADIS (1981).

Um ponto que se deve destacar, é que o extrativismo do mate nos planaltos do Paraná Tradicional mobilizava uma população crescente, mesmo nos bons momentos do negócio das tropas, e mais ainda, quando esse negócio entrou numa conjuntura de crise no último quartel do século XIX. Isso acontecia porque, como nos lembra OLIVEIRA, “a coleta e o preparo inicial da erva-mate eram atividades acessíveis, fáceis, de pouco trabalho e lucrativas para os

homens livres pobres” (2000, p. 85). Isso, evidentemente, comparando a atividade, com outras que estavam disponíveis a essa população, como, principalmente, a agricultura e a pecuária de subsistência. É dessa forma que PEREIRA aborda a questão, ao afirmar que “a agricultura de subsistência e a venda de uns parques excedentes não eram vistas pela população, de modo geral, como a alternativa mais interessante de participação no mercado, mesmo porque os mercados urbanos (...) eram extremamente restritos” (1996, p. 46). Na verdade, não é nem uma questão de participação ou não no mercado. A questão fundamental é que o trabalho nos ervais permitia o acesso a uma renda monetária mínima e suficiente para libertar o agricultor, em boa parte, das penosas e instáveis condições de vida de agricultor rudimentar. PEREIRA conseguiu sintetizar essa questão, preocupado que estava com a transição capitalista no Paraná, nos séculos XVIII e XIX:

Desde o século XVIII, a extração da erva-mate firmou-se como a alternativa preferencial de obtenção de alguma renda em dinheiro. Para uma população que nem sempre compartilhava do ideário positivo em torno do trabalho, sustentado pelas autoridades e classes dominantes locais, era bastante compreensível a preferência por uma atividade sazonal como a extração do mate. Essas pessoas trabalhavam exaustivamente alguns meses por ano, o suficiente para ter acesso aos produtos da indústria e do artesanato europeu (1996, p.47).

Essa preferência do agricultor, que se dedicava à agricultura e pecuária de subsistência pelo trabalho nos ervais, provocou uma crise de abastecimento de alimentos na região. A crise tornou-se marcante a partir de meados do século XIX, quando “o impacto desagregador da economia do mate sobre a tão desejada agricultura de subsistência fazia-se sentir vigorosamente, tornando o mercado urbano um espaço de constantes conflitos” (PEREIRA, 1996, p. 28).

SANTOS lembra que a escassez levou a carestia, e essa ao aumento das importações do exterior e de outras províncias. Entre os produtos que eram importados destacavam-se o açúcar, o trigo, carnes, toucinho, sal, bebidas e tecidos (SANTOS, 1995, p. 26). Assim, no Paraná Tradicional, o tropeirismo afastava cada vez mais os fazendeiros e trabalhadores rurais das lides da criação do gado *vacum*, o monopólio do Rio Grande não permitia a criação de animais de carga e o extrativismo da erva-mate afastava o trabalhador rural da agricultura e pecuária de subsistência e de abastecimento do mercado local. A combinação desses fenômenos, numa mesma região, teve uma influência decisiva no padrão alimentar local, o que ajudou a reforçar a pobreza e a desigualdade social. PAZ comenta as impressões que divulgaram os viajantes estrangeiros que percorrem o Paraná Tradicional no século XIX, sobre a alimentação da população:

Mesmo convidados muitas vezes para uma mesa farta, os viajantes não deixaram de registrar outros embarços. Em primeiro lugar, é curioso observar que numa terra famosa pelos seus rebanhos se consumisse uma manteiga velha e rançosa, vinda da Inglaterra; o queijo fosse da Holanda; a carne e o leite, caros, os ovos, raros. As hortas não eram habituais e, em certos lugares, uma refeição podia ser à base de um único alimento, como o arroz (1987, p. 30).

Como afirma PAZ não era de surpreender que a população mais pobre estivesse em situação crônica de subnutrição, como descreveu os viajantes, os quais constataram “o aspecto doentio dos habitantes da Província, dados os hábitos alimentares e as condições de higiene”. Dessa forma, “embora o clima oferecesse condições para o cultivo de hortas ou árvores frutíferas, e a natureza, uma variedade de carnes, poucos estavam atentos a estas possibilidades”. Registrou-se, inclusive, “o péssimo costume de comer terra em especialmente

quando tirada dos ninhos de cupim (...) outras preferiam pedaços de louça de barro, principalmente das procedentes da Bahia”<sup>42</sup> (1987, p. 30-31).

Politicamente, a preferência da população pelo extrativismo em detrimento da agricultura e pecuária gerou um conflito entre os senhores do gado e os burgueses do mate. Os senhores do gado e das invernadas não aprovavam a carência de mão-de-obra no cultivo e na criação, como também a escassez e carestia dos gêneros alimentares que a acompanhavam. A disputa invadiu as instituições de decisão políticas e girava principalmente em torno da delimitação do período que se poderia dedicar à extração da erva-mate. Os ervateiros lutavam para estender o período, enquanto “os vereadores ligados ao latifúndio opunham-se a tanto, em nome da agricultura de subsistência e da necessidade de incentivar a cultura do trigo, um eterno sonho das classes dirigentes locais que se tornou realidade apenas na segunda metade do século XX” (PEREIRA, 1996, p. 26).

Tudo isso se agrava num contexto de crise do tropeirismo. Um ponto importante dessa conjuntura foi o agravamento da carência de mão-de-obra na agricultura e pecuária relacionada à diminuição de escravos nas fazendas paranaenses, em virtude da demanda por braços na lavoura do café de São Paulo no início da segunda metade do século XIX, que levou os proprietários de escravos paranaenses a vendê-los. BEGA procura destacar que “a venda dos escravos para mercados em expansão de São Paulo e do Rio de Janeiro se tornará (...) uma fonte de renda substancial” (BEGA, 2001, p. 111). Assim, precedendo a crise que ia se abater sobre os negócios das tropas, no início da segunda metade do século XIX era comum firmas comprarem e arrendarem escravos oriundos do Paraná. Inclusive, em alguns anos desse período, como já se destacou, o imposto que a Província arrecadava sobre a venda de escravos passava a ser maior do que o arrecadado sobre a venda de animais (BALHANA *et al.*, 1969, p. 98). A crise do tropeirismo apresentou-se como as duas faces da mesma moeda. A escassez de mão-de-obra agravava os problemas relacionados à carestia e ao abastecimento. Por outro lado, a renda gerada pela venda dos escravos dava o fôlego que os grandes fazendeiros precisavam. Porém, isso só adiava o colapso que se aproximava. Isso porque, além da diminuição do número de escravos disponíveis para a venda, o preço diminuiu com o tempo, como também o preço do gado, os quais “não constituem mais as primeiras opções de investimentos nas fazendas dos Campos Gerais, a terra passa a ser, então, no âmbito do sistema de invernadas, o elemento essencial da riqueza dos criadores” (SANTOS, 1995, p. 58).

Naquela conjuntura, não foi apenas a atividade tropeira que se reduziu, mas também a própria criação. Isso acontecia na medida que o gado paranaense perdia mercados no sudeste em virtude da concorrência das novas áreas produtoras da região sudeste (MACHADO, 1968, p. 43). O mesmo autor observa que com isso diminuiu a produção das fazendas, agravando o problema da produtividade que já era crônico. MACHADO cita vários outros elementos que provocaram a decadência da Sociedade Campeira. É o caso do “fechamento das fronteiras” dos campos paranaenses, com a ocupação definitiva dos Campos de Guarapuava e Palmas. As primeiras áreas de campos ocupadas no Paraná Tradicional foram as de Curitiba e as de Lapa, Ponta Grossa e Castro (Campos Gerais). Posteriormente, no início do século XIX, consolida-se o movimento de ocupação dos campos de Guarapuava e Palmas. A Sociedade Campeira nessas regiões apresentou uma evolução tardia. Elas significaram por muito tempo uma alternativa para novos investimentos realizados pelos fazendeiros dos Campos Gerais. Com o fechamento dessa fronteira esses fazendeiros não tinham como buscar novas áreas para

---

<sup>42</sup> Josué de Castro comprovou que o hábito de comer terra é uma doença da subnutrição. Trata-se de uma carência mineral. No interior do Nordeste era comum a venda de tabletes de barro nas feiras (CASTRO, 1957).

compensar os problemas que surgiam nas regiões mais antigas. Além disso, MACHADO aponta também as partilhas hereditárias das grandes fazendas, que diminuía as disponibilidades de terra aos novos proprietários. Como a atividade predominante era extensiva e de baixa produtividade, menos terra, mantidas essas condições, era como decretar a decadência dos negócios (1968, p. 43).

O que se pode constatar é o início de um círculo vicioso de empobrecimento que atinge a classe dos senhores do gado e todos aqueles vinculados ao mesmo processo, no momento em que se agrava a crise do tropeirismo no final do século XIX. Nessa situação, a carência de capitais não permitiu investimentos em reconversões produtivas, que poderiam ter sido feitas pelos fazendeiros. Assim, “esses capitais vão aparecer em mãos de outros segmentos da sociedade, com outras motivações econômicas” (MACHADO, 1968, p. 43). Esses outros segmentos são liderados pelas burguesias do mate e da madeira. A crise invadiu o século XX, com a continuidade do processo de diminuição da produção e produtividade e o empobrecimento dos fazendeiros. Naquele contexto “o Governo do Estado procurava deter a decadência, promulgando leis que proibiam a matança indiscriminada de vacas, criando pastos experimentais de forragens, tudo, porém, inutilmente” (MACHADO, 1968, p. 47).

Com a crise constata-se que o enorme poder político da classe dominante formada pelos “senhores dos campos”, não tinha correspondência num efetivo poder econômico, o qual se mostrou extremamente frágil naquela conjuntura. OLIVEIRA não deixa dúvida sobre isso ao destacar que:

A fração da classe dominante paranaense relacionada com a acumulação capitalista mercantil no tropeirismo não consegue completar a sua transição para a formação de uma burguesia estruturada. A crise do tropeirismo e da pecuária no final do século XIX desorganiza a base econômica dos setores dominantes dos Campos Gerais. Ao contrário da pecuária gaúcha<sup>43</sup> que promoveria a criação da pecuária vinculada com a existência de indústrias afins (...) a fração paranaense dedicada ao tropeirismo tem de reciclar as suas atividades e abandonar os padrões campeiros.” (2000, p. 26).

Uma questão fundamental é perceber, justamente, que a crise se instalou sobre uma estrutura frágil. A sustentação econômica da Sociedade Campeira nunca apresentou bases sólidas. RIBEIRO indica que “pastagens empobrecidas por décadas de pastoreio predatório e raças degeneradas já eram apontadas como importantes causas que conduziam ao declínio da competitividade do produto” (1989, p.30). A criação de gado nos campos paranaenses ocorria em um padrão extremamente rudimentar. PAZ, baseado sempre em diversos viajantes estrangeiros, fornece indicações precisas da situação primitiva dessa pecuária. Ele afirma que “ainda que magro e sem maiores evidências de quaisquer cuidados, o gado povoaria os Campos Gerais, dando-lhes vida. Somavam-se a esse rebanho os cavalos, mulas e burros que, mesmo quando adornados – por ocasião de alguma festa ou cerimônia –, não conseguiam esconder sua magreza e maus tratos” (1987, p. 18). Além disso, ainda conforme PAZ, “os rebanhos eram criados à solta, alimentando-se deste capim novo [que nascia após as queimadas] e do sal derramado no solo próximo de algum ribeiro. Este, aliás, era um dos poucos cuidados dos criadores, realizado a cada dois ou três meses” (1987, p. 35-36). Ainda sobre isso, a renovação dos rebanhos era um problema, pois “nascia uma grande quantidade de novinhos, porém muitos eram vitimados por doenças ou devorados pelos animais ferozes”. Enfatizando ainda mais essa questão PAZ nos relata que “a reprodução do gado e cavalos

---

<sup>43</sup> A referência aqui é: PESAVENTO, S.(1986) Pecuária e indústria: formas de realização do capitalismo na sociedade gaúcha no século XIX. **Movimento**. Porto Alegre.

igualmente revela o desconhecimento (ou descaso) das técnicas de aprimoramento das raças” (1987, p. 36), dadas as condições em que eram promovidas.

A esse primitivismo do sistema produtivo, somam-se as próprias limitações dos campos paranaenses. Esse é um ponto destacado por OLIVEIRA, numa síntese bastante esclarecedora:

Também pesavam as deficiências dos Campos Gerais enquanto uma região pastoril, cujas condições eram inferiores na qualidade dos pastos e solos em comparação com a Campanha dos Pampas<sup>44</sup> (...) as limitações espaciais das áreas de campos no Paraná, cerca de 33.000 Km ou 16 % do Paraná, compartimentados entre si nas seções dos Campos Gerais, de Guarapuava e de Palmas [além dos campos de Curitiba], não permitiram acomodar a produção local e as invernadas para dezenas de milhares de animais vindos do sul nos anos de pico do tropeirismo (200, p. 95).

WAIBEL já havia destacado essa questão, ao afirmar que “os solos dos Campos Gerais no Estado do Paraná são lixiviados, arenosos e ácidos, pobres em elementos nutritivos e matéria orgânica. Outros campos ocorrem [no Brasil Meridional] em solos muito melhores e mesmo na terra roxa” (1979, p. 230).

Praticando um sistema produtivo estagnado em termos técnicos e mercantis, sem poder contar mais com as rendas geradas nas vendas dos escravos e, principalmente, nos negócios das tropas, os senhores dos campos estavam em declínio econômico. ROCHA NETO lembra que “a nobreza rural do Paraná tomara, a seu tempo, novos caminhos, fugindo ao empobrecimento” (1968, p. X). As alternativas não eram muitas. Restava vender as terras ou se acomodar numa situação econômica pouco dinâmica, compensada pelas rendas que os membros das tradicionais famílias campeiras pudessem auferir em funções públicas, como profissionais liberais ou nos limitados negócios urbanos, já que os mais lucrativos relacionados à erva-mate e à madeira estavam apropriados, em sua maioria, por burgueses de outras origens, que não a campeira.

Por outro lado, no mesmo contexto territorial da crise, os produtores participantes dos faxinais ou que subsistiam como produtores independentes, ou mesmo os caboclos, permaneciam em condições de reprodução social bastante precária, muito embora nas matas a subsistência sempre dependesse de uma diversidade maior de alternativas.

Um fato que tornou mais complexo esse quadro da estrutura territorial do Paraná Tradicional foi a inserção de um novo ator social: o imigrante. A imigração intensificou-se no Paraná na segunda metade do século XIX. As grandes impulsionadoras da imigração foram a carência de mão-de-obra agrícola e a carestia. Assim, superar a crise de abastecimento da Sociedade Campeira, em meados do século XIX, foi o grande objetivo da ação estatal visando promover a imigração européia no Paraná. Dessa forma, o caso desse estado é diferente, por exemplo, do caso paulista. BEGA sintetiza a questão, fundamentada em um bom número de trabalhos relacionados ao tema:

Convém lembrar que o projeto imigrantista do II Império para o sul do Brasil visava ocupar os espaços territoriais rurais praticamente virgens criando um sistema agrícola apoiado na pequena produção de alimentos. Tal estratégia irá definir o papel diferenciado que a imigração viria desempenhar, uma vez que não se destinavam como em outros lugares, à substituição de mão-de-obra escrava utilizada na grande propriedade rural brasileira (2001, p. 108).

---

<sup>44</sup> A comparação baseia-se em VALVERDE, O. (1995) Estudos de geografia agrária brasileira. Petrópolis: Vozes.

No Paraná Tradicional, os grandes fazendeiros não tinham condições de bancar os investimentos com a imigração. Além disso, não tinham interesse direto na questão, porquanto praticavam uma atividade pouco empregadora de mão-de-obra. A imigração interessava apenas indiretamente visando a apropriação de fundos públicos, tendo em vista que, uma boa parte dos decadentes e empobrecidos proprietários rurais dos campos paranaenses buscavam vender suas terras ao Estado, que as transformavam em colônias.

O importante, no entanto, é que a imigração é um elemento que se agrega a outros já analisados para formar a tessitura territorial do Paraná Tradicional, tornando esse caso paranaense bastante complexo e bem específico. Inclusive, porque as políticas de imigração evoluíram com o tempo e os imigrantes passaram a se dividir em dois grandes tipos: os imigrantes das colônias de tipo camponês e os imigrantes das colônias de tipo capitalista (MACHADO, 1968).

Os imigrantes das colônias de tipo camponês, em sua maioria, foram instalados no século XIX com os objetivos já descritos anteriormente. MACHADO indica que “o sistema de colonização estrangeira no Paraná, desde o tempo de Província, pretendia estabelecer no Estado uma ‘civilização camponesa’, à maneira da Europa” (1968, p. 51). No Paraná provincial um programa foi implementado a partir da década de 1870 e durou pelo menos dez anos. O plano promoveu a instalação de colonos nos arredores dos centros urbanos, “com o objetivo de colocá-los junto aos mercados consumidores” (BALHANA; WESTPHALEN, 1983, p. 3). Em Curitiba, esse plano foi um sucesso, levando o governo a tentar novas experiências no litoral e nos planaltos do Paraná Tradicional. Nesses locais a experiência não foi tão bem sucedida, provocando uma revisão da política migratória a partir da década de 1880, quando foi extinto o sistema oficial, com colônias sendo tuteladas pelos governos, em favor de um sistema “com menos participação oficial” (BALHANA; WESTPHALEN, 1983, p. 4). Essas autoras informam que desde a fundação da primeira colônia no Paraná, em 1829 (Rio Negro), até 1911, quando se instala a colônia holandesa de Carambeí, nos arredores de Ponta Grossa, dando início à instalação de núcleos coloniais de tipo capitalista, “mais de cem núcleos coloniais foram fundados no Paraná, e cerca de cem mil colonos foram localizados em seu território” (BALHANA ; WESTPHALEN, 1983, p. 4). No entanto, a grande maioria desse contingente foi fixada no final do século XIX, no momento em que a conjuntura nos campos era de crise e nas matas era de expansão da economia ervateira.

A colonização de tipo camponês no Paraná Tradicional não resultou na transposição de uma “civilização camponesa à européia” como sonhavam os promotores dessa política no século XIX. O resultado foi, naturalmente, algo bem “à brasileira”. MACHADO é bem esclarecedor ao abordar essa questão, afirmando que hoje sabemos “porém que, inserindo-se num contexto diferente, esse tipo de ‘civilização camponesa’ que se almejava não vingou. (...) o fato é que essas comunidades se adaptaram a um nível social e econômico existente, e por meio de processos acumulativos se integraram nas estruturas tradicionais (1968, p. 51).

Esse processo de adaptação dos imigrantes já foi abordado no que se refere às colônias de tipo camponês, em especial no que se refere à influência dos poloneses na formação dos faxinais. Por outro lado, a questão é diferente em relação às “colônias de tipo capitalista” que se instalaram nos campos do Paraná Tradicional, no século XX. Os três exemplos clássicos desse tipo de colonização foram os holandeses em Carambeí (município no limite norte de Ponta Grossa), os menonitas em Palmeira (limite sul de Ponta grossa) e os suábios em Guarapuava. Essas colônias correspondem a enclaves de renovação na estrutura tradicional, mas que se mostraram pouca ou nenhuma capacidade de difusão e multiplicação local dos



seus métodos e técnicas, até pelo menos o movimento modernizador da década de 1970<sup>45</sup>. Inclusive, ainda hoje, esses núcleos são relativamente fechados. Na década de 1960, muitos estudiosos do assunto acreditavam que seriam decisivas as transformações que resultariam do contato com esses grupos. É o caso de BALHANA *et al.*, os quais afirmam que, pelas características econômico-sociais desses colonos capitalistas, eles “representam o aparecimento nos Campos Gerais de uma ‘burguesia’ rural, em substituição à aristocracia fundiária, representada pela sociedade campeira ali dominante” (1968, p.23). Na verdade, esses núcleos continuam sendo ainda hoje enclaves relativos e a diferenciação social vislumbrada na citação só se deu, de forma importante, no surto modernizador da década de 1970.

O que interessa aqui é destacar que o sucesso dessa “colonização de tipo capitalista” não pode ser comparado com o da “colonização do tipo camponês”, que foi importante no Paraná na segunda metade do século XIX e início do século XX. Essa colonização atingiu um grande número de pessoas, as quais, verdadeiramente, ao contrário dos colonos capitalistas, integraram-se à sociedade tradicional paranaense, muito embora de forma lenta e gradual. Os imigrantes camponeses, porém, não conseguiram dinamizar de forma marcante o espaço rural do Paraná Tradicional, em um nível que pudesse ter provocado o surgimento de um círculo virtuoso de desenvolvimento rural, que permitisse superar a estagnação em que se encontravam os campos do Paraná e também o baixo nível técnico e econômico das atividades agropecuárias e extrativistas realizadas nas matas mistas que envolviam esses campos.

De qualquer forma, é um fato, como destacam BALHANA *et al.*, que a imigração incorporou elementos de renovação no espaço rural das regiões brasileiras nas quais ela foi significativa. A imigração permitiu a instituição de um regime de pequena propriedade, com a unidade familiar determinando as relações de produção. Com isso, houve uma certa democratização do acesso à terra, permitindo, em algumas regiões, o surgimento de uma classe média rural. A imigração também promoveu uma diversificação de culturas, com o avanço de um regime de policulturas (1967, p.365). No entanto, no Paraná Tradicional, esse conjunto de transformações não se converteu, necessariamente, em dinamismo econômico. Muito pelo contrário, no que se refere às técnicas agrárias ou aos sistemas agrários, “geralmente, o imigrante aderiu às práticas primitivas utilizadas pela gente da terra, seja porque não encontraram possibilidades para a conservação de suas técnicas de agricultura intensiva, seja porque não as traziam mesmo em sua bagagem cultural” (BALHANA *et al.*, 1967, p. 365-366). Dessa forma, no Paraná Tradicional, como em outras regiões de colonização estrangeira do Brasil, “muitos núcleos coloniais não tiveram oportunidade de progresso agrário, uma vez que a conjuntura não lhes propiciava mercados para a colocação de seus excedentes, sendo obrigados a reduzir sua atividade agrícola a uma lavoura de subsistência” (BALHANA *et al.*, 1967, p. 366). No entanto, essa espécie de regressão técnica, que WAIBEL já havia chamado atenção conforme citado neste mesmo capítulo, não deve impedir de reconhecer que se existe no Brasil meridional uma extensa e consolidada agricultura familiar, isso se deve, em grande parte, às colônias de imigrantes europeus, sejam eles italianos, alemães e poloneses, entre outros. SEYFERTH enfatiza essa questão ao afirmar que “dividida ou não, a pequena propriedade agrícola, chamada de ‘colônia’, na qual

---

<sup>45</sup> Os menonitas são russos-alemães que vieram das pradarias russas por resistirem a coletivização das terras; os suábios, também de origem germânica, eram refugiados da Segunda Guerra Mundial. As três colônias beneficiaram-se de recursos internacionais.

só trabalham os membros da família do proprietário, foi e continua sendo a unidade básica do sistema econômico camponês” (1990, p. 28).

No Paraná Tradicional, as colônias de imigrantes camponeses baseados nas pequenas propriedades acabaram por consolidar o sistema latifúndio-minifúndio. Todavia houve um processo que tornou o papel do imigrante diferenciado em relação às outras regiões. Esse processo foi a sua inserção no extrativismo da erva-mate e como consequência no Sistema Faxinal. Nesse contexto, destacou-se a imigração polonesa com um grande número de imigrantes sendo fixados nas regiões de matas do centro-sul do Paraná, mais precisamente no Vale do Rio Iguaçu.

As dificuldades que os primeiros imigrantes encontraram para desenvolverem uma agricultura mercantil dinâmica, tendo em vista a distância dos mercados consumidores, a precária infra-estrutura, a carência de capitais e a ausência de apoio governamental, foram determinantes para que eles se adaptassem as formas de reprodução social típicas da região. Essas formas passavam por duas atividades fundamentais: agropecuária de subsistência e extrativismo ervateiro. No caso do extrativismo, YU afirma mesmo, “que a sorte deles [imigrantes] estava umbilicalmente ligada à do mate” (1988, p.33).

Uma questão importante é que a inserção do imigrante na economia ervateira ocorria, justamente, no momento em que essa economia crescia vigorosamente. Dessa forma, o imigrante beneficiou-se de um certo dinamismo que se observou nas regiões ervateiras. Nesse contexto, eles passaram por um processo de diferenciação social. Alguns se especializaram na coleta da erva-mate, outros se dedicaram ao comércio desse produto e alguns chegaram mesmo a se transformarem em beneficiadores do mate através da compra de moinhos, os quais permitiam a exportação do mate já industrializado. YU fornece uma visão bastante positiva sobre o que significou o crescimento da economia ervateira no Paraná, dinamizando o centro-sul do estado, ao afirmar que:

A conjuntura era de desenvolvimento. A região das matas mistas foi a mais diretamente envolvida por se encontrarem nela os mais densos ervais nativos. Ressurgiu o comércio, ativaram-se as atividades derivadas de suporte, como a fabricação de barricas de madeira e a criação de animais para o transporte. Novas tecnologias foram introduzidas. Surgiram e se multiplicaram os moinhos de beneficiamento do mate que passou assim a ser exportado também já industrializado (1988, p. 33).

Esse dinamismo é o resultado das exportações crescentes do mate. PADIS forneceu os dados que comprovam esse crescimento, informando que “o produto paranaense sofreu uma elevação de mais de 25 por cento nas quantidades exportadas, entre 1875 e 1879, de forma que, por essa época, três quintas partes do mate, consumido na América do Sul eram providos do Paraná” (1981, p.53). Segundo o mesmo autor, a liderança paranaense continuou por mais duas décadas. Essa liderança só passou a ser ameaçada quando começou a dar resultados, a decisão, tomada pela Argentina, alguns anos antes, de incentivar o beneficiamento do mate no interior do próprio país. Como a Argentina sempre foi o principal mercado do mate paranaense, isso abalou a economia ervateira local. Assim, “a partir de 1914 o mate vai perdendo a sua condição de atividade condutora da economia, dando lugar a uma participação cada vez maior do café” (PADIS, 1981, p. 64). Duas décadas depois, “praticamente, a partir de 1933, não houve mais a exportação do mate beneficiado para a Argentina, bem como começou a queda vertiginosa da erva apenas cancheada” (PADIS, 1981, p. 63), ou seja, a erva com um beneficiamento primário, bastante primitivo.

A crise da economia ervateira provocou uma redução significativa no seu segmento exportador, mantendo-se um segmento voltado para o mercado interno, já que o mate é

largamente consumido no Paraná Tradicional, e em toda região sul do Brasil. O que interessa efetivamente é entender como essa economia, que atingiu uma grande expressão no estado, não conseguiu dinamizar o espaço rural do Paraná Tradicional, permitindo diminuir a pobreza rural e a desigualdade social. A principal explicação para esse fato reside em um aspecto destacado por BEGA ao comparar a economia ervateira com a economia cafeeira paulista. Essa autora lembra que o mate “tem como diferencial ser um produto em que o peso da atividade rural é baixa, com pequena divisão do trabalho, concentrando-se nas atividades urbanas de industrialização, preparação para exportação e a exportação propriamente dita” (2001, p. 113).

É um fato que desde o início da economia ervateira a extração do mate tem significado para o pequeno agricultor, seja lá em que condição se encontre, uma opção atraente de complementação de renda, já que suas outras alternativas, em todo esse período e ao largo de toda extensão dos campos e matas do Paraná Tradicional, eram a agricultura e pecuária de subsistência ou o trabalho nas fazendas de gado que, com a crise do tropeirismo do final do século XIX, tornou-se muito reduzido. No entanto, o extrativismo não libertou o pequeno agricultor da economia de subsistência, e muitos que viveram em melhores condições no auge do “ciclo ervateiro” regrediram rapidamente, quando a economia ervateira também entrou em crise. Dessa forma, pode-se afirmar que o espaço urbano beneficiou-se muito mais da economia ervateira do que o espaço rural. No processo de acumulação de capitais gerado pelo mate, a maior parte foi apropriada por uma burguesia que surgiu no Paraná, acompanhando o crescimento da economia ervateira. PEREIRA resgata o caminho de ascensão dessa burguesia do mate que inicialmente dedicava-se ao comércio da erva beneficiada que era produzida por produtores autônomos. Esses burgueses passaram a se interessar pela produção e começaram a comprar “a erva pré-beneficiada para moê-la e embalá-la em suas casas de soque”. A partir das primeiras décadas do século XIX, com o avanço tecnológico na industrialização do mate, consolidava-se uma burguesia do mate que, no último quartel desse século, “teriam em suas mãos um parque fabril bastante tecnificado” (PEREIRA, 1996, p. 20). Inclusive, o principal representante dessa burguesia no Paraná, o Barão de Serro Azul, desenvolveu uma vida empresarial tão importante no estado que alguns estudiosos identificam na sua atuação um modelo do empresário schumpeteriano<sup>46</sup> (COSTA, 1981).

OLIVEIRA também reconhece a consolidação e a importância da burguesia ervateira, ao mesmo tempo em que indica uma reestruturação sócio-espacial no Paraná Tradicional, na qual se destaca a consolidação da rede urbana dos planaltos do Paraná Tradicional, em detrimento da rede urbana do litoral. Segundo ele, “na década de 1870, finalmente a estrada da Graciosa [entre o planalto e o litoral] ficou pronta e assiste-se à concentração de engenhos de erva-mate no planalto, no sentido inverso de cinquenta anos atrás. A economia planaltina, e principalmente a de Curitiba, se robustece” (2000, p.84).

A burguesia do mate no Paraná, já na segunda metade do século XIX, mostra-se com um imenso poder econômico para os padrões locais, inclusive diversificando seus investimentos em um processo não apenas vertical, mas também horizontal de concentração de capitais. BEGA nos indica como eram diversificados os investimentos dessa burguesia: “Os grandes proprietários dos engenhos de mate são também madeireiros, com braços industriais de apoio ao mate (...) Os maiores são proprietários de edificações urbanas, de

---

<sup>46</sup> Empresário empreendedor que liderou a industrialização e exportação do mate no final do século XIX. Além disso, diversificou bastante os seus investimentos, construindo um “império” empresarial regional. Acabou sendo assassinado por participantes rivais da revolução federalista.

fazendas de agricultura, engenhos de arroz, aguardente e mandioca, possuindo, os mais abonados, dezenas de escravos”. (2001, p. 92).

Por ter concentrado a maior parte da acumulação de capitais que gerava em poucas mãos e ter suas atividades mais lucrativas localizadas nas cidades a economia ervateira não contribuiu para superação definitiva das dificuldades estruturais da agricultura e pecuária de subsistência praticada nas matas dos planaltos do Paraná Tradicional. No entanto, a economia ervateira contribuiu com o surgimento e consolidação do Sistema Faxinal. O extrativismo da erva-mate exigia a preservação das matas nas quais se localizavam concentrações de árvores ervateiras. Dessa forma, só se derrubava mata para abrir espaço para lavoura onde não existiam ervais. Era evidente que “derrubar o mate para plantar significava destruir uma fonte de renda mais fácil e mais garantida” (YU, 1988, p. 36). Por outro lado, como já se comentou, as matas, nas quais existia o mate, formavam um ambiente excelente para criação doméstica de suínos. Eram matas limpas, com ervateiras misturadas aos pinheiros, fruteiras silvestres e cobertura de gramínea rasteira. Com isso, a alimentação e a circulação do gado miúdo era facilitada. Esse gado contribuía também com a limpeza do terreno através da sua própria alimentação, permitindo ao ervateiro economizar trabalho no roçado dos ervais. O problema era os animais criados à solta invadirem as áreas de culturas. Os caboclos usavam acidentes geográficos para separar as “matas de criação” das terras de cultura. No entanto, com a chegada dos imigrantes e a intensificação do uso agrícola do solo promovida por eles, começaram os conflitos, já que “o imigrante estabelecido na região não conhecia o sistema de criar à solta e muito menos de cercar as roças”. Eles, ao contrário, “traziam o costume exatamente oposto de plantar em aberto e em abundância e cercar os animais” (YU, 1988, p. 37). Mas, em geral, o imigrante integrou-se aos faxinais, os quais, de qualquer forma, serviram para melhorar as condições de subsistência dos agricultores integrados. No Sistema Faxinal, “sob a ótica do desenvolvimento das forças produtivas, os criadouros comuns traduziam um pequeno avanço em direção à sistemática da produção do campo. Estes sintetizavam a interação dinâmica entre o modo de produzir dos imigrantes e o dos caboclos” (YU, 1988, p. 40). Ora, isso é absolutamente diferente do que aconteceu nas outras duas grandes regiões do Paraná. Por exemplo, no Sudoeste, ABRAMOVAY descreve não um processo de interação e adaptação, ou ainda como preferem alguns cientistas sociais, de aculturação, mas um processo de substituição territorial de uma população por outra:

Antes de os caboclos formarem uma civilização estável que se reproduzisse baseada em normas sociais estabelecidas coletivamente – e que pudesse, portanto esboçar alguma resistência contra a sua extinção – antes disso, o dinheiro tomou conta da mata, seduzindo o próprio caboclo. O fim do pousio florestal não foi só o término de uma certa forma econômica, mas a substituição de uma população por outra, uma transição não apenas socioeconômica, mas também étnica e cultural (1981, p. 32).

Essa “civilização” a que se refere ABRAMOVAY, “baseada em normas sociais estabelecidas coletivamente” e ligada à “cultura cabocla”, de certa forma se materializou no Sistema Faxinal, pela interação dessa cultura com uma determinada tradição européia, personificada, nos faxinais, principalmente, pelos imigrantes de origem eslava. O Sistema Faxinal, que se consolidou no final do século XIX e atingiu o auge em meados do século XX, como sintetizou YU, serviu para separar problemas que vitimavam os dois grupos principais de atores sociais que participavam do sistema:

Se de um lado, o aumento demográfico foi associado ao desenvolvimento econômico e social da região impunha a superação do modo extensivo e pouco ‘racional’<sup>47</sup> de produzir dos caboclos, de outro lado, a falta de condições infraestruturais de produção, quais sejam: meios de produção, comunicação e mercado impediu, que os colonos europeus reproduzissem na época, o mesmo nível tecnológico que atingiram em suas terras de origem” (1988, p. 40).

Um terceiro ator social vinculado ao sistema, o grande fazendeiro, também se beneficiou, na medida que as outras alternativas que lhe eram próximas apareciam envolvidas num quadro de decadência e estagnação, como era o caso da pecuária mercantil. No Sistema Faxinal, ele tinha mão-de-obra disponível e acesso ao produto mais valorizado à época, que era a erva-mate.

O Sistema Faxinal criou “normas sociais estabelecidas coletivamente”, repetindo-se a referência de ABRAMOVAY, que se podem classificar como instituições locais criadas a partir das relações, interesses, costumes e tradições regionais, as quais, muitas vezes, como acontece com algumas leis, conforme citado anteriormente, estão em desacordo com leis federais e estaduais. Esse é um ponto muito significativo na construção da endogeneidade do desenvolvimento rural da região.

Porém, é importante lembrar também, que embora a atividade extrativa significasse uma complementação de renda aos pequenos agricultores e um bom negócio aos maiores, não permitiu grandes acumulações de capitais no segmento da extração e do beneficiamento primário, até porque os métodos empregados em toda a cadeia produtiva do mate eram rudimentares e apresentavam baixas produtividades. No que se refere às condições de trabalho, o quadro não era muito melhor, essas condições eram precárias e baseadas numa exploração muito acentuada da força de trabalho. Essa exploração acontecia entre os que coletavam a erva em propriedades alheias e os proprietários dessas terras; entre todos os demais extratores e as firmas que compravam a produção. Assim, havia efetivamente uma diferenciação social no interior da economia ervateira, na qual, na sua base, encontrava-se “a categoria dos simples colhedores de erva que era a maioria da população”, enquanto no topo estavam os “barões do mate”, os grandes industriais e exportadores do produto final. Entre eles, pequenos proprietários de terra, pequenos empresários e grandes fazendeiros produtores de erva (YU, 1988, p. 51-52).

Uma outra questão importante é que no espaço rural a economia ervateira resume-se a apenas alguns meses, aproximadamente de maio a outubro. Nos outros meses a realidade que se impõe é a de uma agricultura e uma pecuária de baixa produtividade e em geral de subsistência, com todos os problemas comuns a esse tipo de exploração, mas também com algumas vantagens, encontradas, por exemplo, no pousio ou sistema de rotação de terras, o qual permitia ao agricultor, principalmente, a recuperação da fertilidade mínima do solo e uma economia de trabalho. Um ponto fundamental é a produção animal doméstico realizada pelos pequenos produtores. Essa produção do animal garante, antes de tudo, uma melhoria nas condições alimentares da família do produtor, mas também funciona como uma reserva de valor. Nos anos de crise na agricultura, a renda auferida com a venda de parte dos rebanhos, podia significar o único recurso para garantir a reprodução social do agricultor com algum tipo de acesso à terra, adiando ou evitando a sua transformação em um simples vendedor de sua força de trabalho. Assim, como a lógica da pequena agricultura familiar não é maximização do lucro, mas muito mais encontrar formas de viabilizar a sua reprodução

---

<sup>47</sup> A ABRAMOVAY analisa a questão da racionalidade ou não do pousio florestal realizado pelos caboclos. Conclui que o sistema é racional, consideradas as disponibilidades de fatores encontrados pelos caboclos nas matas do sudoeste do Paraná.

social, “o sistema de criadouro, é socialmente mais adequado às condições de produção dessa maioria” (YU, 1988, p. 63), que formava o grande segmento de agricultores familiares integrados aos faxinais nas matas dos planaltos do Paraná Tradicional. Essa vantagem que podia ser usufruída pelo agricultor integrado, a partir de um determinado momento passou a estar sob ameaça, tendo em vista que começaram a se fazer presentes alguns elementos que provocaram o início da desintegração dos faxinais. O território regional baseado na integração entre um sistema produtivo das matas com um sistema campestre e uma sociedade campeira voltava a apresentar movimentos de transformação, naquele momento liderados por um outro extrativismo que se tornava cada vez mais importante no final da primeira metade do século XX: o extrativismo madeireiro.

Esse, realmente, significava uma primeira grande ameaça ao Sistema Faxinal e a própria economia ervateira, porque, justamente, visava o elemento de sustentação de ambas, que era a floresta. O extrativismo das reservas florestais do Paraná Tradicional acabou por estruturar uma nova economia regional: a economia madeireira ou ciclo madeireiro. Isso aconteceu pela intensificação da exploração madeireira das matas mistas de araucárias. Essa intensificação ocorreu no século XX, mas desde do final do século XIX já era importante a exploração madeireira na região. Por exemplo, entre 1896 e 1899, existiam no Paraná cerca de 64 serrarias, a maioria delas instaladas, ao longo da estrada de ferro que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul atravessando, justamente, a região dos faxinais do centro-sul do estado (BALHANA *et al.*, 1969, p. 143). As exportações de madeira intensificaram-se na conjuntura da Primeira Grande Guerra e, em 1939, a madeira liderava as exportações paranaenses, em termos de valor, seguido pelo café e erva-mate (BALHANA *et al.*, 1969, p. 143-144). Evidentemente, enquanto produto de exportação, a madeira também sofria com as variações conjunturais de mercado que ocorriam a nível internacional. De qualquer forma, a atividade madeireira contribuiu com o crescimento econômico regional, gerando empregos e empresas na extração, transporte, beneficiamento e comercialização dos produtos madeireiros. Um bom, número de empresas ainda existem espalhadas pelos municípios do Paraná Tradicional<sup>48</sup>.

Inicialmente, o ciclo madeireiro ameaçou o Sistema Faxinal pela via do esgotamento, dos recursos naturais disponíveis nos criadouros comuns. O recurso natural fundamental era a mata, que além de fornecer os frutos silvestres para alimentação dos animais criados à solta, fornecia também a madeira utilizada nas cercas. Sem boas cercas de madeiras, não havia faxinais, e sem madeiras não haveria cercas. Com a diminuição da madeira, ocorreu a valorização dos seus derivados, o que aumentou o preço das cercas, tornando-as muito caras para os pequenos produtores. A substituição da madeira por arame não resolveu o problema dos custos, mantendo-se as dificuldades para os pequenos produtores. Além disso, a derrubada de árvores era feita, muitas vezes, indiscriminadamente, não obedecendo a critérios de idade, época do ano, porte e necessidade de reflorestamento. Nessas condições, era comum a destruição dos ervais. Não obstante todas essas dificuldades, o sistema continuou em expansão. Isso porque, por outro lado, a economia madeireira estimulou uma melhoria do sistema viário e a introdução do transporte motorizado, com o caminhão tornando-se comum nas estradas a partir da década de 1940 fortalecendo o mercado interno local, que se expandiu, favorecendo a produção de gêneros alimentícios, fato que teria provocado uma certa expansão da agricultura mercantil na região. Isso atingiu diretamente os produtores integrados e não

---

<sup>48</sup> Em Ponta Grossa, em 1996, existiam cerca de 135 empresas produtoras de derivados de madeira. Em Curitiba, o número de empresas é ainda maior. Pode-se afirmar que existe no estado um verdadeiro *cluster* madeireiro ou florestal, como se pôde comprovar numa pesquisa sobre o tema (CUNHA, 2001).

integrados aos faxinais. YU indica que “nessa conjuntura, a produção agrícola e a produção animal no sistema faxinal cada vez mais se afastava do nível de subsistência e passava a visar mais o mercado interno, respondendo-lhes os estímulos” (1988, p. 65).

A questão fundamental é que esse movimento de mercantilização não se generalizou, acompanhando apenas as conjunturas e os locais nos quais a atividade de exploração madeireira tornou-se significativa. A atividade madeireira era mais concentrada, por exigir capitais iniciais muito mais significativos do que a atividade ervateira. Dessa forma, “foram principalmente os grandes grupos econômicos estrangeiros, argentinos e ingleses, que monopolizaram a industrialização e as cotas de exportação do produto” (SILVA, 1997, p. 17).

A política governamental para o setor favoreceu essas empresas, impedindo que o empresariado regional investisse na industrialização madeireira. As grandes empresas compravam o “pinho em pé”, ou seja, compravam as árvores dos proprietários de reservas florestais, industrializavam e comercializavam a produção. Quando as reservas locais esgotavam-se, simplesmente se deslocavam em busca de outras reservas. SILVA, ao abordar essa questão, sintetiza o que significou o ciclo madeireiro para boa parte do Paraná Tradicional:

A estratégia da compra do ‘pinho em pé’ não obrigava os grupos à compra da terra onde se encontravam as reservas. Assim, esses grandes grupos não precisavam imobilizar seu capital e, quando raramente o faziam, vendiam a terra imediatamente após a retirada da reserva de pinho. Deste modo, um insignificante capital ficou na região, não foi constituído nada de definitivo, não fixou população e o que restou foi apenas uma área devastada. (1997, p. 18)

Muito embora possa se fazer a ressalva de que pelo menos um bom número de empresas madeireiras manteve-se na região sob novas direções, normalmente locais, o quadro descrito por SILVA é importante para enfatizar o caráter transitório dessa economia, o que, efetivamente, confundia-a com um ciclo. Terminada a fase de expansão da atividade, a situação voltou ao seu curso normal. Os novos ventos transformadores só serão significativos na década de 1970. Até esse período, o quadro territorial permaneceu cristalizado pela integração de duas estruturas regionais fundamentais: um domínio campestre com passado escravista, o predomínio dos latifúndios, uma economia campeira baseada numa pecuária extensiva e estagnada, uma sociedade tradicionalista, conservadora e politicamente oligárquica; e um domínio florestal, com forte presença de minifúndios, a influência importante do Sistema Faxinal com sua integração entre atividades de subsistências e o extrativismo mercantil e entre as tradições caboclas e européias, mas com pouca expressão política regional diante do poder político dos senhores das grandes fazendas.

O processo histórico-geográfico do Paraná Tradicional continua a sua evolução recebendo influências marcantes a partir da década de 1970 dadas, em primeiro lugar, pelo projeto paranaense de desenvolvimento definido no âmbito estadual. Em segundo lugar, pela política de modernização agrícola implementada sob a liderança do governo federal. Por último, pelo programas governamentais de desenvolvimento rural implementados no Paraná a partir da década de 1980. Todos esses elementos exógenos fundamentavam-se num enfoque homogeneizador e davam pouca ou nenhuma importância a endogeneidade que se procurou analisar e valorizar neste capítulo. Isso resultou numa desconsideração com a diversidade territorial fundamental do estado baseada na existência de três grandes regiões ou territórios no interior do Paraná.

A seguir, parte-se para análise dos programas, em especial o PRO-RURAL, com o objetivo de demonstrar que eles não conseguiram captar os elementos decisivos da problemática regional que envolve a questão do desenvolvimento rural no Paraná.

Localizar a análise desse programa neste ponto do texto, relaciona-se ao fato de que no presente capítulo buscou-se construir um quadro que, em termos temporais, corresponde à formação territorial do Paraná Tradicional no final da década de 1960. Esse corte justifica-se porque é nesse momento que se consolida a ocupação efetiva de toda a extensão territorial do estado e, com isso, solidifica-se também a diversidade geográfica fundamental do Paraná. Além disso, é a partir da década seguinte, que se intensifica um ativismo estatal de diversas origens (federal e estadual), que culminará no Paraná Tradicional, no que se refere ao desenvolvimento rural, com a definição de uma intervenção territorial (PRO-RURAL) específica para essa região. Assim, busca-se perscrutar como essa intervenção abordou a dinâmica do espaço rural que visava transformar, para, em seguida, retomar a análise da trajetória regional de desenvolvimento rural própria desse território regional. Dessa forma, o que se pretende é manter na estrutura do trabalho uma interação entre os objetos centrais de estudo da tese, os quais são o Paraná Tradicional e o PRO-RURAL. Esse é formulado a partir do diagnóstico que se construiu sobre uma determinada compreensão da realidade regional em tela, a qual, por sua vez, apresentou uma evolução paralela que contrariou as premissas dos diagnósticos iniciais. Esse percurso procura ser considerado na estrutura da tese. Assim, a análise propriamente regional é interrompida no próximo capítulo e depois é retomada no último capítulo da tese.



### 3 AÇÃO ESTATAL E DESENVOLVIMENTO RURAL: PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO ESTADO DO PARANÁ

Os programas governamentais de desenvolvimento rural paranaenses que interessam são aqueles mais amplos, que visavam atuar sobre o espaço rural como um todo. Os programas específicos, restritos aos recursos estaduais, não serão objeto do trabalho.

Os programas enfocados são três: O primeiro é o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – PRO-RURAL, entre 1981 e 1986, com um empréstimo do Banco Interamericano do Desenvolvimento – BID no valor de 149 milhões dólares. O segundo é o Paraná Rural, programa das microbacias, entre 1989 e 1997, com um empréstimo do Banco de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD (Banco Mundial) no valor de 63 milhões de dólares. Por último, o Paraná 12 meses, entre 1997 e 2002, com um empréstimo do BIRD no valor de 175 milhões de dólares<sup>49</sup>.

A análise concentrar-se-á no primeiro deles, porque foi o único definido para uma região específica: o Paraná Tradicional. Os outros programas serão analisados, porquanto foram propostos dentro de uma evolução histórica do próprio contexto em que surgiu o PRO-RURAL. A relação específica entre um programa de governo e uma região escolhida, porém, ficará restrita ao PRO-RURAL e o Paraná Tradicional.

No documento enviado ao Senado Federal visando a autorização para o empréstimo internacional em 1997, é enfatizado que esses programas não foram de um governo apenas, mas sim de vários governos. O PRO-RURAL começou a ser implementado em 1981, ainda no governo Ney Braga (1979 – 1982), e terminou em 1986, praticamente no último ano do governo José Richa (1982-1987). O Paraná Rural teve seu início na segunda metade do governo Álvaro Dias (1987-1990), em 1989, e só foi concluído em 1997, no terceiro ano do primeiro governo Jaime Lerner (1995-1998). Finalmente, o Paraná 12 meses, que se iniciou ainda no primeiro período Lerner, em 1997, e foi concluído no final de 2002. Alguns governos não puderam participar da elaboração dos programas, porque quando iniciaram os seus mandatos os programas já estavam sendo implementados. É o caso do governo Richa, com o PRO-RURAL, e o governo Requião, com o Paraná Rural. Não obstante esse fato, os governos estaduais conseguiram por via de regra inserirem um pouco das suas opções ideológicas ou políticas. Alguns governos também lançaram programas estaduais paralelos ou mesmo conseguiram incluir projetos de governo nos grandes programas<sup>50</sup>.

#### 3.1 PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO PARANÁ: ANTECEDENTES E CONTEXTOS

A análise centra-se no primeiro dos grandes programas, que foi o PRO-RURAL cuja denominação completa é Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural. O empréstimo foi assinado em 1981 entre o governo do Estado do Paraná e o BID. Segundo o relatório de avaliação do projeto (2ª fase) elaborado e publicado pelo IPARDES em 1992, o montante de recursos aplicados, entre 1981 e 1987, foi de 198 milhões de dólares, sendo

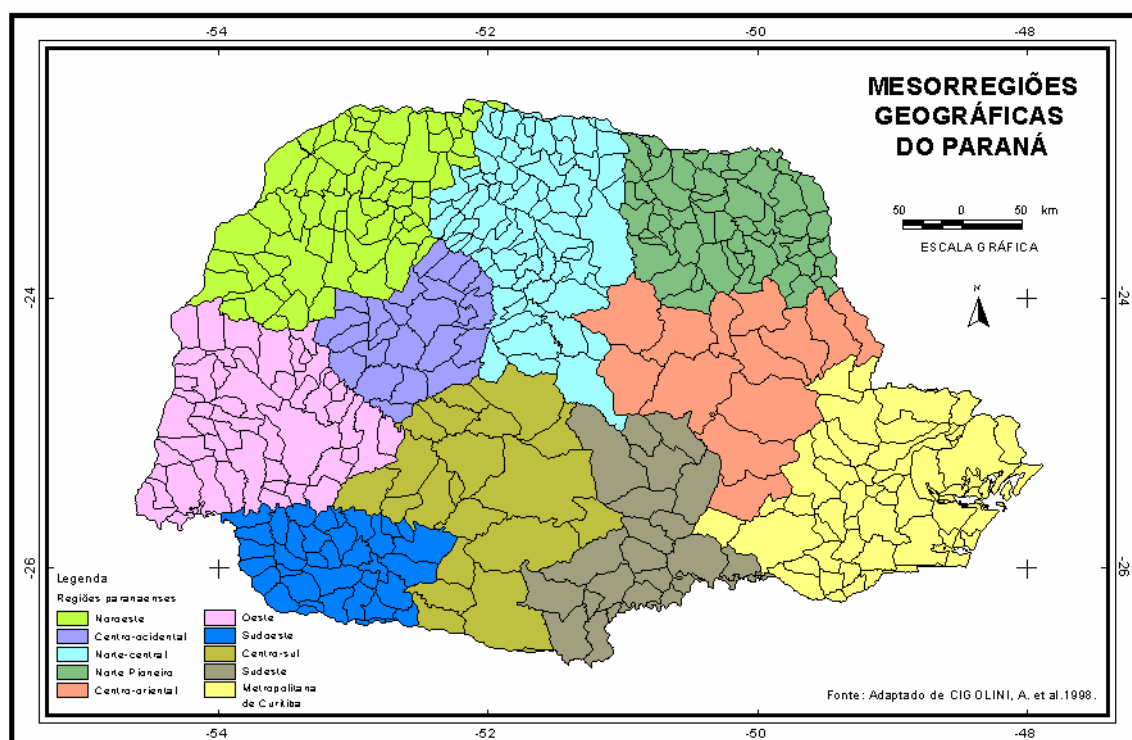
<sup>49</sup> Os valores foram retirados do documento enviado ao Senado Federal para conseguir a autorização para o empréstimo (Paraná – SEPL – CCPG, 1997a).

<sup>50</sup> No primeiro caso o mais famoso e polêmico projeto foi o Panela Cheia, do governo Requião, que previa o pagamento em produtos. No segundo caso, pode-se citar o projeto das Vilas Rurais, do governo Lerner, com o objetivo de amenizar os problemas do trabalhador volante (bóia-fria).

quarenta por cento de recursos oriundos do BID e o restante dos governos federal e estadual.<sup>51</sup>

O PRO-RURAL abrangeu uma área de 65.020 Km<sup>2</sup> na parte leste do estado, inserida no Paraná Tradicional, correspondendo a 73,6% dessa região. A mesorregião do Paraná Tradicional que não foi incluída no programa foi a Centro-Sul, mais exatamente a região de Guarapuava. Dessa mesorregião foi incluída a região de Palmas, cidade localizada no Médio Iguaçu.<sup>52</sup> A localização da mesorregião Centro Sul pode ser visualizada no mapa 5, no qual também constam as demais mesorregiões do Paraná.

MAPA 5 – MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO PARANÁ

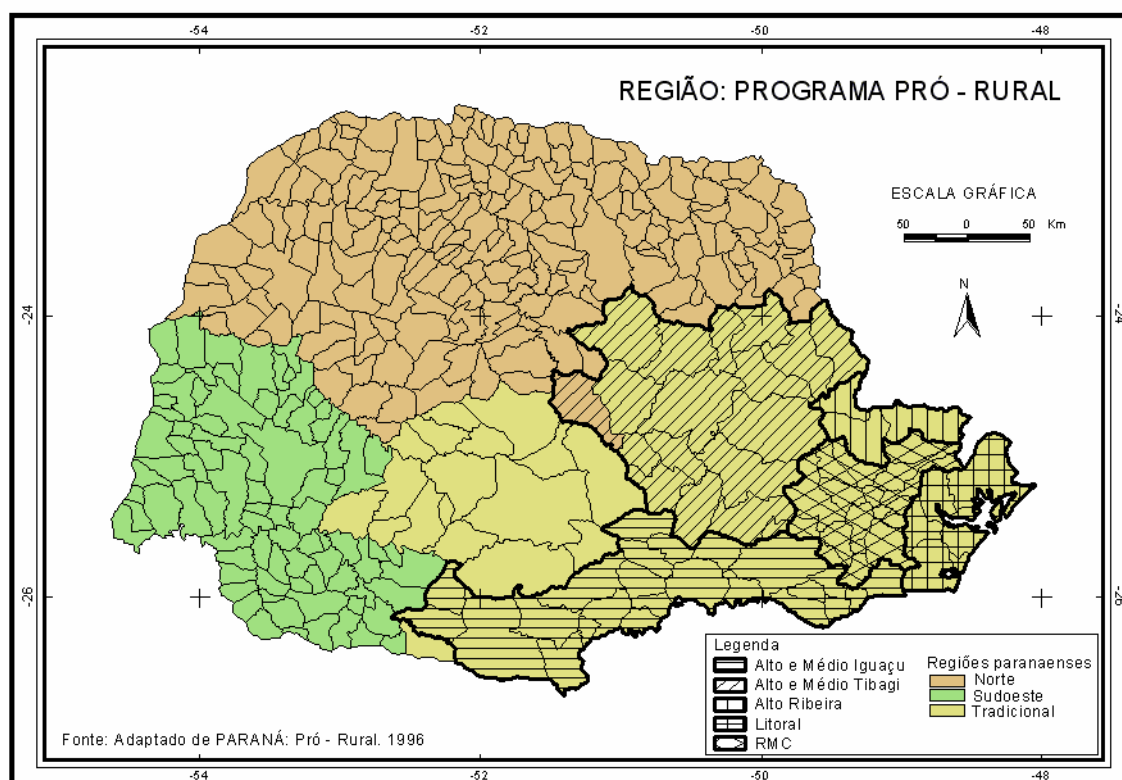


Os municípios contemplados foram 61, mas esse número aumentou devido ao desmembramento de unidades municipais que aconteceu na área abrangida pelo programa. A área do programa foi dividida em sub-regiões: Litoral, Alto Ribeira, Alto e Médio Iguaçu, Alto e Médio Tibagi e RMC. No projeto, informa-se que essa divisão regional baseou-se nas condições naturais, principalmente relacionadas ao clima e solo, evidentemente com a exceção da RMC (PARANÁ, 1980a, p. 9). Na verdade, a definição das áreas considerou algumas das grandes bacias hidrográficas do Paraná, como as dos rios Iguaçu e Tibagi (Mapa 6).

<sup>51</sup> IPARDES. Projeto integrado de apoio ao pequeno produtor rural – PRORURAL: avaliação do impacto regional – 2ª fase Curitiba: IPARDES, 1992. Uma questão muito comum nos documentos oficiais é a divergência nos valores envolvidos nos programas.

<sup>52</sup> A parte norte da mesorregião Centro-Sul, no entorno da cidade de Pitanga, é uma das mais pobres do estado, mas não foi incluída no programa.

## MAPA 6 – REGIÃO – PROGRAMA DO PRO-RURAL



O PRO-RURAL é um programa do tipo dos Programas de Desenvolvimento Rural Integrado - PDRI, implementados com aporte do BID para as áreas rurais consideradas atrasadas nos países latino-americanos. Os objetivos anunciados desses programas eram a promoção, pela via das ações estatais, nas esferas produtivas, de infra-estruturas e sociais da superação das condições de atraso de determinadas regiões rurais, procurando atacar a baixa produtividade e a pobreza entre os produtores nelas localizados. DELGADO classifica esses programas como um tipo de política setorial dirigida ao espaço rural, ao lado das políticas agrícolas e agrárias, e que ele denomina de “política diferenciada de desenvolvimento rural” (DELGADO, 1998, p.16). Essas políticas acabaram por tomar a forma de políticas de desenvolvimento regional, pois, buscavam atingir determinadas regiões específicas, e nelas os segmentos mais empobrecidos. Além disso, com advento dos PDRI e sua noção de desenvolvimento rural integral, houve uma mudança no âmbito do planejamento rural com o espaço rural passando a ser concebido como uma categoria na qual se faz presente uma integração entre diversos elementos (MALUF, 1997, p.86)<sup>53</sup>.

O projeto foi proposto como um conjunto formado por quatorze subprojetos. Esses subprojetos foram reunidos em quatro grandes grupos: a – regulação da posse da terra e engenharia cartográfica; b – subprojeto produtivo; c – infra-estrutura; d – subprojetos sociais. O primeiro subprojeto não apresenta divisão, mas o segundo divide-se em pesquisa agrícola, extensão agrícola, fomento agrícola, reflorestamento, crédito, comercialização, armazenamento, classificação de grãos e cooperativas. O terceiro divide-se em estradas vicinais e saneamento. O último, em educação e saúde.

<sup>53</sup> Pode-se dizer que se estava dando o primeiro passo para superar a visão setorial em favor de uma perspectiva territorial, mas ainda com um referencial teórico insuficiente.

O subprojeto de regularização fundiária e engenharia cartográfica correspondia a 3,53% do custo total do projeto. Os objetivos resumiam-se a “entregar licenças de ocupação e, quando possível título de propriedade da terra” (BID, 1980, p. 17).

Os subprojetos produtivos tinham como percentual de custo previsto 41,99% do valor total do empréstimo, dividido da seguinte forma: primeiro, recursos para pesquisa, extensão, promoção e crédito agropecuário, visando dar “apoio técnico aos pequenos produtores a fim de ampliar suas áreas de cultivo, aumentando ao mesmo tempo a produtividade das terras atualmente explotadas” (BID, 1980, p. 17); segundo, armazenagem de recolhimento, classificação da produção, comercialização de produtos de granja e apoio às cooperativas, procurando atingir o objetivo comum de “reduzir as perdas após a colheita e aumentar as margens do agricultor no valor final da produção, por sua participação no processo da armazenagem, transporte e processamento” (BID, 1980, p. 17); em terceiro lugar, existiam alguns itens dos subprojetos produtivos que visavam estabelecer florestas energéticas e conservação ou reprodução das matas-galeria, como também em “terras de declive, com vistas a proteger os recursos naturais, especialmente o solo” (BID, 1980, p. 17).

Para os subprojetos de infra-estrutura física estavam reservados 23,67% do total dos recursos, e visavam melhorar as estradas, instalar esgotos, repavimentar ruas e estradas e ampliar o saneamento básico na área rural, procurando melhorar o abastecimento de água potável (BID, 1980, p.17).

Já os subprojetos sociais, que representavam 22,25% dos recursos, visavam “melhorar a curto prazo o nível de vida do público, ao passo que o melhoramento a longo prazo seria alcançado mediante a execução dos subprojetos produtivos” (BID, 1980, p. 18). Por sua vez a administração do projeto consumiria 1,27% dos recursos e os gastos financeiros 7,29%. Os recursos totais previstos eram de US\$ 213 milhões, divididos entre o BID, o governo do Estado do Paraná e recursos federais, na rubrica do crédito rural, no valor de US\$ 28 milhões, via Banco do Brasil S/A, correspondendo a 13,31% do total dos recursos.

A execução dos projetos foi definida com a responsabilidade básica sendo concedida a SEAG, pelo mutuário, que corresponde ao próprio Estado do Paraná. O governador criou nessa Secretaria a Unidade Técnica Administrativa – UTA, que passou a fazer todo o controle administrativo e financeiro do projeto. A responsabilidade direta pela execução de cada item dos subprojetos ficou a cargo de diversos órgãos públicos inseridos em diferentes Secretarias de Estado, da seguinte forma: a regularização fundiária ficou sob a responsabilidade do ITCF; a pesquisa agropecuária, do IAPAR; a assistência e extensão rural, da EMATER e ACARPA; o fomento agropecuário, da CAFÉ DO PARANÁ; o reflorestamento da ACARPA e ITCF; o crédito rural, do Banco do Brasil S/A; comercialização, da CEASA-PR; armazenamento, da COPASA; classificação de cereais, da CLASPAR; cooperativismo, da ACARPA, BADEP e BANESTADO; estradas do DER-PR; saneamento, da SANEPAR, e educação e saúde, respectivamente da SEED e da SESB. Na prática, são essas inúmeras atividades que deveriam ser integradas na ação social que passa a ser implementada com o programa. Aqui, sabe-se que houve problemas, e, na verdade, os recursos, em sua maior parte, acabaram sendo usados para cobrir despesas operacionais desses órgãos públicos (IPARDES, 1992).

A opção por tentar essa integração estava baseada na estratégia definida pelas instituições internacionais de crédito para o desenvolvimento e das que promoviam os ajustes dos balanços de pagamentos, como o Fundo Monetário Internacional – FMI e o BIRD. Uma outra instituição é o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID que foi fundado em 1959 e o seu convênio constitutivo foi firmado por 20 países, entre os quais 19 latino-americanos. Essa fundação praticamente um ano após a Revolução Cubana significou uma tentativa de responder a pobreza que se generalizava na grande maioria dos países latino-americanos.

O BID é uma instituição da OEA, com sede em Washington (EUA). Os Estados Unidos da América são os maiores subscritores do seu capital seguido por outros países industrializados e pelos mais importantes países da América Latina. Isso porque, atualmente, o BID é formado por mais de quatro dezenas de países, inclusive, europeus e asiáticos. O importante nisso tudo é constatar a importância dos EUA na instituição por aportar a maior parte dos recursos do órgão. Da mesma forma, acontece com o FMI e o Banco Mundial, o que faz com que essas instituições atuem a partir de marcos teóricos e princípios ideológicos absolutamente convergentes ou mesmo padronizados.

O FMI e o BIRD são instituições de âmbito mundial. Uma análise da evolução dos padrões de atuação dessas instituições é importante para entender a própria atuação do BID, que não é formalmente vinculado a essas instituições, mas é fortemente influenciado por elas. No caso, como o objetivo maior dessa parte do capítulo é analisar os antecedentes e o contexto social relacionados à formulação e implementação dos programas de desenvolvimento rural aplicados no Paraná, a partir de empréstimos internacionais, uma análise da evolução do Banco Mundial é esclarecedora. Inclusive, esse banco foi o financiador do Paraná Rural e o Paraná 12 meses.

O BIRD foi criado em 1944, juntamente com o FMI, como fruto da Conferência de Bretton-Woods, realizada nas proximidades da capital dos EUA, país que patrocinou e liderou a conferência, a partir da qual ficou definida as bases do novo sistema financeiro internacional. Nos primeiros anos, como indica o próprio nome do banco, ele se concentrou no objetivo de reconstrução européia. Os empréstimos concentraram-se no setor infra-estrutural: eram recursos para construção e recuperação de pontes e estradas; para redes de energia elétrica; abastecimento de água; serviços públicos: entre outros. Uma segunda fase, que se iniciou ainda na década de 1950, significou a substituição da atuação voltada para reconstrução dos países europeus e Japão, em favor da atuação visando o crescimento econômico dos países subdesenvolvidos. O Japão foi o último país considerado desenvolvido a receber um empréstimo do BIRD (1966). No final da década de 1960, o banco passou a concentrar seus recursos nos países subdesenvolvidos, os quais tornaram-se dominantes numericamente como membros do Banco Mundial. Os empréstimos continuaram a ser, basicamente, financiadores de obras de infra-estruturas visando o crescimento econômico. O limite temporal dessa fase foi dado pela crise da década de 1970, liderada pela crise do petróleo em termos mundiais e, nos EUA, agravada pela derrota na guerra do Vietnã. A partir desse momento, inicia-se uma outra fase na qual, ao lado da preocupação com o crescimento econômico, passava a existir um foco sobre a pobreza constatada nos países chamados subdesenvolvidos. Essa política do BIRD foi atropelada pela política conservadora oriunda dos EUA e a Inglaterra, a partir do início da década de 1980, que promoveu os choques do petróleo (segundo) e dos juros e o agravamento das dívidas externas dos países endividados. Nesse contexto, o Banco Mundial passa a trabalhar em sintonia com o FMI visando ajudar na promoção de ajustes estruturais. Com isso o BIRD, distorce as suas funções primordiais e passa a se envolver mais com a crise financeira, na busca por “soluções para o pagamento da dívida externa e contra o subdesenvolvimento...” (LICHTENSITEJN; BAER, 1987, p.146).

Em resumo, o Banco Mundial começou, com recursos pouco expressivos, a financiar a reconstrução dos países industrializados do mundo capitalista. Em seguida, passou a dirigir os seus recursos para financiar o consumo de produtos industrializados oriundos dos países desenvolvidos nos países subdesenvolvidos, os quais passaram a receber empréstimos com o objetivo de gerar crescimento econômico. Num terceiro período, ao lado do objetivo de gerar

crescimento econômico acoplou-se um outro: combater a pobreza.<sup>54</sup> Finalmente, o banco passou a priorizar os ajustes estruturais nos países endividados (LICHTENSZTEJN, S.; BAER, M., 1987). Essas foram fases que realmente influenciaram a formação do contexto sócio-institucional no qual surgiu a proposta do PRO-RURAL.

A atuação do BIRD, e também do BID, não se apresentava pautada oficialmente por nenhuma referência teórica específica, entretanto é possível identificar a concepção de desenvolvimento que sustentava as estratégias que dirigiam a atuação do Banco. Em primeiro lugar, há uma clara vinculação com a teoria do crescimento econômico e, destarte, com a própria teoria da modernização. No caso dos países que já eram industrializados e que tiveram a sua infra-estrutura produtiva destruída pela guerra, a estratégia baseada no crescimento econômico, pela via de recuperação da infra-estrutura e dos investimentos industriais, funcionou, como comprova o “milagre alemão” e o “milagre japonês”. Ao transpor essa estratégia aos países considerados subdesenvolvidos os resultados não foram satisfatórios. Essa é vista, então, como uma “estratégia tradicional”, que na primeira metade da década de 1970 passou a ser substituída por uma “estratégia de crescimento com equidade” (LICHTENSZTEJN; BAER, 1987, p.174). Esses autores são críticos em relação a essa visão de que realmente houve uma estratégia. Para eles, houve uma trajetória com objetivos influenciados por conjunturas diferentes, mas que conservaram um eixo central. Esse eixo central era dado pela teoria do crescimento. A teoria defende que os investimentos infraestruturais e tecnológico aumentariam os investimentos industriais. Os recursos gerados por esses investimentos gerariam novas inversões que provocariam um círculo de aumento de produção e modernização da base produtiva já instalada, desencadeando aumento de produtividade. Com isso, aumentaria o número de empregos e os níveis salariais, o que geraria poupança interna que permitiria manter o círculo de crescimento em movimento. A melhoria das condições sociais surgiria como consequência desse círculo de crescimento. (LICHTENSZTEJN; BAER, 1987, 176).

A inflexão social do Banco aconteceu a partir de 1968 com a posse do seu quinto presidente: Robert Mc Namara. Ex-secretário de Defesa das administrações Kennedy e Johnson e ex-executivo de multinacional automobilística. Logo no início da sua administração foi divulgado o Informe Pearson, cujo objetivo era avaliar a atuação do banco nos últimos vinte anos. A crítica centrou-se na estratégia de crescimento econômico centrado na industrialização. Em primeiro lugar, pela pouca atenção com o setor agrícola. Isso gerou limitações no mercado interno, estagnação na produção de alimentos e baixa exportação. Por outro lado, a industrialização à base de protecionismo gerou uma indústria ineficiente. As grandes recomendações do Informe foram: primeiro, intensificar a modernização agrícola (revolução verde); corrigir distorções no setor industrial; liberação comercial. A novidade é que além da estratégia econômica, examinou-se as questões sociais, as quais teriam sido agravadas pelo crescimento populacional e um sistema educacional não profissional. Esse informe foi importante para que, a partir de 1973, a administração McNamara mudasse a orientação estratégica do banco. Foram definidos as principais linhas do segundo plano quinquenal do banco, que passaram a ser orientadas prioritariamente para a pobreza rural. (WILKINSON, 1986, p. 37).

A conjuntura sócio-política apresentava um recrudescimento dos movimentos revolucionários e de libertação nacional em toda a periferia, desencadeando uma verdadeira “onda revolucionária”, que provocava o crescimento de regimes socialistas e pró-socialistas nos diversos continentes. Aliada a crise econômica, essa crise política não deixava dúvida:

---

<sup>54</sup> É nessa fase que deve ser inserido o PRO-RURAL.

“na perspectiva do mundo capitalista a situação, então, apresentava-se extremamente grave” (VIZENTINI, P., 1992, p.13).

Por ter sido secretário da Defesa, McNamara era mais sensível a essa conjuntura e passou a liderar a mudança referida. O que se passou a fazer foi incorporar a preocupação com a pobreza rural, principalmente, na estratégia do banco, que não deixou de estar centrada no crescimento econômico, mas, a partir daquele momento, um “crescimento econômico com a satisfação das necessidades básicas” (LICHTENSZTEJN; BAER, 1987, p.184). Surge, dessa forma, a preocupação em agir sobre situações socialmente explosivas. São os planos de desenvolvimento voltados para zonas específicas, os quais se expandirão pelos países periféricos, inclusive o Brasil, como provam os planos de desenvolvimento rural nordestinos e o próprio PRO-RURAL. WILKINSON, ao analisar os planos nordestinos vinculados ao POLONORDESTE, verificou que ao mesmo tempo em que começaram a ser propostos esses planos, o Banco Mundial discutia com o governo brasileiro os planos específicos para determinadas regiões. Assim, a estratégia do Banco Mundial está presente na orientação dos programas nordestinos, até porque era preciso habilitar-se, de acordo com as exigências, para o recebimento dos recursos (WILKINSON, 1986, p. 37-39).

Ao se identificar a estratégia do “crescimento com a satisfação das necessidades básicas” ou com equidade, chega-se, efetivamente, ao marco teórico originário dos PDRI, porquanto o que se visava era **integrar** investimentos produtivos e infra-estruturais com investimentos sociais. A integração passou a ser perseguida até o ponto em que não comprometesse o crescimento econômico, que continuava sendo o ponto central. Isso acabou por criar uma estratégia na qual o próprio objetivo social não se desvinculava totalmente de uma variável produtiva considerada básica: a elevação de produtividade das atividades produtivas; a melhoria social viria com o aumento da produtividade econômica. Esse é um ponto clássico da teoria do crescimento. BALDWIN, resume bem a questão, quando aborda as políticas de desenvolvimento para cada um dos principais setores econômicos, afirmando que “a questão-chave é como aumentar o nível de produtividade no setor agrícola. Tal aumento não é apenas necessário para elevar simplesmente os padrões de vida mas também para fornecer o excedente agrícola requerido para financiar a atividade manufatureira acrescida.” (1979, p. 93). Isso não é diferente do que é preconizado por NICHOLLS, que defende: “es pues claro que, en cualquier circunstancia, el incremento en la productividad agrícola hace importantes contribuciones al desarrollo económico general (...) es igualmente claro que el desarrollo industrial urbano crea condiciones mucho más favorables para aumentar la productividad agrícola (1968, p.19). Para complementar esse posicionamento, voltando-se mais para o desenvolvimento regional, o aumento de produtividade agrícola no âmbito de uma região deveria ser buscado paralelamente ao objetivo de exportar os produtos agrícolas regionais resultantes desse esforço, porque são essas exportações que em “ciertas condiciones, el principal elemento para inducir crecimiento económico, desarrollo de economía externas, urbanización, y a la postre desarrollo industrial” (NORTH, 1968, p. 84).

O que se tem, então, é a receita quase completa de desenvolvimento das concepções tradicionais, com a sua perspectiva setorial, na qual cada setor tinha o seu papel e a sua função pré-determinada. Essa receita é única, portanto se transforma numa premissa da homogeneização social. No caso específico da produtividade agrícola, ela é vista como um item absolutamente técnico, que dependeria apenas da elevação dos rendimentos da terra utilizada pela via da modernização, que significava maior acesso ao avanço tecnológico disponível para o setor. Nada disso motivava qualquer preocupação maior com os processos endógenos de desenvolvimento rural das regiões específicas que passavam a ser preocupação das entidades financeiras internacionais.

Ao se analisar o PRO-RURAL, constata-se que os objetivos principais do programa são bastante amplos e se resumem a buscar o aumento da produção de alimentos e a elevação do nível de renda do trabalhador rural da região. Esses objetivos gerais desdobram-se em objetivos específicos, como a redução das disparidades regionais, melhor aproveitamento dos recursos naturais, acesso das populações carentes aos benefícios do desenvolvimento, criação de novas oportunidades econômicas, fixação do homem ao campo, afirmação da vocação agrícola do estado e aumento da produção e da produtividade agrícola da região (PARANÁ, 1980b, p. 4). Eram esses vários objetivos gerais e específicos, produtivos e sociais, que deveriam ser integrados, naquela que era vista como uma nova proposta para enfrentar a pobreza rural.

Internamente, no âmbito federal, também houve uma modificação nas políticas para o meio rural no sentido de dirigir mais atenção à pobreza rural. Esse movimento além da própria influência externa ligava-se à tomada de consciência das conseqüências sociais da modernização da agricultura, que levou a um renascimento do debate sobre a questão agrária brasileira e das lutas dos trabalhadores rurais no campo. WILKINSON defende que isso levou a montagem de um projeto político “radical”, que teve como resposta no âmbito do governo federal a promoção de um Programa Nacional para os Produtores de Baixa Renda, “perfeitamente compatível com a estratégia do Banco Mundial e o complexo agroindustrial” (WILKINSON, 1986, p. 39).

No Paraná, um número significativo de estudos e pesquisas realizadas por órgãos governamentais deu a dimensão do engajamento estadual a essa nova orientação. Um exemplo de estudo que se vincula diretamente a essa nova demanda foi o “Pré-diagnóstico de regiões de baixa renda”, realizado pelo Departamento de Economia Rural da Secretaria Estadual da Agricultura, em 1978. Na introdução afirma-se que o estudo foi elaborado para atender a requisição do Sistema Nacional de Planejamento Agrícola – SNPA, visando a formulação do programa nacional citado por WILKINSON. Evidentemente, esse estudo contribuiu para a definição, no Estado do Paraná, dos diagnósticos definitivos e oficiais que levaram às opções contidas, dois anos depois, no PRO-RURAL. Inclusive, outros estudos e pesquisas do mesmo tipo foram feitos em outras secretarias e departamentos da administração. Pode-se dizer que se formou um “contexto de diagnósticos” voltados para o espaço rural, em virtude da nova orientação internacional e nacional<sup>55</sup>. O PRO-RURAL é originário desse momento, no qual houve uma mudança de orientação nas instituições internacionais financiadoras de projetos de desenvolvimento, que foram influenciados por uma conjuntura sócio-política internacional de crise econômica e política. Essa mudança de orientação foi sentida no âmbito interno, com reflexos em todos os níveis administrativos. Nesse âmbito, a mudança de orientação encontrou um campo fértil, em virtude de uma espécie de “ressaca” que se vivia com os resultados da modernização, no que se refere aos pequenos produtores.

Em termos internacionais, essa conjuntura não durou muito, mas, de qualquer forma, quando ela mudou efetivamente, o PRO-RURAL já estava sendo implementado. A mudança vai influenciar em especial as opções que serão feitas no momento da proposta do outro plano: O Paraná Rural.

A reorientação que acontecia no Banco Mundial no início da década de 1980 tinha a ver com a chamada “ofensiva conservadora”, que foi liderada pelos governos Ronald Reagan nos EUA e Margareth Thatcher na Grã-Bretanha. Essa nova direita age sobre a influência de

---

<sup>55</sup> Dois estudos deste contexto: CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL – IPARDES. O papel social do pequeno estabelecimento rural no Paraná – Curitiba: IPARDES, 1978. 3V; SUDESUL – IPARDES. Recursos naturais e estrutura fundiária – Curitiba: IPARDES, 1979. 3V.



ameaças reais e “manipuladas” ao sistema capitalista e prepara uma importante contra-ofensiva: começava a ser implementado a primeira fase do projeto neoliberal (VIZENTINI; 1992). Nesse contexto, as novas administrações americanas produziram críticas duras às estratégias do Banco Mundial, até a ponto de acusá-las de promotoras do socialismo. O resultado disso foi o aumento da influência americana sobre as instituições de crédito ao desenvolvimento, inclusive, o BID. A administração americana definiu que esses bancos seriam os novos aliados do FMI no esforço de promover ajustes estruturais nas economias dos países endividados da periferia do sistema. Estava suspenso a estratégia de crescimento econômico com a satisfação das necessidades básicas.

No Paraná, isso teve reflexos diretos quando terminava o período de implementação do PRO-RURAL e começava as formulações de um novo programa. Em 1986, no último ano do governo Richa, a Secretaria do Estado do Planejamento, através da coordenadoria de Estudos e Projetos, elabora uma proposta de “Projeto de desenvolvimento rural integrado do Estado do Paraná”, cujo objetivo era apresentá-lo ao BID, visando conseguir os recursos necessários a sua implementação. Na prática, a aceitação da proposta significaria uma renovação do PRO-RURAL, porquanto o objetivo de integrar investimentos econômicos e sociais estava presente. Os objetivos específicos do programa eram aumentar as rendas dos pequenos e médios produtores, estancar o êxodo rural, melhorar o abastecimento e conter a erosão rural. A novidade é esse último objetivo, que acabará por ser central no Paraná Rural. RAGGIO também adiantaria esse novo objetivo que estava sendo incorporado na formulação do próximo plano. Ela informava que esse programa não se voltaria mais para uma região específica, que procuraria atender ao mesmo público alvo, mas que além do aumento da produção e produtividade, a conservação e proteção do meio-ambiente e o fomento de alternativas produtivas que poderiam aumentar a renda dos produtores rurais, passariam também a serem objetivos do programa (RAGGIO, 1987).

Dessa forma, o Paraná Rural – Programa de Desenvolvimento Rural do Paraná foi formulado inicialmente prevendo dois sub-programas: sub-programa de desenvolvimento integrado e o sub-programa de manejo e conservação de solos e controle da poluição. Na definição final, o primeiro sub-programa foi desconsiderado; foi abandonado e oficialmente o Paraná Rural resumiu-se ao sub-programa de manejo e conservação de solos e controle da poluição. A busca da integração econômica e social foi interrompida sob a alegação de que o nível de endividamento do estado não permitia a contratação de todo o financiamento. (SILVA, 1995). Na verdade, a explicação deve ser buscada na consolidação das preocupações ambientais que se tornavam cada vez mais consideradas em todo o mundo (PASSET, 1994). Essas preocupações, no que se refere ao espaço rural, tornaram-se prioridade a partir das graves conseqüências ambientais provocadas pelo processo de modernização da agricultura. No Paraná, essas conseqüências assumiram uma gravidade que vinha sendo denunciada desde meados da década de 1970, mas que se intensificaram no início dos anos 80<sup>56</sup>. Naquele momento, o alerta era que os problemas de erosão no estado eram gravíssimos, colocando em risco o mais valioso dos recursos agrícolas: o próprio solo. (LLANILLO, 1984). Os dados eram implacáveis. Na região de Maringá, um dos centros mais intensos da modernização agrícola do estado, na década de 1980 só existia 0,5% da cobertura vegetal natural, e que em regiões como a de Maringá, cerca de 30 (trinta) centímetros de solo eram removidos por ano (PAULA, 1998). Estava-se diante de uma verdadeira crise ambiental no Paraná, que não era difícil de entender, haja vista que a modernização da agricultura correspondia à transferência

---

<sup>56</sup> Atualmente, apenas, cerca de 10% da cobertura florestal do estado está preservada, mesmo assim, de forma concentrada na Serra do Mar e em “ilhas residuais” (SONDA, 1996).

de um pacote tecnológico desenvolvido num meio natural de clima temperado para um meio tropical ou sub-tropical (AGUIAR, 1994). Na grande região Norte, alguns fatores agravaram o quadro: a suscetibilidade dos solos à erosão; a movimentação de máquinas pesadas que provocam a compactação do solo; e a organização dos loteamentos na forma de “espinha de peixe”, que agrava a erosão.<sup>57</sup> (FLEISCHFRESSER, 1999). Esse quadro ambiental mais grave na região Norte, foi decisivo para que essa região viesse a se tornar a área prioritária do Paraná Rural. Assim, praticamente, invertia-se o quadro de prioridades: a pobreza dos pequenos produtores cedia lugar para o “meio-ambiente”, ou melhor, para os produtores e regiões que adotaram, de forma intensiva, um modelo agrícola que provocou sérios problemas ambientais. O que passava a ser mais importante era manter a viabilidade desse padrão.

Diante disso tudo prevaleceu o modelo ambiental na formulação do Paraná Rural, que acabou aproveitando uma concepção inovadora nessa área, que foi o Programa de Manejo Integrado de Solos e Água – PMISA.

Esse programa foi lançado em 1984, com sua estrutura já baseada em iniciativas – piloto em microbacias hidrográficas, indicando que os órgãos oficiais voltados para o espaço rural começavam a considerar essa área natural como unidade de planejamento, o que, efetivamente, consolidou-se no Paraná Rural (SILVA, 1995).

O Paraná Rural foi o programa rural que teve a maior duração (1989-1997). Foram quase uma década na qual ele atravessou três períodos governamentais. O último deles foi o do primeiro governo Jaime Lerner, que começou em 1995. Foi esse governo que negociou um novo programa, que veio a ser denominado de Paraná 12 meses. Os objetivos desse programa eram amenizar o grau de carência da população residente e trabalhadora no meio rural e garantir a extensão dos trabalhos de manejo e conservação do solo às regiões ainda não atingidas pelo programa anterior. Além disso, visava o abastecimento e a verticalização das cadeias produtivas da agropecuária e o aumento de renda dos produtores e a geração de empregos no campo e na cidade. Por um lado, o Paraná 12 meses significou a continuidade do modelo ambiental do Paraná Rural. Por outro lado, retornou com objetivos sociais já contemplados no PRO-RURAL, mas com um enfoque que constava na versão preliminar do Paraná Rural que acabou sendo desconsiderada, que defendia a busca de alternativas de geração de renda para os produtores familiares<sup>58</sup>.

O contexto sócio-político era de agravamento da questão agrária no Paraná. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST promovia ocupações de terras improdutivas visando pressionar a aceleração da reforma agrária. Esse movimento encontrava uma resistência bastante significativa nas entidades patronais dos proprietários de terras e na mídia. A influência dessa conjuntura na definição da parte social do programa pode ser medida na afirmação do governador Jaime Lerner, que ao lançar o programa na região de Ponta Grossa foi bem direto: “O projeto é uma resposta às invasões de terras no Estado”<sup>59</sup>. O sub-projeto que mais representava essa resposta era o das Vilas Rurais, que pretendia atender ao trabalhador volante (bóia-fria) com uma casa e um terreno financiado, no qual, se previa, ele poderia cultivar parte das suas necessidades alimentícias e até vender os excedentes. Naturalmente, acreditava-se que o sucesso desse sub-programa resultaria numa pressão menor sobre a demanda por terra, o que absolutamente não ocorreu. Dessa forma, a questão do desenvolvimento rural no Paraná voltou a ser um tema básico na definição de novo modelo de

<sup>57</sup> Os lotes retangulares com a frente voltada para uma estrada, que normalmente seguia um divisor de águas, enquanto os fundos ficam na área mais baixa, nos fundos dos vales, com acesso a um curso d’água.

<sup>58</sup> Esses objetivos constam no seguinte documento. PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. **Programas e projetos do governo do Paraná**: guia de acesso aos municípios. Curitiba: SEPL, 1997.

<sup>59</sup> PARANÁ 12 MESES CHEGA A PONTA GROSSA E REGIÃO. **O Estado do Paraná**. 23.05.98. Curitiba.

desenvolvimento para o Estado, e o encaminhamento dos debates sobre os rumos que deve tomar esse novo modelo estão acontecendo no momento, promovidos pelo atual governo do Paraná.

### 3.2 PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO PARANÁ: DIAGNÓSTICOS E AVALIAÇÕES

O que se pretende sustentar nesta parte da pesquisa é que os diagnósticos que serviram de base à formulação do PRO-RURAL apresentavam, em primeiro lugar, uma visão setorial da estrutura econômica, na qual cada setor tem um papel e uma função pré-determinada no processo produtivo. Por isso, o próprio programa refere-se a uma desejada integração entre investimentos produtivos e sociais. Essa integração mecânica não encontrava na ocasião um referencial teórico e uma estrutura institucional adaptados a esse objetivo.

Além disso, é possível identificar no programa um posicionamento etapista no que se refere ao desenvolvimento. Esse posicionamento resulta em um enfoque homogeneizador, que é importante ser identificado e analisado, pois contribuía para a desconsideração que se teve com os processos endógenos de desenvolvimento rural do Paraná, os quais definiram trajetórias regionais muito bem marcadas da evolução do espaço rural de cada uma das grandes regiões paranaenses.

Os diagnósticos que serão analisados não são apenas os que faziam parte oficialmente dos programas, como pré-requisitos à sua formulação. São considerados alguns estudos realizados por repartições oficiais, que abordavam a mesma temática e que, pela concentração naquele momento contribuíram na formulação de um contexto de diagnósticos sobre o desenvolvimento rural do estado. Nesses termos, esses estudos tiveram influência na formulação dos diagnósticos oficiais.

O interesse pelas avaliações explica-se porque nelas encontram-se também as linhas básicas do mesmo marco teórico, identificado nos diagnósticos. Além disso, havia nelas uma preocupação em analisar esse referencial. As avaliações não se concentravam apenas nos aspectos operacionais, mas incluíam análises de cunho teórico.

O primeiro dos diagnósticos analisados, e muito provavelmente o mais influente, foi feito por encomenda do SNPA, visando a formulação do Programa Nacional de Promoção de Produtores de Baixa Renda. Trata-se do “Pré-diagnóstico de regiões de baixa-renda”. Como já foi citado, esse estudo foi realizado pelo Departamento de Economia Rural, da Secretaria de Estado da Agricultura, em 1978.

Embora atendendo a uma encomenda do governo federal, na introdução consta uma observação de que a pesquisa inseria-se na preocupação estadual voltada para o produtor de baixa renda, que já havia sido definida desde 1976, no âmbito da criação do Sistema Estadual de Agricultura – SEAGRI. Assim, a solicitação federal aliou-se à meta estadual de redefinição das áreas de atuação dos órgãos oficiais vinculados à agropecuária. Nesses termos, a conclusão e a definição das áreas prioritárias para formulação e ampliação de programas para os produtores de baixa renda atendeu tanto a objetivos federais quanto estaduais.

O estudo começa chamando atenção para três aspectos: 85% das propriedades rurais do Paraná possuíam até 50 ha (limite do público-alvo considerado no PRO-RURAL); 66,7% das famílias rurais eram de pequenos produtores; e em 45% dos imóveis de até 50 ha predominavam as culturas alimentícias.

O estudo utiliza os dados do Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, de 1972, e o Censo Agropecuário do IBGE, de 1970. Foram considerados dados sobre estrutura fundiária,

mão-de-obra familiar, cultivo de produtos de subsistência e renda. O limite máximo considerado dos imóveis foi de 50 ha.

A utilização dos dados de 1970 e 1972 não permitiu captar as transformações acentuadas que ocorreram na primeira metade da década de 1970. Essas transformações tornaram-se conhecidas a partir do censo agropecuário de 1975. De qualquer forma, o denominado pré-diagnóstico apresentou uma proposta de regionalização que influenciou na definição da Região Programa do PRO-RURAL.

O estudo define três grandes áreas do Paraná nas quais há um número significativo de produtores de baixa-renda. Essas áreas são classificadas dentro de uma escala de prioridades em termos da necessidade de políticas públicas visando melhorar a situação desses produtores. Assim, a área de prioridade I inclui apenas microrregiões do Paraná Tradicional; a área de prioridade II, da região Norte; e a área de prioridade III inclui microrregiões tanto da região Sudoeste quanto do Paraná Tradicional.

Em linhas gerais, a área de prioridade I tornou-se a Região Programa do PRO-RURAL. As adaptações foram mínimas e convergiram no sentido de definir o Paraná Tradicional como a região do Paraná que apresentava os problemas mais graves relacionados à existência de um significativo contingente de produtores de baixa-renda no seu espaço rural.

Essa foi a mesma conclusão de um outro estudo realizado pelo Conselho de Desenvolvimento do Sul - CODESUL (Ministério do Interior) e o IPARDES, também de 1978, cujo título é “O papel social do pequeno estabelecimento rural no Paraná”. A metodologia da pesquisa foi praticamente a mesma utilizada pelo pré-diagnóstico analisado anteriormente, na qual se destaca o limite de 50 ha na definição do que seria um pequeno estabelecimento rural. Como já se afirmou esse limite acabou prevalecendo para especificar o público-alvo do PRO-RURAL. Além disso, consta também neste diagnóstico uma proposta de regionalização na qual o Paraná Tradicional é considerado uma área específica, muito embora com algumas poucas adaptações.

O importante é que neste estudo sobre o papel social do pequeno estabelecimento rural no Paraná, consta uma conclusão que apontava o Paraná Tradicional como a região que apresentava um processo de desenvolvimento “atrasado” em relação às demais regiões do estado. A percepção sobre esse atraso ganhou corpo a partir dos resultados do censo agropecuário de 1975, que já evidenciava o marcante processo de reconversão produtiva pelo qual passava a região Norte e, em menor grau, a região Sudoeste. Enquanto isso, no Paraná Tradicional, o mesmo processo dava apenas os primeiros passos.

Essa reconversão foi relacionada a uma espécie de aceleração do desenvolvimento que atingiu as regiões Norte e Sudoeste e que o Paraná Tradicional não conseguiu acompanhar. É evidente nessa argumentação a visão etapista do desenvolvimento que prevalecia e que aparece também no que se poderia chamar de diagnóstico oficial que fundamentou o PRO-RURAL<sup>60</sup>, o qual manteve o mesmo marco teórico dos estudos analisados anteriormente. Nesse diagnóstico oficial os dados do censo agropecuário de 1975 formavam a base empírica do estudo e comprovavam as transformações geradas pela modernização agrícola, que na área fundiária, por exemplo, levou SILVA a afirmar que os índices de concentração de terras no Paraná, entre 1970 e 1975, sofreram alterações em níveis compatíveis aos observados em regiões nas quais haviam ocorrido “revoluções sociais” (SILVA, 1982, p. 105).

A conclusão natural era que, a região que estava mais atrasada no processo de modernização, poderia ser

---

<sup>60</sup> PARANÁ. Governo do Estado. **Relatório do Projeto BR-0059**: projeto de desenvolvimento rural integrado do sudeste do Paraná. Curitiba, 1980a.

considerada a mais subdesenvolvida. A influência desses cinco anos de extrema reconversão produtiva (modernização), principalmente no Norte, e, em segundo lugar, no Sudoeste, pode ser medida ao se verificar que um outro estudo de 1978, incluindo toda a região sul do Brasil, chegou a conclusões absolutamente diferentes, simplesmente porque usou dados do período anterior a esses cinco anos<sup>61</sup>. O estudo de 1978, realizado pela antiga Sudesul, concluía que o Norte e o Sudoeste, na década de 1960, eram verdadeiras fronteiras agrícolas no interior do Paraná. Careciam de uma melhor infra-estrutura em praticamente todas as áreas, ao contrário do Paraná Tradicional, que por ser uma região mais antiga não tinha os mesmos problemas das regiões “novas”. Nesse estudo as regiões subdesenvolvidas eram o Norte e Sudoeste. Em cinco anos o quadro mudou completamente, tendo em vista o acentuado crescimento econômico que atingiu essas regiões, o qual, de qualquer forma, foi identificado nesse estudo da Sudesul, quando se concluiu que o Norte e Sudoeste do Paraná eram as regiões que mais cresciam na região sul do Brasil na década de 1960.

No diagnóstico oficial do PRO-RURAL, já citado na nota 60, os pontos que foram levados em consideração para classificar a Região – Programa como a mais atrasada do estado foram os seguintes: tinha a menor participação na produção agrícola; predomina técnicas tradicionais; predomina o pequeno estabelecimento; quanto menor o estabelecimento, menor a produtividade; a produtividade é baixa por carência de tecnologia, infra-estrutura, serviços, acesso ao crédito e infra-estrutura social.

Em resumo, o ponto comum nos estudos e diagnósticos é que a região teria ficado à margem do desenvolvimento em relação aos outros territórios regionais do Paraná, posicionamento que é exposto no diagnóstico oficial, quando se afirma que a área do programa “foi postergada no processo de desenvolvimento, ao passo que o restante do Estado evoluía aceleradamente” (PARANÁ, 1980a, p. 17). Esse ponto é muito criticado nas avaliações oficiais do próprio PRO-RURAL, que foram realizadas em 1983 (1ª fase) e em 1992 (2ª fase). Defende-se nessas avaliações que o Paraná Tradicional também foi muito influenciado pela modernização<sup>62</sup>.

No diagnóstico oficial procurava-se mostrar que “a pobreza da região está em contraste direto com a maior parte do restante do Estado”, e que os níveis de renda eram muito semelhantes “aos níveis de renda prevalecentes no Nordeste do Brasil” (PARANÁ, 1980a, p. 8). O quadro de pobreza e desigualdade é revelado pontualmente analisando-se vários aspectos. Indica-se, por exemplo que predomina a agricultura de subsistência, a infra-estrutura é deficiente (estradas e saneamento) e a estrutura educacional e de saúde são insuficientes (PARANÁ, 1980a, p. 8-14).

Na segunda avaliação, ao mesmo tempo em que se faz essa crítica, repete-se uma argumentação sobre o desenvolvimento rural do Paraná, que mantém os mesmos princípios teóricos contidos nos diagnósticos:

Não há como negar que era desigual o ponto de partida das diversas regiões quando das transformações ocorridas nos anos 70, dada uma série de circunstâncias, algumas ligadas às condições anteriores de ocupação. Porém, esse período foi de profunda integração econômica, não apenas em nível interestadual mas também em nível nacional, o que prejudica qualquer análise que se restrinja a buscar no passado da Região Programa a base de seu estágio atual (IPARDES, 1992, p.46).

---

<sup>61</sup> BRASIL. Ministério do Interior. Sudesul. **Região Sul**: desníveis econômicos intrarregionais. Porto Alegre: Sudesul, 1978.

<sup>62</sup> IPARDES. **Projeto integrado de apoio ao pequeno produtor rural – PRORURAL**: avaliação do impacto regional – 2ª fase. Curitiba: IPARDES, 1992.; IPARDES. Fundação Edison Vieira. **Projeto integrado de apoio ao pequeno produtor rural**. PRORURAL: avaliação do impacto regional. 1ª fase. Curitiba: IPARDES, 1983. Essa crítica contida nas avaliações será analisada adiante.

Nessa citação observam-se argumentos encontrados com muita frequência nos estudos realizados sobre a evolução da agropecuária paranaense. Esses argumentos constavam também em praticamente todos os diagnósticos que fundamentaram a formulação dos programas de desenvolvimento rural paranaenses.

Por um lado, era reconhecido o “desigual ponto de partida das diversas regiões” do Paraná. Dessa forma, havia a consciência de que se observam no estado processos histórico-geográficos distintos, que deram origem a estruturas regionais diferentes. Por outro lado, como o enfoque homogeneizador dominava as concepções de desenvolvimento que prevaleciam, ficava-se restrito à lógica de que, embora existisse a diversidade territorial, ela não persistiria diante do movimento integrador e uniformizador. A partir disso, era natural a desconsideração com a endogeneidade territorial presente nos processos histórico-geográficos, até o ponto de se defender, como se viu, que esse movimento acaba por prejudicar “qualquer análise que se restrinja a buscar no passado da Região Programa a base de seu estágio atual”.

Na tese, procura-se, justamente, superar essa desconsideração com o passado, mas também com o espaço, na medida em que se elegeu como método de regionalização, os processos histórico-geográficos que criaram a diversidade territorial do Paraná. Dessa forma, pretende-se manter sintonia com uma mudança decisiva na contemporaneidade, no campo das concepções de desenvolvimento, que é o resgate do valor da endogeneidade territorial nos processos de desenvolvimento. Essa mudança dependeu da construção de uma concepção de desenvolvimento enriquecida por uma perspectiva territorial reconceitualizada. A partir dos pressupostos dessa concepção tornou-se possível essa análise crítica dos modelos de interpretação de uma dada realidade regional propostos naquela conjuntura.

Ao se analisar as avaliações que foram feitas do PRO-RURAL, constata-se que o marco teórico que as fundamentaram apresentam um mesmo enfoque homogeneizador presentes na formulação dos programas e na estratégia das agências financiadoras. Porém, as origens desse mesmo enfoque são diferentes. Na formulação e nas estratégias a origem remonta a visão etapista, com a raiz liberal, que propunha um caminho e um modelo único de desenvolvimento. Por outro lado, as avaliações enquadram-se num marco teórico que relacionava a noção de desenvolvimento com a própria evolução imanente do capitalismo. Como se procurou analisar no marco teórico da tese, tanto as abordagens de filiação liberal, quanto as de filiação predominantemente marxista, acabavam por dar pouca importância às regionalidades.

Essa questão fica evidente, quando o segundo relatório de avaliação (1992), defende que a intervenção promovida pelo Estado, via PRO-RURAL, que BOISIER denomina de uma ação social ou intervenção territorial, foi localizada, setorializada e fragmentada e que não tinha condições de resistir ao poder das dinâmicas estaduais, nacionais, e mesmo internacionais, que acabavam por determinar os rumos da economia regional. Segundo a avaliação, essa dinâmica mais ampla, “são superiores àquelas que podem advir de um PDRI” (IPARDES, 1992, p.243).

Entretanto, no mesmo relatório avaliativo, aponta-se uma diferença regional verificada no Paraná, diante da mesma “dinâmica ampla”, no que se refere aos aspectos demográficos: “Diferentemente das demais regiões rurais do Estado, que expulsaram um contingente elevado de pequenos produtores especificamente os que detinham a posse precária da terra e/ou que não se incorporaram aos novos esquemas produtivos – a Região Programa, pela própria condição natural do solo e relevo representou um espaço para abrigar uma parcela dessa categoria em movimento” (IPARDES, 1992, p.243).

Os dados indicam que em algumas regiões do Paraná Tradicional, ao contrário, do Norte, a população rural chegou a aumentar, como se terá a oportunidade de analisar no próximo capítulo. E mesmo a evolução demográfica geral na região seguiu uma tendência de

aumento no momento que se confirmava um verdadeiro esvaziamento demográfico nas outras regiões. Isso vem mostrar exatamente o que se quer sustentar na tese: mesmo diante de políticas amplas que atingiam todo o estado, as respostas regionais eram diferenciadas.

Assim, sem se ter consciência que o problema maior era o programa estar baseado num modelo no qual os processos endógenos eram pouco considerados ou mesmo eram abordados a partir de um marco teórico que apresentava “deficiências de natureza cognitivas”, como defende BOISIER (1999), acabava-se por explicar o fracasso do plano, ou porque “o montante de recursos disponíveis era irrisório frente à magnitude dos problemas que pretendia resolver”, ou em virtude das “tendências macroeconômicas” que não foram consideradas, e, sabe-se, como aponta DELGADO, que o “olhar macroeconômico sobre a realidade é basicamente um olhar homogeneizador” (DELGADO, 2000, p. 175).

Ainda considerando as diferentes respostas regionais a processos gerais e mais amplos, pode-se destacar mais uma afirmação do relatório avaliativo (2ª fase) que é muito ilustrativa:

Uma das conseqüências da modernização da base produtiva agropecuária foi o aprofundamento do processo de diferenciação social entre produtores, como resultado de alterações nas relações de produção e de trabalho. Na Região Programa, esse processo não se apresentou com a mesma intensidade observada no Restante do Estado, verificando-se, mesmo, no período 1970-80, o aumento da população ocupada em atividades agropecuárias inclusive o trabalho familiar (IPARDES, 1992, p. 64).

Mais uma vez, procura-se destacar que diante de um processo mais amplo, houve uma resposta regional diferenciada. O acúmulo dessas respostas específicas é que vai levar a uma trajetória regional determinada<sup>63</sup>.

Houve respostas específicas também no que se refere ao meio físico, o que leva o mesmo relatório a defender que “embora não se pretenda atribuir apenas às características ambientais naturais as diferenças observadas no desenvolvimento do setor rural da Região Programa, é idubitável que tais características concorreram bastante para diferenciá-lo do restante do Estado” (IPARDES, 1992, p. 69). O relatório afirma ainda que a adequação regional ao meio físico está relacionado ao padrão tecnológico disponível.

É evidente que esse padrão dependerá, por sua vez, da disponibilidade de capitais e do perfil cultural do produtor. No caso do Paraná Tradicional, pelas condições de solo, clima e relevo as adaptações tiveram que ser maiores do que nas demais regiões do estado para inserir o modelo tecnológico ligado a Revolução Verde (modernização). Isso pesará nos custos de produção e nos índices de produtividade, que serão diferenciados, acentuando, pela via de mais esse aspecto, uma evolução territorial distinta.

Uma última conclusão do relatório útil para ressaltar a questão das respostas regionais específicas, surge quando se analisa a expansão da produção agropecuária acontecida na década de 1970 e nos cinco anos posteriores, e se busca destacar que “mesmo com a continuidade da expansão produtiva no período em foco, não se reproduz nessa Região o mesmo uso intensivo das terras, como se verifica no Restante do Estado. Na Região Programa, apenas a metade da área total dos estabelecimentos é ocupada produtivamente” (IPARDES, 1992, p. 113).

Essa insistência em marcar as diferenças regionais, que, certamente, existem e são comprovadas empiricamente, indica uma contradição inserida nesse relatório, porquanto uma das suas conclusões mais importantes é que, as determinações exógenas são, efetivamente, os

---

<sup>63</sup> A análise da trajetória regional de desenvolvimento rural do Paraná Tradicional será feita num item específico, no qual serão apresentados os dados.

elementos definidores dos processos de desenvolvimento rural. Nesses termos, o padrão foi único para todas as regiões. No entanto, várias afirmações analisadas acabam por respaldar o fato de que houve uma trajetória regional de desenvolvimento rural no Paraná Tradicional detectada por critérios objetivos. Ora, se houve isso e os estímulos exógenos foram os mesmos para todas as regiões, os resultados diferenciados devem-se aos fatores que são específicos a cada território. Esses fatores ligam-se aos processos endógenos. Assim, é absolutamente indispensável considerar esses processos.

O relatório avaliativo em análise de 1992 procurou apontar também a influência positiva do PRO-RURAL em pelo menos três aspectos: primeiro, no impacto sobre a máquina estatal que foi irrigada com recursos provenientes do programa; segundo, o fato de ter gerado novos investimentos paralelos; e pela integração com investimentos de outros programas.

No âmbito desta pesquisa, procura-se destacar o direcionamento dos investimentos em pesquisa agropecuária. O PRO-RURAL, sem dúvida, permitiu um processo marcante de intensificação e reformulação da pesquisa relacionada ao espaço rural. Foi previsto no projeto um pouco mais de US\$ 7 milhões para o item de pesquisas agropecuárias, para se atingir o objetivo geral de desenvolver “tecnologias agropecuárias adaptadas às condições ecológicas de cada uma das cinco sub-regiões do projeto, bem como às características do pequeno produtor, com o objetivo último de aumentar a rentabilidade de seus sistemas de produção e, conseqüentemente, sua renda” (BID, 1980, p. 26). Enfocando o caso do IAPAR, comprova-se que além da pesquisa técnica houve uma preocupação em expandir a pesquisa sócio-econômica. E como o PRO-RURAL foi dirigido para uma região determinada, o esforço de pesquisa desse órgão foi direcionado para essa área. O que se comprovou é que isso levou, naturalmente, a uma abordagem aprofundada desse caso, significando uma maior preocupação com os processos endógenos do desenvolvimento rural da região abordada. Embora de forma reduzida, os benefícios que resultaram desse esforço, foram incorporados nos programas posteriores. Por exemplo, a regionalização considerada no Paraná 12 meses foi baseada em pesquisas do IAPAR, que resultaram numa tipificação e caracterização dos produtores rurais do Estado do Paraná<sup>64</sup>. Pode-se afirmar que essa tipificação foi o resultado final de todo o esforço de pesquisa realizada no âmbito do PRO-RURAL. Uma primeira pesquisa foi publicada em maio de 1993, e foi baseada em dados do Censo Agropecuário de 1980<sup>65</sup>. O conjunto de trabalhos produzidos no âmbito do IAPAR, que neste capítulo são fontes, no capítulo seguinte terão seus argumentos e conclusões incluídos na análise territorial que é realizada.

A pesquisa dividiu os produtores rurais em quatro tipos: empresários capitalistas (tecnificado e não-tecnificado); empresários familiares; produtores simples de mercadorias; e produtores de subsistência. E dividiu o Paraná em 14 mesorregiões sócio-econômicas homogêneas. Essa preocupação em regionalizar o desenvolvimento rural passou a ser um dos objetivos principais da pesquisa. Observou-se também que, o direcionamento da pesquisa oficial do IAPAR acabou por orientar os estudos de pós-graduação dos pesquisadores que realizaram dissertações e teses enfocando, em grande parte, a própria região ou o processo de regionalização no âmbito estadual. Isso gerou uma evolução nessas propostas de regionalização. Assim, uma outra equipe do IAPAR apresentou ainda em 1993, no encontro da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural – SOBER, uma proposta na qual as 14 mesorregiões homogêneas do estado de YU e SEREIA são reduzidas para 8, com o objetivo de identificar zonas homogêneas da estrutura agrária do Estado do Paraná, “através

<sup>64</sup> O Paraná no rumo certo. Paraná 12 meses: um projeto para a agricultura familiar no Paraná. **Revista Direção**, ano I, nº 10, 1998.

<sup>65</sup> YU, C.; SEREIA, V. **Tipificação e caracterização dos produtores rurais do estado do Paraná – 1980**. Londrina: IAPAR, 1993. (Boletim técnico. Nº 39).



do estudo de diversas características que definem a estrutura agrária regional” (LLANILLO et al., 1993, p. 152). Foi esse, especificamente, o trabalho considerado na formulação do Paraná 12 meses<sup>66</sup>. Certamente, uma avaliação desse programa deverá analisar até que ponto essa regionalização foi importante na implementação do programa.

A evolução dessa nova orientação da pesquisa no IAPAR surgiu a partir da utilização do enfoque de sistemas de produção, “como crítica ao enfoque exclusivamente por produto e à análise reducionista do processo de produção agropecuária. A pressuposição central era a de que havia uma capacidade diferenciada de apropriação de tecnologias pelos agricultores” (NEUMAIER; SHIKI, 1991, p. 99). Ao resumirem a evolução dessa abordagem, os mesmos autores afirmam que houve dois momentos nesse processo: um primeiro, no qual a análise por produto foi complementada pela análise da unidade produtiva; no segundo, buscou-se a “ampliação sistematizada da unidade de análise, abrangendo os níveis de comunidades rurais, microbacias hidrográficas e regiões” (NEUMAIER; SHIKI, 1991, p. 9).

A operacionalização da pesquisa em sistemas de produção requer uma ação integrada de diversas instâncias envolvidas no processo produtivo, desde a pesquisa, até a extensão, passando, naturalmente, pelo próprio produtor. Ao começar pelas unidades produtivas geram-se duas necessidades metodológicas: primeiro, essa unidade tem que ser representativa do sistema predominante numa região considerada; segundo, num sentido inverso é preciso identificar e compreender os sistemas regionais, para se poder abordar a unidade produtiva.

Estão claras as possibilidades de se valorizar a endogenia contida nas estruturas territoriais a partir desse enfoque. O que significou uma evolução, na medida em que antes desse enfoque, ligado a uma exigência contida no PRO-RURAL, temas de pesquisas eram definidos “sem que se considerasse a necessária compreensão do trabalho e a **organização regional da agricultura e dos agricultores** (sem grifo no original)” (MUZILLI; SHIKI, 1987, p. 230). Esse fato corrobora a questão que se procura sustentar na tese, de que os diagnósticos e a formulação do PRO-RURAL não consideraram devidamente o processo endógeno de desenvolvimento rural do Paraná Tradicional. Procura-se mostrar que a partir do PRO-RURAL é que se passou a abordar a estrutura agrária estadual de uma forma sistemática e embasada numa metodologia bem definida e eficiente. No entanto, mesmo essa metodologia, ainda carecia de uma integração a uma concepção de desenvolvimento renovada.

No próximo capítulo, procura-se enfatizar alguns aspectos decisivos da trajetória regional recente do desenvolvimento rural do Paraná tradicional, visando demonstrar que, por uma opção teórico-metodológica hoje superada, os diagnósticos e avaliações relacionados ao PRO-RURAL, não conseguiram captar esses aspectos, o que resultou numa crença excessiva nas possibilidades que vetores exógenos teriam em desencadear processos de homogeneização social.

---

<sup>66</sup> O conjunto de trabalhos do IAPAR e dos seus pesquisadores também será considerado no item da análise da trajetória regional do Paraná Tradicional.

#### 4 PARANÁ TRADICIONAL E SUA TRAJETÓRIA RECENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL

O estado do Paraná tem na década de 1970 um marco no seu processo histórico-geográfico. Pode-se dizer que isso foi significativo para todas as grandes regiões. O que se destaca nas décadas anteriores a essa conjuntura, em termos de desenvolvimento rural, é o processo intenso de apropriação da extensão espacial do Paraná por estabelecimentos agropecuários que aconteceu nas regiões Norte e Sudoeste. A região que ficou de fora desse processo foi o Paraná Tradicional, porquanto a sua estrutura territorial já estava bem estabelecida desde o século XIX. Os dados dos censos agropecuários do IBGE mostram a magnitude desse processo de expansão de estabelecimentos agropecuários no Paraná: em 1950 eram 89.461 estabelecimentos; em 1960, 269.146; e em 1970, 554.488 estabelecimentos. Desses estabelecimentos, eram de responsabilidade dos proprietários, 68.609 em 1950, 165.974 em 1960 e 300.097 em 1970. Esses números levaram alguns estudiosos do caso paranaense a considerar que aconteceu uma verdadeira “revolução agrária” no Paraná, nas três décadas anteriores a de 1970. WESTPHALEN é uma delas, ao afirmar que “dura e penosa foi a implantação do regime da pequena propriedade e das condições de trabalho, no meio rural, que marcam a **revolução paranaense** (sem grifo no original)” (WESTPHALEN, 1968, p. 26). COSTA estudou esse processo e o compara a uma verdadeira reforma agrária (COSTA, 1977). Esse processo reverteu-se na década de 1970. Em 1980, o censo agropecuário apontava a existência 454.103 estabelecimentos agropecuários, o que correspondia a uma redução de, praticamente, 100.000 estabelecimentos em dez anos. Essa redução concentrou-se nos estabelecimentos cujos responsáveis eram parceiros. Em 1970, eram 187.230 estabelecimentos; em 1980, 105.290. Não foi por outra razão que, entre 1971 e 1976, foi o Paraná o estado que apresentou o maior número de conflitos de terras entre os estados brasileiros (SILVA, 1982, p. 103-104). Como afirma esse mesmo autor, os números são compatíveis com uma revolução social, na qual a concentração de terras foi o principal resultado. (SILVA, 1982, p. 105). Naturalmente, esses números colaboraram para a reversão também do crescimento populacional quando o Paraná deixou de ser o estado no qual a população mais crescia, para se tornar aquele que apresentou as menores taxas de crescimento demográfico. Uma grande parte da população que residia no estado na década tornaram-se emigrantes engrossando um movimento migratório bastante significativo para outras regiões do Brasil. Além disso, no interior do Paraná houve uma movimentação importante da população, primeiramente, para as cidades, em especial, a RMC. Em segundo lugar, para o espaço rural da região de colonização mais antiga (Paraná Tradicional), que apresentava uma ocupação agrária pouco densa e que conseguiu absorver parte dessa população. Esse é um dos aspectos que demonstra como a evolução regional foi diferenciada, com os processos de reversões fundiária e demográfica descritos sendo muito mais acentuados no Norte e no Sudoeste. Com isso, é possível comprovar que mesmo diante de estímulos exógenos homogeneizantes a diversidade territorial permanece como decisiva. Em especial, para os que têm como objetivo compreender, explicar e tentar transformar estruturas territoriais diferenciadas. Nessa parte da tese o objetivo é analisar uma das trajetórias regionais de desenvolvimento rural do Paraná. O referencial teórico-metodológico que instruirá a análise foi definido e está centrado na concepção de desenvolvimento territorial. Assim, o que se pretende é, em primeiro lugar, superar análises regionais nas quais é possível constatar uma perspectiva setorial, que acaba por gerar contradições e uma incompreensão em relação a determinados fenômenos com forte expressão territorial.

#### 4.1 O MEIO NATURAL E A DINÂMICA AGROPECUÁRIA

Os componentes do meio natural que influenciam diretamente a atividade agrícola são o clima, o solo e o relevo. A vegetação também é importante, mas não tem uma influência tão decisiva. No capítulo que analisou a formação territorial do espaço rural do Paraná Tradicional, procurou-se abordar como a interação homem-natureza possibilitou uma adaptação determinada na qual a natureza fornece os recursos para reprodução social da sociedade regional e com isso acabou por influenciar na definição das regras sociais e territoriais que predominaram e caracterizaram a estrutura territorial enfocada. Com a passagem do meio natural para um meio técnico a forma de abordar a interação sociedade-natureza precisa ser redimensionada, porque a capacidade do homem em controlar, modificar e superar os limites impostos pelo meio natural cresceu exponencialmente com a revolução técnico-científica-informacional. No entanto, principalmente no que se refere à atividade agropecuária, as condições ambientais ainda são muito importantes no sentido de limitar ou favorecer determinados sistemas ou padrões produtivos, o que acaba por manter uma influência importante sobre regras sociais e territoriais contemporâneas nos espaços rurais. E o que é mais importante, isso acaba por reforçar as diversidades territoriais e, dessa forma, os próprios processos endógenos de desenvolvimento rural.

No Paraná, um estudo importante foi realizado em 1979 abordando essa temática<sup>67</sup>. Nesse estudo, procurou-se relacionar os recursos naturais e a estrutura agrária do estado. O estudo é ambicioso nos seus objetivos, pois visa a construção de um “modelo territorial paranaense”. Para tal, procura-se identificar as relações de causa-efeito entre os recursos naturais e a estrutura fundiária, como contribuição à elaboração de um diagnóstico sócio-econômico e de um estudo da “geografia rural do Estado do Paraná”.

Para entender melhor esse estudo é preciso verificar as relações básicas entre o meio natural e o espaço rural do Paraná, o que foi feito por LLANILLO (1984). O objetivo desse trabalho é “mostrar com que diferenciação regional tem ocorrido as transformações na agricultura paranaense nos últimos” (LLANILLO, 1984, p.14). Para tal, o autor usa dados dos censos agropecuários de 1970, 75 e 80, mas começa pelos elementos naturais: solo e clima.<sup>68</sup>

Em relação aos solos LLANILLO elabora uma análise espacial, na qual ele divide as terras do Paraná em Terras de Alta Fertilidade, Terras de Baixa Fertilidade e Terras não Utilizáveis. O que fica absolutamente evidente nessa análise, é que as terras de baixa fertilidade concentram-se no Paraná Tradicional e no Noroeste (arenito Caiuá). Essa área faz parte da grande região Norte. Entre as manchas de solos pouco férteis há um corredor no sentido sudoeste – nordeste formado por terras de alta fertilidade. Esse corredor engloba as regiões Norte e Sudoeste e, apenas nas faixas de transição entre essas duas regiões, o Paraná Tradicional. No mapa 7 de solos, pode-se observar que as rochas que dão origem aos solos e que vão determinar, grosso modo, sua fertilidade. No Paraná, os solos realmente férteis são os originários de rochas eruptivas (basalto). Esse tipo de solo domina as regiões Norte e Sudoeste. Assim, a existência de solos férteis explica-se pelos extensos derrames basálticos que aconteceram na bacia do Rio Paraná. Das rochas basálticas, que se formaram desses derrames, derivou um solo bem desenvolvido, do tipo latossolo (com grande profundidade, porosidade e pequena diferenciação entre os horizontes), os quais, em sua maior parte, são

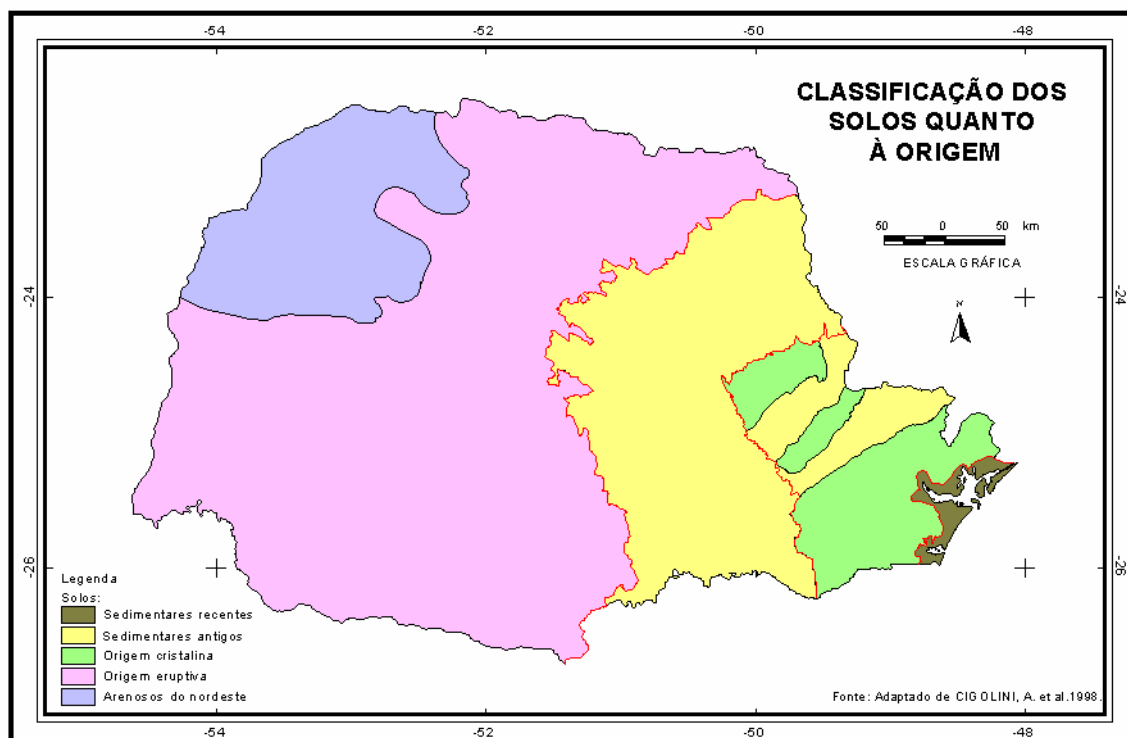
---

<sup>67</sup> BRASIL. Ministério do Interior. Sudesul. Secretaria de Estado do Planejamento. Iparde. **Recursos naturais e estrutura fundiária**. Curitiba: IPARDES, 1979. 2 v.

<sup>68</sup> Esse estudo corresponde a dissertação de mestrado do autor, e é pioneiro dentro da reformulação da pesquisa ocorrida no IAPAR.

quimicamente ricos, e que em virtude da sua coloração, receberam a denominação de “terras roxas”.

MAPA 7 – SOLOS DO PARANÁ



Ao contrário, os solos pouco férteis que dominam o Paraná Tradicional classificam-se, na sua maior parte, como litossolos, os quais são solos jovens, que são originários de materiais recentes ou são o resultado de uma erosão mais acentuada ocorrida em áreas muito declivosas, nas quais “a velocidade da erosão é igual ou maior que a velocidade de transformação da rocha em solo” (LEPSCH, 1976, P.108-109).

O que piora a situação dessa região é que de forma mais específica ocorrem também os solos álicos, os quais apresentam uma concentração tóxica de alumínio, o que precisa ser ajustado com corretivos. Esses solos ocorrem, justamente, nas regiões mais planas. Esses solos álicos também ocorrem nas áreas onde dominam as terras roxas mais sua incidência é muito menor.

Em outro ponto da análise de LLANILLO, o relevo paranaense é dividido em Terras com Alta Possibilidade de Mecanização, Terras com Baixa Possibilidade de Mecanização, Terras Não Utilizáveis. Embora o resultado dessa análise não mostre uma situação tão bem definida quanto a anterior, fica evidente também que os percentuais de terras com altas possibilidades de mecanização são menores no Paraná Tradicional, com essa região concentrando, em praticamente a sua totalidade, as Terras Não Utilizáveis, inclusive em termos de fertilidade também.

Só o noroeste apresenta uma relação diferente. Embora essa área apresente um solo pouco fértil, ao contrário, em termos de possibilidades de mecanização, ele se apresenta favorável em quase toda a sua extensão. Assim, o relevo plano compensa a baixa fertilidade, que de qualquer forma, tem razões diferentes da baixa fertilidade que domina os solos da região de colonização mais antiga do estado. No noroeste domina os latossolos, que por não terem como rocha originária o basalto, são pobres quimicamente, mas “eles podem ser usados intensivamente para agricultura, desde que se empregue, em quantidades adequadas,

corretivos e fertilizantes minerais” (LEPSCH, 1976, p.82). Isso, em virtude das suas características físicas, dadas por serem solos bem desenvolvidos. Ao contrário, os solos que predominam no Paraná Tradicional são os litossolos, os quais são quimicamente deficientes e fisicamente com características que também não favorecem as atividades agrícolas (LEPSCH, 1976, p.130).

Assim, a grande região Norte, além de ter uma boa incidência de terras roxas, na área em que os solos não são férteis, eles são muito favoráveis à mecanização. Por isso, recentemente, o noroeste vem sendo palco de uma reconversão produtiva, na qual essa área vem correspondendo a uma verdadeira fronteira agrícola, principalmente para a produção de soja. Ao contrário, no Paraná Tradicional o que se tem é a coincidência espacial de solos pouco férteis com um relevo pouco favorável à mecanização, em uma boa parte de sua extensão regional.

Um terceiro aspecto da análise de LLANILLO refere-se aos climas do Paraná. LLANILLO usa a classificação climática de Koeppen<sup>69</sup>. O Paraná apresenta dois tipos de clima: o tipo A e o tipo C. O tipo A restringe-se a pequena área correspondente à planície litorânea e, mais exatamente, é do tipo Af, que é um clima tropical, superúmido, sem estação seca e isento de geadas. O tipo C, por sua vez, divide-se em Cfb e Cfa. Ambos são subtropicais úmidos, sem uma estação seca definida. Por outro lado, diferenciam-se no que se referem as temperaturas. O Cfb apresenta verões brandos e invernos rigorosos com geadas severas demasiadamente freqüentes. O Cfa apresenta verões quentes, com uma menor freqüência de geadas, as quais são relativamente menos intensas. Essa é a diferenciação básica.

A distribuição espacial desses dois tipos de clima, que pode ser visualizada no mapa 8, que deixa bem evidente que o clima no qual os invernos são mais rigorosos, com geadas mais severas, ocorre de forma absolutamente predominante no Paraná Tradicional, em virtude dessa região apresentar os relevos com as maiores altitudes. São essas altitudes elevadas para os padrões regionais, que provocam a diminuição das temperaturas médias e aumentam as possibilidades de ocorrência de geadas, as quais não deixam de ocorrer nas regiões Norte e Sudoeste, mas a sua incidência é bem menor.

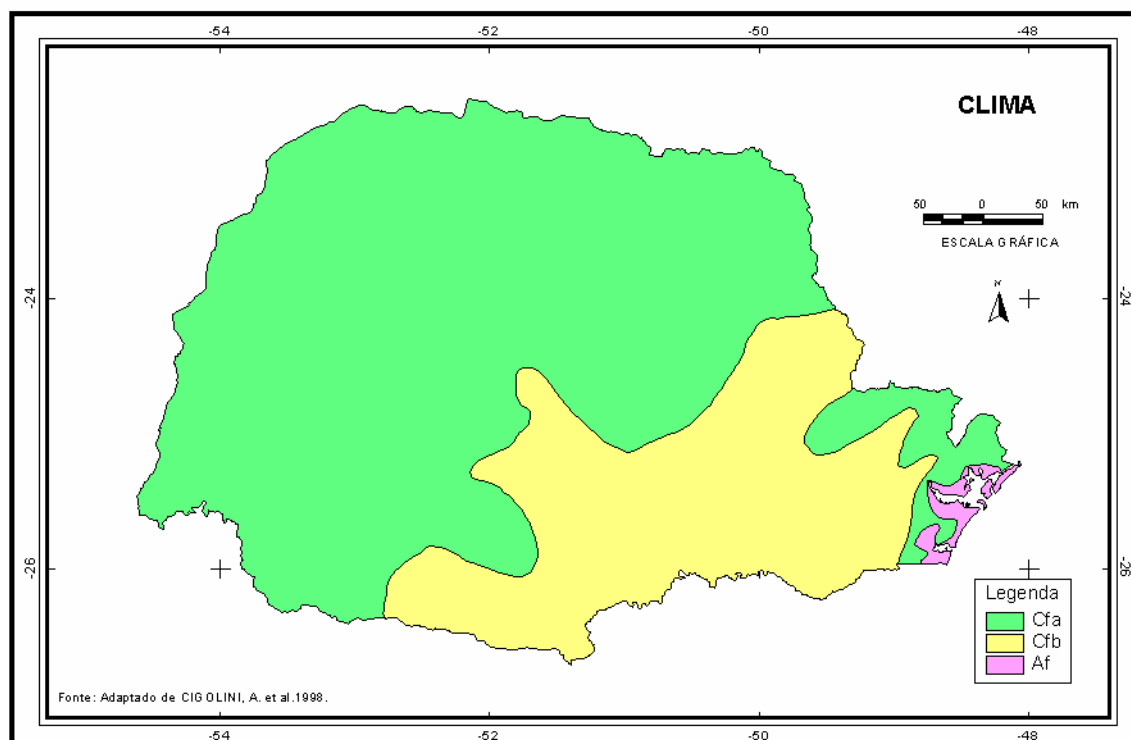
Assim, o que se tem é mais um elemento para reforçar uma coincidência espacial relativamente perversa em termos regionais. Essa coincidência concentra numa determinada fração do espaço geográfico, solos pouco férteis, terrenos declivosos pouco favoráveis à mecanização e clima com inverno relativamente severo. Verificando que a combinação desses elementos é comum, justamente, nas terras apropriadas pelos micros produtores de subsistência da agricultura familiar, evidentemente não tecnificados, fica muito claro que o desempenho produtivo desses agricultores é influenciado negativamente por essa combinação. Por outro lado, o predomínio de solos bastante deficientes nas áreas planas dos campos, áreas apropriadas pelos médios e grandes produtores, provoca despesas elevadas com corretivos e fertilizantes para manter um padrão produtivo competitivo ao se praticar uma agricultura modernizada. Certamente, o plantio direto<sup>70</sup> atenuou esse problema e não foi por acaso que essa técnica surgiu na região dos Campos Gerais, mas as condições naturais eram realmente muito limitantes antes da difusão dessa técnica, e continuam sendo, para os que não usam a técnica.

---

<sup>69</sup> De base quantitativa, baseada em valores médios dos elementos do clima (temperatura, precipitações, etc), cujo os tipos climáticos são identificados pela combinação de letras.

<sup>70</sup> Técnica na qual o plantio acontece sobre restos de materiais orgânicos da cultura anterior, os quais não são removidos nem revirados.

MAPA 8 – CLIMAS DO PARANÁ



O que é importante verificar é que a coincidência espacial de fatores naturais limitantes de um melhor desempenho agropecuário, até o período no qual se tornou muito difundida o padrão tecnológico da Revolução Verde – muito embora esse padrão não tenha se generalizado plenamente - permitiu evidenciar territorialmente as áreas de alta e baixa ocupação agropecuária. Esse foi o principal resultado alcançado pelo trabalho já citado e realizado, em 1979, no qual os recursos naturais são relacionados à estrutura fundiária do Paraná<sup>71</sup>. Esse trabalho que procurou traçar o “modelo territorial paranaense” em termos de desenvolvimento rural, dividiu a estrutura agrária estadual em duas grandes áreas: uma primeira, denominada de “grande região de baixa ocupação agropecuária”; e a segunda, dita “grande região de alta ocupação agropecuária”.

A área de baixa ocupação agropecuária foi sub-dividida em sub-áreas: região do litoral; região de baixa ocupação do primeiro planalto; região da pecuária extensiva do segundo planalto; região de baixa ocupação da escarpa do terceiro planalto; e região da pecuária extensiva do terceiro planalto. A área de alta ocupação agropecuária também foi sub-dividida em sub-áreas: região de pecuária intensa do arenito Caiuá (noroeste); região agrícola de soja e do trigo; região agrícola com suinocultura; região agrícola de transição; região agrícola do café; região heterogênea do nordeste.

As sub-áreas que formam a grande área de baixa ocupação, localizam-se no Paraná Tradicional, com a exceção da região da pecuária extensiva do terceiro planalto, enquanto as sub-áreas da grande região de intensa ocupação localizam-se no Sudoeste e Norte. Apenas a sub-área de transição tem pequenos espaços no Paraná Tradicional. Essa sub-área localiza-se entre as três grandes regiões. Assim, a geografia rural traçada pelo estudo indica que as

<sup>71</sup> BRASIL. Ministério do Interior. Sudesul-Secretarias de Estado do Planejamento. IPARDES. **Recursos naturais e estrutura fundiária**. Curitiba: IPARDES, 1979 v1.

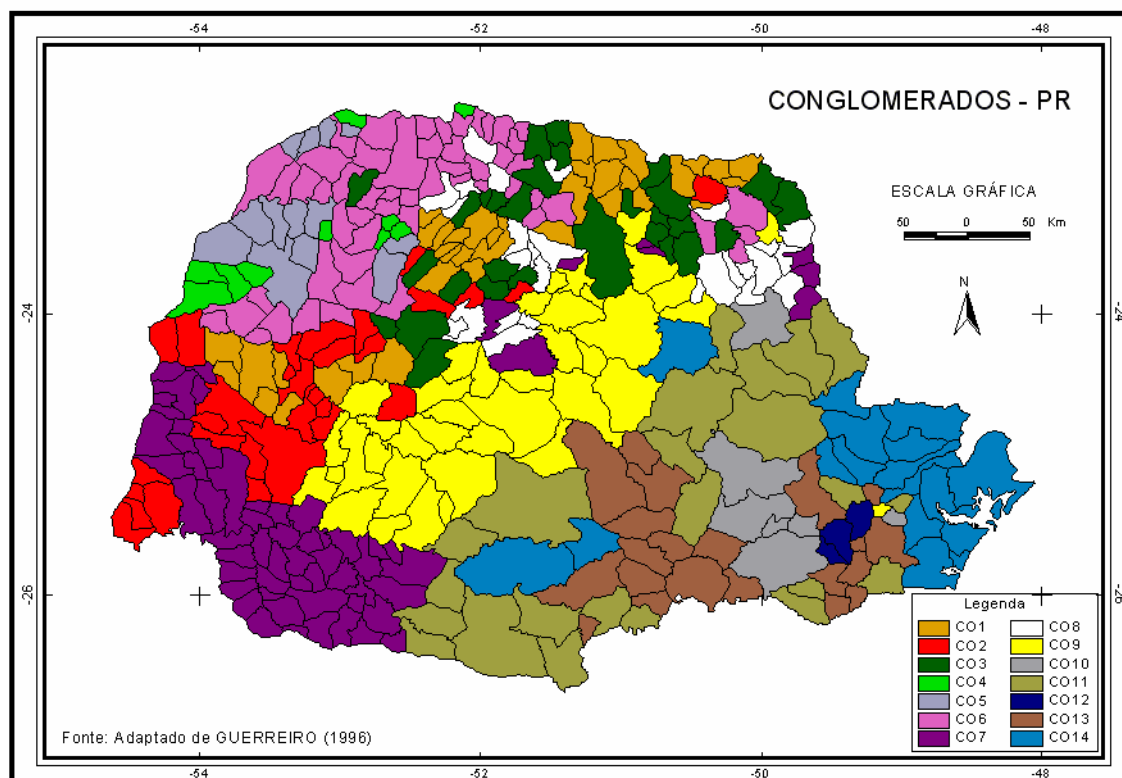
coincidências restritivas do meio natural, em termos regionais, para atividade agrícola, realmente influenciaram no sentido de transformar a região com maiores restrições naturais numa grande área de baixa ocupação agropecuária. Isso não quer dizer que a partir de um determinado patamar tecnológico, não apenas baseado no modelo da Revolução Verde, mas também de outros modelos alternativos, essa região não possa intensificar a sua produção, como de fato aconteceu a partir da difusão do modelo modernizante em espaços específicos e no que se refere a determinados produtores. No entanto, o que se quer enfatizar nesse ponto é que, em mantidas as condições de uma agricultura tecnicamente tradicional, os fatores limitantes tornam-se decisivos, ajudando a tornar a região uma área de baixa ocupação agropecuária.

Nesses termos, é preciso observar os dados sobre a produtividade do trabalho e, no caso, principalmente, da terra. GUERREIRO realizou um estudo sobre essa questão, no Paraná, a partir de uma análise regionalizada, baseada no Censo Agropecuário de 1985. Não se pode esquecer que os dados desse censo incorporam a difusão do modelo de agricultura moderna, inclusive no Paraná Tradicional, mesmo considerando que a difusão nessa região foi tardia e menos intensa.

A regionalização dos resultados dessa pesquisa, considerou a proposta de caracterização e tipificação das estruturas agrárias paranaenses proposta pelo IAPAR, que divide a estrutura agrária estadual em 14 tipos de estruturas agrárias regionais, as quais são denominadas de conglomerados (CO). Com essa tipificação, “a análise é usada para construir classes ou grupos, de maneira que as diferenças entre os elementos de um conglomerado sejam mínimas, e as diferenças entre conglomerados sejam máximas” (GUERREIRO, 1996, p.21). Assim, os conglomerados são áreas que apresentam uma estrutura produtiva rural relativamente homogênea (Mapa 9).

Os conglomerados estão numerados de 1 a 14, e ao se analisar a distribuição espacial deles, verifica-se que os conglomerados de 1 a 8 espalham-se pelas regiões Norte e Sudoeste; e os de 9 a 14, pelo Paraná Tradicional. Esses conglomerados não podem ser considerados regiões na acepção do termo, conforme a tradição lablachiana, porque não são áreas que preservam uma continuidade espacial. Assim, determinadas áreas do mesmo tipo de conglomerado estão separadas por áreas de outros conglomerados. Mas isso acontece em poucos casos e não chega a prejudicar a pertinência regional dos resultados, pois na maioria dos casos os conglomerados confundem-se com as regiões definidas em termos histórico-geográficos.

MAPA 9 – MAPA DOS CONGLOMERADOS



Os resultados finais do estudo não deixam dúvidas. Os conglomerados de 1 a 8 apresentam melhores índices de produtividade do que os conglomerados de 09 a 14. GUERREIRO, ao comparar os resultados do seu estudo, com o mapa de aptidão agrícola do solo no Paraná, concluiu que, “enquanto a produtividade da terra foi em média 2,79 vezes maior nos conglomerados de melhor aptidão agrícola (CO1 a CO 8), comparada aos conglomerados de menor aptidão agrícola (CO9 e C14), a produtividade do trabalho foi 1,54 vezes maior naqueles conglomerados” (GUERREIRO, 1996, p.33). Nesse ponto, é preciso enfatizar: os conglomerados com menor aptidão agrícola e, destarte, com piores índices de produtividade, dominam o Paraná Tradicional. Em outras palavras, os índices de produtividade em geral são melhores no Sudoeste e no Norte.

Na mesma região na qual os conglomerados obtiveram os piores resultados existem duas exceções. A primeira, é o conglomerado (C 11) que corresponde as áreas dos campos de Ponta Grossa e de Guarapuava, nas quais a produtividade do trabalho é de 8,49, superior a média do estado, que é de 7,36. Trata-se do único conglomerado inserido no Paraná Tradicional que apresentou índice superior a média estadual nesse item. A segunda exceção é um conglomerado localizado na RMC (C 12), que apresenta uma produtividade da terra de 1,59, superior a média do estado que é de 0,97. Também é o único da mesma região com índice superior a média do estado. O primeiro corresponde a uma área de predomínio de campos e de reflorestamentos, com ocorrência de pousios, alta desigualdade no acesso à terra, percentual significativo de força de trabalho contratada permanente, com importante pecuária leiteira intensiva e forte quimificação e mecanização agrícola. A pequena densidade de população rural própria dessa estrutura agrária regional aliada a uma alta tecnificação gerou alta produtividade do trabalho. Por outro lado, a produção concentra-se em médias e grandes propriedades, fazendo com que a produção relativamente elevada no âmbito regional encontre uma extensão do fator terra superior, em média, ao que é encontrada nas regiões de intensa



utilização do solo, como o Sudoeste e Norte. Isso resulta numa baixa produtividade da terra. Já o segundo conglomerado, localizado nas cercanias de Curitiba, corresponde a uma área pouco extensa, na qual há uma pecuária de leite tecnificada (bacia leiteira), importante hortifruticultura (cinturão verde), alta incidência de pequenas propriedades com utilização de insumos e de máquinas. Como a produção é conseguida em propriedades pequenas, com alta densidade de população rural, a produtividade da terra é elevada, enquanto a do trabalho não é tão significativa. De qualquer forma, o importante é comprovar que bons índices no Paraná Tradicional são exceções, o que significa um dado bastante esclarecedor no sentido de se verificar que os elementos do meio natural têm uma parcela de influência no processo endógeno de desenvolvimento rural de diferentes regiões. Além disso, se é possível afirmar que o PRO-RURAL não conseguiu acelerar, nos níveis que se pretendia, o desenvolvimento rural da região mais “atrasada” do Paraná, da mesma forma, outros vetores exógenos, como o projeto de desenvolvimento paranaense e, de forma mais específica e significativa, a política de modernização agrícola, ambos com objetivos homogeneizadores, não conseguiram reverter as diferenças inter-regionais do Paraná, mesmo no que se refere a índices tipicamente técnico-produtivos, o que indica, como se sustenta na tese, que elementos endógenos apresentam-se como decisivos, mesmo diante de fortes estímulos externos, na definição das trajetórias regionais de desenvolvimento rural.

#### 4.2 FRAGMENTAÇÃO POLÍTICA E PODER OLIGÁRQUICO

Na busca por identificar e analisar aspectos da trajetória observada no Paraná Tradicional, que não foram considerados ou não foram bem entendidos pelos diagnósticos e avaliações que instruíram a elaboração dos programas governamentais dirigidos para o espaço rural do estado, em especial o PRO-RURAL, procura-se destacar neste item um fator político: a fragmentação territorial municipal.

Como afirma SCUSSEL, esse tema, aparentemente, resume-se a “uma questão político-administrativa apenas”, mas como demonstra a autora, “a criação de um novo município acarreta não somente uma transformação em nível da gestão local, mas uma série de implicações de caráter político, econômico, sócio-cultural” (SCUSSEL, 1998, p.112). Dessa forma, há, para ficar num exemplo que interessa, uma questão de representação e participação política relacionada ao processo.

No Paraná, os dados são muito eloqüentes, demonstrando que no Paraná Tradicional a fragmentação territorial dos municípios, foi bem menos significativa do que a observada nas grandes regiões Norte e Sudoeste. Com isso, os municípios daquela região são os mais extensos do Paraná. Os dados da tabela 1 comprovam isso de forma inequívoca, como também o mapa 10 da divisão política, no qual se pode visualizar que os limites dos grandes municípios praticamente coincidem com os limites do Paraná Tradicional. Assim, o tamanho médio dos municípios dessa região é de 874 km<sup>2</sup>, enquanto no Sudoeste é de 396 km<sup>2</sup> e no Norte é de 364 km<sup>2</sup>.

TABELA 1 - ÁREA, DENSIDADE POPULACIONAL, NÚMERO DE MUNICÍPIOS, PARTICIPAÇÃO NA POPULAÇÃO TOTAL DO ESTADO E GRAU DE URBANIZAÇÃO, SEGUNDO GRANDES REGIÕES E MESORREGIÕES DO PARANÁ (1996)

Grandes regiões e mesorregiões	Área (Km <sup>2</sup> )	Número de Municípios	Tamanho médio dos Municípios (Km <sup>2</sup> )	Densidade (hab./km <sup>2</sup> )	População Pop. total (%)	Grau de urbanização (%)
PARANÁ TRADICIONAL	88.298	101	874			
Centro-Sul	26.506	29	914	19,88	5,85	54,80
Sudeste	16.977	21	808	21,26	4,01	49,40
Centro-Oriental	21.952	14	1568	26,47	6,45	77,71
Metropolitana	22.863	37	618	119,60	30,37	89,80
SUDOESTE	34.527	87	396			
Oeste	22.840	50	457	47,22	11,98	77,20
Sudoeste	11.687	37	316	40,42	5,25	53,86
NORTE	76.897	211	364			
Noroeste	15.799	46	343	34,19	6,00	69,73
Centro Ocidental	24.556	79	311	70,21	19,15	84,79
Norte Central	24.600	61	403	25,56	6,98	74,86
Norte Pioneiro	11.942	25	478	29,83	3,96	67,72
TOTAL GERAL	199.722,00	399	500			

FONTE: IPEA. **Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil:** Redes-urbanas regionais. Sul Brasília: IPEA, 2000, v. 6

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

Relacionando esse fato a questão da luta pelo poder, pode-se afirmar que a emancipação política de um distrito municipal significa que um determinado grupo político conseguiu libertar-se do domínio político que era exercido por um outro grupo. CIGOLINI (1999) estudou o processo no Paraná e constatou que os argumentos defendidos nos projetos de emancipação são questionáveis e não encontram respaldo na realidade local. Por exemplo, um dos argumentos mais utilizados, é que o novo município apresenta condições econômicas favoráveis para se tornar autônomo, no sentido de que ele teria condições “para andar com as próprias pernas”. CIGOLINI refutou esse argumento, observando que no Paraná só se confirmou esse fato em relação a dois dos setenta e seis casos de emancipações recentes examinados (CIGOLINI, 1999). Isso o levou a identificar as razões da fragmentação territorial no âmbito da luta pelo controle do poder político. Isso porque, o município é uma jurisdição territorial, no sentido político que assume o território, como espaço de poder.<sup>72</sup>

<sup>72</sup> HAESBAERT E LIMONAD (1999) defendem que as abordagens conceituais de território apresentam três vertentes: a econômica; a cultural; e a política. Essa última é a vertente considerada por CIGOLINI (1999).

MAPA 10 – DIVISÃO POLÍTICA DO PARANÁ



CIGOLINI conclui que a criação de municípios corresponde a um processo político, que perpassa duas questões centrais: a representatividade política e a alocação de recursos. Evidentemente, o grupo que lidera o processo de emancipação acaba conseguindo, na maioria dos casos, a apropriação da representação política local, em detrimento do grupo que a detinha, o qual, normalmente, tem como base político-domiciliar a sede municipal. Os novos representantes políticos locais aparecem perante a população do novo município, como uma representação política que permitiu uma maior proximidade com as instâncias efetivas de poder, o que, segundo as reclamações mais comuns, não acontecia na situação pré-existente, quando essa população permanecia esquecida no interior do antigo município.

Ao analisar o processo no Paraná Tradicional, centrado na questão da representação e participação política, fica evidente que o menor número de emancipações municipais observado nessa região tem suas raízes na própria estrutura política regional. Nesse caso, o que se pode destacar é que o poder político estabelecido ainda hoje nessa região é fortemente oligárquico, concentrado nas mãos de poucas famílias tradicionais, normalmente, grandes proprietárias de terras. A classe política que materializa esse poder, não tinha expressão apenas regional, porquanto dominou a política estadual até bem recentemente. OLIVEIRA comprovou a abrangência e a permanência desse poder no Paraná, até o momento no qual começaram a ganhar importância política, atores não ligados, genealogicamente falando, às classes dominantes tradicionais<sup>73</sup>, cujo berço é o Paraná Tradicional (OLIVEIRA, 2001).

Com essa classe politicamente dominante centralizada nessa região, certamente, as dificuldades para abertura de novos canais de representação política, mais próximos da população das comunidades rurais baseadas em determinados distritos municipais, tornaram-se muito mais difíceis, o que acabou por influenciar os níveis da participação política

<sup>73</sup> Só em 1965, foi eleito pela primeira vez, um governador não originário da classe dominante tradicional do Paraná – Paulo Pimentel ( OLIVEIRA, 2001, p.353-354).

regional. Além de um menor número de movimentos de emancipação, pôde-se comprovar também que, os índices de abstenções nas últimas eleições são maiores no Paraná Tradicional, conforme os dados oficiais informados pelo Tribunal Regional Eleitoral e divulgados pelo IBGE(2003).

No âmbito ainda da participação política, e considerado especificamente os níveis de cooperativismo, associativismo e sindicalismo, diversos trabalhos comprovam que no Paraná Tradicional esses níveis são menores do que o encontrado nas demais regiões. FLEISCHFRESSER destaca isso ao avaliar o desempenho institucional e operacional do programa Paraná Rural, quando verificou que todas as instâncias de participação direta e local dos produtores e agentes públicos em geral funcionaram melhor nas regiões Sudoeste e Norte, em relação ao Paraná Tradicional (FLEISCHFRESSER, 1999, p.119). Um outro trabalho verificou que em alguns municípios dessa região polarizados por Guarapuava e Pitanga, por exemplo, “as cooperativas (...) são menos dinâmicas”, enquanto que em municípios próximos, mas pertencentes ao Sudoeste, “o cooperativismo, o sindicalismo é mais atuante (...) sendo que os sindicatos dos trabalhadores rurais são mais dinâmicos e reivindicatórios” (PARANÁ, 1978, p.26-27).

Considerando que os índices de participação política e cívica de um território regional são fundamentais na definição dos níveis de capital social regional, pode-se até concluir que o capital social do Paraná Tradicional é menor do que o das outras regiões do estado. Nessa região, mais do que a base cultural, a dimensão política tem um peso maior na explicação desse fato. Resgatando o debate entre culturalistas e neo-institucionalistas sobre as explicações baseadas no conceito de capital social e considerando o caso dessa região, pode-se reconhecer a força do argumento central desses últimos, os quais defendem que baixos níveis de capital social explicam-se pela existência de estruturas políticas que não permitem a construção de canais mais efetivos de representação e participação política, tendo em vista uma atuação estatal autoritária, centralizada e não qualificada para a tarefa que lhe seria própria, que é a de funcionar como o centro gerador de um ativismo institucional que desobstruísse esses canais (ABU-EL-HAJ, 1999).

Estudos aprofundados como o de OLIVEIRA (2001) indicam que, no Paraná Tradicional, o poder oligárquico é o grande responsável pelos baixos níveis de participação política constatados. Nesse caso, o reduzido índice de fragmentação política funcionou como um sinal indicando que há uma dificuldade nessa região para formar novas lideranças políticas mais próximas das comunidades locais, baseadas nos distritos municipais. Como essas pequenas comunidades são notadamente rurais<sup>74</sup>, esse fato relaciona-se diretamente com a questão do desenvolvimento rural regionalmente ou localmente considerado.

Um outro fato que corrobora essa conclusão pode ser constatado na tabela 2, que indica como, em termos gerais, os índices educacionais são melhores no Paraná Tradicional do que no Norte. Assim, a menor participação política na primeira região não se explica pelos dados educacionais, o que reforça a raiz política do problema. Por outro lado, a razão para os bons níveis educacionais, inclusive no interior do Paraná Tradicional, em mesorregiões fortemente rurais, pouco dinâmicas economicamente e com problemas sérios de pobreza e desigualdade social, deve-se a colonização européia que ocorreu nessa região, que fixou uma população com tradições educacionais mais sólidas do que a que se pode constatar entre os colonos nacionais que se fixaram na região Norte do Paraná.

---

<sup>74</sup> SANTOS (1993) e VEIGA (2002) criticam a classificação do IBGE para população urbana e rural. Na tese mantemos a classificação oficial.

TABELA 2 - RENDA MÉDIA FAMILIAR, PROPORÇÃO DE CHEFES DE DOMICÍLIO COM RENDA ATÉ 2 SALÁRIOS MÍNIMOS, POPULAÇÃO ALFABETIZADA DE 15 ANOS E MAIS ESCOLARIDADE MÉDIA, SEGUNDO GRANDES REGIÕES E MESORREGIÕES DO PARANÁ (1991)

Grandes regiões e mesorregiões	Renda Familiar (em cruzeiros)	Chefes de Domicílio c/renda até (2sm) (%)	População Alfabetizada c/15 anos e mais (%)	Anos de Estudo
<b>PARANÁ TRADICIONAL</b>				
Centro-Sul	29.053,88	63,78	80,65	4,03
Sudeste	27.764,61	65,57	87,75	4,34
Centro-Oriental	37.939,46	50,00	84,45	4,04
Metropolitana	38.429,43	31,98	91,28	4,42
<b>SUDESTE</b>				
Oeste	36.200,25	46,59	86,20	4,25
Sudoeste	30.372,37	60,74	84,09	4,50
<b>NORTE</b>				
Norte Pioneiro	33.133,06	58,79	76,90	4,07
Norte Central	35.834,27	45,96	83,88	4,14
Nordeste	30.694,65	59,11	79,18	3,85
Centro-Occidental	31.874,42	58,73	77,96	3,77

FONTE: IPEA. **Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil:** Redes urbanas regionais.

Sul Brasília: IPEA, 2000. v.6.

O que é de se destacar ainda, é que um bom nível educacional não resultou num melhor padrão econômico. Observa-se que as mesorregiões do Paraná Tradicional com índices educacionais relativamente elevados em âmbito estadual, como a centro-sul e sudeste, apresentam os piores desempenhos em termos de renda familiar. Por sua vez, outras mesorregiões da região têm seus índices de renda influenciados pela forte concentração industrial que contemplam essas áreas, como no caso da RMC, o que resulta na elevação desses índices. Essa concentração industrial será objeto de uma análise específica.

Para explicar os baixos níveis de renda familiar no Paraná Tradicional, a questão política destacada neste item do trabalho também é importante. De certa forma, é o que defende CIGOLINI (1999), ao propor que a criação de novos municípios corresponde a um processo político, que se relaciona não apenas com o problema da representatividade política, mas também com a questão da alocação de recursos. Nesses termos, tanto o trabalho de CIGOLINI quanto a pesquisa de SCUSSEL (1998) – o primeiro sobre as emancipações no Paraná; o segundo, sobre o mesmo processo no Rio Grande do Sul – comprovam que os novos municípios e toda a região na qual eles se localizam, passam a receber proporcionalmente mais recursos públicos em termos estaduais com as emancipações municipais, o que resultou em ganhos econômicos e sociais concretos, materializados em novos investimentos educacionais, infra-estruturais e em saúde pública, entre outros. Assim, pode-se concluir que as regiões nas quais as emancipações não foram significativas, não puderam contar com os recursos derivados desse processo, o que, certamente, produziu alguma influência nos índices econômicos e sociais, principalmente nos pequenos municípios tipicamente rurais.

No entanto, não se está propondo nenhuma relação unívoca entre desempenho econômico-social e fragmentação territorial, mas apenas colocando essa relação como mais

um elemento a caracterizar o processo endógeno de desenvolvimento rural do Paraná Tradicional, integradas a outras, como a já analisada influência dos aspectos naturais, e as que ainda serão abordadas neste capítulo: a dinâmica demográfica, agrária e industrial. Nunca é demais lembrar que o objetivo não é discutir diferentes níveis de desenvolvimento ou subdesenvolvimento regionais em si mesmos, mas sim perscrutar trajetórias regionais de desenvolvimento rural.

#### 4.3 EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA E REESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL

Um outro ponto que se destaca refere-se a evolução demográfica. Esse é um ponto básico para marcar diferentes trajetórias territoriais. A tabela 3 que trata da evolução da população total do Paraná, dividido em grandes e mesorregiões, mostra que o Norte sofreu uma reversão populacional marcante. De uma região de crescimento para uma região que passou a perder população. Assim, essa região que, em 1970, detinha 53,87% da população absoluta do estado, sofreu uma redução demográfica que reduziu esse percentual para 35,1%. Certamente, essa menor participação relaciona-se também ao crescimento populacional ocorrido no Paraná Tradicional.

TABELA 3 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL DO PARANÁ, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E MESORREGIÕES, EM 1970, 1991 E 2000 (EM MILHARES).

Grandes regiões e mesorregiões	1970	1991	2000	Crescimento (%)		Participação (%)	
				70/91	91/00	1970	2000
PARANÁ TRADICIONAL	2.006	3.702	4.586	84	24	28,9	48,1
Centro-Oriental	355	547	623	54	14	5,1	6,5
Centro-Sul	332	500	533	51	7	4,8	5,6
Sudeste	268	348	377	3	8	3,8	3,9
Metropolitana	1.051	2.307	3.053	119	32	14,2	32,1
SUDOESTE	1.203	1.469	1.610	22	10	17,3	16,8
Oeste	752	991	1.138	32	15	11,8	11,9
Sudoeste	451	478	472	6	-1	6,5	4,9
NORTE	3.735	3.289	3.365	-12	2	53,8	35,1
Noroeste	963	655	641	-32	-2	13,9	6,7
Centro Ocidental	546	446	347	-18	-23	7,8	3,6
Norte Central	1.522	1.633	1.829	7	12	22	19,1
Norte Pioneiro	704	555	548	-14	-1	10,1	5,7
Total Paraná	6.944	8.460	9.561	22	13	100	100

FONTE: IBGE (Censos Demográficos)

NOTA: Dados organizados pelo autor.

No Norte, a única mesorregião na qual a população cresceu foi a Norte Central. A explicação para isso, encontra-se no fato que é nessa área que se localizam os dois maiores centros urbanos do Norte: Londrina e Maringá. A urbanização foi um processo decisivo dentro da dinâmica demográfica estadual. Como também o êxodo rural. Assim, a evolução demográfica geral só é perfeitamente compreensível ao se observar também a evolução da população urbana e rural.

Como um pólo oposto ao Norte, o Paraná Tradicional manteve um crescimento demográfico entre 1970 e 2000. Esse crescimento foi muito mais acentuado entre 1970 e

1991, mas não deixou de ser importante entre 1991 e 2000. A RMC destacou-se nesse processo. Em 1970, tinha uma população 1.050.000 habitantes. Essa população salta para 3.053.000 habitantes. Com isso, a participação percentual que era de 14,2 da população total, saltou para 32,1. Assim, a RMC abriga, praticamente, um terço da população do Paraná. O que se pode concluir, é que inserido no processo de urbanização há um outro, que é a metropolização. Isso corresponde à concentração da população na metrópole regional. A metropolização é a maior responsável pelo aumento da participação demográfica do Paraná Tradicional, mas não é a única, haja vista que as demais mesorregiões também apresentaram crescimento, muito embora na mesorregião sudeste esse crescimento não tenha sido significativo. Isso é compreensível, na medida que essa é a única mesorregião que não tem um centro urbano com mais de 100.000 habitantes e que pudesse promover a centralização da atração populacional. Na mesorregião centro-oriental isso foi feito por Ponta Grossa e na centro-sul por Guarapuava. Essa explicação serve também para o Sudoeste. Essa grande região que no geral manteve-se numa posição estável em termos relativos, no seu interior mostrou uma mesorregião com crescimento bastante acentuado: a mesorregião oeste. Nessa mesorregião, localiza-se Cascavel e Foz do Iguaçu que são centros urbanos que centralizam o crescimento populacional, enquanto a mesorregião sudeste não tem um centro urbano do mesmo porte, mantendo uma situação demográfica estável.

Sem dúvida, é a dinâmica agrícola que esvazia o campo, e o crescimento populacional que ocorreu em algumas regiões dependeu, de forma mais significativa, da existência de centros urbanos capazes de polarizar esse crescimento. Esse processo que foi fundamental desde 1970 até os dias atuais, é visto também como a tendência que permanecerá segundo as conclusões de um estudo sobre as redes urbanas regionais da região sul do Brasil: “o crescimento diferenciado, em grande parte influenciado pela localização de oportunidades econômicas, provocará uma distribuição espacial da população centrada na urbanização e na concentração” (IPEA, 2000, p.89).

Uma outra conclusão é que, independente da metropolização, a trajetória do Paraná Tradicional foi de crescimento, enquanto a do Norte foi de esvaziamento. O Sudoeste embora tenha apresentado crescimento demográfico, esse não foi suficiente para alterar a sua posição relativamente, muito embora a região tenha diminuído um ponto percentual. Aqui, parte-se para analisar essa dinâmica demográfica observando as evoluções específicas da população urbana e da rural. É nessas evoluções que se encontram as explicações efetivas desse processo.

A tabela 4, indica o quanto generalizado foi o crescimento urbano no estado. Considerando todas as mesorregiões do estado, só a mesorregião centro-ocidental apresentou decréscimo da população urbana no período de 1991 a 2000. Isso se explica pelo fato dela não apresentar um centro urbano com mais de 100 mil habitantes e se localizar entre mesorregiões com centros urbanos de forte atração populacional como Londrina e Maringá no norte central e Cascavel no oeste. Em segundo lugar, o crescimento das demais mesorregiões, as quais embora apresentem um crescimento populacional significativo em todo o período, não se movem na classificação percentual ou o fazem negativamente, com exceção da mesorregião oeste que aumenta a sua participação percentual de 6,0, em 1970, para 11,9, em 2000.

TABELA 4 –EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA DO PARANÁ, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E MESORREGIÕES, EM 1970,1991 E 2000 (EM MILHARES).

Grandes regiões e mesorregiões	1970	1991	2000	Crescimento (%)		Participação		
				70/91	91/00	1970	1991	2000
PARANÁ TRADICIONAL	1.105	2.873	3.796	160	32	44,3	46,9	48,9
Centro-Oriental	183	404	506	121	56	7,3	6,6	6,5
Centro-Sul	81	242	324	199	34	3,2	4,0	4,1
Sudeste	75	154	202	51	105	3,0	2,5	2,6
Metropolitana	766	2.073	2.764	171	33	30,8	33,8	35,7
SUDOESTE	228	943	1.212	313	28	9,1	15,4	15,5
Oeste	149	717	929	381	30	6,0	11,7	11,9
Sudoeste	79	226	283	186	25	3,1	3,7	3,6
NORTE	1.170	2.320	2.774	98	19	46,6	37,7	35,6
Noroeste	253	442	495	75	12	10,1	7,2	6,3
Centro Ocidental	102	293	251	187	-14	4,0	4,8	3,2
Norte Central	607	1.232	1.617	103	31	24,2	20,0	20,8
Norte Pioneiro	208	353	411	70	16	8,3	5,7	5,3
Total Paraná	2.503	6.136	7.782	145	27	100	100	100

FONTE: IBGE (Censos Demográficos)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

Como já se afirmou, mas é preciso enfatizar, esse crescimento generalizado da população urbana no Paraná explica-se primordialmente pelas transformações acontecidas no espaço rural. A explicação dos fenômenos localizados geograficamente, ou seja, nos centros urbanos, relaciona-se às condições das oportunidades econômicas que eles oferecem. Para a tese, importa principalmente a explicação do fenômeno geral, porque ela se relaciona diretamente ao desenvolvimento rural do estado.

Ao se observar a tabela 5 fica bastante evidente determinadas trajetórias específicas. A primeira delas é a da grande região Norte. O que se tem é uma diminuição generalizada extremamente significativa da população rural. Essa população era 2.564.000 habitantes, em 1970, e passou para 588.000 habitantes, em 2000. Dessa forma, 1.976.000 habitantes deixaram de residir no espaço rural da região e tomarão diversos destinos. Isso corresponde a, praticamente, 75% de toda a população do estado que teria deixado de residir no espaço rural, que foi de 2.666.000. É evidente que essa relação não pode ser levada em consideração ao pé da letra, porquanto uma parte da população que deixou o espaço rural da região Norte alojou-se no meio rural de outras regiões do estado, mas isso não foi um processo que envolveu contingentes tão elevados assim. Então, de qualquer forma, o peso do esvaziamento populacional do espaço rural da região Norte foi realmente o fenômeno sócio-território mais significativo que aconteceu no estado, ao lado da metropolização. Sem dúvida, esse processo relaciona-se ao processo de modernização da agricultura promovido como um vetor exógeno pelo Estado, via o governo federal. Para o Norte isso significou, antes de tudo, um processo de reconversão produtiva que acionou um modelo no qual o pequeno estabelecimento agrícola, principalmente administrado por não-proprietários, viu diminuir, em muito, as suas oportunidades de inserção econômica. Principalmente, pela diminuição da área cultivada com café, que era a cultura que viabilizava, de forma efetiva, a existência desses pequenos estabelecimentos. A população rural do Norte que engrossou um fluxo migratório de proporções bastante acentuadas, certamente, foi a maior parte da população que tornou o processo de metropolização significativo no estado. De outra forma, as outras regiões não tinham contingente populacional no nível do que foi envolvido nesses processos. Assim, esse



esvaziamento populacional e a metropolização são faces da mesma moeda : uma face que diminuiu as oportunidades ao largo do espaço rural de uma região, pela via de um modelo de desenvolvimento rural; e uma outra face que concentrou oportunidades de empregos, pela via de um determinado modelo de industrialização.

TABELA 5 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL DO PARANÁ, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E MESORREGIÕES, EM 1970 E 2000 (EM MILHARES).

Grandes regiões e mesorregiões	1970	1991	2000	Crescimento (%)		Participação		
				70/91	91/00	1970	1991	2000
PARANÁ TRADICIONAL	902	828	788	-8,2	-4,8	20,2	37,2	44,5
Centro-Oriental	173	143	117	-17,3	-18,2	3,9	6,4	6,6
Centro-Sul	251	258	208	2,8	-19,4	5,6	11,6	11,7
Sudeste	193	194	175	0,5	-9,8	4,3	8,7	9,9
Metropolitana	285	233	288	-18,2	23,6	6,4	10,5	16,3
SUDOESTE	974	526	398	-46,0	-24,3	21,9	23,7	22,4
Oeste	603	274	209	-54,6	-23,7	13,6	12,3	11,8
Sudoeste	371	252	189	-32,1	-25,0	8,3	11,4	10,6
NORTE	2.564	863	588	-66,3	-31,9	57,9	39,1	33,1
Noroeste	709	213	146	-70,0	-31,4	16,0	9,6	8,2
Centro Ocidental	445	152	95	-65,8	-37,5	10,0	6,8	5,3
Norte Central	914	300	211	-67,2	-29,7	20,7	13,8	11,9
Norte Pioneiro	496	198	136	-60,0	-31,3	11,2	8,9	7,7
Total Paraná	4.440	2.217	1.774	-50,1	-20,0	100	100	100

FONTE: IBGE (Censos Demográficos)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

A grande região Sudoeste apresentou os mesmos fenômenos do Norte, com índices menores, mas ainda muito significativos de diminuição da população rural, indicando que a tendência era a mesma, o que permite concluir que a trajetória regional das duas regiões são convergentes. As trajetórias dessas duas grandes regiões não foram absolutamente iguais, porque no Sudoeste não se cultivava café, portanto nunca houve nessa região contingentes de não-proprietários muito significativos, como se verá quando se analisar, a dinâmica das estruturas agrárias regionais especificamente. Além disso, o cultivo da soja já acontecia no Sudoeste, em padrões tradicionais, antes da difusão dessa cultura no padrão moderno. (GERMER, 1982). Enfim, a um outro ponto que diferencia os casos das duas grandes regiões, mas não influi na convergência das trajetórias territoriais, que é o contingente populacional pré-existente. Enquanto no Sudoeste as transformações passaram a incidir num contingente populacional de 974.000 pessoas, no Norte partiram de um patamar de 2.564.000 habitantes. Só isso já fornece uma significância maior ao caso do Norte, o que ainda é mais acentuado, pelos índices maiores apresentados por essa região.

Uma trajetória regional diferente aconteceu no Paraná Tradicional. Em primeiro lugar, é possível constatar que como fenômeno geral à diminuição da população rural também aconteceu, mas numa proporção muito menor. Assim, fica absolutamente claro que os índices gerais da diminuição entre as grandes regiões são desproporcionais: de um lado índices bastantes elevados no Norte e Sudoeste; e moderados no Paraná Tradicional. Isso é fácil de entender ao se observar os índices negativos do Paraná Tradicional que variaram de 9,8 a 19,4. Esses índices **nunca** foram superiores aos observados nas outras mesorregiões do estado, considerando os dois períodos.

Um fato ligado a trajetória do Paraná Tradicional relacionado a esses números, que sempre chama atenção, é o crescimento da população rural nas mesorregiões centro-sul e sudoeste. No relatório de avaliação do PRO-RURAL, elaborado pelo IPARDES em 1992, essa questão é destacada. Ele indica que nesse período essa parte do Paraná Tradicional funcionou como uma fronteira agrícola interna, de pequenas proporções, na qual uma pequena parte dos produtores rurais desalojados nas outras grandes regiões, encontrou possibilidades de recriar as condições para a sua reprodução social. Pelo contingente populacional envolvido é um processo que não se compara em magnitude ao esvaziamento observado no Norte, mas ele indica que havia pontos de partida diferentes e que diante de estímulos externos únicos as respostas foram distintas qualitativamente e quantitativamente. Isso não deixa de ser válido em relação a todo o Paraná Tradicional, já que mesmo nas mesorregiões que sofreram redução no contingente populacional do espaço rural, essa redução não foi tão significativa quando comparada com as demais grandes regiões e mesorregiões.

Mas nada chama mais atenção na evolução da população rural no Paraná Tradicional, do que o índice de crescimento apresentado pela RMC, entre 1991 e 2000, que foi de 23,6%. Ora, justamente no espaço da metropolização observa-se um aumento significativo da população rural. Certamente, isso se relaciona as oportunidades econômicas, no segmento agropecuário, geradas pela própria aglomeração populacional. Assim, a agropecuária que se viabiliza nesse espaço é a descrita, no conglomerado 12, conforme tipificação do IAPAR, já analisada no item 4.1 deste capítulo, e que GUERREIRO destacou como de alta produtividade da terra e boa produtividade do trabalho, que é insulada regionalmente por padrões com características bem diferentes. Por outro lado, isso só foi possível em virtude de pelo menos duas características territoriais da RMC: em primeiro lugar, a existência de relativamente grandes (para padrões metropolitanos) extensões de áreas rurais nessa região<sup>75</sup>; em segundo lugar, pela existência de uma agricultura familiar típica, que remonta o padrão de colonização européia implantado no final do século XIX, baseado na instalação de colônias em torno de Curitiba (BALHANA et al. 1968).

Ora, tudo isso acontecendo no centro do que ROLIM (1995) chamou de Paraná Urbano. Ao mesmo tempo, que o maior esvaziamento populacional do espaço rural marca coincidência espacial com a área que ele denomina de Paraná do Agrobusiness. No primeiro caso, a análise setorial que fundamenta o seu estudo é que não lhe permitiu observar que territorialmente, o que foi constatado em termos setoriais, expressa-se de uma forma mais complexa e bem específica. Assim, além da RMC toda a faixa sul-sudeste que ele inclui no Paraná Urbano, aponta para uma resistente permanência ou recriação das atividades rurais – mais agrícolas do que não-agrícolas, mantendo a ruralidade como algo significativo em termos regionais. A tabela 1 demonstra isso na medida que algumas das mesorregiões que compõem o tal Paraná Urbano apresentam graus de urbanização dos mais baixos do estado e também as densidades demográficas mais reduzidas. São, exatamente, as mesorregiões centro-sul e sudoeste<sup>76</sup>. A partir deste ponto, parte-se para analisar o contexto no qual esse espaço econômico foi considerado como Paraná Urbano, que, certamente, relaciona-se ao modelo de industrialização concentrada que dominou o Paraná nas últimas décadas.

---

<sup>75</sup> Segundo o estudo do IPEA (2000), realizado em conjunto com o IPARDES, na RMC, dos 37 municípios que a forma, 15 são “rurais de pequena dimensão”, mesmo considerando a metodologia do IBGE, veementemente criticada por Veiga (2002).

<sup>76</sup> ABRAMOVAY(1999) e VEIGA (2002) confirmam que nada marca mais a ruralidade do que as baixas densidades demográficas.

#### 4.4 INDUSTRIALIZAÇÃO CONCENTRADA E DESENVOLVIMENTO RURAL

O que se pretende examinar é como o projeto de desenvolvimento paranaense influencia na problemática do desenvolvimento rural no Paraná, enfocado regionalmente. O que se denomina de projeto de desenvolvimento paranaense começou a ser definido e implementado no Governo de Ney Braga no início da década de 1960.

ROLIM afirma que esse foi o segundo grande projeto de desenvolvimento implementado no Paraná (ROLIM, 1995). O primeiro foi o do governo Lamenha Lins, no final do século XIX, no qual se destacou a política de colonização estrangeira, baseada na agricultura familiar, com a preocupação principal de abastecer os centros urbanos (Curitiba), ao mesmo tempo em que viabilizava a fixação desses imigrantes.

O segundo grande projeto, visava apresentar o Paraná como um estado importante da Federação e fixar as bases da integração dos “três Paranás”. Finalmente, “independente dos seus equívocos, tinha uma proposta clara, um objetivo para o Paraná, e uma estratégia para atingi-lo” (ROLIM, 1995, p.87).

MAGALHÃES FILHO defende que esse projeto significou uma grande articulação de forças político-econômicas, que permitiu uma redefinição do “bloco de poder político” (MAGALHÃES FILHO, 1995, p.18) detentor do comando do estado. Nesse momento, segundo esse mesmo autor, “o Estado ganha, no Paraná, a configuração que mantém basicamente até hoje, não apenas pelo leque de aparelhos e instrumentos criados para fomentar o desenvolvimento econômico e a atender as demandas sociais, como também pelos padrões de eficiência de ação de muitos desses aparelhos (1995, p.18).

O que se sustenta é que, nesse primeiro momento do governo Ney Braga, esse projeto tentou driblar o papel periférico que estava reservado ao Paraná no projeto de industrialização brasileira, com uma proposta de desenvolvimento relativamente autônoma, o que significava, efetivamente, um projeto paranaense de desenvolvimento, não obstante a tentativa inserida nesse projeto de promover um processo de substituição de importações, nos moldes do projeto de industrialização brasileira. Esse desejo de autonomia foi sustado pelo movimento centralizador e autoritário que empolgava o Estado no âmbito do governo federal na segunda metade da década de 1960. Com isso, passou a prevalecer o enfoque e a prática homogeneizadora tanto no que se refere a política industrial quanto a política agrícola.

No primeiro momento, a articulação política promovida pelo governo Ney Braga conseguiu criar os instrumentos institucionais e técnicos para implementar o modelo autônomo, principalmente o Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE e a Companhia de Desenvolvimento Paranaense – CODEPAR. Com esses instrumentos, estavam dadas as condições para promoção de uma industrialização autônoma, baseada na substituição de importações, que diminuísse a dependência da economia paranaense. Nesses termos, a crença na industrialização como redentora era a mesma que prevalecia nacionalmente. Naquele momento, como defende HIRSCHMAN, acreditava-se que a industrialização era “uma tarefa proposta como se fosse universalmente viável, requerendo apenas capital, espírito empreendedor e o incentivo ou proteção do Estado” (HIRSCHMAN, 1997, p. 185).

No Paraná, a necessidade de capital passou a ser atendida pelo FDE e a CODEPAR cuidou de planejar a atuação do Estado. O diagnóstico produzido pela CODEPAR indicava que era preciso promover a substituição de importações. Esse projeto ficou conhecido como aquele que se baseou numa “visão utópica” sobre a natureza e a dinâmica da economia estadual (IPARDES, 1985, p.1).

No diagnóstico da CODEPAR prevalecia o enfoque setorial que se baseava na suposição sobre as funções de cada setor no desenvolvimento econômico. AUGUSTO

constatou esse fato, ao indicar que a CODEPAR defendia que “a posição agrícola do Paraná na divisão nacional do trabalho era uma das causas do seu subdesenvolvimento, e, nesse sentido, industrialização e desenvolvimento aparecem como sinônimos. A superação da situação **periférica** está indissoluvelmente ligada às possibilidades de uma industrialização intensiva e extensiva do estado” (AUGUSTO, 1978, p.25).

O caminho escolhido é o do fomento e incentivo das pequenas e médias empresas paranaenses ligadas aos setores tradicionais. Para AUGUSTO, essa política gerou uma contradição, na medida em que “o patrocínio às pequenas e médias empresas, destinadas à produção de artigos de consumo local”, não estava de acordo com a “necessidade de instalação de um parque industrial conforme a um estágio de tecnificação incompatível com a predominância de instalação de menor porte” (AUGUSTO, 1978, p. 76).

O problema, na verdade, não era técnico como se propõe nessa análise. A questão era política e passava pelos pressupostos das concepções de desenvolvimento que prevaleciam na época e que empolgavam as ações centralizadoras e autoritárias do governo federal naquela conjuntura. Assim, logo no primeiro ano após o golpe de 1964 começavam a mudar as normas que permitiam aos estados a fixação de políticas tributárias relativamente autônomas. CUNHA (1995) lembra que a Lei 24/65 mudou as normas dos financiamentos da CODEPAR aumentando limites dos contratos e cancelando a proibição de se operar com empresas estrangeiras. Assim, essa mesma autora defende que, “a partir de 1965, começam a se evidenciar sinais de que o projeto inicial, que privilegiava os capitais locais e as pequenas e médias empresas, não era o caminho adequado ao desenvolvimento industrial” (CUNHA, 1995, p.108). Ora, não era adequado ao projeto de industrialização dependente e associado ao capital estrangeiro que se buscava implementar.

Assim, a reforma tributária de 1966 tirou parte do poder dos estados em tributar e de criar empréstimos compulsórios ou de aumentar alíquotas de impostos. Ou seja, impedia todos os expedientes que foram usadas para engordar o FDE. Nesse contexto, a CODEPAR, e, posteriormente, o Banco de Desenvolvimento do Paraná – BADEP que a substituiu, passam a ser meros repassadores de recursos federais, oriundos, principalmente, do BNDE/FINAME (CUNHA, 1995, p.109).

CUNHA conclui que “o projeto **paranista** de desenvolvimento industrial foi substituído por nova concepção, na qual a complementariedade e a integração do Paraná à economia nacional foram os elementos dinamizadores desse crescimento” (CUNHA, 1995, p.110).

Essa “nova concepção” foi sistematizada no âmbito interno por MAGALHÃES FILHO, que procurava superar a visão utópica da CODEPAR e a excessivamente pessimista de PADIS<sup>77</sup>. Essa sistematização apenas captou os sopros homogeneizadores da política nacional e procurou definir um lugar para o Paraná nesse movimento (MAGALHÃES FILHO, 1968;1969).

MAGALHÃES FILHO acreditava que a instalação de uma infra-estrutura moderna no setor de transportes poderia promover uma dinamização crescente da agropecuária do Norte e do Sudoeste e, até mesmo, do Paraná Tradicional. Ora, isso estava absolutamente de acordo com a política de modernização agrícola do governo federal. Nessa política, a agroindustrialização era um dos principais projetos e o Paraná tinha uma vocação para esse segmento que foi reforçada pela expansão dos cultivos da soja e trigo. Com isso, o estado passa a abrigar grandes projetos industriais no segmento de moagem de soja, em especial, no

---

<sup>77</sup> PADIS no seu livro clássico sobre a economia paranaense era descrente das possibilidades de um projeto autônomo para o Paraná (PADIS, 1981).

município de Ponta Grossa. Nessa mesma região, mas em outros municípios, instalam-se ou se modernizam grandes plantas industriais no segmento produtor de papel e celulose<sup>78</sup>.

A nova diretriz estadual passava a contrariar a política da CODEPAR, e começava “a financiar empreendimentos de grande porte” (IPARDES, 1985). Essa política vai se mostrar adaptada a política de desconcentração industrial definida no governo Geisel (II PND), que procurou fixar grandes investimentos estatais federais em estados fora do eixo de concentração industrial, como os pólos petroquímicos de Camaçari (Bahia) e de Triunfo (Rio Grande do Sul) e a refinaria da Petrobrás em Araucária, na RMC (Paraná). Além disso, foram ativados grandes projetos nas áreas de insumos básicos, minerais, siderurgia, papel e celulose (LOURENÇO, 1999).

O que vai caracterizar espacialmente esse processo de industrialização no Paraná a partir da década de 1970, é o seu caráter extremamente concentrado.

Foi a RMC que abrigou a maior parte das plantas industriais, principalmente daquelas ligadas aos novos setores, que resultaram numa diversificação do aparelho industrial do Estado (IPARDES, 1985). A modernização dos setores tradicionais também foi mais importante na RMC do que no restante do estado. Apenas nos segmentos modernos da agroindústria, o interior apresentou crescimento importante, não obstante ele ter sido bastante concentrado também, na medida em que ele ou foi baseado nos investimentos das grandes multinacionais do setor (Ponta Grossa), ou se vinculou a expansão das grandes cooperativas que se tornaram mega-empresas agroindustriais (DELGADO, 1985).

Essa concentração dos investimentos industriais em Curitiba e na sua área de influência, inclusive a região de Ponta Grossa, gerou algumas conclusões equivocadas sobre o território regional que corresponde ao Paraná Tradicional, no que se refere, inclusive, ao desenvolvimento rural.

É o que se pode constatar no relatório avaliativo do PRO-RURAL (2ª fase) de 1992. O que interessa é o posicionamento crítico desse relatório frente à tese comum nos diagnósticos que fundamentaram esse programa, de que o Paraná Tradicional teria permanecido à margem do desenvolvimento estadual. O contra-argumento contido no relatório baseia-se, justamente, no processo de industrialização que se concentrou nessa região, haja vista que a RMC e Ponta Grossa fazem parte dela.

A análise sustentada no relatório é setorial, o que acaba por gerar a impossibilidade de perceber as nuances territoriais relacionadas à questão. O que se defende é que a região, “embora não homogeneamente, a Região Programa [do PRO-RURAL] passam por redefinições nas suas condições de integração à economia estadual e nacional, quer por alterações na ocupação produtiva da terra, quer pela expansão industrial verificada” (IPARDES, 1992, p. 49).

Já se pôde comprovar que a mudança na “ocupação produtiva da terra” no Paraná Tradicional foi altamente concentrada e não alterou substancialmente a estrutura agrária da região, comparativamente as outras do estado. Isto também aconteceu no que se refere à economia como um todo, que foi muito influenciada pelo processo de industrialização. Assim, a RMC em 1975 participava com 19,94% no valor econômico adicionado do Paraná, e teve essa participação aumentada para 42,33%, em 1996, em detrimento de outras mesorregiões. (IPEA, 2000, p.186). Com isso, nesse mesmo ano, a RMC detinha as seguintes participações setoriais do valor adicionado fiscal do Paraná: setor secundário, 51,74%; setor comercial, 48,90%; setor de serviços, 49,66% (IPEA, 2000, p.187).

---

<sup>78</sup> São as indústrias Klabin e Pisa, respectivamente nos municípios de Telêmaco Borba e Jaguariaíva, e mais recentemente a Impacel, em Arapoti.

É esse processo concentrador econômico industrial que é considerado para o relatório contestar os diagnósticos “que situem grande parte do Estado como uma região que ficou à parte das transformações verificadas nas duas últimas décadas, **ainda mais quando a dinâmica dessa região pode ser considerada urbano-industrial, como é o caso da Região Programa**” (sem grifo no original) (IPARDES, 1992, p.54).

Mais uma vez, a análise setorial não permite captar a expressão territorial do fenômeno, na medida que se baseia apenas nos baixos percentuais de participação do setor primário em algumas das mesorregiões que formam o Paraná Tradicional, em 1996, como a RMC (5,31), o sudeste (4,19), e um pouco mais no centro-sul (7,99) e a centro-oriental (9,49), em comparação as mesorregiões oeste e norte-central, com respectivamente, 21,75 e 18,07%. Esses dados não são muito diferentes dos dados da década de 1980 (IPARDES, 1992).

Assim, conclui-se pelo predomínio dessa dinâmica urbano – industrial, que é o que levou ROLIM também a falar na existência de um Paraná Urbano dominando essa região. Ora, ao se analisar mais detidamente as mesorregiões que formam o Paraná Tradicional, verifica-se uma outra realidade. E o caso da sub-região dos Campos Gerais, formada por 18 municípios, liderados por Ponta Grossa. Um estudo sobre o PIB regional, dividido pelos setores econômicos, comprova que só em dois municípios a participação relativa do setor agropecuário é menor do que a média estadual (10,19%). Enquanto isso, em 11 municípios essa participação é superior a 30%. Com exceção do município de Ponta Grossa que apresenta uma diversidade industrial significativa, nos outros municípios em que a participação do setor industrial é significativa, isso é resultado, basicamente, do impacto de apenas um grande empreendimento industrial. É assim em Arapoti (Impacel), Castro(Batavo), Jaguariaíva (Pisa), Telêmaco Borba (Klabin). Mesmo nesses municípios, a grande maioria da população tem na agropecuária, e no comércio e serviços gerados por ela, a sua fonte básica de reprodução social (JORNAL DA MANHÃ, 1997).

Esses percentuais são baseados em números oficiais, fornecidos pela Secretaria Estadual da Fazenda, para 1996. O que mais chama atenção é que depois da RMC, essa é a sub-região mais industrializada do estado. Mesmo assim, fica muito difícil defender, como fundamental para essa mesorregião, uma pretensa dinâmica urbano – industrial, e mais ainda para outras mesorregiões do Paraná Tradicional, muito menos industrializadas e urbanas do que a mesorregião em que se localiza Ponta Grossa. Mesmo na RMC, já foi possível comprovar que a dinâmica agrária – territorial ainda é muito importante com exceção do município de Curitiba, e que nos outros municípios da RMC, o peso do setor industrial é dado por projetos específicos ou segmentos especializados, mas que não mudaram ainda a realidade municipal, na qual o peso do setor agrícola ainda é significativo. É verdade que o novo espasmo do projeto de industrialização do estado vem mudando isso, principalmente no município de São José dos Pinhais, localizado na RMC, que abriga os investimentos automobilísticos. Mas de qualquer forma, no que se refere ao estado como um todo, o modelo concentrado não se alterou.

Isso fica evidente quando são analisados os investimentos que estavam programados para o período de 1996 a 1999, principalmente industriais, no Paraná, que mostram que 60,92% desses investimentos estavam direcionados para a RMC (IPEA, 2000, p. 82). As outras regiões dividiriam o restante, o que certamente não seria suficiente para mudar o perfil dessas regiões até porque a maioria desses investimentos no interior, seriam no segmento agroindustrial.

Assim, a dinâmica econômica – territorial ligada ao projeto de desenvolvimento paranaense foi o de concentrar os investimentos na RMC e em pontos isolados do interior e, nesse último caso, bem menos em função da própria política e muito mais em virtude das próprias condições regionais geradas pelo modelo de desenvolvimento rural que prevaleceu,

que priorizava o cultivo e processamento da soja. Assim, se houve uma ação social do Estado visando a industrialização ela foi basicamente voltada para o núcleo metropolitano, como indica a criação da Cidade Industrial de Curitiba – CIC, que se estende por Araucária. Mais recentemente, o mesmo modelo instala-se em São José dos Pinhais. O modelo paranaense de industrialização é a antítese daqueles que seguem os parâmetros do caso da Terceira Itália, baseado numa industrialização difusa.

No Paraná Tradicional, essa dinâmica econômica – territorial não teve o poder de transformar essa região, a não ser no que se refere a espaços e segmentos muito específicos, como já se teve a oportunidade de comprovar. Ao largo da maior parte da sua geografia o que se constata é a manutenção de extensos espaços nos quais predominam produtores de subsistência e mercantis bastante empobrecidos e com dificuldades imensas de se reproduzirem socialmente. No momento, estão sendo publicados estudos pelo governo que tomou posse este ano, que demonstram o quadro de pobreza e desigualdade social em que está imerso o Paraná, em especial os municípios que formam o Paraná Tradicional. É, sem dúvida, a pior situação entre os estados da região sul do Brasil. Dessa forma, esses estudos procuram denunciar esse modelo de industrialização concentrada que dominou o Paraná, indicando que, se estavam previstos, nos últimos anos, que 60% dos investimentos aconteceriam na RMC, hoje, sabe-se que, na verdade, esse percentual chegou a 80%, o que agravou o esvaziamento econômico do interior, notadamente os municípios tipicamente rurais do Paraná Tradicional. Entre os estudos publicados, destacam-se o que divulga os dados do IDH municipal de 2000 (IPARDES, 2003) e o inventário da pobreza rural publicado pelo IAPAR (2003).

Nesses termos, a escolha regional subscrita no PRO-RURAL não foi, de forma nenhuma, equivocada. Muito pelo contrário, se era preciso definir regionalmente a intervenção territorial que se pretendia com esse programa, o Paraná Tradicional, realmente, era o merecedor dessa ação, pelo que se pôde verificar no seu processo endógeno de desenvolvimento rural. O grande equívoco residia nos modelos de interpretação e ação que foram propostos para materializar a ação social realizada. Fundamentados num enfoque homogeneizador, esses modelos não se mostraram adaptados à estrutura territorial que visavam transformar.

Nesse contexto, a análise que se faz neste capítulo, permite sustentar um ponto central da tese, que é a possibilidade de rever as análises regionais através da inserção de uma perspectiva territorial que fornece uma outra visão dos fenômenos mal esclarecidos por análises vinculadas a um enfoque setorial. Isso é importante porque as novas ações sociais ou intervenções territoriais que venham a ser propostas poderão contar com modelos de interpretação melhor construídos, evitando, por exemplo, que uma análise setorial que conclui que o fundamental numa região é sua dinâmica urbano-industrial, influencie no sentido de se considerar pouco importante ter uma política rural específica para essa região, como é o caso da RMC, - e, de certa forma, do Paraná Tradicional também, se se considera o critério da avaliação final e oficial do PRO-RURAL de 1992 -, que, pelo resultado da análise territorial feita aqui, também apresenta um importante segmento produtivo rural, o que a faz candidata a políticas voltadas para o espaço rural.

Assim é que, foi possível confirmar também que a trajetória observada na RMC mantém o padrão da evolução regional, que se caracteriza por um processo bem menos acentuado de esvaziamento do espaço rural do que o ocorrido nas demais grandes regiões do estado. Inclusive, no que se refere a população e as atividades agrícolas vinculadas a esse espaço, essas trajetórias indicam que é desaconselhável adiantar conclusões gerais em relação aos dados estaduais sobre a diminuição dessa população e atividades, sem antes examinar os casos regionais, tendo em vista em vista que as diminuições realmente marcantes tiveram caráter absolutamente regional (café e algodão), algo que não foi destacado por SOUZA

(2000). A seguir, pretende-se promover, justamente, uma análise regionalizada da evolução da estrutura agrária do Paraná.<sup>79</sup>

#### 4.5 ESTRUTURA AGRÁRIA E QUESTÃO REGIONAL

Uma grande questão que deve ser analisada, refere-se as trajetórias regionais resultantes do processo de modernização da agricultura. Esse processo de modernização da agricultura é visto como um vetor exógeno sob a forma de políticas agrícolas e agrárias, que foram impostas às estruturas territoriais, independente da adaptabilidade dessas estruturas aos elementos básicos das políticas. Esse estímulo externo mostrava-se possuidor de um significativo padrão homogeneizador, já que não contemplava qualquer preocupação com casos regionais e locais. Trata-se de um caso exemplar de uma política pública do tipo “de cima para baixo” (CAMPANHOLA; SILVA, 1999, p.5).

O autor da presente análise teve a oportunidade de analisar o processo de modernização paranaense no curso de mestrado, quando se pôde comprovar que os parâmetros determinantes da política foram definidos de forma bastante centralizada, usando os instrumentos que permitiam materializar essa característica, como as resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN (Cunha, 1986).

Dentro dos objetivos da tese, o que interessa é destacar como os estímulos externos padronizados deram origem a respostas territoriais bastantes diferentes em intensidade e natureza. Essas respostas reunidas em estruturas territoriais específicas formam as trajetórias regionais, que interessam identificar e analisar.

Um primeiro aspecto liga-se a evolução da estrutura fundiária.<sup>80</sup> Em relação aos pequenos estabelecimentos de até 10 ha, verifica-se que houve uma significativa redução no período entre 1970 e 1985 (tabela 6). Essa redução foi de 22%. Ela foi muito concentrada na década de 1970. Da mesma forma, no grupo de área de 10 a 100 ha também se constata uma diminuição, mas num percentual menor de 12%. Ao contrário, os grupos de área superiores a 100 ha apresentaram aumento no número de estabelecimentos.

Em termos regionais, esse aumento ocorreu em todas as grandes regiões e também nas dez mesorregiões. Ao contrário, nos grupos de áreas inferiores a 100 ha a diminuição não foi regionalmente tão generalizada. Nesse caso, só a grande região Norte apresentou reduções generalizadas em todas as suas quatro mesorregiões, de forma mais acentuada no grupo de até 10 ha, que sofreu uma redução de 47%, e num nível menor no grupo de 10 a 100 ha, com redução de cerca de 21%. Esses dois percentuais correspondem, praticamente, ao dobro do apresentado pelo estado.

---

<sup>79</sup> Uma análise regionalizada da modernização da agricultura no Paraná foi realizada por FLEISCHFRESSER (1988), mas que não pôde contar com um marco teórico de base territorial, conforme os pressupostos conceituais da concepção de desenvolvimento territorial.

<sup>80</sup> Não foram considerados os dados do censo agropecuário 1995/96, porque a metodologia é diferente dos censos anteriores (HELFAND; BRUNSTEIN, 2001). Além disso, o período escolhido cobre quase toda conjuntura do PRO-RURAL. No mais, as mudanças pós-1975 nunca foram bruscas, indicando uma significativa permanência da estrutura fundiária.



TABELA 6 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, POR GRUPOS DE ÁREAS (ha), NAS GRANDES REGIÕES E MESORREGIÕES DO PARANÁ, EM 1970 E 1985.

Grandes regiões e mesorregiões	0 - 10 ha		10 - 100 ha		100 - 1000 ha		+ de 1000 ha	
	1970	1985	1970	1985	1970	1985	1970	1985
PARANÁ TRADICIONAL	52.785	72.138	63.104	63.467	7.505	8.445	528	809
Centro-Oriental	7.912	13.012	10.185	10.410	1.956	2.251	216	277
Centro-Sul	11.533	23.770	17.171	19.579	3.051	3.278	203	286
Sudeste	16.119	14.583	20.949	19.146	1.201	1.460	59	98
Metropolitana	17.221	20.773	14.799	14.332	1.297	1.456	50	148
SUDOESTE	62.103	60.799	68.811	63.094	2.020	3.409	84	106
Oeste	41.878	32.500	39.286	35.078	1.335	2.406	68	88
Sudoeste	20.225	28.299	29.525	28.016	685	1.003	16	18
NORTE	180.384	95.978	109.021	85.686	7.633	11.517	475	633
Noroeste	55.781	27.082	31.479	22.829	2.398	3.563	207	273
Centro Ocidental	36.266	18.228	17.536	13.986	969	1.856	48	78
Norte Central	57.713	30.815	40.367	30.840	2.532	3.768	118	142
Norte Pioneiro	30.624	19.553	19.639	18.031	1.734	2.330	102	140
Total Paraná	295.272	228.615	240.846	212.247	17158	23371	1087	1548

FONTE: IBGE (Censos Agropecuários)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

No Paraná Tradicional, o processo foi absolutamente diferente do Norte, nos dois grupos de áreas. No primeiro grupo ocorreu um aumento de 27%. Enquanto isso, no grupo de área de 10 a 100 ha o aumento foi insignificante. O aumento de 27% nos estabelecimentos de até 10 ha, por outro lado, foi significativo, e essa tendência de aumento só não foi observada na mesorregião sudeste do Paraná Tradicional, que apresentou uma pequena redução. Isso aconteceu porque essa região não possui uma faixa de transição regional com as grandes regiões nas quais houve redução dos menores estabelecimentos, em especial, com o Norte. A ocupação agrícola nessa faixa de transição não era tão densa quanto a observada no próprio sudoeste. Além disso, os estímulos derivados das oportunidades agropecuárias que surgem em virtude da concentração populacional da RMC ficaram restritos a periferia mais próxima ao núcleo da metrópole e não atingiram os municípios da mesorregião sudeste.

No Sudoeste, embora em termos regionais a tendência de redução possa ser confirmada, ela é o resultado de uma média entre os resultados das duas mesorregiões que formam essa região, nas quais os números são bastante diferentes. Na mesorregião oeste o padrão é o mesmo do Norte: uma forte redução, principalmente dos estabelecimentos de até 10 ha. Enquanto isso, esses estabelecimentos aumentaram em 28% na mesorregião Sudoeste. Isso se explica pelo fato da mesorregião oeste apresentar uma faixa de transição com a região Norte, na qual a cultura do café chegou a ser importante, e com ela, o sistema de parceria em pequenos estabelecimentos. Como o cultivo do café foi muito reduzido, essa mesorregião não deixou de sofrer as consequências dessa diminuição. Ao contrário, o sudoeste absolutamente distante desse processo, apresentou um padrão mais próximo ao observado no Paraná Tradicional, de crescimento dos pequenos estabelecimentos. Essa é uma questão identificada por todas as análises sobre a evolução de estrutura fundiária do Paraná. É o caso da análise de FLEISCHFRESSER, que afirma que tanto na mesorregião sudoeste quanto em várias mesorregiões do Paraná Tradicional pequenos estabelecimentos encontraram a existência de áreas de menor aptidão agrícola e conseqüentemente menos valorizadas, que podiam ser apropriadas por essa pequena produção, muito embora essa mesma autora identifique algumas

diferenças entre o Sudoeste e o Paraná Tradicional (FLEISCHFRESSER, 1988, p. 69). A diferença básica é de que no Sudoeste o aumento do pequeno estabelecimento teria ocorrido menos pela recriação dessa pequena produção e mais por um processo mais generalizado de adoção de um padrão tecnológico moderno, que apresentou uma diferenciação social não tão acentuada como o ocorrido no Norte. Ao mesmo tempo, essa mesma adoção muito mais tardia e menos intensa no Paraná Tradicional permitiu uma recriação dos pequenos estabelecimentos em toda a faixa de transição com o Norte e o Sudoeste (FLEISCHFRESSER 1988, p. 69). O relatório avaliativo do PRO-RURAL (2ª fase) refere-se a um “quadro de crescente minifundização” no Paraná Tradicional, em virtude do aumento dos pequenos estabelecimentos, que “tem ocorrido predominantemente em áreas de baixa ocupação agrícola (...) boa parte dos estabelecimentos incorporados são de não-proprietários, o que caracteriza um vínculo precário com a terra” (IPARDES, 1992, p.86).

O dado estrutural básico é que, na estrutura fundiária do Paraná, os estabelecimentos de até 10 ha aumentaram sua participação percentual nas regiões Sudoeste e Paraná Tradicional e diminuíram no Norte. Além disso, em relação ao tamanho médio, o que se verificou foi uma pequena tendência de diminuição, variando entre 5,6 e 4,5 ha. Essa pequena diminuição no tamanho médio é compatível com a redução do número de estabelecimentos verificada em algumas mesorregiões, mas ela é paradoxal nas mesorregiões onde ocorreram o aumento no número de estabelecimentos, o que confirma que isso aconteceu num “quadro de crescente minifundização” (tabela 7). Por outro lado, de qualquer forma, embora em termos percentuais tenha aumentado a sua participação no Paraná Tradicional, isso não foi suficiente para mudar radicalmente a distribuição geográfica desses estabelecimentos no estado, tendo em vista que o Norte ainda apresentava, em 1985, a maior parte desses estabelecimentos.

TABELA 7 – TAMANHO MÉDIO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, POR GRUPOS DE ÁREAS (ha), NAS GRANDES REGIÕES DO PARANÁ, EM 1970 E 1985.

Grandes regiões e mesorregiões	0 - 10 ha		10 - 100 ha		100 - 1000 ha		+ de 1000 ha	
	1970	1985	1970	1985	1970	1985	1970	1985
PARANÁ TRADICIONAL	4,8	4,6	30,8	30,0	243,4	268,5	2.951,2	2.843,4
Centro-Oriental	5,0	4,5	33,0	31,0	262,7	296,9	3.318,4	3.119,2
Centro-Sul	5,1	4,9	33,4	30,0	248,3	272,1	2.771,0	2.375,3
Sudeste	4,7	4,9	29,0	30,7	221,3	233,9	2.793,8	2.340,4
Metropolitana	4,6	4,0	29,0	28,6	223,3	251,1	2.281,8	3.565,1
SUDOESTE	5,5	5,1	24,1	25,1	215,2	222,9	2.403,7	2.167,3
Oeste	5,4	4,9	23,4	25,8	227,1	232,1	2.470,7	2.211,6
Sudoeste	5,6	5,3	25,1	24,1	191,9	200,6	2.119,1	1.950,2
NORTE	5,4	5,1	22,8	27,4	256,6	260,0	2.011,4	1.856,0
Noroeste	5,5	5,3	21,6	26,4	274,3	280,5	2.019,6	1.877,4
Centro Ocidental	5,3	4,9	22,8	27,5	250,9	253,6	2.624,0	2.001,6
Norte Central	5,6	5,0	22,6	28,2	241,8	244,4	1.897,2	1.861,8
Norte Pioneiro	5,2	5,3	25,3	27,4	257,0	257,3	1.839,0	1.727,0
Total Paraná	5,3	4,9	25,3	27,5	246,0	257,5	2.498,2	2.393,3

FONTE: IBGE (Censos Agropecuários)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

A área apropriada por cada grupo de área dos estabelecimentos variou na razão direta da variação no número. Assim, nas mesorregiões ou grandes regiões nas quais aumentou o

número de estabelecimentos cresceu, proporcionalmente, a área apropriada, ou vice-versa. Isso é comprovado pela pequena variação no tamanho médio dos estabelecimentos, que apresentam variações mínimas no grupo de até 10 ha em todas as mesorregiões (tabela 7).

Em relação aos estabelecimentos com área superior a 100 ha o aumento do número e da área apropriada foi generalizado, indicando um processo amplo, geral e irrestrito de concentração fundiária. LLANILLO, trabalhando com os dados dos censos agropecuários de 1970, 1975 e 1980, abordou essa concentração calculando o índice de Gini para todas as 24 microrregiões do estado. Criou uma escala de classificação dessas microrregiões de acordo com os índices em três níveis: concentração forte (0,501 a 0,700); concentração muito forte (0,701 a 0,900); concentração absoluta (0,901 a 1,000) (LLANILLO, 1984).

Em 1970, das microrregiões que formam a grande região Norte apenas duas apresentavam concentração muito forte, enquanto 7 apresentavam concentração forte. Em 1980, a situação inverteu-se totalmente nessa região: duas microrregiões permaneceram com concentração forte e 7 apresentaram concentração muito forte. Isso indica um processo significativo de concentração de terras na região Norte.

No Paraná Tradicional, em 1970, das 13 microrregiões, 8 apresentavam concentração muito forte e 5 concentração forte. As de concentração muito forte aumentaram para 9, as de concentração forte diminuíram para 3 e uma microrregião passou a ter uma concentração absoluta (litoral). Isso mostra um aumento na concentração de terras em microrregiões nas quais ela já era elevada, basicamente as microrregiões de pecuária extensiva tradicional, que, em boa parte, incorporaram plantações de soja e trigo, nos campos de solos pouco férteis, mas bastante planos, nos quais era viável a mecanização.

Por outro lado, nas regiões de matas, solos pouco férteis e declivosos, nas quais a pequena produção familiar já era predominante, a concentração permaneceu forte com exceção dos municípios em torno da capital, nos quais ela evoluiu para uma concentração muito forte. Nesses termos, destaca-se o caso do litoral, que apresentou a evolução fortíssima na concentração, que se tornou absoluta. Esse é um caso especial de especulação de terras, gerado pela apropriação de terras devolutas na planície litorânea e nas encostas baixas da Serra do Mar. Nessa microrregião surgiram, na década de 1970, cerca de 100 estabelecimentos com mais de 1000 ha e 159 com mais de 100 ha. Considerando-se que se trata de área relativamente pequena, entende-se porque a concentração tornou-se absoluta. Aproveitar-se da valorização dessas terras, gerada pela ocupação turística da região, era o objetivo primordial desse caso de especulação.

No Sudoeste, alterações constatadas no sentido de aumento da concentração de terras não foram fortes o suficiente para alterar a classificação das suas microrregiões, que permaneceram com uma concentração forte durante todo o período.

Dessa forma, em mais esse quesito a tendência geral não conseguiu escamotear a existência de trajetórias regionais, muito embora, realmente, essa tendência tenha sido muito marcante. Em resumo, essas trajetórias dividiram-se em três: uma forte tendência de concentração absolutamente generalizada no Norte; No Paraná Tradicional uma tendência maior nas áreas com concentração já bastante elevada e menor nas áreas com concentração menos acentuada; e, finalmente, no Sudoeste, a concentração fundiária mantendo-se um pouco mais estável, embora também tenha acontecido.

Nesse quesito, os diferentes pontos de partida também foram fundamentais. No Sudoeste, uma tradicional agricultura familiar de base relativamente mercantil no qual o percentual de propriedades com mais de 100 ha sempre foi menor do que nas demais grandes regiões, modernizou-se sem o mesmo ímpeto empresarial do Norte. Nessa região, na qual a agricultura familiar tradicional sempre disputou espaço com uma agricultura de base empresarial em estabelecimentos médios e grandes, tinham algo em comum que era o forte apelo mercantil,

que as mantinham atentas aos estímulos exógenos tanto mercadológicos quanto estatais. GERMER comprovou essa diferença num trabalho de campo que examinou a reconversão produtiva ligada ao processo de modernização em duas áreas escolhidas; uma no Sudoeste e outra no Norte (GERMER, 1982).

Uma conclusão fundamental desse estudo sobre diferenças entre o norte e o sudoeste, é que no Norte ocorreu “uma recomposição da exploração agrícola no interior de uma área já inteiramente utilizada, no Extremo-Oeste [grande região Sudoeste] verifica-se algo como uma adição de uma estrutura produtiva da soja sobre a estrutura produtiva de alimentos pré-existente...” (GERMER, 1982, p. 87). Ora, como foi a expansão da cultura da soja o grande motor comum das transformações, diferenças nos pontos de partida e nas evoluções posteriores, acabam por ressaltar a questão das respostas específicas a um vetor exógeno padrão, o que resulta em trajetórias distintas.

O que se observa no Paraná Tradicional em relação ao aumento da concentração fundiária acaba por demonstrar que sob efeitos de um estímulo padrão, pontos de partida diferentes (raízes histórico-geográficas) geram respostas distintas. Assim, nas regiões de campos a expansão da soja e do trigo ocorreu numa estrutura fundiária que já apresentava um padrão concentrado, que acabou sendo reforçado. Por outro lado, nas áreas nas quais a vegetação original eram as matas, onde se localizam os faxinais e a extração da erva-mate e uma agricultura familiar com forte presença de agricultores familiares de subsistência, o padrão fundiário manteve-se relativamente estável, com o produtor modernizado correspondendo a uma parcela menos expressiva do que a sua incidência nas áreas de campos, muito embora eles não tenham deixado de crescer, amparados, principalmente, no patrimônio fundiário de cada produtor. Quanto maior o patrimônio, maior foi a inserção no modelo moderno, na medida que o patrimônio, num primeiro momento, permitia o acesso ao crédito, o qual, por sua vez, gerava frutos que era utilizados, em grande parte, para reforçar o patrimônio, o que acentuava a diferenciação social altamente excludente que acompanhou o processo de modernização tardia no Paraná Tradicional, em especial, nas áreas nas quais a agricultura familiar predomina (DORETTO, 1991).

Como pano de fundo a esses jogos de cena representados pelos movimentos localizados da estrutura fundiária observa-se a manutenção, em linhas gerais, dessa estrutura como um sistema latifúndio-minifúndio. Isso quer dizer que grandes propriedades aparecem cercadas por pequenos estabelecimentos dos quais não é possível tirar o sustento familiar pleno. No Paraná Tradicional e no Norte esse sistema aparece de forma modelar e se consolidou plenamente sob os impulsos da modernização. No Sudoeste, o sistema é bem menos característico, haja vista uma menor participação dos estabelecimentos de médio para grande parte (tabela 8). A manutenção das linhas gerais da estrutura fundiária também é visível na tabela 7, na qual o tamanho médio dos estabelecimentos não sofreu variações tão grandes e nem tão bruscas, a não ser no que se refere ao maior caso de especulação fundiária que ocorreu no período no Paraná, que foi o registrado na microrregião litoral. Na estrutura permaneceu também a característica de que em cada grupo de área, principalmente naqueles grupos entre a faixa que vai de 10 a 1000 ha, o tamanho médio dos estabelecimentos aparece sempre mais próximo do limite inferior de cada grupo de área. De qualquer forma, pode-se observar também uma tendência de aumento do tamanho médio nessa faixa, enquanto existe uma tendência de diminuição do tamanho médio nos grupos de áreas localizados nas extremidades, ou seja, relativos aos menores e maiores estabelecimentos. É como se a estrutura caminhasse para um tamanho ótimo, o que, de qualquer forma, ocorre de forma quase imperceptível. Nota-se, que essa questão não aparece na pauta das discussões sobre a estrutura fundiária.

TABELA 8 – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL POR GRUPOS DE ÁREAS (ha) DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, NAS GRANDES REGIÕES E MESORREGIÕES DO PARANÁ, EM 1970 E 1985.

Grandes regiões e mesorregiões	0 - 10 ha		10 - 100 ha		100 - 1000 ha		+ de 1000 ha	
	1970	1985	1970	1985	1970	1985	1970	1985
PARANÁ TRADICIONAL	16,0	29,1	31,8	32,7	43,3	37,6	57,4	62,2
Centro-Oriental	2,5	5,2	5,5	5,5	12,1	11,1	26,4	23,5
Centro-Sul	3,7	10,1	9,4	10,1	18,0	14,8	20,7	18,3
Sudeste	4,8	6,4	9,9	10,1	6,3	5,6	6,1	6,2
Metropolitana	5,0	7,4	7,0	7,0	6,9	6,1	4,2	14,2
SUDOESTE	21,5	27,4	27,2	27,1	10,3	12,6	7,4	6,2
Oeste	14,3	14,2	15,1	15,5	7,2	9,3	6,2	5,3
Sudoeste	7,2	13,2	12,1	11,6	3,1	3,3	1,2	0,9
NORTE	62,5	43,4	41,0	40,2	46,4	49,8	35,2	31,6
Noroeste	19,4	12,7	11,1	10,3	15,7	16,8	15,4	13,8
Centro Ocidental	12,2	7,9	6,6	6,6	5,7	7,8	4,6	4,2
Norte Central	20,7	13,8	15,2	14,9	14,5	15,3	8,2	7,1
Norte Pioneiro	10,2	9,1	8,1	8,4	10,5	9,9	7,0	6,5
Total Paraná	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE: IBGE (Censos Agropecuários)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

A bem da verdade a estrutura fundiária foi a grande ausente nos modelos reais representados pelos grandes programas de desenvolvimento rural, os quais definiram apenas paliativos para as consequências sociais geradas por essa estrutura, como o projeto das Vilas Rurais do Paraná 12 meses e o projeto de regularização fundiária do PRO-RURAL. Inclusive, os estudos realizados no âmbito desse programa chegaram a concluir que a concentração fundiária no Paraná Tradicional deveria ser bem maior, porque pesquisas amostrais realizadas na Região Programa comprovaram que uma boa parte das famílias proprietárias possuíam mais de um imóvel rural (IPARDES, 1984).

TABELA 9 – EVOLUÇÃO DA CONDIÇÃO DE PRODUTOR SEGUNDO O NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, NAS GRANDES REGIÕES E MESORREGIÕES DO PARANÁ, EM 1970 E 1985.

Grandes regiões e mesorregiões	Proprietários		Não Proprietários	
	1970	1985	1970	1985
PARANÁ TRADICIONAL	89.554	96.340	34.374	48.758
Centro-Oriental	13.587	16.172	6.684	9.782
Centro-Sul	22.018	27.863	9.940	19.154
Sudeste	30.104	26.006	8.224	9.370
Metropolitana	23.845	26.299	9.526	10.452
SUDOESTE	90.122	92.135	42.899	35.279
Oeste	48.748	51.438	33.822	18.637
Sudoeste	41.374	40.697	9.077	16.642
NORTE	133.086	114.089	164.453	83.455
Noroeste	40.408	33.717	49.482	20.049
Centro Ocidental	21.970	18.035	32.849	14.821
Norte Central	46.207	40.442	54.523	25.178
Norte Pioneiro	24.501	21.895	27.599	23.407

FONTE: IBGE (Censos Agropecuários)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

No que se refere a condição do produtor dentro da estrutura fundiária do Paraná (tabelas 9 e 10) as evoluções observadas acompanham as trajetórias regionais já definidas. No Norte, a redução pela metade no número de não-proprietários liga-se a redução dos pequenos estabelecimentos, provocada pela reconversão produtiva na qual os cultivos do café foram substituídos pela criação de gado e os cultivos da soja e do trigo (CUNHA; GROSSI, 1993). Nesse contexto, diminuiu também o número de parceiros e aumentou o assalariamento rural permanente e temporário. A diminuição no número de proprietários também ocorreu no Norte, o que se relaciona ao processo de concentração fundiária. Ao contrário, no Paraná Tradicional o crescimento de pequenos estabelecimentos apresentava-se acompanhado pela expansão dos proprietários e não-proprietários, principalmente nas faixas de transição entre o Norte e o Sudoeste, tendência essa que diminui para o interior do Paraná Tradicional, mas não deixa de existir. Por último, no Sudoeste, as duas trajetórias são: mesorregião oeste com aumento de proprietários e diminuição de não-proprietários; e a mesorregião sudoeste exatamente o contrário. As explicações aqui são as mesmas já definidas quando se abordou o número de estabelecimentos: quanto mais próximo do Norte, maior a proximidade com as características da trajetória constatada nessa região.

TABELA 10 – EVOLUÇÃO DA CONDIÇÃO DO PRODUTOR SEGUNDO A ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, NAS GRANDES REGIÕES E MESORREGIÕES DO PARANÁ, EM 1970 E 1985.

Grandes regiões e mesorregiões	Proprietários		Não Proprietários	
	1970	1985	1970	1985
PARANÁ TRADICIONAL	5.011.016	6.048.301	574.308	794.899
Centro-Oriental	1.482.677	1.734.883	124.128	187.141
Centro-Sul	1.716.407	2.008.266	233.899	264.763
Sudeste	1.017.914	1.111.115	97.748	149.428
Metropolitana	794.018	1.194.037	118.533	193.567
SUDOESTE	2.168.840	2.503.859	466.798	377.667
Oeste	1.259.099	1.586.822	357.626	232.777
Sudoeste	909.741	917.037	109.172	144.890
NORTE	4.981.330	6.018.796	1.274.067	924.590
Noroeste	1.647.014	2.027.781	417.062	234.301
Centro Ocidental	706.241	891.028	256.021	171.372
Norte Central	1.577.886	1.874.872	360.608	335.188
Norte Pioneiro	1.050.189	1.225.115	240.376	183.737

FONTE: IBGE (Censos Agropecuários)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

É importante perceber que os movimentos localizados observados na estrutura fundiária, e também na condição dos produtores que os acompanham, guardam consonância com as reconversões produtivas constatadas na conjuntura na qual as políticas modernizantes foram implementada. Assim, as trajetórias regionais já reveladas na evolução da estrutura fundiária e das relações de produção reforçam-se pelos rumos tomados pela estrutura produtiva do espaço rural do Paraná.

Em linhas gerais, o Norte tem uma trajetória regional muito bem definida: diminuição das lavouras permanentes (café), aumento das lavouras temporárias (soja e trigo) e crescimento de áreas com pastagens (tabela 11).

TABELA 11 – EVOLUÇÃO ABSOLUTA DE PERCENTUAL DAS FORMAS DE USO DO SOLO DA AGROPECUÁRIA PARANAENSE, EM 1970 E 1985.

Formas de uso do solo	1970 (ha)	%	1985 (ha)	%
Algodão	373.287	4,04	499.300	3,89
Café	1.192.367	12,91	422.762	3,29
Cana	30.035	0,33	144.412	1,12
Milho	2.121.208	22,97	1.940.642	15,1
Soja	395.484	4,28	2.079.973	16,18
Trigo	250.213	2,71	1.228.742	9,56
Pastagens	4.517.592	48,91	5.999.562	46,68
Outros	356.014	3,85	536.845	4,18
	9.363.198	100,00	12.852.238	100,00

FONTE: IBGE (Censos Agropecuários)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

A evolução do Sudoeste não é muito diferente, a não ser pelo ponto de partida bastante diferente, já que as lavouras permanentes e as pastagens não são muito expressivas nessa região, em comparação com as demais, o que, de qualquer forma, resulta em trajetória distinta, até pelos próprios padrões diferentes entre suas mesorregiões. No Paraná Tradicional, por sua vez, o processo foi menos de reconversão e mais de incorporação de um outro padrão produtivo, no qual a intensificação da exploração econômica das propriedades tomou um novo impulso, principalmente no que se refere aos estabelecimentos que adotaram as culturas líderes do tal padrão: soja e trigo. São essas culturas que provocaram a expansão generalizada das lavouras temporárias, enquanto a laranja e a banana foram os responsáveis principais pela expansão das lavouras permanentes na RMC, de forma tão acentuada.

Conclusões importantes sobre as distintas trajetórias das regiões no campo produtivo podem ser identificadas nas tabelas 12, 13 e 14.<sup>81</sup> Nos dois primeiros quadros os principais produtos da agricultura paranaense são divididos em Commodities (soja, trigo, milho e café), Insumos (cana, algodão, mandioca, laranja e fumo) e Alimentos (feijão, arroz e batata).

<sup>81</sup> A agricultura paranaense é pouco diversificada e é muito baseada nas Commodities. Para SUZUKI JÚNIOR (1999) isso será um grande problema no futuro pela tendência de queda da margens de lucro nesse segmento. Além disso, segundo ele, isso já é um problema hoje porque a estrutura fundiária do estado não estaria adaptada a essa produção, em virtude do predomínio de pequenos e médios estabelecimentos (SUZUKI JUNIOR, 1999).



TABELA 12 – DISTRIBUIÇÃO DOS PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS NO VALOR DA PRODUÇÃO, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E MESORREGIÕES DO PARANÁ (1979-81 / 1992-94 – MÉDIAS TRIMESTRAIS).

Grandes regiões e mesorregiões	VALOR DA PRODUÇÃO (%)							
	COMMODITIES <sup>1</sup>		INSUMOS <sup>2</sup>		ALIMENTOS <sup>3</sup>		TOTAL	
	1979-81	1992-94	1979-81	1992-94	1979-81	1992-94	1979-81	1992-94
<b>PARANÁ TRADICIONAL</b>								
Centro-Sul	5,8	8,7	1,5	1,2	10,9	12,2	6,1	7,4
Sudeste	2,4	3,3	2,5	4,6	12,0	17,6	3,9	5,0
Centro-Oriental	4,8	9,2	0,5	0,8	8,5	10,4	4,8	7,4
Metropolitana	1,1	1,4	2,1	2,4	13,5	27,2	3,2	4,3
<b>SUDOESTE</b>								
Oeste	28,0	23,6	10,4	14,1	6,9	2,4	22,6	19,3
Sudoeste	7,4	12,0	3,2	4,2	10,3	12,0	7,3	10,2
<b>NORTE</b>								
Noroeste	11,4	3,0	15,6	17,5	5,7	2,2	11,0	6,3
Centro Ocidental	11,3	12,7	17,3	13,6	5,5	1,6	11,1	11,8
Norte Central	19,5	17,1	19,9	25,4	15,6	6,5	18,9	17,9
Norte Pioneiro	8,4	8,9	27,0	16,3	11,1	8,0	11,0	10,5
<b>PARANÁ (TOTAL)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

FONTES: IPEA. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil:** Redes urbanas regionais-sul. Brasília: IPEA, 2000. v. 6

(1) Soja, trigo, milho e café.

(2) Cana, algodão, mandioca, laranja e fumo.

(3) Feijão, arroz e batata.

TABELA 13 – PERCENTUAL DA ÁREA COLHIDA E DO VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NAS GRANDES REGIÕES DO PARANÁ (MÉDIA 1992-94).

Produto	Norte		Sudoeste		Paraná Tradicional		Paraná	
	Área	Valor	Área	Valor	Área	Valor	Área	Valor
Milho	27,37	23,81	37,91	43,42	34,72	32,77	100,0	100,0
Soja	44,52	42,47	38,74	36,66	16,74	20,87	100,0	100,0
Trigo	54,82	55,77	32,89	30,09	12,29	14,14	100,0	100,0
Café	96,58	97,47	3,22	2,39	0,20	0,14	100,0	100,0
Cana	98,08	98,91	1,40	0,84	0,52	0,25	100,0	100,0
Feijão	27,75	20,44	7,03	20,22	55,22	59,34	100,0	100,0
Arroz	46,28	47,22	17,28	18,03	36,44	34,75	100,0	100,0
Batata	1,01	1,37	0,84	0,41	98,15	98,22	100,0	100,0
Algodão	77,53	77,02	21,00	21,70	1,47	1,28	100,0	100,0
Fumo	0,53	0,46	23,27	20,87	76,20	78,67	100,0	100,0
Mandioca	52,54	42,93	38,94	49,45	8,52	7,62	100,0	100,0
Laranja	49,82	32,08	29,39	29,40	20,79	38,52	100,0	100,0

FONTE: IPEA. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil:** Redes urbanas regionais-sul. Brasília: IPEA, 2000. v. 6

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

No Norte, observa-se que em termos relativos é pouco importante a participação do grupo Alimentos, enquanto os grupos Commodities e Insumos são significativos. De qualquer forma, a região Norte apresenta uma boa produção de praticamente todos os produtos que se subdividem nos três grandes grupos, com duas exceções apenas: fumo e batata. Em relação ao primeiro, a produção do Norte não atingia nem 1%; enquanto o segundo, não ultrapassava 2%. No Paraná Tradicional, ao contrário, o ponto fraco localiza-se na produção dos Insumos, com as exceções da laranja e principalmente do fumo. Enquanto isso, a um certo equilíbrio

entre Commodities e Alimentos. O destaque fica por conta da produção de batata, que se concentra quase que completamente no Paraná Tradicional.

No Sudoeste, com exceção de três produtos que praticamente não são cultivados na região (cana, café e batata), os demais produtos aparecem com um certo equilíbrio.

Os outros aspectos pontuais também podem ser identificados nas três tabelas. Em primeiro lugar, que o processo mais acentuado de reconversão produtiva aconteceu no Norte e nas mesorregiões que se limitam com essa região. Mas dentro dessa região, foi na mesorregião noroeste que ela tomou a forma mais radical, envolvendo os grupos commodities e insumos.

Nesse caso a redução do cultivo do café não foi acompanhada pela expansão da soja, mas sim pelo cultivo de praticamente todos os produtos classificados como Insumos com a exceção, também radical, do fumo. Nas outras mesorregiões do Norte a reconversão produtiva ocorreu em conformidade com esse padrão, mas não deixou também de apresentar reduções relativas do grupo Alimentos que só não são tão significativas porque a participação desse grupo regionalmente já era minoritária.

**TABELA 14 – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS NO VALOR DA PRODUÇÃO SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E MESORREGIÕES DO PARANÁ (1979-81 / 1992-94 – MÉDIAS TRIMESTRAIS).**

Grandes regiões e mesorregiões	VALOR DA PRODUÇÃO (%)							
	COMMODITIES <sup>1</sup>		INSUMOS <sup>2</sup>		ALIMENTOS <sup>3</sup>		TOTAL	
	1979-81	1992-94	1979-81	1992-94	1979-81	1992-94	1979-81	1992-94
<b>PARANÁ TRADICIONAL</b>								
Centro-Sul	68,9	79,6	3,0	3,7	28,1	16,7	100,0	100,0
Sudeste	44,2	43,9	7,8	20,9	48,0	35,2	100,0	100,0
Centro-Oriental	71,4	83,4	1,3	2,4	27,3	14,2	100,0	100,0
Metropolitana	25,6	22,4	8,1	12,9	66,3	64,7	100,0	100,0
<b>SUDESTE</b>								
Oeste	89,7	82,0	5,6	16,7	4,7	1,3	100,0	100,0
Sudoeste	72,8	78,0	5,3	9,4	22,0	11,9	100,0	100,0
<b>NORTE</b>								
Noroeste	74,8	32,4	17,2	64,1	8,0	3,5	100,0	100,0
Centro Ocidental	73,4	72,1	18,8	26,5	7,8	1,4	100,0	100,0
Norte Central	74,4	63,8	12,7	32,5	12,9	3,7	100,0	100,0
Norte Pioneiro	54,8	56,8	29,6	35,6	15,7	7,6	100,0	100,0

FONTE: IPEA. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil:** redes urbanas regionais-sul. Brasília: IPEA, 2000. v. 6

(1) Soja, trigo, milho e café.

(2) Cana, algodão, mandioca, laranja e fumo.

(3) Feijão, arroz e batata.

No Norte, o crescimento dos Insumos, conforme a classificação considerada, acompanha um novo padrão de desenvolvimento agroindustrial, no qual a existência prévia da matéria-prima industrial de origem agrícola deixa de ser o elemento de atração preponderante dos investimentos industriais, e é substituído por um outro padrão no qual esses investimentos surgem *pari passu* à implementação dos cultivos a serem processados (ASSUNÇÃO; GALINA; CONSONI, 1993). É o caso, no Norte, do primeiro padrão relacionado ao café, algodão, soja e pecuária e do segundo, ligado a sericultura, a cana, a stévia e a laranja. Assim, a própria estrutura territorial da região reforça a trajetória que já lhe é própria, que em termos de desenvolvimento rural relaciona-se a uma agropecuária de base

fortemente empresarial e também agroindustrial, com o agravante de ser altamente territorializada, no sentido dado ao termo por STORPER (1994), de uma atividade com decisivas raízes locais. Nesse caso, ROLIM (1995) não deixa de ter razão ao cunhar a expressão Paraná Agrobusiness ao analisar esse espaço econômico.

Essa característica do Norte acaba por aflorar em diversos estudos, não obstante as diversas metodologias nas quais eles se baseiam. Um estudo recente, que procurou analisar os impactos da previdência rural na região sul, produziu uma regionalização da estrutura agrária, a partir da combinação das variáveis relação de trabalho, produto cultivado e renda. O resultado foi a identificação de três grandes tipos de estrutura produtiva agrária: a agricultura familiar de subsistência (Paraná Tradicional); agricultura familiar consolidada (Sudoeste); e o assalariamento rural (Norte)<sup>82</sup> (DOUSTDAR; SUGAMOSTO, 2000). Além de reforçar a existência das três trajetórias distintas de desenvolvimento rural, o estudo reafirma o padrão empresarial da agropecuária do Norte.

Um outro aspecto pontual visível nas tabelas 12 e 13, são as marcantes expressões regionais de alguns produtos. É o caso do café, cana, e algodão no Norte, e da batata e do fumo no Paraná Tradicional. Esse aspecto acaba por reforçar trajetórias específicas quando os cultivos desses produtos são atingidos por reconversões produtivas significativas. Foi o que aconteceu com os três produtos “nortistas”. Dessa forma, os estudos que comprovam a redução do trabalho agrícola no Paraná, que foi generalizada na sua ocorrência, mas foi diferenciada em intensidade, por se relacionar, muitas vezes, a esses produtos de grande expressão regional. É o caso do Paraná, no período de 1985 a 1995, que LIBARDI E DELGADO acabam por relacionar, a redução do trabalho agrícola no Paraná, à diminuição do cultivo do algodão no período, assim como num período anterior a redução dos cultivos do café teve um peso decisivo, muito embora não único. (LIBARDI; DELGADO, 1999)<sup>83</sup>.

A expressão regional de alguns produtos também reforçam trajetórias regionais na medida em que muitos desses produtos apresentam padrões mais ou menos rígidos de produção nos quais determinadas relações de produção aparecem como próprias desses padrões. Foi assim com a parceria no café, e como é, principalmente, a integração produtiva no fumo. Da mesma forma que também domina a produção de aves e de suínos. Na soja e no trigo é o padrão tecnológico moderno que predomina e no feijão o tradicional, enquanto o milho é o produto cujo cultivo, no Paraná, apresenta a maior diversidade de padrões produtivos.

O que há de marcante é a expansão dos cultivos de soja e com ele a difusão do padrão moderno, nas áreas adaptadas a esse modelo, principalmente no que se referem a mecanização e a um tamanho mínimo do estabelecimento, que permite mobilizar uma produção intensiva em capital. Assim, conforme a tabela 11, a evolução da área cultivada com a soja que correspondia a 4,28 % da área total em 1970, passou para 16,18% em 1985. Da mesma forma, o trigo, cultivado normalmente consorciado à soja, que no mesmo período passou de 2,71% para 9,56%. Esse processo é muito diferente do ocorrido com o café e o milho, os quais diminuíram a participação relativa.

Com isso, verificou-se uma expansão generalizada na utilização de insumos modernos na produção agropecuária. Um item que ilustra muito bem esse processo, é o aumento no número de tratores, o que provocou uma diminuição extremamente acentuada na área média por tratores relativamente a área dos estabelecimentos agropecuário no Paraná (tabela 15).

---

<sup>82</sup> O melhor seria a denominação Agricultura Empresarial.

<sup>83</sup> Esses autores apontam como um fator, importante e geral, a expansão do plantio direto que reduziu o número de tarefas necessárias para se iniciar o cultivo.

TABELA 15 – ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E NÚMERO DE TRATORES SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO PARANÁ, EM 1970 E 1985.

Grandes regiões e mesorregiões	Área (ha)		Aumento da área (1970/85)		Número de tratores		Média da área por tratores (ha)	
	1970	1985	Absoluto	Relativo	1970	1985	1970	1985
PARANÁ TRADICIONAL	5.586.362	6.806.711	1.220.349	22	3.452	19.589	1.618	347
Centro-Oriental	1.606.905	1.914.567	307.662	19	1.434	5.516	1.120	347
Centro-Sul	1.952.669	2.273.036	320.367	16	851	5.192	2.294	437
Sudeste	1.114.238	1.231.499	117.261	11	381	3.981	2.924	309
Metropolitana	912.550	1.387.609	475.059	52	786	4.900	1.161	283
SUDOESTE	2.635.636	2.881.530	245.894	9	2.105	28.148	1.252	102
Oeste	1.616.724	1.819.601	202.877	13	1.725	20.667	937	88
Sudoeste	1.018.912	1.061.929	43.017	4	380	7.481	2.681	141
NORTE	6.403.534	7.025.340	621.806	10	13.062	53.182	490	132
Noroeste	2.061.543	2.276.819	215.276	10	1.307	8.199	1.577	277
Centro Ocidental	962.262	1.100.307	138.045	14	1.426	10.645	674	103
Norte Central	2.089.165	2.210.066	120.901	6	5.568	22.100	375	100
Norte Pioneiro	1.290.564	1.438.148	147.584	11	4.761	12.238	271	117

FONTE: IBGE (Censos Agropecuários)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

Não obstante o processo generalizado, não deixa de chamar a atenção a manutenção de uma diferença significativa no número de tratores entre o Sudoeste e o Norte de um lado e o Paraná Tradicional de outro. Dessa forma, em 1985, o espaço rural do Norte abrigava 53% dos tratores existentes no Paraná, enquanto o Sudoeste e o Paraná Tradicional, respectivamente, 28% e 19%. Para o Sudoeste o percentual é compatível com a pequena área regional, o que faz com que a região mantenha o padrão do Norte, até um pouco mais intenso na mesorregião oeste. Ao contrário, no Paraná Tradicional o número de tratores torna-se significativamente menor, na medida em que a região é a mais extensa. De qualquer forma, como nessa região encontra-se o maior percentual de terras não favoráveis a mecanização, onde ela é possível, o processo foi feito com muita intensidade. O que torna a adoção do padrão tecnificado muito mais concentrada no Paraná Tradicional, mantendo essa região como um espaço no qual é maior os percentuais dos produtores não tecnificados (tabela 16). Assim, é mais essa concentração, que significa uma diferenciação social extrema, que se pode considerar básica para entender a resposta regional ao estímulo exógeno amplo e generalizado ligado ao processo de adoção tecnológica relativo à Revolução Verde.

Esse fato pode ser verificado na mesma tabela 16, que se baseia num estudo do IAPAR, que indica que nos Campos Gerais (mesorregião definida pelo estudo) 7,0 % dos produtores locais eram capitalistas tecnificados (KT), o que corresponde ao segundo maior percentual do estado, só perdendo para a mesorregião norte, que tinha o percentual de 11,3%. Ora, é interessante verificar o outro extremo da escala contida na tabela 16, em relação a essas duas mesorregiões: enquanto nos Campos Gerais o percentual de produtores de subsistência era de 33,6%, no norte ele era 9,1%. Isso reforça o caráter concentrado da adoção tecnológica e do próprio modelo moderno no Paraná Tradicional, o que é importante na definição da trajetória regional de desenvolvimento rural desse território regional.

Essa análise territorializada permite a revisão de alguns argumentos que eram difundidos em relação a uma resistência maior a expansão da modernização no Paraná Tradicional. Por exemplo, FLEISCHFRESSER, corretamente, relacionava as diferenças regionais da modernização da agricultura aos processos históricos distintos (1988, p. 43).

Mas, por outro lado, a tipificação do IAPAR não permite mais defender, sem ressalvas, que “a manutenção do grande latifúndio improdutivo – alguns ocupados somente com pecuária extensiva – reduz a possibilidade de incorporação tecnológica, pois seus proprietários detinham as terras mais como reserva de valor do que como possibilidade produtiva” (FLEISCHFRESSER, 1988, p.49). Isso não deixa de ser verdade em relação a uma parcela desses latifúndios, mas uma outra parcela, ao lado de outras propriedades grandes e médias, tiveram seus proprietários seduzidos pelos fortes volumes de créditos subsidiados, que foram colocados a serviço da adoção tecnológica que interessava, como se pôde comprovar na dissertação de mestrado defendida pelo autor da presente análise (CUNHA, 1986). Com isso, um dos caminhos fundamentais seguidos pela modernização no Paraná Tradicional foi a intensa reconversão produtiva da média e grande propriedade, adotando o modelo produtivo consumidor dos insumos de origem industrial num nível bastante significativo. Como se sabe esse modelo acompanhava a expansão dos cultivos de soja, visto que, numa primeira fase, estava ligado a essa cultura. Trata-se da chamada via prussiana<sup>84</sup> ou modernização conservadora das grandes propriedades sem mudanças democratizantes na estrutura fundiária, visando uma melhor repartição das terras e o resgate da agricultura camponesa<sup>85</sup> (LENIN, 1980).

No entanto, para melhor explicar esse aspecto da trajetória do Paraná Tradicional é preciso uma análise mais detalhada da tabela 16. Esse quadro foi montado a partir dos resultados do estudo realizado por pesquisadores do IAPAR visando uma proposta de regionalização da estrutura produtiva do espaço rural paranaense<sup>86</sup>. A metodologia do estudo é a mesma de outras pesquisas já citadas de tipificação da estrutura agrária do Paraná realizadas por essa instituição. Nesse caso, as variáveis consideradas são relativas a mão-e-obra, o nível de tecnificação, e as receitas auferidas.

---

<sup>84</sup> A via prussiana é vista como conservadora e autoritária; o que é colocado como seu oposto é a via americana, mais democrática, pois estaria ligada a “expansão de um campesinato proprietário da terra que se capitaliza” (LINHARES; SILVA, 1999, p.17).

<sup>85</sup> São muitos os adjetivos usados para qualificar esse modelo: DAVID refere-se a “une modernisation perverse” (DAVID, 1997).

<sup>86</sup> YU, C.; SEREIA, V. Tipificação e caracterização dos produtores rurais do Estado do Paraná – 1980. Londrina: IAPAR, 1993. (Boletim Técnico nº 39).

TABELA 16 – TIPIFICAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS NO PARANÁ – 1980.

Mesorregiões	SUB <sup>1</sup>		PSM <sup>1</sup>		EF <sup>1</sup>		KNT <sup>1</sup>		KT <sup>1</sup>		Total de Produtores
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Litoral	1.223	33,7	1.606	44,3	502	13,8	184	5,1	113	3,1	3.628
Metropolitana	10.898	40,0	11.714	43,0	3.132	11,5	840	3,1	631	2,3	27.215
Ribeira	1.916	46,9	1.952	47,8	115	2,8	75	1,8	25	0,6	4.083
Campos Gerais	5.026	33,6	6.300	42,1	1.880	12,6	721	4,8	1.049	7,0	14.976
Irati	7.632	31,4	13.628	56,1	2.101	8,6	530	2,2	419	1,7	24.310
Ortigueira	7.285	38,8	10.272	54,7	616	3,3	387	2,1	221	1,2	18.781
Campos de Guarapuava	5.039	30,2	8.458	50,8	1.657	9,9	717	4,3	790	4,7	16.661
Centro-Oeste	11.310	34,8	17.804	54,7	2.051	6,3	772	2,4	595	1,8	32.532
Total Paraná Tradicional	50.329	35,4	71.734	50,4	12.054	8,5	4.226	3,0	3.843	2,7	142.186
Norte Velho	4.476	19,2	14.108	60,4	2.786	11,9	1.343	5,8	637	2,7	23.350
Londrina	7.762	18,0	25.578	59,4	4.646	10,8	3.354	7,8	1.694	3,9	43.034
Norte	2.152	9,1	10.313	43,5	5.189	21,9	3.380	14,3	2.676	11,3	23.710
Arenito Caiuá	8.210	13,7	27.454	46,0	14.055	23,5	6.051	10,1	3.953	6,6	59.723
Total Norte	22.600	15,1	77.453	51,7	26.676	17,8	14.128	9,4	8.960	6,0	149.817
Sudoeste	13.597	21,6	38.451	61,0	9.199	14,6	741	1,2	1.016	1,6	63.004
Oeste	13.099	13,2	51.013	51,5	24.109	24,3	5.526	5,6	5.337	5,4	99.084
Total Sudoeste	26.696	16,5	89.464	55,1	33.308	20,5	6.267	3,9	6.353	4,0	162.088
Totais Paraná	99.625	21,9	238.651	52,6	72.038	15,9	24.621	5,4	19.156	4,2	454.091

FONTE: IAPAR - PR. **Tipificação e caracterização dos produtores rurais do Estado do Paraná.** Londrina: IAPAR, 1993

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

(01) Sub = produtores de subsistência; PSM = produtores simples de mercadorias; EF = empresários familiares;

KNT = produtores capitalistas não tecnificados; KT = produtores capitalistas tecnificados.

O estudo definiu quatro tipos básicos de produtores, que podem ser encontrados na estrutura agrária do estado. São eles: empresários capitalistas, tecnificados ou não; empresários familiares, que estariam numa espécie de transição entre o produtor simples de mercadorias e o empresário capitalista; produtor simples de mercadorias, pouco capitalizados e tecnificados, mas mercantilizados; produtores de subsistência, que se mantém em situação bastante precária, praticamente sem condições de formar excedentes para comercialização, por menor que seja.

Inicialmente, o estudo propõe uma diferenciação desses produtores a partir de três variáveis básicas: contratação de mão-de-obra, composição orgânica do capital e receita. Considerando uma ordem decrescente que começa no produtor capitalista tecnificado (KT) e vai até o produtor de subsistência (SUB), passando antes pelos produtores capitalista não tecnificados (KNT) e o produtor simples de mercadorias (PSM), os níveis das três variáveis variam da seguinte forma: contratação de mão-de-obra = alta entre KT e KNT, baixa/média (EF) e baixa (PSM;SUB); composição orgânica do capital = alta (KT), baixa (KNT), média/alta (EF), baixa/média (PSM) e baixa (SUB); receita = alta (KT), média/alta (KNT e EF), baixa/média (PSM) e baixíssima (SUB)<sup>87</sup>.

O trabalho final foi distribuir esses produtores pelas 14 mesorregiões definidas pela tipificação em que se divide a estrutura agropecuária do espaço rural do Paraná. Baseado nesses resultados, chegou-se a tabela 16, que corresponde a uma síntese dessas conclusões.

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que o estudo utilizou os dados do censo agropecuários de 1980, do IBGE. Assim, ele captou os resultados da década na qual a modernização foi mais intensa, concentrando, praticamente, todas as transformações

<sup>87</sup> Note-se que o problema maior do SUB, é a renda. Daí a pertinência das políticas de geração de renda nesse segmento.

decisivas. Após esse período, prevaleceu uma certa acomodação de uma determinada situação, que pôde ser comprovada no censo de 1985<sup>88</sup>. Dessa forma, esse estudo é válido para verificar os níveis de permanência e resistências das estruturas agrárias regionais aos estímulos exógenos que foram os mesmos para todo o estado.

A observação da mesma tabela permite verificar também um outro aspecto que chama a atenção na trajetória do desenvolvimento rural do Paraná Tradicional é a existência de percentuais muito significativos dos SUB, na estrutura agrária de todas as mesorregiões que formam esse território regional. Observe-se que em nenhuma das mesorregiões esses percentuais são inferiores a 30%, guardando uma boa distância da média do estado, que é de 21,9%. Ora, todas as outras mesorregiões do estado, formadoras das grandes regiões Norte e Sudoeste, apresentam percentuais inferiores a média estadual, variando do máximo de 21,6% na mesorregião sudoeste até o 9,1% da mesorregião norte. Aqui, efetivamente, há uma diferença fundamental entre a situação e, destarte, a trajetória regional do Paraná Tradicional e as outras duas grandes regiões do estado.

Em relação aos PSM as diferenças não são tão nítidas, na medida em que em algumas mesorregiões do Paraná Tradicional os percentuais chegam a ser superiores a média do estado (52,6), como no caso de Ortigueira (54,7) e Irati (56,1), ou mesmo se aproxima muito da média, como nos campos de Guarapuava (50,8). No quesito EF, as mesorregiões desse território regional voltam a apresentar, todas elas, percentuais inferiores a média estadual (15,9), embora algumas tenham chegado muito próximo dela. Essa mesma situação repete-se em relação aos KNT, mas ela acaba diferenciando-se no que se refere aos KT, pelo índice extremamente significativo da mesorregião Campos Gerais (7,0) e, também, em virtude dos 4,7% encontrado na mesorregião Campos de Guarapuava, taxa que é superior ao índice estadual (4,2).

Assim, há alguns pontos centrais na trajetória do Paraná Tradicional: primeiro, os níveis de concentração sócio-espacial da tecnificação; segundo, os níveis reduzidos, mas não tão concentrados dos KNT; terceiro, a existência de um bom número de EF, com a exceção dos dois grandes “bolsões” de pobreza rural representados por Ortigueira e a Ribeira; quarto, os significativos percentuais dos PSM; por último, os expressivos e generalizados índices de ocorrência do SUB. Como já se afirmou é esse último item que acentua a especificidade e fornece à região o seu estigma de atraso e subdesenvolvimento, pelo que significa em termos de índices de pobreza e desigualdade social.

Assim, o Paraná Tradicional, embora tenha recebido os estímulos externos ligados a modernização e ao PRO-RURAL (a partir de 1981), não apresentou transformações substantivas a ponto de modificar sua estrutura produtiva em termos generalizados setorialmente e espacialmente. Os estudos recentes sobre municípios dessa região indica isso.

Entre essas pesquisas, pode-se citar a realizada por uma equipe coordenada por DELGADO e ROMANO sobre o município de Rebouças, que apresenta uma estrutura territorial típica do domínio florestal, mais precisamente, da área da floresta mista de Araucária. Nesse município, o domínio florestal ainda apresenta a existência dos faxinais, dos ervais nativos, e conseqüentemente um dos maiores percentuais de cobertura floresta nativa do estado (9,5%), como também de reflorestamento. Há um predomínio de minifúndios (área média de 6,6 ha), os principais produtos são o milho e feijão (78% da área), existindo também

---

<sup>88</sup> O censo agropecuário de 1995/1996 indicou algumas mudanças drásticas no Paraná, muito mais devido uma outra metodologia, do que propriamente como resultado de mudanças efetivas.

cultivos de soja, fumo e batata em boa extensão. Existem também criações de bovinos, aves, suínos e produção leiteira, numa escala reduzida.

Os produtores rurais foram divididos em 5 tipos básicos: primeiro, os produtores de milho e feijão, desde os sem-terras até o pequeno produtor mecanizado, passando pelo pequeno proprietário de pior condição e o pequeno produtor proprietário de melhor condição. É essa categoria que predomina na região. Considerando-se a classificação do IAPAR esse grupo divide-se, principalmente, em SUB e PSM; segundo, os produtores de erva-mate, tradicionais na região, em processo de diminuição; terceiro, os produtores de soja entre os quais existem os arrendatários pauperizados e os agricultores profissionais em ascensão. Essa categoria foi incorporada à região no período áureo da modernização e são originários, em boa parte, do Rio Grande do Sul; quarto, os fumicultores, desde o arrendatário ao grande produtor; por último, os produtores integrados de leite, aves e suínos (DELGADO; ROMANO, 1999).

No detalhamento que a pesquisa faz sobre esses cinco grandes tipos de produtores, pode-se destacar os seguintes aspectos: as parcelas mais significativas são dos produtores de milho e feijão ou sem-terra ou de pequenos produtores proprietários de pior condição; as outras categorias formam grupos minoritários, alguns em ascensão, como os integrados (suínos) e agricultores profissionais (soja), outros em decadência, como o ervateiro profissional, produtor de soja arrendatário e integrados (leite e aves).

No caso dos produtores que predominam a existência ou não de rendas alternativas (aposentadorias e pensões) e a integração ou não a faxinais podem determinar uma condição melhor de vida entre esses agricultores. Nos faxinais as condições de auto-consumo são melhores, enquanto fora dos faxinais resta a venda da força de trabalho aos produtores em melhor condição. Assim, os faxinais funcionam com uma espécie de amparo à reprodução social de um determinado segmento de agricultores familiares que de outra forma tornar-se-iam meros vendedores de força de trabalho nos campos ou, mais provavelmente, nas cidades. Esse é um dado importante na trajetória do Paraná Tradicional e que pode ter sido muito importante na manutenção de um segmento significativo da agricultura familiar na região, tanto dos produtores de subsistência, mas também dos produtores mercantilizados e, em menor número, empresariais e tecnificados.<sup>89</sup>

Essa estrutura agrária representativa de uma determinada trajetória de desenvolvimento foi abordada sob diversos enfoques principalmente pelo IAPAR e seus pesquisadores a partir dos estímulos gerados pelo PRO-RURAL favoráveis aos estudos de cunho regional. Esses diversos enfoques contemplam, em primeiro lugar, a construção de uma proposta teórica-metodológica que no caso foi baseada principalmente, no método dos sistemas de produção. PAYÉS expõe essa proposta e a aplica na identificação e análise dos sistemas de produção predominantes no município de Rio Azul, vizinho de Rebouças (PAYÉS, 1989). As conclusões são semelhantes à caracterização da estrutura agrária do município de Rebouças, realizado por DELGADO e ROMANO, a não ser por uma maior incidência da cultura do fumo verificada em Rio Azul.

Em outro nível escalar, DORETTO analisou o impacto da modernização na microrregião de Irati, que inclui os municípios de Rebouças e Rio Azul, além de Imbituva, Mallet, Prudentópolis e Teixeira Soares. DORETTO, justamente, analisa como se acelerou a diferenciação social constatada por DELGADO; ROMANO e PAYÉS, sob a influência de um

---

<sup>89</sup> Algumas análises recentes defendem que não há mais condições de manter esses agricultores no campo (ALVES, E.; LOPES, M.; CONTINI, E., 1999; ALVES, E.; SOUZA, G.; BRANDÃO, A., 2001). Esquecem que também não há alternativas nas cidades. O que resta é construir essas alternativas, na maior parte, no campo.



vetor exógeno. Conclui que foram fatores básicos a desagregação dos faxinais e o patrimônio fundiário, na medida que “aqueles produtores com maior quantidade de terras tem acesso ao movimento de mudança da base técnica produtiva”. (DORETTO, 1991, p. 147). Em resumo, o autor concluiu que, “o patrimônio fundiário apresenta-se, pois, como causa do processo de diferenciação camponesa, e, num segundo momento, como consequência, acentuando-se ainda mais a diferença desse campesinato” (1991. p.147).

No entanto, é preciso fazer uma ressalva: o patrimônio fundiário conseguiu exercer essa função, antes de tudo, pelo acesso que permitiu ao crédito, o grande instrumento utilizado pelo Estado para promoção da “mudança da base técnico produtiva”. E o crédito rural foi abundante entre 1965 a 1985. No momento em que esse crédito se reduz (LEITE, 2001), tornam-se bastante reduzidas as possibilidades de aumentar o número de produtores que podiam se beneficiar do crédito, o que numa região como a analisada por DORETTO, onde a estrutura territorial não é estimulante ao modelo que era sustentado pelo crédito, significou uma desaceleração do próprio processo de diferenciação social.

É assim que DORETTO também constatou que “o movimento de concentração de acesso a terra na microrregião [de Irati] não reverteu as características da produção familiar em que eram exploradas as atividades agrícolas. O incremento do número de empregados permanentes e temporários é insignificante, haja vista que se encontra nos mesmos níveis da década de 50”<sup>90</sup> (DORETTO, 1991, p.147).

Com isso, o predomínio da força de trabalho familiar, não se alterou mesmo diante da capitalização de uns poucos produtores proprietários melhor aquinhoados fundiariamente. Esse é um dado que é possível comprovar, baseado, inclusive, no censo agropecuário de 1995/1996, não obstante sua metodologia diferente, censo no qual a mesorregião sudeste, onde esta incluída a microrregião de Irati, apresenta o segundo maior percentual de participação relativa dos responsáveis e não remunerados da família no total de pessoal ocupado na agropecuária. (tabela 17). Esse percentual é de 86,90% e só é menor do encontrado na mesorregião sudoeste que é de 90,62<sup>91</sup>. Isso é tão marcante nessa região que ZANCHET destaca, comparando essa região ao Norte, que é possível observar, em um nível razoável, “o retorno de membros da família para a zona rural como estratégia temporária de sobrevivência” (ZANCHET, 1996, p.23), ao contrário do Norte, onde o trabalho assalariado é mais importante.

---

<sup>90</sup> DORETTO trabalha com os dados do censo de 1985, que já incorpora os estímulos da modernização e do PRO-RURAL.

<sup>91</sup> O PRO-RURAL, com seu incipiente programa de crédito rural, não conseguiu reverter essa tendência, na medida em que esse crédito acabou por ser fornecido de acordo com as normas do crédito rural normal (IPARDES, 1992).

TABELA 17 - TOTAL DE PESSOAL OCUPADO, TOTAL E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE RESPONSÁVEIS E MEMBROS NÃO REMUNERADOS DA FAMÍLIA EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PESSOAL OCUPADO NA AGROPECUÁRIA, SEGUNDO GRANDES REGIÕES E MESORREGIÕES DO PARANÁ (1995/96)

Grande regiões e mesorregiões	Total de Pessoal ocupado (1)	Responsáveis e membros não remunerados da família (2)	Percentual (2/1)
PARANÁ TRADICIONAL	420.841	349.036	82,94
Centro-Sul	133.328	114.617	85,97
Sudeste	119.829	104.127	86,90
Centro-Oriental	75.998	57.269	75,35
Metropolitana	91.686	73.023	79,64
SUDOESTE	340.967	294.421	86,35
Oeste	181.407	149.832	82,59
Sudoeste	159.560	144.589	90,62
NORTE	525.824	339.872	64,64
Norte Pioneiro	105.187	71.044	67,54
Norte Central	186.665	123.079	65,93
Noroeste	144.029	83.511	57,98
Centro Ocidental	89.943	62.238	69,20
TOTAIS (PR)	1.287.632	983.329	76,37

FONTE: IBGE (Censo Agropecuário)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

Todas essas características regionais são analisadas em outro estudo importante do IAPAR, que reuniu uma equipe multidisciplinar formada por 11 técnicos e que também pode ser incluído no esforço de pesquisa gerado pelo PRO-RURAL (IAPAR, 1988). As conclusões reforçam as anteriores e apontam para realçar a especificidade das combinações dos sistemas agrários e das relações de produção predominantes. Essa especificidade, que é dada pelo processo endógeno de desenvolvimento rural, não passou despercebida por ZANCHET, que procura chamar atenção para necessidade de um exame mais atento dos dados do PNAD, “pois existem regiões distintas quanto as características do trabalho rural” (1996, p. 23).

No entanto, quem calibrou melhor o argumento decisivo sobre essa questão e que muito interessa aos objetivos da tese, foram VARASCHIN e LAURENTI, aos estudarem os fatores limitantes ao desenvolvimento da agricultura familiar de subsistência da região centro-sul<sup>92</sup> do Paraná. Eles constataram as restrições relacionadas a estrutura territorial, o que, segundo eles, “determina a necessidade de avaliar a pertinência de transposição dos enfoques

<sup>92</sup> O que no IAPAR é chamado de “região Centro-Sul do Paraná”, corresponde ao domínio florestal (matas mistas), que engloba toda a mesorregião sudeste (conforme o IBGE) e partes das mesorregiões centro-sul e centro-oriental. É a região dos faxinais e da erva-mate.

praticados em regiões mais desenvolvidas<sup>93</sup> para a região de atuação” (VARASCHIN; LAURENTI, 1991, p.3).

Ora, é isso, justamente, que não foi feito no âmbito dos vetores exógenos lançados sobre a estrutura territorial do Paraná Tradicional, nem em relação ao programa governamental de desenvolvimento rural definido especificamente para esse território regional (PRO-RURAL), muito menos ainda no que se refere a política de modernização da agropecuária de extensão nacional. Nesses termos, lançando um olhar mais abrangente, isso também não foi feito no âmbito do próprio projeto de desenvolvimento paranaense, que, em grande parte, resumiu-se à industrialização, que, por sua vez, ainda foi extremamente concentrada.

---

<sup>93</sup> Há uma referência também da região abordada ser “a mais deprimida do Estado”. Essa visão etapista/homogeneizante não invalida o argumento central relativo a desconsideração com uma certa endogeneidade.

## CONCLUSÕES

O objetivo fundamental da tese foi estudar, a partir de um enfoque territorial, o desenvolvimento rural do Paraná Tradicional. Essa empreitada requereu a consideração de um objeto de análise que é bastante complexo, pois é multidimensional pela sua própria condição de corresponder ao real recortado espacialmente. Esse objeto é um território ou região, que no caso do estudo que ora se conclui, corresponde a um dos grandes territórios regionais paranaenses: Paraná Tradicional.

O quadro de complexidade foi enriquecido pela temática na qual a análise se inseriu que é a do desenvolvimento. Essa noção também pode ser colocada entre as que têm um caráter multidimensional, porquanto é construída no âmbito de uma combinação de preocupações que invadem os campos mais diversos do conhecimento.

Nesses termos, qualquer tentativa de construir uma síntese analítica que inclua a relação entre conceitos e noções multidimensionais será sempre um quadro incompleto no qual é possível identificar lacunas, que serão novos pontos de partida de investigações futuras. Como não se teve pretensão de esgotar o assunto, mas sim contribuir com o avanço do conhecimento em curso sobre a temática, o caráter instigante que possam ter os resultados da análise é saudado como positivo. De qualquer forma, foi possível avançar algumas conclusões que podem materializar contribuições às discussões em andamento sobre as relações entre desenvolvimento rural e desenvolvimento territorial, que estão se acentuando no Paraná, a partir da posse, este ano, de um novo governo.

Em primeiro lugar, acredita-se que foi possível demonstrar que a análise regional construída a partir da renovação conceitual contida na concepção de desenvolvimento territorial, permitiu revalorizar determinados fenômenos presentes no objeto de estudo, que eram desconsiderados pelas análises regionais de cunho setorial anteriores. O que se buscou foi resgatar a expressão territorial dos fenômenos visando focar a endogeneidade territorial que dá especificidade as trajetórias regionais de desenvolvimento rural constatados no Paraná.

Assim, procurou-se demonstrar que o crescimento populacional no Paraná, que foi muito influenciado por um forte processo de emigração nas décadas de 1970 e 1980, não deixou de apresentar nuances internas que indicam que a redução populacional no Norte e Sudoeste não foi regra no Paraná Tradicional, mesmo não considerando a expansão demográfica ocorrida na RMC.

Da mesma forma, diferenças regionais foram constatadas no processo de fragmentação política ligado a criação de novos municípios no estado. Enquanto o Sudoeste e, principalmente, o Norte apresentaram um intenso processo de fragmentação, no Paraná Tradicional ele foi bastante reduzido, indicando uma resistência maior dos poderes locais consolidados nessa região de abrir mão de sua hegemonia, o que não deixa de ser um elemento a mais do processo histórico-geográfico da região. Enfim, expressões espaciais antes subsumidas na estrutura territorial foram localizadas também nas dinâmicas agrárias e econômicas, como também na própria interação homem-natureza, ao reboque de uma análise territorial.

Essa análise territorial, iniciada no capítulo sobre a formação territorial do espaço rural da região em foco, e que permeia todos os outros capítulos, não deixou dúvidas sobre a existência das diferentes trajetórias regionais de desenvolvimento rural no Paraná. Além disso, também foi possível demonstrar que essas trajetórias são basicamente três, por que se definem pelos contornos territoriais construídos por três processos histórico-geográficos distintos. Nesse contexto, a trajetória do Paraná Tradicional mostrou-se bastante específica.

Em primeiro lugar, por ser uma formação territorial bem mais antiga do que a encontrada nas demais regiões do Paraná. Essa formação territorial, iniciada ainda no período colonial, cristalizou uma estrutura territorial bem definida e complexa o bastante para fornecer uma resistência bem característica aos influxos das transformações, das quais são portadores os vetores exógenos que foram lançados sobre ela como a política nacional de modernização agrícola e as ações sociais visando o desenvolvimento rural. Nessa estrutura territorial dois domínios (campestre e florestal) combinaram-se de uma forma na qual um resultado bastante original acabou concretizando-se, sem prejuízo de se poder identificar também dinâmicas comuns a outras realidades regionais. No entanto, foi possível demonstrar que uma determinada endogeneidade marcante realmente existe e ela foi construída pela simultaneidade da evolução de categorias territoriais como a Sociedade Campeira, o Sistema Faxinal e as economias extrativas, que se devolveram com seus arcabouços material e social singulares.

Construída essa estrutura territorial, os estímulos exógenos recentes que visavam transformá-la de acordo com uma visão pré-determinada, ancorada num modelo único de desenvolvimento rural, conseguiram apenas moldar uma trajetória regional na qual a estrutura territorial pré-existente mostrou-se determinante na definição das características dessa trajetória. Assim, é que elementos dessa trajetória acabaram por reforçar a sua própria especificidade, como por exemplo: a baixa ocupação demográfica e produtiva da terra que transformou a região numa verdadeira fronteira agrícola interna; a existência de terras planas e apropriadas por médias e grandes propriedades sub-utilizadas, que foram palco do movimento concentrado de modernização, pela maior adaptabilidade desse domínio campestre ao modelo que a acompanhou; a permanência de um significativo contingente de produtores de subsistência, incompatibilizados pelas suas características estruturais, ao modelo proposto pelas políticas modernizadoras e de intervenção territorial visando um processo de desenvolvimento rural adaptado a esse padrão moderno.

Assim, demonstrou-se que as políticas públicas, na forma de programas de desenvolvimento ou não, que foram aplicadas às estruturas territoriais existentes no Paraná, possuíam um enfoque homogeneizador que as faziam desconsiderar os diferentes processos endógenos de desenvolvimento rural constatados regionalmente. Embora as especificidades fossem até destacadas em abordagens regionalizadas, elas não eram consideradas numa relação direta e proporcional à importância que hoje se reconhece nelas. Com isso, os modelos de interpretação que foram construídos sobre determinadas estruturas territoriais careciam de melhores construções cognitivas de apreensão da endogeneidade determinante dessas estruturas. Os modelos de ação materializados nas intervenções sociais que visavam transformar essas estruturas, tornavam-se, desde à origem, pouco eficientes.

Pela análise territorial realizada foi possível demonstrar que o enfoque homogeneizador, que se sustentava na crença de que o desenvolvimento acontecia pela superação de etapas já definidas, presentes em todos os vetores exógenos aplicados sobre a sociedade paranaense, não se coadunava com a necessidade de se construir propostas de ação social adaptadas aos diferentes territórios regionais. Muito embora, na construção dos modelos mentais que fundamentaram as ações sociais, chegava-se a identificar as especificidades regionais, mas elas não eram consideradas na montagem das propostas de intervenção.

Assim, constatou-se a concentração fundiária mais importante no Paraná Tradicional, mas não se propôs nenhuma política mais incisiva para atacar o problema. Da mesma forma, comprovou-se a existência de um contingente muito mais significativo de produtores de subsistência minifundiários na mesma região, em relação às demais regiões do estado, mas não se montou nenhuma política de crédito, por exemplo, voltada para as condições desse

segmento, muito pelo contrário, no próprio PRO-RURAL, o crédito ficou por conta do principal executor da política de crédito rural oficial, que mantinha a lógica homogeneizadora, pois emanava do governo federal, o grande agente social promotor da modernização. Além disso, constatou-se também que os elementos naturais com os quais contam, principalmente, os produtores de subsistência, são limitantes a uma intensificação da exploração agropecuária nos moldes do modelo modernizante, mas, praticamente, nada se fez para se incluir nas ações sociais a possibilidade de construir alternativas. Enfim, constatou-se elementos extremamente originais na estrutura agrária do Paraná Tradicional, como o Sistema Faxinal e as economias extrativas, mas nada que pudesse proteger essas regras sociais e territoriais foi incluída nos modelos reais propostos e implementados.

Sobre essas regras existem indicações importantes que, os produtores que estão integrados, respectivamente, àquela forma de organização social camponesa ou às economias extrativas regionais, nem que seja de forma complementar, mostram melhores condições de reprodução social do que os produtores não integrados. Assim, se um dos objetivos dos programas governamentais de desenvolvimento rural era melhorar as condições de vida do pequeno produtor rural, um dos caminhos mais adequados deveria ter sido trabalhar na manutenção e aperfeiçoamento dessas instituições territoriais, e não como foi indiretamente proposto, de apostar no desaparecimento desses elementos da tessitura social do Paraná Tradicional.

Inclusive, a economia extrativa pode se desenvolver no contexto de um modelo ambiental para essa região muito mais pertinente a sua realidade do que aquele que fundamentou o Paraná Rural, motivo de tantos elogios, que não obstante os reais avanços que proporcionou, significou, antes de tudo, a possibilidade de construir a sustentabilidade de um modelo tecnológico alienígena. Pode-se até adiantar que, regionalmente, um modelo ambiental baseado nessas instituições, teria uma grande possibilidade de êxito, já que mesmo na ausência de qualquer política, o Sistema Faxinal e a economia extrativa foram os grandes responsáveis em transformar a área na qual incidem, num território onde a cobertura vegetal natural apresenta os maiores índices de preservação em todo estado, com exceção, é claro, das áreas preservadas por lei. De certa forma, essa preocupação com o local está contida nas premissas do Paraná 12 meses, que até procuraram contemplar algumas concessões aos avanços recentes na construção de políticas públicas para o meio rural, principalmente no que se refere à adaptação às especificidades regionais, mas esses pontos positivos acabaram por ficar comprometidos por uma abordagem da questão agrária absolutamente conservadora e um abandono da pesquisa agropecuária relativas às alternativas tecnológicas e produtivas voltadas à agricultura familiar não integrada ao modelo moderno.

No momento, é possível constatar que as propostas de intervenções territoriais diretas e indiretas incorporam cada vez mais uma preocupação com a endogeneidade do desenvolvimento rural, como resultado, principalmente, da incorporação de um enfoque territorial às concepções de desenvolvimento que fundamentam essas novas ações sociais. Nesses termos, a tese pretende ser uma contribuição no sentido de respaldar e reforçar essa tendência, a partir do reconhecimento de que esse pode ser um caminho para resgatar os grandes esquecidos e preteridos das políticas anteriores.

Nesse contexto, percebeu-se que há uma revitalização do debate sobre a importância relativa do exógeno e do endógeno na promoção do desenvolvimento rural. Pela amplitude temática dessa discussão e pelo caráter multidimensional que a caracteriza, procurou-se priorizar na abordagem que se construiu na tese, a questão de como se pode requalificar programas e projetos de intervenção territorial voltados para determinadas regiões. No interior dessa questão maior, optou-se por focar a etapa na qual se faz a apreensão da dinâmica de uma determinada estrutura territorial visando a proposição de um modelo de interpretação – o

diagnóstico – sobre essa realidade. É essa etapa que fornece os elementos básicos para uma futura ação transformadora dessa estrutura. Essa ação pode se materializar de diversas formas, mas corresponde a um modelo de ação – o programa – que é construído e proposto para dar os rumos da intervenção territorial que se objetiva fazer.

Nesses termos, Paraná Tradicional foi objeto de uma intervenção territorial, que foi comandada por um programa de desenvolvimento rural dirigido especificamente para essa região: o PRO-RURAL. O que se conseguiu demonstrar na análise desenvolvida na tese, é que esse programa de desenvolvimento rural fundamentou-se num diagnóstico no qual prevaleceu um enfoque homogeneizador e setorial, que não permitiu uma apreensão mais correta da realidade territorial dessa região.

Nesse caso, comprovou-se uma desconsideração com aspectos endógenos em favor de uma valorização excessiva de elementos exógenos derivados de dinâmicas e ações, respectivamente, mais amplas ou oriundas de instâncias de poder que se sobrepõem à realidade territorial, que é o objeto de estudo. Nesses termos, a requalificação de modelos de interpretação passa pela revalorização de aspectos endógenos, tendo em conta que esses aspectos influenciam decisivamente nas respostas distintas de caráter regional surgidas pela interação entre elementos exógenos e uma determinada estrutura territorial. Assim, não se defende nenhum tipo de prevalência de elementos internos sobre os externos em processos de desenvolvimento rural regionalmente considerados. Pretendeu-se apenas, demonstrar, por outro lado, que sem uma compreensão mais efetiva desses processos, qualquer diagnóstico sobre eles, torna-se insuficiente, o que influenciará negativamente na formulação de ações sociais ou intervenções territoriais.

No caso do PRO-RURAL, foi possível demonstrar que no modelo de interpretação que o fundamentou, havia contradições importantes. Por exemplo, defendia-se que a dinâmica regional era determinada por movimentos mais amplos de origens econômica e política, mas se destacava uma série significativa de especificidades territoriais que diferenciavam o Paraná Tradicional das outras duas grandes regiões paranaenses. Apontava-se a grande propriedade rural dedicada à pecuária extensiva como um óbice praticamente intransponível à expansão da modernização agrícola nesta região, mas os dados divulgados indicavam, justamente, que foram as médias e grandes propriedades, características do domínio campestre, que adotaram, numa maior amplitude, o modelo moderno, comprovando que a região não ficou totalmente à margem do processo modernizador.

As contradições observadas nesse modelo de interpretação, também foram constatadas nas avaliações oficiais do PRO-RURAL, as quais, por sua vez, não deixaram de influenciar a construção dos modelos de ação relacionados aos programas posteriores (Paraná Rural e Paraná 12 meses), processo no qual foi mantido o cerne do enfoque identificado naquele programa.

O enfoque desenvolvido na tese, centrado na consideração prioritária, mas não exclusiva dos processos endógenos, acaba por revalorizar também enfoques que tendem a caminhar na direção de realçar os atores sociais atuantes nos espaços regionais, como componentes decisivos de políticas públicas propostas de “baixo para cima”. Redimensionar e revalorizar a participação desses atores na formulação e implementação dessas políticas é operação indispensável para dar um caráter efetivamente regional a essas políticas. Nesse caso, pode-se concluir, que se está abrindo um caminho para que as comunidades regionais e locais possam atuar no sentido de buscar na sua própria realidade o rumo que deve tomar o processo de desenvolvimento no qual estarão envolvidos. Assim, o pressuposto das soluções abertas para os processos de desenvolvimento ganha caráter concreto e se torna uma opção de verdade. Mas, nesse caso, a temática relaciona-se mais aos métodos que balizam os modelos de ação, os quais não foram objetos da pesquisa que ora se finaliza, mas que serão abordados

em estudos futuros. A tese é uma contribuição mais específica à formulação de modelos de interpretação de cunho regional. Essa contribuição visou o Paraná Tradicional, acreditando que a transformação desse território regional depende de um processo de desenvolvimento rural mais justo e solidário.

Para concretizar esse processo, acredita-se que um novo programa dirigido especificamente para essa região, deve contemplar alguns aspectos básicos de âmbito eminentemente local e regional, sem deixar de considerar as alternativas para a agricultura familiar que estão sendo propostas em termos mais gerais. As opções regionais e locais de desenvolvimento rural devem considerar os seguintes aspectos: primeiro, uma política para reduzir a concentração fundiária regional, ao mesmo tempo em que se deve buscar alternativas de viabilidade econômica dos minifúndios existentes, certamente, nos campos do cooperativismo autêntico e do associativismo, tendo como parâmetro o próprio Sistema Faxinal; segundo, esse sistema deve ser resgatado e preservado, acoplado-o a um projeto de formação de reservas extrativistas relacionadas às matas de araucárias e ao seu principal produto: a erva-mate. Nesse caso, deve-se considerar também as possibilidades de promover cultivos desse produto. Esse projeto necessitaria contemplar uma política de atualização tecnológica, com a premissa básica de inclusão dos pequenos produtores; terceiro, promover uma industrialização regional baseada nos pequenos e médios estabelecimentos, procurando dar um caráter difuso a esse processo, baseado nas potencialidades locais e em alternativas tecnológicas que deveriam ser desenvolvidas, preferencialmente, em centros de pesquisas regionais; por último, deve-se procurar implementar uma fragmentação territorial dos municípios maiores e, coincidentemente, mais pobres, buscando desenvolver lideranças políticas mais identificadas e mais próximas das comunidades rurais baseadas nos distritos municipais. A idéia seria promover, através dos processos emancipatórios municipais, movimentos agregadores das aspirações coletivas locais, que pudessem desencadear círculos virtuosos de participação social, visando melhorar os níveis de capital social necessários à dinamização de processos de desenvolvimento territorial. Acredita-se que essas questões devem ser definidas no âmbito de um novo programa para o Paraná Tradicional, que realmente busque considerar e valorizar o processo endógeno de desenvolvimento rural regional.



## REFERÊNCIAS

ABDEL-MALKI, L.; COULERT, C. (orgs). **Les Nouvelles logiques du développement**. Paris: L' Harmathan, 1996.

ABRAMOVAY, R. **Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA/Projeto BRA/97013, 1999.

-----, **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Fortaleza: Ministério de Política Fundiária/Governo do Ceará, 1998.

-----, **Transformações na vida camponesa: o sudoeste paranaense**. São Paulo: USP. (Dissertação de Mestrado - Ciências Sociais). 1981.

ABU-EL-HAJ, J. O debate em torno do capital social: uma revisão crítica. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB**. Rio de Janeiro, n. 47, p. 65-79, 1º série, 1999.

AGUIAR, R. Crise social e meio ambiente. In: BURSZTYN, M. (org.) **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense. p.115-127, 1994.

ALVES, E.; SOUZA, G.; BRANDÃO, A. A situação do produtor com menos de 100 hectares. **Revista de Política Agrícola**. Brasília, ano 10, n. 1, p. 27-36, jan./mar. 2001.

ALVES, E.; LOPES, M.; CONTINI, E. O empreendimento da agricultura brasileira. **Revista de Política Agrícola**. Brasília, ano 8, n. 3, p. 5-19, jun./set. 1999.

Apenas quatro municípios se destacam no setor industrial. **Jornal da Manhã**. Ponta Grossa, domingo, 01 jun., 1997.

ASSUMPÇÃO, A.; GALINA, L.; CONSONI, R. Mudanças no padrão de desenvolvimento agroindustrial: o caso do norte do Paraná. **A Economia em Revista**. Maringá, n. 2, p. 93-101, 1993.

AUGUSTO, M. Formulação do projeto de desenvolvimento paranaense. In: **Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista: estudo sobre a CODEPAR**. São Paulo: Símbolo, 1978.

AVÉ-LALLEMANT, R. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo; 1858**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

BALDWIN, R. **Desenvolvimento e crescimento econômico**. São Paulo: Pioneira, 1979.

BALHANA, A.; WESTPHALEN, C. **Participação dos imigrantes no comércio e indústria do Paraná – 1890-1929**. Curitiba: UFPR, 1983.

BALHANA, A. et. al. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

BALHANA, A. et al. **Campos gerais:** estruturas agrárias. Curitiba: UFPR - Faculdade de Filosofia, 1968.

BALHANA, A. et al. **Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização.** Curitiba: UFPR, 1967.

BARTHELMESS, H. Estruturas agrárias. In: BALHANA, A. et al. **Campos gerais:** estruturas agrárias. Curitiba: UFPR/Fac.de Filosofia. p. 139-152, 1968.

BARVEJILLO, F. **Reinvención Del território.** Um desafio para ciudadonos y planificadores – agentes Del desarrollo. Documento apresentado no Foro Latino-americano y Del Caribe sobre Desarrollo Regional – Santafé de Bogotá, dez, 1997.

BEGA, M. **Sonho e invenção do Paraná:** geração simbolista e a construção da identidade regional. São Paulo: USP/Sociologia, 2001. (Tese de Doutorado).

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI.** São Paulo: Hucitec, 1996.

BID. Relatório do projeto Brasil – BR – 0059. **Projeto de desenvolvimento rural integrado do sudeste do Paraná.** Curitiba, Governo do Paraná, 1980. (Tradução do original em espanhol)

BIGG-WITTER, T. **Novo caminho do Brasil meridional:** a província do Paraná: três anos em suas florestas e campos – (1872-1875). Rio de Janeiro: J. Olympio, 1974.

BOISIER, S. Post-scriptum sobre desenvolvimento regional: modelos reais e modelos mentais. **Planejamento e políticas públicas.** Brasília, n. 19, p. 309-343, 1999.

BRASIL. Ministério Especial de Política Fundiária. INCRA. Ministério da Agricultura. Secretaria de Desenvolvimento Rural. **Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural:** política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado. Brasília: MEPP/INCRA, 1999.

BRASIL. Ministério do Interior Sudesul. Secretaria de Estado do Planejamento. IparDES. **Recursos naturais e estruturas fundiárias.** Curitiba: IPARDES, v. 3, 1979.

BRASIL. Ministério do Interior. Conselho de Desenvolvimento de do Extremo Sul. Secretaria de Estado do Planejamento. IPARDES. **O papel social do pequeno estabelecimento rural no Paraná.** Curitiba: IPARDES, 1978.

BRASIL. Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul – Sudesul. **Região Sul:** desníveis econômicos intrarregionais. Porto Alegre: Sudesul. n. 2, 1978. (Série Planejamento e Estudos Regionais)

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da. **Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro:** incorporando a noção de desenvolvimento local. Foz do Iguaçu: SOBER, 1999.

CARDOSO, C. Repensando a construção do espaço. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa, v. 3, n. 1, p. 7-23, verão, 1998.

CARLEIAL, L. A questão regional no Brasil contemporâneo. In: LAVINAS, L.; CARLEIAL, L.; NABUCO, M. **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo: Anpur-Hucitec. p. 35-58, 1993.

CARDOSO, C.; BRIGNOLI, H. **Os métodos da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CASTRO, I. O problema da escala. In: CASTRO, I; GOMES, P.; CORREA, R. (orgs) **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 117-140.

-----. Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar. In: SOUZA, M. et. al. (orgs). **Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1994, p. 56-63.

CASTRO, J. de. **Geografia da fome**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1959.

CIGOLINI, A. **Paraná: quadro natural, transformações territoriais e economia**. Curitiba: Renascer, 1998.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. IPARDES. **O papel social do pequeno estabelecimento rural do Paraná**. Curitiba: IPARDES, 1978, 3v.

CORRÊA, R. **Região e organização espacial**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1991.

COSTA, O. **A ação empresarial do Barão de Serro Azul**. Curitiba: SECE, 1981.

-----. **A reforma agrária no Paraná**. Curitiba: UFPR/ Depto. de História, 1977. (Tese de Professor Titular).

COWEN, M.; SHENTON, R. **Doctrines of development**. London: Routledge, 1996.

CUNHA, L. O complexo agroindustrial e o cluster madeireiro de Ponta Grossa. In: DITZEL, C.; SAHR, C. **Espaço e cultura: Ponta Grossa e os campos gerais**. Ponta Grossa: UEPG, 2001. p. 51-64.

-----. Debates e controvérsias sobre a agricultura brasileira. **Revista de Economia da UFPR**. Curitiba, ano 15, n.13, p.59-77, 1988.

-----. **O crédito rural e a modernização da agricultura paranaense – 1970-1980**. Curitiba: UFPR/Depto de História, 1986. (Dissertação de Mestrado).

CUNHA, M.; GROSSI, M. Dinâmica da modernização agropecuária do norte paranaense, 1970-85. **Revista Semina**. Londrina, v. 14, n.3, p. 148-202, set., 1993.

CUNHA, S. O papel das políticas e das instituições no desenvolvimento industrial do Paraná. **Revista de Economia**. Curitiba, ano 21, n.19, p. 101-135, 1995.

DAVID, M. **Les Transformations de agriculture brésilienne**: une modernisation perverse. Paris: École des Hautes Études em Science Sociales, Centre de Recherches su lê Brésil Contemporain, 1997.

DELGADO, N. As relações entre a macroeconomia e a política agrícola. **Estudos: Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n.14, p.173 – 180, abr. 2000.

DELGADO, N.; ROMANO, J. Sistemas agrários, atores sociais e construção de políticas públicas alternativas para o desenvolvimento rural local: o caso de Rebouças-Pr. In: COSTA, L.; MOREIRA, R.; BRUNO, R. (orgs) **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: MAUAD. 1999, p. 213-236.

DELGADO, N. **Política econômica, ajuste externo e agricultura**. Coleção Debates. Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA, 1998.

DELGADO, G. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1980**. São Paulo: UNICAMP – Cone Editora, 1985.

DORETTO, M. **Caracterização do processo de diferenciação camponesa na modernização capitalista**: o caso da microrregião colonial de Irati – Pr. Campina Grande: UFP/Centro de humanidades /curso de Mestrado em Economia. 1991 (Dissertação de Mestrado).

DOUSTDAR, N.; SUGAMOSTO, M. Impactos da previdência rural na região sul: ênfase nas características mesorregionais. In: DELGADO, G.; CARDOSO JÚNIOR, J. (orgs). **A universalização de direitos sociais no Brasil**. a previdência rural nos anos 90. Brasília: IPEA, 2000, p.131-164.

FLEISCHFRESSER, V. **Nas redes da conservação**: políticas públicas e construção social das microbacias hidrográficas. Curitiba: UFPR/ Curso de Desenvolvimento e Meio Ambiente. 1999. (Tese de Doutorado).

-----, **Modernização tecnológica da agricultura**. Curitiba: Livraria Chain-editora; CONCITEC-IPARDES, 1988.

FORBES, D. **Uma visão crítica da geografia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 12 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1974.

GERMER, C. **Progresso técnico na agricultura paranaense**: o caso da soja em duas regiões típicas – norte cafeeiro e extremo oeste. Curitiba. (versão preliminar), 1982.

GOMES, P. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand.Brasil, 1996.

GUERREIRO, E. Produtividade do trabalho e da Terra na agropecuária paranaense. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v. 34, n. 1 e 2, p. 9-47, jan., 1996.

HAESBAERT, R. **Região, diversidade territorial e globalização**. Niterói: UFF/DEGEO. (versão preliminar), 1999.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **Geo UERJ**. Rio de Janeiro, n. 5, p. 7-19, 1º sem., 1999.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 3 ed. São Paulo: de Loyola, 1993.

HELFAND, S.; BRUNSTEIN, L. Mudanças estruturais no setor agrícola brasileiro e as limitações do curso agropecuário. 1995-1996. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v. 39, n. 3, p. 41-66, jul./set., 2001.

HILHORST, J. **Planejamento regional: enfoque sobre sistemas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

HIRSCHMANN, A. **Auto-subversão: teorias consagradas em cheque**. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

HUECK, K. A região das matas de araucária do sul do Brasil. In: **As florestas da América do Sul**. Brasília: UNB, 1972, p. 206-239.

IAPAR. **Caracterização dos sistemas de produção agrícola predominantes na região centro-sul do Paraná**. Ponta Grossa: IAPAR, 1988.

IAPAR. **Pobreza rural no Paraná**. Londrina: IAPAR, 2003.

IBGE. **Estatcart: sistema de recuperação de informações georreferenciadas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000 (CR-ROM)

IPARDES. **Índice de desenvolvimento humano municipal – IDH – M 2000: anotações sobre o desempenho do Paraná**. Curitiba: IPARDES, 2003.

IPARDES. Fundação Edison Vieira. **Projeto integrado de apoio ao pequeno produtor rural – PRORURAL: avaliação do impacto regional – 2ª fase**. Curitiba: IPARDES, 1992.

IPARDES. Quatro visões sobre o Paraná. **Análise Conjuntural**. Curitiba, v. 7, n. 2, p. 1-3, fev., 1985.

IPARDES. Avaliação ex-ante do PRORURAL: algumas considerações baseadas na pesquisa de campo. **Análise Conjuntural**. Curitiba, n. 6, n. 4, p. 7-10, abr., 1984.

IPARDES. **Projeto integrado de apoio ao pequeno produtor rural. PRORURAL: avaliação do impacto regional – 1ª fase**. Curitiba: IPARDES, 1983.

IPARDES. **Paraná: economia e sociedade**. Curitiba: IPARDES, 1981.

IPEA. Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil. **Redes urbanas regionais**: sul. Brasília: IPEA. 2000, v. 6.

LEITE, S. Análise do financiamento da política de crédito rural no Brasil (1980-1996). **Estudos, Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n. 16, p. 129-163, abr., 2001.

LEMONS, M. O problema da regionalização: dificuldades teóricas e uma metodologia alternativa. In: LAVINAS, L.; CARLEIAL, L.; NABUCO, M. **Reestruturação do espaço urbano e regional do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1993, p. 59-85.

LENIN, V. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América**: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

LEPSCH, I. **Solos – formação e conservação**. São Paulo: Melhoramentos, 1976. (Série Prisma-Brasil).

LIBARDI, D.; DELGADO, P. A redução do trabalho agrícola no Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 95, p. 51-59, jan./abr., 1999.

LICHTENSZTEJN, S.; BAER, M. **Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial**: estratégias e políticas do poder financeiro. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LINHARES, M.; SILVA, M. **Terra prometida**: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LLANILLO, R. et al. Regionalização da agricultura paranaense. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, XXXI, 1993, Brasília: SOBER, p. 152-160, v.1.

LLANILLO, R. **Caracterização da estrutura de produção agropecuária do Estado do Paraná**. Piracicaba: USP/ESALQ, 1984. (Dissertação de Mestrado).

LOURENÇO, G. O resgate da questão regional. **Análise Conjuntural**. Curitiba, v. 21, n. 9-10 p.4-8, set./out., 1999.

MACHADO, B. **Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná**. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná, 1951.

-----. Formação histórica. In: BALHANA, A. et al. **Campos gerais**: estruturas agrárias. Curitiba: UFPR/Fac. de Filosofia, 1968. p. 29-54.

-----. Formação da estrutura agrária tradicional dos campos gerais. **Boletim UFPR**. Curitiba: UFPR/Depto de História, n. 3.p. 53-82, 1963.

MACHADO, B; BALHANA, A. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná. **Boletim UFPR**. Curitiba: UFPR/Depto de História, n. 3. p. 1-52, 1963.

MAGALHÃES FILHO, F. Agentes sociais no Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 86, p. 3-33, set./dez., 1995.

-----. Paraná: premissas para uma política econômica. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 4, p. 7-20, jan./fev., 1968.

-----. Perspectiva industriais do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 13, p. 7-23, nov./dez., 1969.

MALUF, R. Atribuindo sentido (s) à noção de desenvolvimento. **Estudos: sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro, n. 15, p. 53-85, out., 2000.

-----. **Planejamento, desenvolvimento e agricultura na América Latina**: um roteiro de temas. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 1997, (Coleção Debates).

MARTINS, W. **Um Brasil diferente**: ensaio sobre fenômeno de aculturação no Paraná. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, Editor, 1989.

MONBEIG, P. A zona pioneira do norte do Paraná. **Boletim geográfico**. Rio de Janeiro, ano 25, n. 3, p. 11-17, 1945.

MOORE JÚNIOR, B. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa: M. Fontes, 1975.

MORO, D. A modernização da agricultura paranaense. In: VILLALOBOS, J. (org.) **Geografia social e agricultura**. Maringá: Programa de Pós-graduação em Geografia – UEM, 2000. p. 27-60.

MOTIM, B. **Estrutura fundiária do Paraná Tradicional – Castro – 1850-1900**. Curitiba: UFPR/Depto de História, 1987. (Dissertação de Mestrado).

MUZILLI, M.; SHIKI, S. (1987) Organização da pesquisa agropecuária voltada à visão integrada em sistemas de produção. In: MARTINE, G.; GARCIA, R. (orgs), **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987, p. 223-240.

NEUMAIER, M.; SHIKI, S. **Ensaio metodológicos de pesquisa em sistemas de produção no Paraná. 1981 – 1988**. Londrina: IAPAR, 1991. (Boletim técnico n. 38).

NICHOLLS, W. A fronteira agrícola na história recente do Brasil: o Estado do Paraná – 1920-65. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro: FGV, v. 24, n. 4, p. 33-91, jan., 1970.

NICHOLLS, W. El lugar de la agricultura en el desarrollo economico. In: EICHER, C.; WITT, C. (orgs) **La agricultura en el desarrollo economico**. México: LIMUSA-WILEY, 1968, p. 15-26.

NORTH, D. La agricultura en el crecimiento económico regional In: EICHER, C.; WITT, L. (orgs) **La agricultura en el desarrollo económico México**: LIMUSA – WILEY, 1968, p. 83-92.

Números comprovam: é o meio rural que concentra geração de riquezas na região. **Jornal da Manhã**. Ponta Grossa, domingo. 01 jun, 1997.

OLIVEIRA, R. **O silêncio das genealogias**: classe dominante e estado do Paraná (1853-1930). Campinas: Unicamp/Ciências Sociais, 2000. (Tese de Doutorado).

PADIS, P. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. Curitiba/São Paulo: Hucitec/SECE, 1981.

Paraná 12 meses chega a Ponta Grossa e região. **O Estado do Paraná**. 23 de mai., 1998.

PARANÁ. Governo do Estado. Relatório de Projeto BR-0059. **Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Sudeste do Paraná**. Curitiba, 1980a.

PARANÁ. Estado do Paraná. **Projeto integrado de apoio ao pequeno produtor rural – PRO-RURAL**. Curitiba: Governo do Paraná, 1980b.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura. Departamento de Economia Rural. **Pré-diagnóstico de regiões de baixa renda**. Curitiba: SEAG/DERAL, 1978.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Centro de Coordenação de Programas de Governo. **Projetos do governo do Estado do Paraná**. Curitiba: SEPL, 1997a.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. **Programas e projetos do governo do Paraná**: guia de acesso aos municípios. Curitiba : SEPL, 1997b.

PASSET, R. Lê capitalage du développement économique et de la biosphère. **Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba, n. 1, p. 31-46, 1994.

PAULA, Z. O campo da vida o campo da morte: uma leitura da agricultura no município de Maringá na década de 80. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 139-156, inverno, 1998.

PAYÉS, M. **Sistemas de produção predominantes no município de Rio Azul – Pr**: uma proposta teórico-metodológica. Londrina: IAPAR, 1989. (Boletim técnico nº 27)

PAZ, F. História e cotidiano: a sociedade paranaense do século XX na perspectiva dos viajantes. **História; questões e debates**. Curitiba: UFPR/Depto de História, v. 8, n. 14-15, p. 3-44, jul./dez., 1987.

PEREIRA, M. **Semeando iras rumo ao progresso**. Curitiba: UFPR, 1996.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Lisboa: Herder, 1967.

PRADO, J. A população brasileira segundo o censo de 80. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, Caderno Especial, 31 de maio, 1981.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.



RAGGIO, N. Programas especiais para o campo paranaense. **Análise Conjuntural**. Curitiba, v. 9 n. 5, p.4-6, mai., 1987.

REVISTA DIREÇÃO. O Paraná no rumo certo: Paraná 12 meses; um projeto familiar no Paraná. Curitiba, ano I, n. 10, 1998.

RIBEIRO, A. As transformações da sociedade e os recursos da natureza na região de Palmas e Guarapuava. **Boletim de Geografia**. Maringá: UEM, ano 7, n. 1, set., 1989.

RITTER, M. Caminhos para a história do Paraná: Brasil Pinheiro Machado e o modelo da formação das comunidades. **Revista Paranaense de Desenvolvimento** Curitiba, n. 73, p. 55-79, out./dez., 1980.

ROCHA NETO, B. Apresentação. In: BALHANA, A. et al. **Campos gerais: estruturas agrárias**. Curitiba: UFPR/Fac. de Filosofia, 1968.

ROLIM, C. O Paraná urbano e o Paraná do Agrobussines: as dificuldades para a formulação de um projeto político. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 86, p.49-99, set./dez., 1995.

SACHS, I. O desenvolvimento enquanto apropriação dos direitos humanos. **Estudos avançados**. São Paulo, v. 12, n. 33, p. 149-156, mai./ago., 1998.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem à comarca de Curitiba-1820**. São Paulo: C. Nacional, 1964.

SANTOS, C. **História da alimentação no Paraná**. Curitiba: F. Cultural, 1995.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

----- **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

----- **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1978.

SARACENO, E. Alternative meadings of spetial differentiation: the rural versus the local economy approach in Italy. **Europeas Review of Agricultural Economies**. Berlim: Walter de Gruyter, 21, 1994.

SCHNEINER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999. (Série Estudos Rurais).

SCUSSEL, M. A criação de municípios e seu impacto na qualificação do espaço urbano. **Análise econômica**. Porto Alegre, ano 16, n. 30, p. 111-132, set., 1998.

SERRA, E. Os primeiros processos de ocupação de terra e a organização pioneira do espaço agrário do Paraná. **Boletim de Geografia**. Maringá: UEM, ano 10, n. 1, p. 61-89, 1992.

SEYFERTH, G. **Imigração e Cultura no Brasil**. Brasília: UNB, 1990.

SILVA, C. **Questionando o Paraná-Rural: uma análise do modelo ambiental para a agricultura.** Rio de Janeiro: UFRRJ/ CPDA. 1995 (Dissertação de Mestrado).

SILVA, J. G. da. **A modernização dolorosa.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, J. **A verticalização de Guarapuava. (PR) e suas representações sociais.** Rio de Janeiro: UFRJ/ DEGEO, 2002. (Tese de Doutorado).

-----. Processos econômicos-sociais regionais e seus impactos sobre a estrutura urbana de Guarapuava – PR. **Revista de História Regional.** Ponta Grossa: UEPG /DEPTO de História, v. 2, n.1, verão, 1997.

SMALL, L.; WITHERICK, M. **Dicionário de Geografia.** Lisboa: Publicação Dom Quixote, 1992.

SMITH, R. **Propriedade da terra e transição.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SONDA, C. A cobertura florestal nas explorações agrícolas: quem tem e quem não tem floresta. **Análise Conjuntural,** Curitiba, v. 18, n. 11-12, p. 25-27, nov./dez., 1996.

SOUZA, M. **Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no Estado do Paraná.** Campinas: UNICAMP/FRAGRI, 2000. (Tese de Doutorado)

SOUZA, M. L. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. **Território.** Rio de Janeiro, n.1, p.5-22, jul/dez., 1996.

STORPER, M. **Convenções e gênese das instituições.** Rio de Janeiro, 1998. (versão preliminar).

-----. **The regional world: territorial development in a global economy.** New York – London: Guilford Publications, 1997.

-----. Territorialização numa economia global: possibilidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias subdesenvolvidas. In: LAVINAS, L.; CARLEIAL, L.; NABUCO, M. **Integração, região e regionalismo.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1994, p. 13-26.

SUDESUL. IPARDES. Recursos naturais e estruturas fundiárias. Curitiba: IPARDES, 1979. 3v.

SUZUKI JÚNIOR, J. Rumos da agricultura do Paraná. **Análise conjuntural.** Curitiba, v. 21, n. 5-6, p. 7-8, mai./jun., 1999.

THRIFT, N. Visando o âmago da região. In: GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996, p. 215-247.

VARASCHIN, V.; LAURENTI, A. **Fatores limitantes ao desenvolvimento da agricultura familiar de subsistência da região Centro-Sul do Paraná**. Londrina: IAPAR, 1991, (Boletim Técnico nº 37).

VEIGA, J. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.

-----, A face territorial do desenvolvimento. In: TALLER sobre DESARROLLO RURAL, Madrid. Ministério da Agricultura da pesca Y alimentación (Espanha) FAO (documentación 3). 1999.

VIANA, O. **Populações meridionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 1, 1973.

VIZENTINI, P. Bases históricas da crise mundial. In: **A grande crise: a nova (des) ordem internacional dos anos 80 aos 90**. Petrópolis: Vozes, 1992.

YU, C; SEREIA, V. **Tipificação e caracterização dos produtores rurais do estado do Paraná – 1980**. Londrina: IAPAR, 1993, (Boletim Técnico – Nº 39).

YU, C. **Sistema faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no centro-sul do Paraná**. Londrina: IAPAR, 1988.

WAIBEL, L. Princípios da colonização européia do sul do Brasil. In: **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979, p. 225-277.

WESTPHALEN, C.; BALHANA, A. Nota prévia ao estudo da expansão agrícola no Paraná moderno. **Boletim de História**. Curitiba: UFPR, n. 25, p. 1-30, 1977.

WESTPHALEN, C. Nota prévia ao estudo da ocupação do Paraná Moderno. **Boletim do Departamento de História**. Curitiba, n. 7, p. 1-52, 1968.

WILKINSON, J. Mercosul e produção familiar: abordagens teóricas e estratégias alternativas. **Estudos: sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro, n. 8, p. 25-49, abr., 1997.

-----, **O estado, a agroindústria e a pequena produção**. São Paulo – Salvador: HUCITEC/CEPA-BA, 1986.

ZANCHET, M. Emprego rural no Paraná: situação recente e perspectivas. **Análise Conjuntural**. Curitiba, v. 18, n. 11-12, p. 22-24, nov./dez., 1996.